

Poliana Garcia Temístocles Ferreira

**A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO  
BRASIL PÓS 1990:  
DISCIPLINA NEOLIBERAL E A FLEXIBILIZAÇÃO DA  
RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Jaime César Coelho

Florianópolis  
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ferreira, Poliana Garcia Temístocles

A superexploração da força de trabalho no Brasil pós 1990 : Disciplina neoliberal e a flexibilização da relação capital-trabalho / Poliana Garcia Temístocles Ferreira ; orientador, Jaime Cesar Coelho - Florianópolis, SC, 2017. 207 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Inclui referências

1. Relações Internacionais. 2. Padrão trabalhista neoliberal. 3. Superexploração da força de trabalho. 4. Brasil. I. Coelho, Jaime Cesar. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Poliana Garcia Temístocles Ferreira

**A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO  
BRASIL PÓS 1990:  
DISCIPLINA NEOLIBERAL E A FLEXIBILIZAÇÃO DA  
RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Relações Internacionais”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Florianópolis, 06 de março de 2017.

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Clarissa Franzoi Dri  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Jaime César Coelho  
Orientador  
Departamento de Economia e Relações Internacionais  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei  
Departamento de Economia e Relações Internacionais  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques  
Departamento de Economia e Relações Internacionais  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Ary Cesar Minella  
Departamento de Sociologia e Ciência Política  
Universidade Federal de Santa Catarina

A meu pai:  
Antes aquele que vivia do plantio  
E depois se converte em engrenagem  
O suor correndo ligeiro  
Labor no concreto e na folhagem  
Como o velho povo brasileiro.

## AGRADECIMENTOS

Talvez o maior esforço deste trabalho seja comprimir em três ou quatro páginas toda a gratidão que tenho em meu coração nestes últimos dois anos que mais se parecem vinte. Multiplico essa grandeza por dez, porque talvez tenha sido o período em que mais aprendi e amadureci na vida e, por isso, agradeço primeiramente à Mãe Terra, que nos brinda com a grandiosidade da existência e só por meio dela podemos ter consciência para ter coragem.

Chegar até a ilha da magia não seria possível sem o apoio pessoal e acadêmico de muitos, então reservo este primeiro momento para agradecer aos companheiros de Uberlândia, que me ajudaram a reunir forças para chegar até Florianópolis, obstinada a continuar minha missão de formação. Em princípio, agradeço a minha mãe, Cleusa Garcia que, como professora, sempre deu seu sangue para que eu pudesse estudar e me formar como mulher e educadora, e assim me apaixonei pelo ensinar e aprender: um processo de libertação da consciência. Ao irmão mais velho, Fábio Garcia Temístocles, um exemplo de ser humano simples e generoso que também sofre as dores e delícias da vida acadêmica e sempre me apoiou nos meus estudos. Ao segundo irmão, Emanuel Garcia Temístocles, parceiro fiel e sempre incentivador das minhas ideias, que com seu jeito rasgado me ensinou que às vezes devemos abrir mão de nossas reservas e medos e nos jogar no mundo. A meu pai, Francisco Temístocles Ferreira, que hoje está presente em todas as plantas que brotam do chão, um dia semeadas por tuas mãos. Meu pai está presente no suor salgado do trabalhador da terra que um dia vai para acidade em busca de condições dignas, mas encontra uma dura realidade de trabalho que enrugam a testa e torna o sorriso um raro acontecimento.

Agradeço imensamente meus colegas, minha família da Universidade Federal de Uberlândia: Ageu Rodrigues, Elton Arcângelo, Davi Demuner, Helena Salim, Caroline Bueno, Luciano Brigatto, Izabella Virissimo e Lúcio Lage. Obrigada por terem sempre me apoiado e contribuído para o sorriso colado que estampa meu rosto desde 2010, quando tive o prazer de ter vocês diariamente, cada um com sua dose de loucura. Na verdade, a ideia de viver em Florianópolis foi algo que surgiu em uma das conversas de Jambolão entre mim, Ageu, Davi e Elton, então, agradeço por terem plantado em mim esta semente, por mais que no fim eu tenha vindo sozinha para a ilha. Reitero que amo vocês cada vez que os vejo amadurecendo, fincando raízes, adotando gatos. Um agradecimento especial para minha bebê, Ana Carolina Lima Gomes, que junto a mim passou pelos processos da vida, na busca pelo

verdadeiro ser, pela consciência e pelo equilíbrio entre nossa alma e pensamentos. Irmãzinha libriana que a vida me deu para que eu aprendesse a equilibrar minha força, a ter paciência para esperar o processo do outro. Por falar em irmandade, agradeço imensamente à companheira de copo, de abraço, de treta, e principalmente de ideias: Raissa Dantas. Me orgulho de ter a meu lado uma mulher tão forte e ao mesmo tempo tão doce e verdadeira, obrigada por me ensinar a enfrentar as tempestades com o sorriso e o coração abertos. Aos mestres, agradeço inicialmente a Lara Selis e Pedro Henrique Cícero, que despertaram em mim – e em muitos que estavam sedentos por latino-americana – a vontade de conhecer mais sobre a América Latina, incentivando desde sempre o pensamento crítico e autônomo, me apresentando a Teoria Marxista da Dependência. Agradeço ao mestre Filipe Mendonça, que me incentivou a fazer o mestrado na UFSC e me colocou em contato com o meu orientador, Jaime Coelho. Agradeço, sobretudo, a orientadora de iniciação científica, monografia e vida pessoal: Marisa Silva Amaral. Não pude estar melhor inspirada pela força e sabedoria desta mulher, na qual me vejo futuramente ensinando o pensamento crítico e autônomo dentro das salas de aula. Contigo aprendi não somente a escrever melhor, mas a defender minhas ideias sem medo, e agradeço por ensinar-me a ter paciência e a colocar meus cornos para fora e acima da manada. Agradeço à grande Gerais, lar-cerrado e lugar onde eu construí minhas bases para me lançar no desconhecido, num pedacinho de terra perdido no mar, rodeado por árvores e morros. Quando aqui cheguei, tive a certeza de que a energia da natureza me daria forças para persistir nas minhas escolhas e me traria a inspiração que o concreto das instituições acadêmicas não se permite. Afirmando que é de vida que se compõem meus agradecimentos, de trocas de ideias, forças e sentimentos, os quais dão sentido ao teto acadêmico que nos abriga.

Por isso, agradeço imensamente aos colegas e irmãos que encontrei no mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina, a cada um com suas lutas internas, experiências e perspectivas únicas. Digo gratidão, bem riponga, para a primeira pessoa que me acolheu na UFSC e que logo senti nossa forte conexão de sangue paraibano: Mariana Davi, irmã de teoria e atrevimento. Quando penso na energia incansável desta mulher, logo me pego lembrando de como você segurou minha mão e falou pra eu ir, e descobri que também poderia encontrar equilíbrio no impulso da entrega à vida. Obrigada por ter me ensinado que a vida real, o mundo concreto, deve ser o destino final de todo pesquisador, porque dele viemos e para ele voltaremos, numa interminável dialética. Te amo, e mesmo a brevidade dos nossos encontros não foi capaz de reduzir a

força que sinto em relação a ti. Junto à Mari, agradeço a conexão astrológica de água que uniu a nós outros dois companheiros: Rafael Alexandre e Jorge Robles. Rafa, agradeço por ter me dado a mão em um momento acadêmico de total desnorte, me ajudando a arredondar a pesquisa e sempre debatendo a teoria afundo, com cafés e tabacos. Você foi mais um amigo a me mostrar que o que se sente vale muito mais do que as aparências, obrigada por estar sempre disposto a ouvir e aconselhar com serenidade. Jorge, agradeço pela alegria e pela vontade visceral, que sempre me colocou dançando e sentindo cada nota musical, me fazendo sentir viva e descalça. A energia absurda que emana de ti também me inspirou a transcender minhas limitações e reservas. Aos colegas de sala, agradeço a todas as contribuições em sala no processo de construção do projeto e as cervejas nos bares por aí. Em especial, agradeço ao Mauro Figueira pelos debates e cafés, pela ajuda mútua, pela nota gêmea até o fim. Agradeço a Carolina Condé pela sua força e doçura, pelos abraços cheirosos e por me incentivar a meter a cara na linha de frente. A Cristiane Bohrer, que me acolheu por seis meses, nos quais pude desfrutar do melhor café e de um exemplo de disciplina e qualidade de vida. Agradeço a tua paciência de pisciana com a pisciana avoadada que sou, saiba que muito aprendi com tua força de vontade, dividindo as dores da pesquisa. Agradeço separadamente aos meus iguais: Guilherme Costa e Raphael Kelm, parceiros antes, durante e depois das aulas. Ainda bem que tive vocês para os momentos de suspiro tabagista, que acompanhavam muita troca de ideias, desabafos, brindes e risadas. Estamos juntos nas voltas e viagens da vida. Este tempo não teria sido o mesmo sem a família que encontrei aqui: Ana Luíza Casasanta, Ingridhe Magalhães, Ivan Piedemonte e João Albertoli. A alegria e simplicidade de vocês é o que me faz dizer família, e sou extremamente grata por ter a meu lado pessoas como vocês, de sangue correndo nas veias e sorriso estampado. Também agradeço aos companheiros da salinha: Adilson, Mamadú e Valdete, que abrihantaram a famosa firma com café, conversas altas e aulas de excel. Agradeço aos amigos de luta e debate, que a meu lado trabalharam para reativar a Associação dos Pós Graduandos (APG), e com esforço fizeram valer a luta pela educação pública de qualidade: Giovanny Simon, Bruna Veiga, Tatiana Minchoni, Davi Machado, Ellen Caroline. Com vocês pude conhecer a Universidade em suas falhas e potencialidades, o que me deu coragem para mudar aquilo que limita o alcance social da academia. A Ellen, agradeço especialmente pela doçura, pelo carinho, pela parceria de vizinhança. Seu abraço e seus conselhos transmitem a mim a energia forte que você tem, amo essa

poesia que é você. Agradeço ao amigo Henry Bill, pela troca de ideias e conselhos para a dissertação e para a vida. Também sou grata aos companheiros Christy Navarro, Emiliano e Gleidiane de Sousa, pelas filosofias de boteco e troca de experiências em diferentes sotaques. Sou grata aos amigos de sul da ilha, que entre pedaladas e praias, trocamos muitas ideias e nos identificamos: Gabriel Jampietro, Ana Storck e Gabriela Grossklaus, obrigada por toda a parceria e simplicidade. Em especial, agradeço à luz que encontrei no meu caminho, que me inspira diariamente e me dá vontade de viver em todas as cores: Rodrigo Luz Pettini. Com você pude me conhecer melhor e evoluir a partir disso, conhecer as melhores paisagens, desbravar o alto-mar, pedalar na chuva sorrindo e muitas outras coisas simples e grandiosas, assim como o sentimento que construímos juntos.

Por fim, agradeço aos queridos docentes que fizeram toda a diferença nestes dois anos, Waldir Rampinelli, Ricardo Muller e Daniel Castelán. Agradeço não só os debates e a humildade em sala de aula, mas por toda sabedoria e força que transmitem. Não posso deixar de agradecer o professor mais importante deste processo, Jaime Coelho, um exemplo de pessoa ética e comprometida com a educação libertadora. A você, agradeço não apenas a total confiança, mas a inspiração das ideias que me permitiram avançar na pesquisa e na formação docente, respeitando sempre a abertura ao diálogo. Como orientador, agradeço por dizer que a verdadeira questão está em como podemos contribuir para a sociedade que queremos, e isto sim faz um grande educador comprometido com a função social da Universidade. Como amigo e depois como vizinho, agradeço as conexões astrológicas, conselhos paternos e debates de conjuntura, coisas essenciais para construir uma relação de parceria, respeito e admiração, e esta admiração se estende a tua família: Ana Cecília, Letícia e Sara, mulheres e meninas fortes e cheias de energia. Enfim, sou eternamente grata a ti pela abertura dos debates, pela humildade institucional e por ter respeitado meu processo de amadurecimento.

Agradeço este todo de mim mesma, estas pessoas, este planeta, que me fazem quem sou e me deram força e coragem para materializar, em algumas páginas, o processo de pesquisa dos últimos dois anos. Ao fim, agradeço ao trabalhador brasileiro, que faz girar toda esta máquina mercante e produz o combustível que alimenta essa sociedade e Universidade.



Elegia, 1938

Trabalhas sem alegria para um mundo caduco,  
onde as formas e as ações não encerram  
nenhum exemplo.

Praticas laboriosamente os gestos universais,  
sentes calor e frio, falta de dinheiro, fome e  
desejo sexual.

Heróis enchem os parques da cidade em que te  
arrastas, e preconizam a virtude, a renúncia, o  
sangue-frio, a concepção.

À noite, se neblina, abrem guarda-chuvas de  
Bronze, ou se recolhem aos volumes de sinistras  
bibliotecas.

Amas a noite pelo poder de aniquilamento que  
encerra e sabes que, dormindo, os problemas  
te dispensam de morrer.

Mas o terrível despertar prova a existência da  
Grande Máquina e te repõe, pequenino, em  
face de indecifráveis palmeiras.

Caminhas entre mortos e com eles conversas  
sobre coisas do tempo futuro e negócios do  
espírito.

A literatura estragou tuas melhores horas de  
amor. Ao telefone perdeste muito, muitíssimo  
tempo de semear.

Coração orgulhoso, tens pressa de confessar  
tua derrota e adiar para outro século a  
felicidade coletiva.

Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a  
injusta distribuição porque não podes, sozinho,  
dinamitar a ilha de Manhattan.

Carlos Drummond de Andrade, Sentimento do Mundo

## RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de verificar como a readaptação jurídico-institucional, aos moldes do padrão trabalhista neoliberal após 1990, afetam as relações capital-trabalho no Brasil, compreendendo estas mudanças em dinâmica à categoria da superexploração da força de trabalho. Para tanto, caracterizaremos as mudanças na legislação trabalhista brasileira, partindo de três eixos de reformas: contratuais, salário e jornada. Argumentamos que as três variáveis, em conjunto, sinalizam uma flexibilização da relação capital-trabalho no Brasil e a manutenção da superexploração por meio de novas práticas legalmente consolidadas. Neste sentido, relacionamos o atual padrão de acumulação do capitalismo com a flexibilização trabalhista nas economias, tendo como recorte específico o capitalismo dependente no Brasil e a forma como este reproduz institucionalmente o modelo neoliberal. A partir desta relação, partimos do processo global de readaptação trabalhista, estabelecendo ênfase nos aspectos específicos da força de trabalho nas economias latino-americanas, que reproduzem um padrão de capitalismo dependente. Entre os aspectos contratuais, destaca-se atualmente no Brasil, o aumento dos contratos flexíveis – part-time, temporário e terceirizado – que colocam o trabalhador em condição de instabilidade e baixa qualificação, aprofundando também a taxa de rotatividade do trabalho. Em relação à jornada e salário, concluímos que a flexibilização da jornada diária e a lacuna entre o salário real e o necessário implicam a violação do valor da força de trabalho no Brasil. Em conjunto, estes aspectos refletem um cenário de manutenção e aumento da superexploração da força de trabalho, legitimado por mecanismos jurídico-institucionais. Neste sentido, nos aprofundaremos na dinâmica de flexibilização trabalhista no Brasil, articulando-a aos mecanismos concretos que embasam a superexploração da força de trabalho.

**Palavras-chave:** Padrão trabalhista neoliberal, Brasil, superexploração da força de trabalho.

## ABSTRACT

This study aims to verify how the juridical-institutional readaptation, according to the neoliberal labor standart post 1990, affect the capital-labor ratio in Brazil, understanding these changes in a dynamic related to superexploitation of labor force. Therefore, we will characterize the changes in Brazilian labor legislation, based on three scopes of reforms: contractual, salary and working hours. We argue that the set of these three variables sinalize an flexibilization in capital-labor ratio in Brazil, and the maintenance of superexploitation through new legally consolidated practices. In this way, we relate the current pattern of capitalism accumulation with a labor flexibilization in economies, having the specific framework about dependant capitalism in Brazil and how it reproduces the neoliberal standart instutionally. Based in this relation, we characterize the global process of labor readjustment, emphasizing the specific aspects of labor force in Latin-American economies, which reproduce a dependent capitalism pattern. Among the contractual aspects, it is worth highlighting the increase in flexible contracts – part-time, temporary and outsourced – that place the worker in a condition of instability and low qualification, also deepening the rate of labor turnover. Regarding the working hours and wage, we conclude that the flexibilization of the working hours and the gap between the real and the necessary wage imply the violation of the value of the labor force in Brazil. Together, these aspects reflect a scenario of maintenance and increase of the superexploitation of labor force, legitimized by legal-institutional mechanisms.

Finally, we will analyze the dynamic of labor flexibilization in Brazil, articulating it to concrete mechanisms that support the superexploitation of labor force.

**Key-Words:** Neoliberal labor standart, Brazil, Superexploitation of labor force.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – tipos de contratação como percentual do emprego total – 2012 .....	89
Quadro 2 – Jornada diária e semanal na América Latina.....	107
Quadro 3 – Salário Real para as cinco maiores economias da América Latina .....	112
Quadro 4 – Número de ocupados assalariados (CLT) no setor de serviços, por região metropolitana (2015).....	136
Quadro 5 – Taxa de rotatividade no mercado de trabalho (CLT), segundo nível de escolaridade (em %) .....	138
Quadro 6 – Assalariados rurais por tipo de contratação (percentual/2014) .....	153
Quadro 7 – Relação de trabalhadores terceirizados urbanos (com registro formal) .....	169
Quadro 8 – Jornada semanal dos assalariados (em milhões, 2005) .....	183
Quadro 9 – Média de horas trabalhados para celetistas por setor .....	184

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Conta Financeira e Transferência líquida de Recursos – 1990/1995 (US\$ milhões) .....	51
Gráfico 2 – Conta Financeira e Transferência líquida de recursos – 1980/1985 e 1990/1995 (US\$ milhões) .....	51
Gráfico 3 – Formação Bruta de capital fixo no Brasil – 1950/1970 .....	71
Gráfico 4 – Taxa de desemprego na América Latina – média simples .....	96
Gráfico 5 – População economicamente ativa na América Latina .....	97
Gráfico 6 – Taxa de pobreza por tipo de emprego do(a) chefe de família – Países selecionados – 2014 .....	106
Gráfico 7 – Renda média da PEA para setores de baixa produtividade na América Latina .....	111
Gráfico 8 – Tempo médio do emprego por setor (em meses/trabalhadores celetistas) .....	150
Gráfico 9 – Percentual de trabalhadores formais de acordo com o tempo de trabalho (2011 e 2012) .....	152
Gráfico 10 – Trabalhadores celetistas com contrato de trabalho a prazo determinado .....	155
Gráfico 11 – Evolução do percentual de empregos part-time no Brasil em relação à média mundial .....	160
Gráfico 12 – Taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (%) .....	163
Gráfico 13 – Razão entre salário mínimo nominal e salário necessário .....	174
Gráfico 14 – Salário real (2000=100).....	175
Gráfico 15 – Rendimento médio do total de ocupados, em porcentagem (2014).....	177
Gráfico 16 – Índice de distribuição da renda do trabalho (porcentagem do último decil).....	178
Gráfico 17 – Proporção de Ocupados no setor do comércio que trabalham mais de 44 horas.....	185

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	15
2 NEOLIBERALISMO DISCIPLINAR E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: PADRÕES E MUDANÇAS NO CAPITALISMO FINANCEIRO.....	28
2.1 Neoliberalismo Disciplinar: o novo padrão de acumulação capitalista no Brasil pós 1990.....	28
2.1.1 A natureza do capital financeiro .....	30
2.1.2 Neoliberalismo como ideologia da financeirização.....	32
2.1.3 O Neoliberalismo Disciplinar de Gill.....	37
2.1.4 O padrão de reprodução do capital no Brasil.....	40
2.1.5 O neoliberalismo se institucionaliza no Brasil.....	46
2.2 Superexploração da Força de Trabalho: um histórico da categoria .....	53
2.2.1 Transferência de excedente produtivo e troca desigual.....	54
2.2.2 Formas de extração da mais-valia e a particularidade da Superexploração da força de trabalho.....	60
2.2.3 Superexploração da força de trabalho no Brasil Industrial (1950-1970).....	68
3 O MUNDO DO TRABALHO EM TRANSFORMAÇÃO NA ERA NEOLIBERAL.....	76
3.1 Panorama mundial das transformações trabalhistas: padrões e contrastes.....	76
3.2 Panorama Latino-americano do mundo do trabalho pós 1990.....	95
4 A FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL PÓS 1990: NOVAS CONDIÇÕES DE SUPEREXPLORAÇÃO.....	114
4.1 Formação trabalhista: Superexploração, força de trabalho e assalariamento no Brasil.....	120
4.2 Reestruturação trabalhista: Aspectos gerais do mercado de trabalho no Brasil pós 1990.....	131
4.2.1 Flexibilização externa das condições de trabalho: novas modalidades de contratação.....	144
4.2.2 Flexibilização interna das condições de trabalho: Salário e Jornada.....	171
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
REFERÊNCIAS.....	198

## 1 Introdução

A reflexão presente neste trabalho diz respeito ao ajuste trabalhista neoliberal da economia brasileira após 1990, que culmina em uma série de reestruturações normativas na relação entre capital e trabalho, para o âmbito contratual e aspectos internos ao processo de trabalho. Inicialmente, objetivamos verificar como o novo padrão trabalhista global – atrelado ao marco neoliberal de acumulação – dinamiza-se na economia brasileira, considerando esta enquanto uma economia dependente que ao longo de sua consolidação industrial se especializa na produção de bens primários. Isto é, buscamos verificar a consolidação normativa – via alterações jurídicas – do novo padrão trabalhista no Brasil, observando também a dinâmica concreta destas alterações para a força de trabalho, em termos de indicadores econômicos.

Compreendemos a relação entre as alterações normativas e as mudanças concretas do mercado de trabalho nos últimos vinte e cinco anos, a partir da noção de *Neoliberalismo disciplinar*<sup>1</sup>. Esta ideia que será desenvolvida no segundo capítulo, refere-se ao conjunto de políticas de Estado orientadas para a liberalização do mercado e flexibilização da relação capital-trabalho, proporcionando a consolidação da ideologia neoliberal no aparato institucional e normativo brasileiro. Destacamos que o disciplinamento neoliberal se dá por diversas frentes, por isso delimitaremos nossa análise na dinâmica do padrão trabalhista neoliberal, tendo como recorte o mercado de trabalho brasileiro. A partir deste primeiro aspecto, pretendemos enfatizar as alterações normativas que tratam das relações contratuais, destacando três formas de contrato que se tornam recorrentes no novo padrão trabalhista: os contratos de duração determinada, part-time e os contratos terceirizados.

A recorrência destes contratos no mercado de trabalho real, tal como as alterações normativas que versam sobre os mesmos, será a primeira variável trabalhada para analisar as condições do mercado de trabalho no Brasil sob o novo padrão trabalhista, articulando estas condições à

---

1 Tomaremos como referência esta categoria desenvolvida por Gill, em sua obra *Globalization, market civilization and disciplinary neoliberalism*. Sua definição diz respeito a um modelo de governança orientado por princípios de desenvolvimento com base nas leis de mercado. Este modelo se baseia no uso sistemático de arranjos geopolíticos desiguais que consolidam as assimetrias entre economias (nível global) e entre as classes (nível doméstico). A partir da obra de Gill, interpretamos que na nova ordem capitalista neoliberal os trabalhadores são submetidos a pressões mais recorrentes, que impactam em sua renda e em sua forma de sobrevivência.

*superexploração da força de trabalho*<sup>2</sup>. Assim, entende-se que a institucionalização do modelo neoliberal no Brasil – cuja lógica financeira catalisa a dinâmica de concentração de renda em favor do capital e em detrimento do trabalho – leva à flexibilização das condições e direitos do trabalho, seja para o âmbito contratual ou para o âmbito interno do processo de trabalho, considerando que para este último, delimitaremos nossa análise nas variáveis referentes ao salário e jornada. A partir disso, compreendemos que o processo de flexibilização traz novas condições de exploração ao trabalhador, o que nos permitirá fazer algumas considerações atuais sobre a *superexploração da força de trabalho* no Brasil.

Sendo assim, o neoliberalismo disciplinar reestrutura as condições de emprego no Brasil, consolidando-se na década de 1990 com alterações na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e dinamizando um novo padrão de empregos para a força de trabalho preexistente. Desta maneira, o *neoliberalismo disciplinar* implica na sujeição do trabalhador à lógica de liberalização do mercado e flexibilização das relações trabalhistas, sendo que o ajuste neoliberal no Brasil é um marco de mudança na relação jurídica entre o capital e o trabalho e consolida um padrão trabalhista marcado pela desregulamentação contratual. Após caracterizar a relação entre o padrão de acumulação neoliberal e o caráter flexível do novo padrão trabalhista, observamos que esta readaptação se dinamiza em várias economias do mundo, e pretendemos verificar como a flexibilização opera na estrutura preexistente do mercado de trabalho brasileiro.

Neste esforço de articulação, relacionamos a *superexploração da força de trabalho* como um dos traços centrais do mercado de trabalho brasileiro desde a consolidação das forças produtivas, preexistindo em relação ao ajuste trabalhista neoliberal de 1990. Sendo assim, nossa análise compreenderá o processo de flexibilização trabalhista global

- 
- 2 Esta categoria teórica, desenvolvida por Marini (1973), servirá de base para compreender o novo padrão de trabalho no Brasil, considerando que esta economia reproduz um padrão de capitalismo dependente, e historicamente consolida suas forças produtivas com base na exploração combinada da força de trabalho e na necessidade de geração adicional de excedente produtivo. Desde já, partimos da ideia de que, no Brasil, a exploração do trabalhador é praticada sob condições teorizadas enquanto *superexploração da força de trabalho*, as quais nos aprofundaremos no primeiro capítulo. Utilizaremos-nos desta, no intuito de realizar uma reflexão contemporânea sobre a categoria, enfatizando os novos elementos que passam a incidir na reprodução desta na economia brasileira após o ajuste neoliberal.



(legitimado no Brasil a partir do disciplinamento neoliberal) em dinâmica ao contexto brasileiro de superexploração crônica da força de trabalho, o que traz mudanças às condições de trabalho neste local.

Sobre o novo padrão trabalhista que se estabelece após 1990, partiremos inicialmente de um panorama global sobre estas mudanças, enfatizando que a readaptação trabalhista no Brasil se insere neste processo global. Para realizar esta análise, utilizaremos relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que traçam um amplo panorama sobre a flexibilização das relações contratuais, dentre as quais se observam tendências para as economias dependentes – no caso o Brasil – como a predominância de contratos de curta duração, trabalhos informais e temporários, o aumento da rotatividade e polivalência nos postos de trabalho, bem como a maior incidência de subempregos<sup>3</sup>. Ao fazê-lo, de alguma forma contribuiremos para verificar a particularidade com que o Brasil se adapta aos padrões de regulação trabalhista da economia mundial (OIT, 2015).

A partir deste conjunto de tendências, pretendemos analisar como estas mudanças se concretizam em um mercado de trabalho marcado pela *superexploração da força de trabalho*, compreendendo a regulamentação de novos tipos de contrato como formas de legitimar e agravar as condições de superexploração, visto que a flexibilização contratual traz novas pressões em relação à jornada e salário. Isto é, a flexibilização contratual relaciona-se às principais variáveis que embasam as condições de trabalho, sendo que explicitaremos melhor esta relação no capítulo quatro. Assim, ao articularmos a *superexploração* com a noção de *neoliberalismo disciplinar*, partiremos da hipótese que a última reforça as características próprias da dependência, e conseqüentemente consolida no Brasil um padrão de trabalho flexível, legitimando novas práticas que reforçam a *superexploração da força de trabalho*. Desta maneira, ao tomarmos a reflexão atual sobre o padrão trabalhista no Brasil, mostraremos como este adiciona novos elementos de pressão ao trabalhador e para as condições de reprodução de sua força de trabalho, o que nos permite uma reinterpretação da categoria da *superexploração*, considerando sua vigência a partir de 1990. Em outras palavras, o capitalismo em seu

---

3 Ao utilizar este termo, referimo-nos a postos de trabalho informais e empregos que submetem os trabalhadores a condições de desgaste físico e mental, que comprometem a reprodução da força de trabalho dos mesmos, mediante um tempo de descanso insuficiente para a reposição das condições para prestação de serviços.

modelo neoliberal, encontra mecanismos mais sofisticados para legitimar a exploração do trabalhador, o que justifica nosso esforço de reinterpretar esta categoria à luz das tendências concretas no mercado de trabalho brasileiro (VALENCIA, 2009). Sendo assim, objetivamos, de maneira geral, verificar como a readaptação brasileira ao padrão trabalhista neoliberal afeta as relações capital-trabalho no Brasil a partir dos anos 1990, interpretando estas mudanças em dinâmica à *superexploração da força de trabalho*. Mais a frente, delimitaremos as variáveis e os procedimentos metodológicos que nos ajudarão a atingir este objetivo.

A abordagem sobre um novo modelo de reprodução capitalista nos leva a refletir como as distintas nações são submetidas ao processo de readaptação neoliberal<sup>4</sup>. A escolha deste referencial do qual partimos se justifica por compreendermos que no capitalismo global as nações desempenham diferentes funções no processo de acumulação, e esta noção é importante para a análise da dinâmica interna de qualquer economia. Consideramos que compreender as assimetrias econômicas no plano atual da economia global contribui para os debates do campo das Relações Internacionais, tendo em vista que o modelo neoliberal se dinamiza a nível global, de forma dinâmica entre os distintos agentes históricos<sup>5</sup> inseridos no modo de produção capitalista, e é reproduzido em cada economia nacional. Nossa abordagem crítica em relação a este processo de ajuste neoliberal se justifica pelo desgaste econômico e social que a economia brasileira se submete ao reproduzir as medidas neoliberais, considerando o espaço que esta ocupa na economia global e as particularidades de sua formação socioeconômica (TOUSSAINT, 2002). A partir disso, a ênfase nos aspectos sobre o trabalho que se inserem no ajuste neoliberal se explica porque com este ajuste, reproduzem-se novos padrões de exploração da força de trabalho, por meio de novos parâmetros contratuais.

---

4 No caso do Brasil, a readaptação neoliberal se observou a partir do longo processo de renegociação da dívida externa brasileira, cujas condições de empréstimo e renegociação impostas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional incluíam uma reestruturação neoliberal das políticas macroeconômicas.

5 Entendemos a noção de agência (e agentes históricos) por meio da perspectiva gramsciana, nos propondo a compreender os fatos históricos em sua dinâmica entre agentes e estruturas. No presente trabalho, o destaque aos agentes históricos eleva nossa compreensão acerca da reorganização do padrão de acumulação global (de caráter financeiro e neoliberal) e como este processo se constitui entre os agentes que estão inseridos na ordem capitalista global.

Consideramos este resgate importante porque, historicamente a *superexploração da força de trabalho* foi uma categoria que em muito ajudou na compreensão das particularidades do capitalismo dependente, e das formas de exploração do trabalhador na periferia. Ou seja, serviu para enfatizar como as relações de dependência entre as economias capitalistas impactam na consolidação das forças produtivas em cada nação. Como demonstra Marini (1973), uma destas particularidades é o fato de que o trabalhador no Brasil tem a exploração da sua força de trabalho concentrada nas formas absolutas, mas com uma combinação de outras formas de exploração – inclusive formas relativas – que colocam seus trabalhadores em uma condição diferente daquelas das economias centrais.<sup>6</sup> Isso se dá porque a condição de dependência das economias latino-americanas impacta sobre a capacidade de acumulação destas e, consequentemente sobre a produtividade do trabalho, uma vez que a dependência implica na transferência do excedente produtivo das economias dependentes para as centrais. Explicitaremos melhor esta relação no capítulo dois. Desta maneira, a *superexploração* é um traço que se estrutura nas economias dependentes desde o processo de concentração orgânica de capital e da constituição das forças produtivas, e consiste em um mecanismo de restauração da capacidade de acumulação, via exploração combinada da força de trabalho (MARINI, 1973).

A diferenciação das formas de extração da mais-valia (relativa e absoluta) é um aspecto importante para a compreensão das particularidades do capitalismo dependente e pretendemos realizar este procedimento no capítulo segundo. Neste sentido, o debate em torno desta categoria explicita a necessidade de interpretar a Lei do Valor levando-se em consideração as relações de dependência entre as

---

6 Tomamos por base a distinção feita por Marx (2013, livro I, tomo I e II) entre as formas de extração da mais-valia, sendo a mais-valia absoluta proveniente do tempo excedente de trabalho (além do tempo necessário para a produção), correspondente a um prolongamento da jornada de trabalho ou aumento de intensidade. Por mais-valia relativa se compreende uma redução no tempo de trabalho necessário por meio de um aumento do desempenho das forças produtivas. Para o caso de economias dependentes como o Brasil, Marini (1973) destaca uma persistência de práticas combinadas de exploração da mais valia, por meio de mecanismos absolutos e relativos. Para os primeiros, indica o aumento da jornada e da intensidade do trabalho, ou a quebra da equivalência entre o valor da força de trabalho e o salário; para os segundos, técnicas de aumento da produtividade, que se inicialmente se consolidam em menor grau nas economias dependentes.

distintas economias, bem como distintos são os processos de consolidação das forças sociais e produtivas nessas economias capitalistas. Neste ponto enfatizamos a dimensão internacional da *superexploração*: ela só existe porque há uma relação de dependência entre as diferentes economias que compõem o sistema internacional; assim, é constituída pela expansão global do capital entre as distintas economias, sendo um aspecto de sua natureza ao mesmo tempo em que constitui o esquema de reprodução ampliada do capital, considerando que a superexploração serve como mecanismo de freio à tendência de queda da taxa de lucro<sup>7</sup>.

Por conseguinte, a discussão sobre como as distintas formações econômicas reproduzem mecanismos do modo de produção capitalista – e aqui nos referimos aos mecanismos de exploração da força de trabalho – e a dinâmica global entre estas economias é um tema pertinente ao campo da Economia Política Internacional (EPI). Dessa forma, buscaremos somar esforços a esta discussão, uma vez que a problemática da *superexploração* e dependência foi deveras marginalizada dentro do campo da EPI<sup>8</sup>. Assim, consideramos importante explicitar como o processo de flexibilização neoliberal (que é clivado por relações de dependência) sai do nível macro e pode ser observado concretamente na dinâmica interna da economia brasileira, entendendo que o debate sobre os níveis de análise (global/externo e nacional/interno) é bastante caro ao campo das Relações Internacionais. Ademais, debater o atual padrão de trabalho no Brasil se dá no intuito de

---

7 Marx (2013, livro III, tomo VI, seção terceira) esboça sua argumentação em torno do que ele chamou de lei tendencial da queda da taxa de lucro. A taxa de lucro consiste na relação entre o excedente produtivo e o capital total (formado por capital constante e capital variável), e Marx vê sua tendência de queda permeada por inúmeras variáveis. A principal variável é o fato de que, havendo limites à extração da taxa de mais-valia, observa-se uma tendência de redução da parte variável do capital e aumento da parte constante do capital, consequência da necessidade de elevação produtiva do capital (necessidade de aumento da composição orgânica do capital). Compreender a lei da queda da taxa de lucro, por mais controversa que esta seja, nos ajuda a considerar o que motiva as distintas maneiras de exploração da força de trabalho, como mecanismos de contra-tendência à queda da taxa de lucro.

8 Embora Cohen, em sua obra seminal (*International political economy: an intellectual history*, 2008) reconheça a existência da teoria da dependência, ele observa que esta, na sua versão marxista, sempre esteve à margem dos estudos de EPI.

apontar as condições concretas da força de trabalho que se inserem na dinâmica capitalista neoliberal.

Para caracterizar este padrão, delimitaremos em seguida os procedimentos de pesquisa. Primeiramente, observaremos as variáveis – tipos flexíveis de contrato, alteração normativa e concreta do salário e jornada – que indicam novas condições de exploração os trabalhadores, por meio de mecanismos juridicamente consolidados. Estas reformas jurídicas no Brasil, em dinâmica às alterações reais no mercado de trabalho, conformam novas condições trabalhistas, o que nos motiva a agregar esforços de análise em torno da categoria da *superexploração da força de trabalho*.

A partir deste cenário, delimitamos nosso recorte temporal no período posterior a 1990, porque a partir de então, o processo de alteração trabalhista e contratual se observa com mais vigor na economia brasileira (TOUSSAINT, 2002). Ademais, o recorte espacial deste trabalho se dá no intuito de caracterizar as particularidades do mercado de trabalho no Brasil, que foram sendo apreendidas gradualmente de acordo com a experiência concreta e trajetória de pesquisa, considerando a importância do contato do pesquisador com as evidências históricas referentes a seu objeto de estudo. Tendo justificado este esforço de pesquisa, destacaremos a base de abordagem que utilizaremos para compreender as transformações no padrão de trabalho, sob uma perspectiva global. Estes esclarecimentos são fundamentais para justificar a escolha teórica e das variáveis, considerando a ampla gama de abordagens que tratam das transformações mundiais nas condições produtivas e trabalhistas no período neoliberal.

Partimos da abordagem presente na TMD, que enfatiza as particularidades de formação das economias latinas, sendo que a economia brasileira se configura como uma economia dependente de especialização primário-exportadora. Nossa base teórica nos permite articular as características do mundo do trabalho locais ao processo global de reestruturação trabalhista, de forma dinâmica e a partir da relação de dependência entre o Brasil e o capitalismo central. Esta articulação trata da relação de dependência, não apenas para a reprodução ampliada do capitalismo global, mas destaca suas implicações internas na formação do mercado de trabalho brasileiro (MARINI, 1979).

Neste sentido, não partiremos de interpretações que explicam as mudanças no mundo do trabalho a partir de variáveis isoladas em relação às assimetrias econômicas, ou de processos gerais que supostamente ocorrem da mesma forma em todas as economias.

Interpretamos que tais análises possuem uma visão histórica limitada, por não explicitar a relação entre os processos globais e sua dinâmica interna em cada distinta economia. É o caso de autores que caracterizam uma tendência histórica do fim da força de trabalho e do avanço das forças produtivas até um estágio de automação generalizada. Ao contrário, salientamos que a recente reestruturação do mundo do trabalho corresponde a uma readaptação dos postos e condições de trabalho conforme as necessidades do capitalismo neoliberal, sendo que este se assenta sob o trabalho assalariado.

Em relação à crítica acima, partimos do exemplo de Rifkin (1995), que analisa o mercado de trabalho norte-americano e as tendências de produtividade locais, assumindo este recorte para aplicar uma projeção em relação às outras economias do mundo. O autor não somente atribui uma generalização do trabalho automatizado aos moldes norte-americanos, mas embasa este padrão nas mudanças tecnológicas e na “globalização”, que figuram como variáveis determinantes na diminuição dos postos de emprego e na gradativa substituição da força de trabalho por máquinas. A princípio, consideramos que estas variáveis são insuficientes para constituir uma tendência geral de automatização, porque estas são generalizantes, e indicam que este amplo processo se desenrola da mesma forma em todas as economias, sem atentar-se às particularidades da força de trabalho em cada economia distinta. Rifkin (1995) assume uma superação das formas de emprego pela automatização tendencial, atribuindo o aumento do desemprego que se observa na década de 1980, a esta invalidação. Contudo, não considera que esta conjuntura de aumento do desemprego para economias como o Brasil, representa uma faixa de transição no mercado de trabalho, onde há um processo de regulamentação de empregos antes informais, bem como a criação de novos postos de trabalho, vinculados às novas formas de contratação apontadas anteriormente. Esta incompatibilidade apontada por nós, se explica porque o autor parte das condições de produtividade dos Estados Unidos para aplicar uma projeção de automatização para todas as economias, sem considerar as particularidades do mercado de trabalho em cada uma delas.

Neste sentido, ao interpretarmos o desemprego conjuntural que se observa no Brasil entre 1970 e 1980, entendemos que se mudam as modalidades de emprego e as requeridas qualificações, em ordem de uma readaptação ao padrão de acumulação neoliberal e da manutenção do exército industrial de reserva, com a consolidação de empregos com contratos instáveis e de alta rotatividade (RUIZ, 2005, FOSTER *et.al.*, 2011). Esta consolidação será enfatizada por meio das reformas jurídico-

institucionais que passam a legitimar mecanismos de contratação antes informais, incluindo-os no corpo da CLT. Em suma, rejeitamos a interpretação de Rifkin, por acreditar que ela não retrata de forma concreta a readaptação do mercado de trabalho no Brasil, nem em qualquer economia dependente. Não pretendemos negar os fatos históricos gerais dos quais parte o autor, mas articulá-los de maneira dinâmica e correspondente à formação socioeconômica da economia brasileira. Com isso, compreendemos uma relação entre as transformações trabalhistas globais e as estruturas internas da economia brasileira, que possui um padrão de reprodução capitalista dependente.

Assim, destacaremos no segundo capítulo, aspectos do capitalismo dependente e como a dinâmica histórica de transformação das condições de trabalho se atrela à fase financeira do capitalismo. Ou seja, enfatizando as mudanças que a internacionalização do capital e o padrão de acumulação capitalista neoliberal implicam no mundo do trabalho, trocando a rigidez pela flexibilidade e consolidando uma nova configuração da relação capital-trabalho (VALENCIA, 2009). Compartilhamos da abordagem de Valencia (Idem), no que diz respeito à especificidade de formação do mercado de trabalho no capitalismo dependente, e seu esforço de resgate atual da categoria de *superexploração da força de trabalho*, à luz do capitalismo neoliberal, uma vez que este traz novos elementos para a relação capital-trabalho. Em consonância a esta abordagem, entendemos que a exploração da força de trabalho no capitalismo financeiro, passa a ser clivada pela necessidade adicional de geração de mais-valia, considerando a desconcentração espacial do setor produtivo e as modificações na circulação e reprodução do capital. Neste sentido, há uma relação entre o capitalismo financeiro - base da ideologia neoliberal - e a necessidade adicional de geração de mais-valia<sup>9</sup>.

Contudo, ressaltamos que, por trazer um tratamento à categoria da superexploração como uma forma, um regime de exploração

---

9        Acerca do capital fictício, que consiste na principal forma do capitalismo financeiro, destacam Carcanholo e Nakatani (1999, p.301): “Sua característica básica está no fato de que ele não cumpre nenhuma função na lógica do capital industrial. É um capital que não produz mais-valia ou valor excedente e não favorece nem contribui para a sua produção. No entanto, ele se apropria de excedente e o exige em magnitude crescente. Sua lógica é a apropriação desenfreada da mais-valia, ou melhor, do lucro (o lucro especulativo); realiza, assim, ou, pelo menos, pretende fazê-lo, os anseios derivados da própria natureza íntima do capital: o não-compromisso com o valor-de-uso e, apesar disso, a autovalorização”.

característica do capitalismo dependente, o autor compreende que esta “forma” se generaliza no atual contexto:

As (...) formações histórico-sociais da economia mundial contemporânea estão criando as bases para que se opere a superexploração da força de trabalho, de modo que tal regime deixaria de ser exclusivamente um regime próprio das economias dependentes para estender seu raio de ação aos países desenvolvidos (...) (VALENCIA, 2009, p.58)

Compreendemos o ponto do autor, mas ao escolhermos tratar a superexploração como uma categoria teórica que diz respeito aos aspectos concretos do padrão de reprodução no capitalismo dependente, argumentamos que ela trata de aspectos concretos do capitalismo dependente, e se refere às mesmas formas pelas quais os mecanismos de superexploração operam. Neste sentido:

Se a especificidade das economias dependentes está na necessidade de responder aos distintos mecanismos de transferência de valor para o centro da acumulação capitalista mundial com base na superexploração, esta, enquanto categoria, não poderia ser utilizada para entender a especificidade do capitalismo central, como visto. (CARCANHOLO, 2013, p.94)

É por adotar este tratamento que não falaremos em *superexploração* nas economias centrais, compreendendo esta categoria como referente aos processos concretos de formação do capitalismo dependente, e não como resultante de uma conjuntura global de ofensiva do capital contra o trabalho. Tendo feito estas considerações, podemos caracterizar a metodologia utilizada para analisar o processo de reestruturação global do trabalho e como este incide sobre o capitalismo brasileiro, uma economia que possui em sua base de formação o elemento da *superexploração da força de trabalho*.

Para fins de procedimento, esclarecemos que a escolha metodológica dos relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>10</sup>,

---

10 Utilizaremos dados contidos nos relatórios oficiais do ano de 2015 e 2005, referenciados no fim deste trabalho, para ilustrar a reestruturação trabalhista a nível global e de América Latina. Para analisar a força de trabalho no Brasil, nos debruçaremos em outros dados, sobretudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e das bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



definindo o panorama atual do mundo do trabalho, se dá no intuito de observar como as instituições regulamentam e formalizam esta reestruturação. Esta escolha está em consonância com a noção do Neoliberalismo Disciplinar, que pressupõe uma consolidação do novo padrão trabalhista de forma institucional e normativa, que por um lado adequa-se às mudanças no mundo do trabalho e, por outro, as consolida. Esta dinâmica se dá com o estabelecimento de diagnósticos acerca do novo padrão, acompanhadas por um receituário de políticas públicas consideradas adequadas para lidar com este novo cenário. Assim, utilizaremos estes relatórios porque eles apresentam um panorama concreto do mundo do trabalho após a década de 1990. Entretanto, salienta-se que não compartilhamos do receituário e conclusões recomendados por estes. A partir de então, estabelecemos para a variável contratual as três modalidades predominantes no mundo e destacadas pela OIT após 1990: os contratos temporários, part-time e terceirizados.

Com isso objetivamos analisar a consolidação normativa e concreta destas modalidades contratuais na economia brasileira por meio das reformas trabalhistas após 1990, compreendendo-as como formas de flexibilização do trabalho, externas ao processo produtivo. Em consonância a este procedimento, realizaremos a mesma análise para as variáveis do salário e jornada, internas ao processo produtivo, considerando que o conjunto destas variáveis impacta fortemente nas condições concretas do mercado de trabalho no Brasil. Compreendemos que caracterizar as variáveis referentes às reformas normativas na CLT, de forma restrita ao aspecto institucional, nos fará perder elementos referentes às condições reais do mercado de trabalho, bem como à dinâmica entre estas condições e as alterações institucionais. Isto porque partimos da metodologia histórico-dialética, que articula as diferentes esferas estruturantes do modo de produção capitalista em uma sociedade, sendo que as instituições correspondem a uma destas esferas<sup>11</sup>.

---

11 Conforme enfatizado por Gill (2007), o materialismo histórico em Gramsci sugere que existem diferentes estruturas sociais, sendo que seus princípios constitutivos e normas variam ao longo do tempo. Neste sentido, as sociedades se constituem a partir de complexos blocos de forças políticas, sociais, econômicas e institucionais que, em confluência, estruturam uma forma de sociedade. A partir desta composição, identificamos que as alterações institucionais refletem e consolidam mudanças no padrão produtivo e trabalhista – que teoricamente se insere na esfera econômica, mas que se relaciona com todas as demais esferas teóricas. A partir disso,

Neste sentido, destacaremos as mudanças institucionais em relação a aspectos reais do mercado de trabalho no Brasil, considerando que, a partir desta relação, as condições concretas do mercado de trabalho, que se inserem no modo de produção capitalista, dinamizam-se às mudanças institucionais, em uma relação de composição mútua, e que se articula à reprodução global do capitalismo (GILL, 2007). Com isso, pretendemos dar luz a esta dinâmica entre as mudanças institucionais e os aspectos concretos do mercado de trabalho no Brasil, articulando as variáveis de alteração nas leis trabalhistas com indicadores sócio-econômicos, para cada uma delas.

Tendo desenhado o procedimento que guia nossa hipótese, passemos à composição dos capítulos, cuja construção está orientada a articular dois níveis de análise: um nível macro, que se refere à reprodução ampliada do capitalismo e do padrão trabalhista correspondente; e um nível específico, que diz respeito à formação interna do mercado de trabalho no Brasil. Assim, no segundo capítulo objetivamos caracterizar duas principais relações que fazem parte da reprodução ampliada do capitalismo, cuja dinâmica consolida uma condição de dependência às economias latino-americanas e à brasileira. A primeira destas relações nasce da articulação entre a lógica de acumulação financeira e a ideologia neoliberal que, em conjunto, levam a uma readaptação institucional de caráter amplo e que visa liberalizar os fluxos de circulação de capital. Neste sentido, a seção 2.1 é destinada a explicitar esta relação, caracterizando o Neoliberalismo Disciplinar e a reprodução do atual padrão de acumulação na economia brasileira, considerando as particularidades do capitalismo dependente no Brasil. As particularidades visam explicitar a segunda relação de destaque na seção: a relação de dependência da economia brasileira em relação ao capitalismo central. Esta análise é fundamental para a análise das transformações no mundo do trabalho, tendo em vista que este se insere na totalidade da dinâmica capitalista, tanto em nível global, quanto nacional. Em síntese, esta primeira seção caracteriza a ideologia neoliberal e sua consolidação institucional para o Brasil, finalizando a seção com algumas considerações sobre a reprodução do capitalismo dependente no Brasil após 1990. Prosseguimos na seção 2.2, analisando as estruturas internas do capitalismo dependente no Brasil, afunilando nosso olhar para a formação do mercado de trabalho brasileiro, e

---

pretendemos enfatizar a relação entre as mudanças normativas das instituições do Estado brasileiro e a consolidação do novo padrão trabalhista no Brasil.

apresentando a categoria da superexploração da força de trabalho em seu contexto original de formulação teórica, caracterizando os aspectos que embasam uma estrutura econômica que superexplora sua força de trabalho.

Em seguida, o segundo capítulo objetiva estabelecer uma relação clara entre o novo padrão de acumulação neoliberal, explicitado anteriormente, e o panorama atual do mercado de trabalho no mundo e na América Latina, mostrando que atualmente está em curso um processo de flexibilização do trabalho. Assim, a seção 3.1 visa caracterizar o atual padrão de trabalho no mundo, por meio das estimativas da OIT, delimitando, além das tendências gerais, os três tipos de contrato que passam a vigorar após 1990, bem como a dinâmica das variáveis salário e jornada. Em seguida, na seção 3.2, delimitamos nossa análise para a forma que as economias latino-americanas – consideradas como economias dependentes - reproduzem o novo padrão trabalhista, conforme as condições internas de formação do mercado de trabalho e sua condição de dependência em relação ao capital externo. Para o nível global e latino-americano, utilizaremos as mesmas variáveis já explicitadas, no intuito de contrastar o novo padrão trabalhista para os diferentes tipos de economia.

Por fim, o quarto capítulo visa caracterizar o novo padrão de trabalho no Brasil após 1990, a partir das variáveis já estabelecidas, articulando esta readaptação normativa e concreta à categoria da superexploração da força de trabalho. Na seção 4.1, realizamos uma análise sobre alguns aspectos de formação do mercado de trabalho no Brasil, delineando algumas tendências persistentes nesta estrutura. Em seguida, na seção 4.2, passamos a análise das mudanças normativas e da dinâmica concreta do mercado de trabalho no Brasil após 1990, a partir das três variáveis estabelecidas: os aspectos contratuais (contrato temporário, part-time e terceirizado), jornada e salário. Ademais, compreendemos que os aspectos contratuais fazem parte de um processo de flexibilização externa, e as outras variáveis de um processo de flexibilização interna (NETO, 1997). Ao fim, articulamos o processo conjunto da flexibilização à manutenção e intensificação da superexploração da força de trabalho no Brasil após 1990.

## **2 Neoliberalismo Disciplinar e Superexploração da força de trabalho: padrões e mudanças no capitalismo financeiro**

### **2.1 Neoliberalismo Disciplinar: o novo padrão de acumulação capitalista no Brasil pós 1990**

Nesta seção trataremos do processo de mudança no padrão de acumulação do capitalismo global, relacionando-o à necessidade de reestruturação no padrão trabalhista nas economias do mundo e, neste caso na economia brasileira. Para tanto, partiremos de uma análise da natureza de valorização do capital (subseção 2.1.1), na qual existe uma evolução de suas formas de realização, considerando que no recorte temporal de nossa análise há uma predominância da forma capital financeiro. A partir disso, serão analisados aspectos sobre a natureza de reprodução do capital financeiro e suas relações com a exploração da força de trabalho e as condições trabalhistas. Assim, consideramos que o capitalismo global – e as formas de capital que o sustentam – se dinamiza mediante uma constante articulação entre os processos de criação (fictícia<sup>12</sup> ou real) do valor e as forças institucionais correspondentes ao recorte histórico pós 1990, delimitando esta articulação aos padrões trabalhistas do período.

Em seguida, para analisar aspectos da reestruturação no padrão trabalhista, consideramos como a ideologia neoliberal, presente na fase financeira do capitalismo (pós 1990) se estrutura institucionalmente e no modo de produção vigente, partindo de uma noção marxiana de ideologia. Assim, o disciplinamento neoliberal, que corresponde a consolidação da ideologia neoliberal, compreende aspectos que transcendem a natureza de valorização financeira, abarcando instituições e políticas de Estado que regulam o mercado de trabalho. Para isso, na subseção 2.1.2 traremos uma breve reflexão do porque consideramos o Neoliberalismo como uma ideologia: a ideologia da financeirização. Ademais, compreendemos que a dinâmica entre a natureza do capital e novo padrão de trabalho pós 1990 está atravessada pelo estágio histórico do capitalismo global monopolista e de acumulação concentrada, sendo

---

<sup>12</sup> Quando utilizamos o termo fictício, estamos nos referindo à conceituação (de aspecto processual) do capital fictício em Marx (1976), desenvolvida por ele de forma ainda tímida. Germer (1994), em uma análise marxiana sobre as formas de capital que se atrelam ou não à criação de valor real, enfatiza que o capital fictício diz respeito a uma “multiplicação ilusória da riqueza realmente existente, com base no capital portador de juros, por intermédio dos mecanismos monetários e financeiros.”.

que este permite as bases para a financeirização<sup>13</sup> e para a flexibilização do trabalho a nível global.

Na sequência (subsecção 2.1.3) apresentaremos a categoria do Neoliberalismo Disciplinar (Gill, ANO), enfatizando a inserção do capitalismo brasileiro na lógica de acumulação financeira do capitalismo global, sendo que a adesão institucional ao novo padrão de trabalho está contida no processo de disciplinamento neoliberal. Neste sentido, compreendemos de forma mais geral como a natureza de acumulação financeira e os processos de ajuste institucional estão intimamente ligados, sendo a ideologia neoliberal indispensável para a coesão entre estas esferas e para a manutenção e legitimação do novo padrão de trabalho na economia brasileira

Relacionando este processo de disciplinamento na economia brasileira de forma mais específica, pretendemos (na subsecção 2.1.4) mostrar como suas condições de capitalismo dependente estão ligadas à forma como este disciplinamento neoliberal se estrutura. A partir disso, daremos ênfase ao padrão de reprodução do capital nas economias dependentes, mostrando os processos históricos de formação socioeconômica e defendendo que a adaptação neoliberal opera a partir desta estrutura anterior, sendo a superexploração um dos traços centrais no processo interno de formação das economias dependentes (Marini, 1979; Osorio, 2012).

Por fim, na subsecção 2.1.5 relacionaremos a natureza financeira do capital e as especificidades da economia brasileira, identificando processos concretos de readaptação neoliberal (aspectos institucionais de liberalização econômica) no Brasil, entendendo estes como um disciplinamento necessário para a adesão do novo padrão de trabalho após 1990. Esse disciplinamento permite a inserção brasileira na economia global à custa da liberalização de atividades financeiras que, como veremos no capítulo três, resulta no rebaixamento das condições trabalhistas internas. Para isso, analisaremos os marcos institucionais e normativos de caráter liberalizante, estabelecidos após a década de 1990.

---

<sup>13</sup> Compreendemos o processo de financeirização partindo de Chesnais (2005), com a predominância global de atividades correspondentes ao capital financeiro, o que condiciona institucionalmente uma liberalização dos fluxos e readaptação do aparato estatal por meio do poder político de classes vinculadas ao rentismo. Este processo de liberalização abarca também a flexibilização trabalhista, por meio da qual há a diminuição dos entraves à circulação e valorização do capital (CHESNAIS, 2005, p.12; VALENCIA, 2009).

### **2.1.1 A natureza do capital financeiro**

Para definir as bases das quais partimos é necessário esclarecer que, para nós o processo de constituição do capital financeiro se diferencia da interpretação dada por Hillferding (2008). Para Hillferding (Idem), o capital financeiro representa uma fusão da forma industrial e bancária (capital de crédito), por meio da qual o capitalismo se expandiu e permitiu que o excedente produtivo acumulado pelas grandes indústrias do período pós-guerra fosse reinvestido sob a forma de atividades que envolviam a remuneração de capital por meio dos juros. Dessa maneira, o capital financeiro se vê necessariamente atrelado a uma base produtiva real (capital industrial) sendo o capital bancário uma fração que interage dinamicamente com a esfera produtiva, permitindo a ampliação de atividades referentes a essa esfera. Assim, por mais que em determinado grau de concentração de capital, a fração bancária passe a articular e conduzir o processo de acumulação, este ainda possui uma base concreta de valorização (HILLFERDING, 2008).

Apesar de considerarmos que o capital financeiro não se desvincula totalmente do capital produtivo – porque requer excedente de capital para permitir o financiamento e acumulação via juros – interpretamos essa forma de maneira mais ampla e complexa, de modo que há um grande potencial de descolamento do capital financeiro a uma base concreta de valor. Com isso, utilizamo-nos da interpretação que vê o capital financeiro não apenas como uma forma autonomizada de capital ao lado das demais, mas como o capital enquanto processo que percorre, articula e domina as demais formas particulares do capital, sem se fixar em nenhuma delas em particular, impondo sua forma e sua lógica de valorização, de forma autônoma (CORAZZA, 2002). Esta forma autonomizada do capital cumpre uma função específica no processo de circulação do capital a nível global, como define Marx (1976, p.403/404, tradução própria):

Do capital global de separa e se autonomiza uma parte determinada em forma de capital financeiro, cuja função capitalista consiste exclusivamente em levar a cabo este tipo de operação para toda a classe de capitalistas industriais e comerciais. (...) Os movimentos deste capital financeiro são somente movimentos de uma parte autonomizada do capital industrial, empenhado em seu processo de reprodução.

Sendo assim, o capital financeiro corresponde a uma reunião de formas relativamente autônomas que se descolam da produção material (esfera produtiva). Sobre esta autonomia, Marx (Idem, p.412, tradução própria) enfatiza:

Na medida em que temos a mediação técnica da circulação do dinheiro, o capital financeiro adiantado por um setor particular de capitalistas (...) também está presente aqui a forma geral do capital  $D-D'$ . Em virtude do adianto de  $D$  se gera  $D+$  variação de  $D$  para aquele que o adianta. Mas a mediação de  $D-D'$  não se refere aqui a fatores materiais desta metamorfose, senão apenas a fatores técnicos.

Sendo assim, o capital financeiro corresponde a uma parte essencial do processo de circulação global do capitalismo, se autonomizando da esfera de criação de valor concreto. A partir do desenvolvimento de atividades relativas à circulação do capital financeiro, Marx (Idem) salienta que este se dá sem a criação de novo valor (ou mais-valor<sup>14</sup>), mas por meio da apropriação de valor já existente. Nesta medida, interpretamos que o aumento de atividades financeiras – alimentada pela apropriação de massa de mais-valia já produzida – implica necessariamente no comprometimento de parcela desta massa de mais valor referente à esfera produtiva, o que incide como uma tendência de queda na taxa de lucro produtivo. Como descreve ainda descreve Marx (1976), uma das formas de fazer frente a esta parcela do lucro excedente que é apropriada para dinamizar as atividades financeiras, é por meio de um aumento na exploração da força de trabalho, considerando os diversos mecanismos para fazê-lo.

Assim, caracterizamos a natureza do capital financeiro e as implicações que esta pode trazer para a exploração da força de trabalho, utilizando-nos de um alto grau de abstração para captar esta natureza intrínseca de forma mais concreta. Porém, a natureza de valorização do capital financeiro é apenas um dos aspectos do processo de financeirização, que está atravessado historicamente por fatores ideológicos, políticos, institucionais, e econômico-estruturais, considerando as relações de classe contidas nestas “esferas”. Neste sentido, estabelecemos uma conexão clara entre o processo de financeirização e o modelo

<sup>14</sup>

Marx (1996) destrincha a composição do valor nas mercadorias durante o processo de produção. Ao utilizarmos a expressão mais-valor, referimo-nos ao valor excedente resultante do processo produtivo que se origina do tempo de trabalho não necessário e não pago ao trabalhador.

ideológico, econômico e institucional proposto pelo Neoliberalismo, que possui natureza disciplinar por transcender aspectos meramente econômicos e passar a influenciar tomadas de decisão institucionais e políticas (GILL, 2003). Esta relação se estabelece porque o conjunto de medidas liberalizantes (de caráter geral e em relação aos direitos trabalhistas) são funcionais à circulação do capital financeiro, promovendo uma aceleração dos fluxos de acumulação por meio da liberalização de atividades financeiras. Ou seja, o Neoliberalismo permite que as funções técnicas desempenhadas pela forma financeira do capital sejam absorvidas e padronizadas pelas economias, sendo a forma de adesão a este modelo dependente da formação interna de cada uma delas. Com isso, consideramos que apenas a natureza do capital financeiro *per se* não implica em alterações nas formas de exploração da força de trabalho, mas estas são resultado de uma combinação de fatores também ideológicos e institucionais, que se apresentam de forma coesa no que se pode chamar Neoliberalismo Disciplinar. No intuito de analisar como o Neoliberalismo, que parte de uma alteração no padrão de produção vigente, articula uma nova etapa do capitalismo a reestruturacoes institucionais e trabalhistas, a próxima subseção trará a ideia do neoliberalismo como ideologia vigente na etapa financeira no capitalismo.

### **2.1.2 Neoliberalismo como ideologia da financeirização**

No marco histórico de mudança do padrão cambial e monetário que se observa em 1970, com a quebra da conversibilidade do ouro por parte dos Estados Unidos, temos uma forte possibilidade de descolamento das atividades referentes ao capital financeiro do processo de criação de valor concreto – possível somente a partir do capital industrial (MARX, 1976). Isto é, anteriormente, com a base monetária referenciada em ouro, a possibilidade de auto-valorização do capital financeiro se via restringida por uma referência concreta de valor. Assim, consideramos a financeirização como um processo histórico no qual se observa uma predominância e relativa autonomia de circulação do capital financeiro, sendo que esta forma passa a articular as demais formas de capital, impactando sobre a esfera produtiva e, consequentemente sobre a exploração da força de trabalho (CHESNAIS, 2005). Para compreender como se dá a predominância da forma financeira do capital, no que constitui esta forma e como isso se relaciona à exploração da força de trabalho, apresentamos na subseção anterior algumas considerações sobre a natureza de valorização do capital na forma financeira, bem como as contradições envolvidas neste processo de valorização. A partir



desta natureza financeira, que passa a predominar por meio de alterações no modo de produção capitalista, temos uma série de modificações estruturais, dentre as quais está a legitimação das medidas neoliberais, que passam a influenciar a consciência coletiva de diversas maneiras. Uma das principais formas dessa influência se dá com conformação do modelo neoliberal enquanto conhecimento científico no campo da economia. Neste sentido, faremos um breve apanhado sobre a produção intelectual neoliberal no século XX, no intuito de estabelecer pontes claras entre a dominância intelectual do neoliberalismo (também nas esferas políticas e institucionais) e o atual estágio do capitalismo no período em que se dá essa dominância.

Os primeiros debates em torno das ideias neoliberais foram encabeçados por Friedrich August Von Hayek, economista que compõe a tradição austríaca do pensamento liberal e tem como sua principal obra *O Caminho da Servidão* (1987). Seus esforços teóricos surgem ainda em uma conjuntura de progresso produtivo do capitalismo global – 1950 e 1960 – e no período de predominância das políticas macroeconômicas keynesianas e de busca ao pleno emprego<sup>15</sup>, bem-estar, caracterizando um modelo intervencionista estatal. No mesmo período, Hayek já articulava reuniões e debates com outros intelectuais do pensamento liberal, como Milton Friedman, que também foi um dos expoentes do pensamento liberal, compondo a tradição liberal da Escola de Chicago. Nesta medida, observa-se uma dinâmica de expansão desta tradição de pensamento, com articulação de grupos de intelectuais que debatiam o tema e que por volta da década de 1950 conformaram a Sociedade de Mont Pèlerin<sup>16</sup>, uma sociedade que defende a ascensão do liberalismo político-econômico na ordem mundial do pós-guerra.

Ademais, é importante considerar que os esforços teóricos desses economistas se dinamizam ao momento histórico e isso nos ajuda a entender porque estas ideias adquirem maior relevância no despertar da década de 1970, momento em que o capitalismo global começava a dar sinais de esgotamento e observou-se um contexto de recessão e sucessivas crises (como em 1973 e 1979), que comprometeram o andamento das políticas de bem-estar e pleno-emprego. Com isso, as ideias neoliberais se expandem para diversas economias mundiais e

---

<sup>15</sup> As ideias que permeiam as políticas orientadas pela tradição keynesiana do pensamento encontram-se sumarizadas na principal obra de John Maynard Keynes, *A Teoria Geral do Emprego e da Moeda* (1982).

<sup>16</sup> Para ver mais sobre a Sociedade de Mont Pèlerin, que está ativa atualmente, consultar: <https://www.montpelerin.org/>.

posteriormente caracterizam programas políticos das principais economias do período, como o governo de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos (ANDERSON, 1995).

Entre as medidas institucionalizadas por estas economias, as principais ideias que conformavam o “modelo social” contido no neoliberalismo de Hayek, estava o princípio da liberdade individual e da espontaneidade do mercado, considerando que o curso evolutivo natural deste levaria os indivíduos a melhor alocar os recursos e disseminar um conhecimento otimizado. Para Hayek, as instituições do Estado interferiam no curso natural do mercado e limitavam a liberdade de escolha dos indivíduos, além disso, a intervenção do Estado no mercado levava a proteção de grupos e monopólios, o que prejudicava a alocação perfeita dos preços e recursos (HAYEK, 1987).

O modelo de sociedade neoliberal previsto em Hayek ataca as ações de planejamento coletivo e atenta para os perigos de um aparato estatal que visa privilegiar um grupo de indivíduos em detrimento de outro, como afirma em sua obra *O caminho da servidão* (1987, p.83, grifo nosso):

A democracia exige que as possibilidades de controle consciente se restrinjam aos campos em que existe verdadeiro acordo, e que, em certos campos, se confie no acaso; este é o seu preço. [...] Muitos dizem, no atual momento, que a democracia não tolerará o ‘capitalismo’. Se na aceção dessas pessoas ‘capitalismo’ significa um sistema de concorrência baseado no direito de dispor livremente da propriedade privada, é muito mais importante compreender que só no âmbito de tal sistema a democracia se torna possível. No momento em que for dominada por **uma doutrina coletivista**, a democracia destruirá a si mesma, inevitavelmente.

Interpretamos a partir disso que, para Hayek, o Estado democrático de direito deveria se limitar à manutenção da liberdade e da propriedade privada, sem interferir na distribuição de capacidades e nos méritos individuais de cada cidadão. Assim, os esforços teóricos de Hayek apontavam para a conformação de um modelo de sociedade perfeita, onde os indivíduos teriam plena liberdade de escolha e capacidade de concorrer igualmente dentro das oportunidades do mercado. Como é possível interpretar, há uma clara relação entre os esforços intelectuais de Hayek e a proposição de um modelo de

organização das esferas políticas e institucionais, e a estas proposições somavam-se os esforços de autores como Friedman.

Friedman (1985), também economista, encabeçou a corrente teórica conhecida como Escola de Chicago, que também se articulava globalmente com outras escolas liberais de pensamento. Friedman (Idem), assim como Hayek, primava pelo estabelecimento dos setores privados do mercado como limitadores às arbitrariedades do Estado, e recomendava um receituário para a ação do Estado: “sua principal função deve ser a de proteger nossa liberdade contra os inimigos externos e contra os nossos próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar contratos privados; promover mercados competitivos” (FRIEDMAN, 1985, p.12). Assim, o elemento que ordena a vida social é o mercado e os agentes que fazem parte dele, cabendo ao Estado a função de assegurar juridicamente e legitimar o funcionamento deste. Além de defender a limitação do papel do Estado, Friedman desenvolveu uma importante teoria monetarista, enxergando nas instituições do mercado a função de controlar os fluxos monetários e estimular os investimentos e concorrência.

Como podemos interpretar, a articulação do pensamento neoliberal crescia à medida que se observava uma desaceleração da produção de riqueza no capitalismo global, bem como um esgotamento das políticas de proteção ao emprego, que perdia espaço nos programas políticos das economias centrais e nas economias periféricas. Atrás dos programas políticos que iam tomando cena no fim da década de 1970, estava o ideal teórico de autores como Hayek e Friedman, e este receituário encontrou respaldo com a consolidação dos programas políticos de Reagan nos Estados Unidos e Thatcher na Inglaterra. É por meio desta dinâmica entre tradição teórica e influência política que se constitui a pressão das economias centrais para adoção do receituário neoliberal em economias como o Brasil, no intuito de prosseguir com a liberalização dos fluxos e atividades do mercado. Esta pressão por ajuste se deu fortemente durante as décadas de 1980 e 1990, sob a tutela das instituições financeiras multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que fizeram da cartilha neoliberal seu programa condicional de auxílio às economias dependentes, chamadas de atrasadas (TOUSSAINT, 2002).

A partir desta breve explanação sobre a produção intelectual neoliberal é possível estabelecer uma relação entre as ideias que conformam o modelo neoliberal e as necessidades provenientes do estágio produtivo do capitalismo após a década de 1970. Nesta medida, por mais que os aspectos intelectuais e ideológicos não sejam o foco do presente estudo,

é fundamental entender como o neoliberalismo se liga ao modo de produção capitalista de predominância financeira, relacionando sua expansão ao processo de financeirização. Com isso, classificamos o neoliberalismo como ideologia da financeirização, compreendendo a ideologia como um conjunto de representações de caráter tanto subjetivo (consciência coletiva) quanto objetivo e concreto (normativo e institucional). Esta interpretação sobre as ideias e sua dinâmica concreta na sociedade possui base no método materialista-histórico, que compreende a ideologia de forma relacionada ao modo de produção vigente de maneira mutuamente constitutiva, e isso impacta nas esferas políticas, normativas e institucionais:

A produção das idéias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; (...) As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como a emanção direta de seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, na das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc. (...) os homens reais, atuantes, tais como, são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem. (MARX, 2001; p.18 e 19)

A partir desta noção de ideologia nos voltamos ao estágio histórico que nos propusemos a analisar (pós-1990), sob um olhar mais geral e abstrato, para estabelecer uma relação entre as ideias neoliberais e o processo de financeirização, sendo estas ideias parte do processo histórico de transformação no padrão de acumulação capitalista. É com isso que nos permitimos interpretar o neoliberalismo como ideologia da financeirização, por possibilitar a readaptação política e institucional das economias, no sentido de liberalizar os fluxos e atividades de capital numa escala mundial. Esta readaptação se dá por meio de um verdadeiro disciplinamento normativo, o que explicita como as ideias transcendem o aspecto subjetivo e se materializam nos aparatos sociais e institucionais. De uma forma geral, temos a conformação de um modelo econômico e institucional de alcance internacional, que visa padronizar as economias de acordo com as premissas do livre mercado (GILL, 2003). De uma forma menos abstrata, entendemos que a aplicação do modelo neoliberal está clivada pela função de cada economia no cenário

global, no qual o Brasil figura como economia de capitalismo dependente e por isso está mais sujeita a constrangimentos estruturais do capital.

Esta interpretação parte de uma leitura que Gill (2003) realiza sobre o Neoliberalismo Disciplinar, enxergando este como um constrangimento estrutural e indireto, que se dá por meio do aparato normativo e institucional. O Neoliberalismo Disciplinar se estrutura por diversos aspectos referentes à liberação dos fluxos de capital, contudo, apesar de tratarmos de aspectos mais gerais da liberalização neste capítulo, nosso objetivo é delimitar este disciplinamento nas normativas que regulam o mercado de trabalho na economia brasileira. Neste sentido, a próxima subseção será destinada a caracterizar a categoria<sup>17</sup> do Neoliberalismo Disciplinar, possibilitando a compreensão deste processo na economia brasileira após a década de 1990, com ênfase para as reformas do âmbito trabalhista.

### **2.1.3 O Neoliberalismo Disciplinar de Gill**

Partiremos desta categoria de análise no intuito de estabelecer uma relação entre a ideologia neoliberal a nível global e como esta se estrutura de forma concreta em cada economia, por meio da consciência coletiva, discursos hegemônicos e das instituições – sendo este último âmbito destacado por este trabalho. Como argumentamos na subseção anterior, a ideologia se conforma mediante a dinâmica entre as forças materiais e forças sociais no mundo capitalista. No caso do neoliberalismo, esta ideologia diz respeito ao estágio de predominância financeira do capitalismo, que atinge proporções globais devido à capacidade desta de se consolidar de forma estrutural, por meio das instituições<sup>18</sup>, possibilitando a liberalização de atividades financeiras em larga escala.

Em sua obra, Gill (2003; 2007) enxerga a conformação ideológica do neoliberalismo a partir de uma determinada ordem mundial em

<sup>17</sup>

O tratamento do Neoliberalismo Disciplinar enquanto uma categoria se justifica pelo método de análise deste trabalho. Na metodologia histórico-materialista as categorias se referem a conjuntos de fatores (ou fenômenos) concretos e dinâmicos, que literalmente categorizam-nos para possibilitar uma compreensão intelectual dos mesmos, por meio do conhecimento científico.

<sup>18</sup>

Por instituições, estamos nos referindo ao aparato normativo do Estado brasileiro, no qual se dinamiza uma série de alterações na legislação, referentes tanto aos fluxos de capital, quanto aos direitos do trabalho. Interpretamos que estas alterações de caráter jurídico, sinalizam a consolidação dos princípios neoliberais na economia brasileira.

transição, caracterizando esta transição em três níveis que, segundo o autor, refletem uma tríplice crise. Assim, a ideologia neoliberal seria responsável por conduzir essa transição de forma coesa: no nível político, por meio das mudanças institucionais e no aparato estatal; no nível econômico, por meio da reestruturação produtiva (e trabalhista), financeira e comercial; e no nível sócio-cultural, por meio da emergência de novas estruturas ideacionais acerca da ordem construída. Partindo desse olhar mais geral, interpretamos que para Gill (2007), o neoliberalismo está intimamente ligado às necessidades de reestruturação do capitalismo global, considerando as crises e limitações à acumulação global observadas após 1950. Por isso, a ideologia precisa concretizar esta transição de forma estrutural e legítima, por meio das instituições e medidas legais. É importante enfatizar que esta influência estrutural do neoliberalismo está clivada pelos distintos padrões de reprodução das economias capitalistas frente a esta tríplice crise, por isso envolve relações de constrangimento normativo entre as economias, para encorajar a adesão e legitimação às medidas de caráter liberalizante. As assimetrias que influenciam na pressão estrutural do neoliberalismo são um ponto crucial na nossa análise, tanto porque esta pressão recai de forma específica sobre a economia brasileira (que possui um capitalismo dependente na economia global) e sobre a classe trabalhadora do Brasil, ponto que será explorado com mais afinco nas próximas seções.

Ou seja, como os efeitos estruturais desta tríplice crise são sentidos de formas distintas e assimétricas entre as diferentes frações sociais, o neoliberalismo necessariamente busca consolidar ideais e discursos hegemônicos sobre a liberdade dos mercados como a liberdade dos próprios indivíduos. Ao fazê-lo, busca também outros constrangimentos normativo-institucionais que visam assegurar a estabilidade social em uma ordem de liberdade dos mercados (GILL, 2007). A ordem de liberdade dos mercados (ou como denominado pelo autor: globalização) diz respeito a um processo amplo e multidimensional: Reestrutura o aparelho do Estado - e se vale do seu poder - de acordo com um modelo ideológico e concreto que implica um processo de monetarização, privatização e transnacionalização do capital. A esta ideologia que prioriza o mercado, Gill dá o nome de neoliberalismo oligopolístico, ou seja, proteção e oligopólio para as empresas e disciplina de mercado e socialização de seus riscos para os trabalhadores, o que reflete o aumento da tensão entre capital e trabalho.

Ainda sobre o aparelho estatal, Gill (2003) salienta que com sua reestruturação, diversos mecanismos passam a atuar mais amplamente,

como forma de suprir as necessidades do capital e do regime de acumulação global, sendo um exemplo disso o estabelecimento de uma legislação para disciplinar o trabalho e gerar ordem. Sendo assim, a reorganização do aparato institucional do Estado envolve diversos aspectos, desde uma adequação em relação aos padrões da economia internacional, até uma adaptação interna para legitimar a reprodução deste padrão nacionalmente. Acerca dessa adaptação interna existe uma ampla gama de aspectos a ser considerados, que se observam de acordo com padrão de reprodução capitalista das economias que, no caso brasileiro é dependente e periférico.

Com isso, Gill (2007) a categoria do Neoliberalismo Disciplinar – que engloba tanto o nível transnacional quanto o local – diz respeito à combinação das micro e macro dimensões do poder do capital, que atuam como forma de orientar a sociedade e a estrutura político-econômica para o mercado. Neste sentido, observa-se que o poder estrutural do capital age sob diversos mecanismos, moldando padrões produtivos e expectativas de mercado, por meio da uniformização de normas e flexibilização de direitos. Assim, o neoliberalismo disciplinar se institucionaliza quando se insere em novas estruturas constitucionais que garantem segurança jurídica ao capital em detrimento do trabalho, no nível macro do poder, tanto pela atuação interna do Estado quanto pela pressão externa de instituições e de outras economias do mundo.

Situando essa categoria em seu momento histórico sob um nível de abstração mais geral, o neoliberalismo disciplinar seria a expressão de uma investida do capital em escala mundial ocorrida nos anos 1990, que reconstitui o Estado e seus aparatos institucionais, assim como intensifica as hierarquias sociais associadas às relações de classe, raça e gênero em escala mundial. Neste sentido, a disciplina neoliberal do Estado envolve o condicionamento de novas estruturas legais e políticas constitucionais ou quase-constitucionais (o que Gill classifica como novo constitucionalismo) que visam institucionalizar o poder estrutural do capital ao mesmo tempo em que limita a atuação da classe trabalhadora via flexibilização das condições de trabalho. Em conjunto, é promovido um projeto político que faz do liberalismo transnacional, e se possível do capitalismo democrático liberal, o único modelo para o desenvolvimento futuro.

Situando essa categoria a partir de um menor nível de abstração – análise mais específica – é possível chegar ao aspecto que pretendemos destacar neste trabalho: o disciplinamento institucional e normativo sobre os padrões e direitos trabalhistas. Se voltarmos nosso olhar para as condições internas da economia brasileira, é possível verificar como os

aspectos gerais da adaptação neoliberal se dinamizam ao padrão de reprodução do capitalismo brasileiro, e a partir disso poderemos analisar mais concretamente o novo padrão trabalhista e suas implicações pra a força de trabalho brasileira. Tendo delimitado este olhar mais geral nas seções anteriores, as próximas seções serão destinadas a caracterizar o padrão de reprodução capitalista no Brasil e as mudanças normativas após a década de 1990 que permitiram inserir o Brasil no ciclo de atividades de capital correspondentes à fase de financeirização global. Esta noção de padrão do capitalismo dependente é crucial para entendermos tanto a relação da economia brasileira com a economia global, quanto os desdobramentos internos referentes às condições de exploração e reprodução da força de trabalho.

### **2.1.4 O padrão de reprodução do capital no Brasil**

Nesta subseção utilizaremos os esforços teóricos de Marini (1966; 1973; 1979) e Osorio (2013, 2012), desempenhados no âmbito da Teoria Marxista da Dependência, teorizando aspectos referentes ao capitalismo dependente na América Latina. Tendo a economia brasileira como nosso objeto de estudo, consideramos que estes esforços compreendem de forma robusta os mecanismos de reprodução capitalista no Brasil e, assim, servem para que caracterizemos o padrão de acumulação vigente nesta economia. Pretendemos, com esta caracterização, compreender como a economia brasileira se liga à economia mundial em um período de predominância financeira e neoliberal, e, com isso, apreender fatores internos acerca dos padrões trabalhistas.

Desenvolvido por Marini (1979), o padrão de reprodução do capital aparece inicialmente como um ciclo reproduzido de forma específica pelas economias de capitalismo dependente, que se dá com base na Lei do Valor, se valendo de menores níveis de abstração para captar o máximo de aspectos da formação econômica na periferia latino-americana. Partindo desta ideia, Marini (Idem) atrela o desenvolvimento de um estágio global do capitalismo à forma com se estruturam as economias dependentes, estabelecendo uma perspectiva relacional de inserção destas no ciclo de acumulação global, não apenas como meras partes constituintes de um todo, mas como economias que se forjam para desempenhar funções específicas dentro do capitalismo global. O aspecto externo – que se apresenta desde a formação do capitalismo nas economias latinas – constitui, a nosso ver, a base da análise de Marini e



isso traz implicações para sua compreensão do capitalismo dependente como distinto dos demais, um capitalismo *sui generis*<sup>19</sup>.

Esta base está em total consonância com o método histórico-materialista, que considera a dinâmica histórica e espacial na constituição dos fatos concretos, o que permite compreender o capitalismo dependente a partir de suas condições internas, mas também em sua relação com os diferentes estágios do capitalismo global e as economias que o compõem. Por conseguinte, se há uma mudança no padrão de acumulação global, isto influenciará no padrão interno das economias dependentes de acordo com suas condições de formação:

A reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se readaptar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reorganizando a produção sobre novos eixos de acumulação (...). Isso permite historicizar a reprodução do capital e diferenciar os padrões que se estabelecem. (OSORIO, 2012 p.11)

Neste sentido, os diferentes padrões dinâmicos do capitalismo global se relacionam à reprodução do capitalismo dependente desde os processos iniciais de industrialização (1950) até chegar ao padrão neoliberal pós 1990. Acerca do período de industrialização inicial – primeiro recorte analítico do autor – Marini (1979) sinaliza um aumento na composição orgânica de capital das economias latinas (com ênfase para Brasil e México), estando este processo já inicialmente atrelado ao capital externo e à posição que estas economias ocupavam na divisão internacional do trabalho referente ao período em questão. Nesta divisão, as economias latinas desempenhavam a função de primário-exportadoras e esta característica faz parte de sua estrutura socioeconômica, como enfatiza: “Sob a forma de economia exportadora, a economia dependente latino-americana representava um sistema de produção complementar ao sistema das economias centrais, tendo seu ciclo determinado por este” (MARINI, 1979 p.1, tradução própria). Partindo dessa noção inicial, Marini (Idem) analisa os processos de circulação, acumulação e produção nas economias dependentes,

<sup>19</sup>

Para Marini (1973), expoente da Teoria Marxista da Dependência, o capitalismo dependente segue a mesma lógica de acumulação presente na Lei do Valor, contudo, possui elementos específicos (não exclusivos) do espaço e momento histórico de sua formação. Mais adiante pretendemos enfatizar alguns destes elementos, para chegarmos ao nosso objeto de estudo.

mostrando como a presença do capital externo constitui peça fundamental no momento inicial de circulação:

Podemos afirmar que o ciclo econômico da economia dependente, as distintas fases de expansão e recessão que esta atravessa, encontra-se diretamente articulado com o exterior (...). Em sua primeira fase de circulação – da qual o processo de acumulação depende – atua um fator externo à economia dependente e que se encontra totalmente fora de seu controle: o capital estrangeiro (MARINI, 1979, p.19)

Por conseguinte, o aspecto externo aparece como elemento conformador das economias dependentes, o que em certa medida retira delas a decisão de investimento, internalizando o capital estrangeiro em seus processos de formação produtiva. Acerca do investimento, Marini (Idem) identifica duas formas principais de entrada do capital externo, o investimento direto (sobretudo fusões, aquisições e filiais) e o investimento indireto (principalmente financiamentos e empréstimos). Esta constante presença do capital externo na conformação produtiva não é exclusividade das economias latinas, mas se dá com determinados elementos do momento histórico em que estas se formaram:

Nenhum país capitalista, nenhuma economia em geral vive hoje isolada. O que caracteriza a economia dependente é a forma aguda que esta característica adquire e o fato de que ela corresponde à própria estrutura de seu processo histórico de acumulação de capital. (MARINI, 1979, p.20)

Assim, a preponderante presença do capital externo nas economias latinas se constitui como um traço crucial para os processos produtivos, primeiro por determinar o destino, composição e volume de investimentos destas economias. Segundo, porque parte deste capital se apropria do valor produzido nas economias dependentes sob diversos mecanismos, conformando um fluxo de transferência de excedentes para os países de origem deste capital. De acordo com Marini (Idem), este fluxo de transferência de valor é composto por mecanismos como a troca desigual na economia global (deterioração dos termos de troca), a amortização de dividendos (de empréstimos e financiamentos do capital externo), o repatriamento de lucros e domínio de patentes por parte das economias centrais. Neste sentido, percebemos que a presença do capital

externo na conformação inicial das economias dependentes faz com que a transferência de excedentes seja um dos traços característicos destas economias, e destacamos que na subseção 1.2.1 explicitaremos a relação entre a transferência do excedente e a exploração da força de trabalho.

Marini (1979) destaca que uma das principais formas de transferência se dá porque o capital externo contrata força de trabalho, terrenos, matérias-primas e maquinaria e, parte deste capital que entrou como forma de investimento sai imediatamente ao ser trocado por meios de produção adquiridos no exterior. Assim, a lacuna de produtividade existente entre as economias dependentes e centrais se converte em uma apropriação do valor produzido nas primeiras, sendo que o investimento externo não necessariamente implica em uma promoção da produtividade interna de longo prazo. Esta lacuna de produtividade transcende os fatores meramente materiais: desta maneira, além de depender dos bens de capital das economias centrais, as economias latinas utilizam-se do conhecimento tecnológico para operar os meios de produção e eventualmente fabricá-los (MARINI, 1979).

É importante salientar que o Brasil e o México possuem especial atenção na obra de Marini<sup>20</sup>, por serem economias latinas que passaram pelo processo de industrialização de forma mais intensa e precoce, assim, os esforços deste autor nos ajudam a perceber aspectos cruciais na formação do capitalismo brasileiro. Assim, Marini (1966b) verifica que durante os primeiros anos da industrialização brasileira, houve uma forte esperança do Estado no papel do capital estrangeiro para o desenvolvimento, tendo sido criadas já naquele período facilidades para a entrada deste capital. Entre 1965 e 1966, foram liberalizadas as remessas de lucros ao exterior, firmando-se um acordo de garantias com os Estados Unidos, totalizando no período um percentual de participação do capital estrangeiro que oscilou entre 28,1% e 29,4%.

Neste sentido, a economia brasileira – com o consentimento do Estado – se adapta a técnicas produtivas (sem que estas surgissem de um processo interno específico), implicando em decisões de investimento externas a esta economia e que impactou fortemente na forma de organização e condições internas da força de trabalho. Além do mais, este investimento não correspondia às necessidades de consumo locais, e sim à estrutura de produção das economias centrais, o que incentivou uma

---

20

Para analisar outros aspectos referentes à formação econômica brasileira ver: *Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil* (1966a), *A política econômica do Brasil* (1966b), *A economia do capitalismo Brasileiro* (1971), *Transição e crise no Brasil* (1992).

produção para fora, de caráter exportador. A imposição destas técnicas destoava não somente das estruturas produtivas internas do Brasil, mas da composição da força de trabalho no período de 1950 a 1960, que sendo esta uma parte integrante do processo produtivo, também esteve sujeita às necessidades do capital externo:

O grau de preparação da mão-de-obra, formada em sua maior parte por contingentes de origem campesina, não atende aos requisitos das funções criadas pelo desenvolvimento industrial. Normalmente, a empresa recorre à utilização de mão-de-obra não qualificada para suprir as necessidades de pessoal especializado, oferecendo a estas um indispensável treinamento de trabalho. Isso apresenta, na perspectiva do empresário, a vantagem que se paga ao trabalhador um salário inferior ao que seria compatível com a função que este desempenha (MARINI, 1966, tradução própria).

Neste sentido, a força de trabalho esteve, desde o início da industrialização brasileira, sujeita a uma exploração de caráter estrutural, proveniente da desconexão entre o estágio produtivo interno e as técnicas de produção importadas por meio do capital externo. Também destacamos que, no período, o contingente de mão-de-obra disponível e pouco qualificada no Brasil, figura como uma pressão do capital em relação aos novos assalariados, e contribui para a prática da subremuneração<sup>21</sup>. A relação entre este contingente de mão-de-obra e o rebaixamento das condições de trabalho é explicitada por Amaral e Carcanholo (2008, p. 178, 179), que afirmam:

Relacionar o EIR com a superexploração significa mostrar sua ação no sentido de exacerbar as formas ou os mecanismos de extração de mais-valia (...). Sua atuação mais geral é a de fortalecer a ocorrência da superexploração do trabalho e, sendo assim, provoca impactos simultâneos sobre os mecanismos de extensão da jornada de trabalho, de intensificação do trabalho e de queda salarial. (...) Isto ocorre porque, como já dito, a

<sup>21</sup>

Embasados na Teoria do Valor em Marx, Amaral e Carcanholo (2008) argumentam que a existência do Exército Industrial de Reserva (EIR) nas economias dependentes, impõe uma queda salarial abaixo do valor real da força de trabalho, ou seja, leva a prática da sub-remuneração. Neste sentido, uma ampliação do EIR implica em uma pressão sobre os salários em geral.

existência de uma massa de trabalhadores que se encontra excluída, às margens do mercado de trabalho, exerce uma pressão sobre aqueles trabalhadores que se encontram efetivamente empregados, forçando a que estes se submetam a todas as formas de superexploração existentes sob pena de se verem substituídos e desempregados por “trabalhadores da reserva” num momento futuro.

A partir disso, interpretamos que o exército industrial de reserva no Brasil, constitui uma das bases que estruturam o mercado de trabalho em sua formação, e se relaciona à prática interna da superexploração, que se internaliza e consolida a partir de formas que destacaremos na próxima subseção. Por figurar como um mediador das condições de trabalho no Brasil, O EIR também se relaciona ao novo padrão de trabalho após 1990, articulação que explicitaremos no capítulo três.

Ademais, outro elemento estrutural, que provém da relação com o capital externo, é a transferência do excedente, que compromete a capacidade de acumulação das economias dependentes. Estas características conformam a base da categoria que engloba os aspectos estruturais da exploração da força de trabalho nas economias dependentes: a *superexploração da força de trabalho*. Sobre esta categoria, dedicaremos a seção 2.2 do presente capítulo, tendo em vista a necessidade de nos aprofundar no debate em torno desta. Sendo assim, partimos desta linha argumentativa que nos dá bases para verificar como a condição de dependência é algo que transcende as relações intercapitalistas e se estrutura internamente, impactando a forma de organização produtiva e social, bem como as condições trabalhistas.

Com isso, enfatizamos que a relação entre a economia brasileira e o capital externo, dentro do que pode ser considerado como desenvolvimento capitalista, se apresenta desde o início da industrialização brasileira, sendo que esta passa a ser permeada por outros mecanismos que surgem com as transições no padrão de acumulação global. Marini (1966a) faz um apanhado histórico acerca das políticas de Estado no Brasil, mostrando como a relação com o capital externo se apresenta e se transforma, de acordo com a dinâmica histórica de acumulação capitalista. Partindo desta noção e chegando ao momento histórico que nos propusemos a analisar, não há como desvincular a transição financeira e neoliberal do capitalismo à readaptação institucional e produtiva ocorrida com vigor no Brasil após

1990. Assim, enfatizamos a conexão entre o capital externo – em sua fase de financeirização – e os elementos constituintes do padrão de reprodução do capital no Brasil, observando as modificações institucionais que refletem esta relação, em um sentido de maior abertura à entrada e circulação do capital externo e que explicitam o disciplinamento neoliberal. Para realizarmos esta análise de forma concreta, articularemos os elementos teóricos que conformam nossa base argumentativa com as transformações institucionais concretas na economia brasileira, atentando-nos para as medidas de caráter liberalizante, institucionalizadas a partir da década de 1990. Neste sentido, a próxima subseção se destina a realizar um breve apanhado da legislação institucionalizada em matéria de abertura e liberalização econômica na década de 1990.

### **2.1.5 O neoliberalismo se institucionaliza no Brasil**

Como buscamos trazer nas subseções anteriores, o neoliberalismo – atrelado ao modo de acumulação financeiriza – se mostra como um modelo ideológico necessário à manutenção de um capitalismo de nível global e amplo espectro de atividades de capital. Esta manutenção se dá sob diversos aspectos, contudo, enfatizaremos aqui o aspecto institucional-normativo, articulando-o com indicadores econômicos que versam sobre a presença do capital externo na economia brasileira. Na subseção anterior, vimos que a constituição estrutural do capitalismo brasileiro se dá por meio de uma relação com o capital externo e a partir disso, à medida que o capitalismo global apresenta transformações em seu padrão de acumulação, haverá um condicionamento para adaptação a este padrão.

Neste sentido, o capital externo condiciona suas atividades – e presença – na economia brasileira, a uma cartilha de medidas neoliberais, que visam liberalizar as atividades financeiras e aumentar a presença de capitais externos nesta economia. Esta readaptação se condiciona por desdobramentos dessa relação quase incestuosa da economia brasileira com o capital externo, uma vez que este último financia o processo de industrialização iniciado em 1950 e 1960, o que implica em uma relação de caráter dependente. Por meio deste financiamento, a economia brasileira também se inseria no circuito global de acumulação em um período de abundância de recursos externos. Contudo, como a dinâmica do capitalismo passa por constantes crises e recuperações<sup>22</sup>, temos a

---

<sup>22</sup>

Marx (1976) sintetiza a ideia de que o capitalismo é permeado por constantes crises e esgotamentos no padrão de acumulação, seguidas por um

condução de distintos períodos históricos, que trazem mudanças nas relações entre as nações centrais e dependentes, bem como nas exigências do capital externo (MARINI, 1966a).

Neste sentido, temos que o período entre 1970 e 1980 foi um momento de sequenciais crises<sup>23</sup> que depreciaram as reservas de capital da economia brasileira e, conseqüentemente, sua capacidade de solvência. Com a economia brasileira endividada, articulou-se uma recuperação econômica por meio da ajuda do capital externo, sob a legitimidade institucional de organizações internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Por meio de relatórios e estudos sobre o desenvolvimento nas economias periféricas, estas instituições explicitavam o baixo crescimento e a negligência na aplicação dos recursos para industrialização, resultantes da dívida na América Latina. Com isso, o Banco Mundial e o FMI propuseram uma série de alterações nas estruturas de crédito e financiamento para estes países, expressando em suas cartas de intenção as condicionalidades de refinanciamento e negociação da dívida (COELHO, 2002). Esta atuação se fazia necessária para reinserir as economias periféricas no ciclo global de acumulação, tornando-as um ambiente propício aos lucros com atividades de capital:

Do ponto de vista da dinâmica econômica internacional, esses atores [FMI e Banco Mundial] criam espaços de valorização para as empresas transnacionais e ao fazê-lo buscam criar um consenso em torno de um ambiente “tipo ideal” que possa garantir a estabilidade dos negócios (COELHO, 2002, p.111).

---

contorno momentâneo às barreiras de acumulação, por meio de mecanismos diversos. Esta ideia se apresenta na lei tendencial de queda da taxa de lucro, que consiste na relação entre o excedente produtivo e o capital total (formado por capital constante e capital variável), e Marx vê sua tendência de queda permeada por inúmeras variáveis. A principal variável é o fato de que, havendo limites à extração da taxa de mais-valia, observa-se uma tendência de redução da parte variável do capital e aumento da parte constante do capital, consequência da necessidade de elevação produtiva do capital (necessidade de aumento da composição orgânica do capital). Compreender a lei da queda da taxa de lucro, por mais controversa que esta seja, nos ajuda a considerar o que motiva as distintas maneiras de exploração da força de trabalho, como mecanismos de contra-tendência à queda da taxa de lucro.

<sup>23</sup> Tais como a crise do petróleo em 1973 e o Choque Volcker em 1979 (TOUSSAINT, 2002).

Com esta justificativa, e partindo de uma base neoliberal, as instituições e nações centrais instrumentalizaram programas de ajuste estrutural, que vinculavam os processos de negociação da dívida a uma readaptação econômica e estrutural. Estas reformas e ajustes estruturais no Brasil levaram à desregulamentação de instituições bancárias e à criação de um marco legislativo que permitisse a livre mobilidade do capital. Com a adoção destas novas medidas, consolida-se a ruptura com as políticas de bem-estar social, que perseguiam o pleno emprego, que são substituídas pelas políticas de controle inflacionário e cambial, estas últimas sustentadas por uma alta taxa de juros, que acorrenta a dinâmica econômica das economias latinas (COELHO, 2002).

Assim, por meio dos programas de ajuste estrutural, a economia brasileira se colocava em um processo de readaptação normativa-institucional (dentre outros fatores), em consonância com os relatórios de desenvolvimento do Banco Mundial e as cartas de intenção do FMI. Entre diversos aspectos de disciplinamento neoliberal, temos a ascensão de medidas relacionadas às finanças públicas e abertura financeira, impulsionando a liberalização comercial e a abertura das contas de capital no Brasil – e na periferia. Estas medidas se apresentaram nos relatórios de desenvolvimento do Banco Mundial dos anos 1988 e 1989 e, enxergamos na aplicação destas uma readaptação normativa em relação à abertura e liberalização de capitais (COELHO, 2002).

Como buscamos argumentar nesta subseção, esta disciplina – no sentido de uma liberalização comercial e financeira – encontra respaldo na criação de normas de caráter liberalizante, no intuito de remanejar a relação entre o capital externo e a economia brasileira. O período escolhido para analisar a institucionalização destas medidas é entre 1990 e 1995, no intuito de enfatizar o momento estruturação neoliberal em sua transição e consolidação<sup>24</sup>. Traremos algumas das normas institucionalizadas no período, seguido de uma observância a indicadores-chave para medir a presença e composição do capital externo na economia brasileira (conta capital e financeira e transferência

---

<sup>24</sup>

Consideramos a década de 1990 como um marco histórico porque apesar da liberalização da conta de capitais no Brasil ter se iniciado ao fim de 1980, foi em 1990 que houve a consolidação definitiva de seu processo de abertura. Este processo se relaciona à normalização das relações do Brasil com a comunidade financeira internacional, por meio da renegociação da dívida com os bancos credores e da conclusão, em abril de 1994, da regularização dos empréstimos atrasados nos moldes do Plano Brady (COELHO, 2012).



de recursos). Para efeitos de comparação ao período de transição neoliberal, traremos a variação de alguns destes indicadores entre os anos de 1980 e 1985, enfatizando as diferenças entre estas duas décadas. Em um apanhado geral, durante o período de 1990 a 1995, foram decretadas 102 medidas normativas referentes ao controle de entrada de capitais no Brasil, como resoluções, decretos, circulares, cartas-circulares e comunicados. Destas 102 medidas, apenas 24 delas possuíam caráter restritivo à entrada e atividades de capitais no Brasil, o que nos permite dizer que este foi um período de predominante liberalização de entrada de capitais e do caráter de atividades realizadas por estes capitais. Entre as medidas que autorizam a transferência de capitais por meio de remessa de lucros e dividendos, destacamos entre as normativas de 1990, a resolução n.º 1.781 que autoriza as remessas para o exterior em moeda estrangeira, como juros e demais encargos das operações que engloba; a circular n.º 1.785 que também permite a liberação de valores de lucros, dividendos, bonificações e retornos de capital depositados no Brasil; a carta-circular n.º 2.105 que libera para fins de investimento direto, valores relativos a lucros, dividendos, bonificações e retornos de capital (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1990).

A partir destas medidas, entendemos que a autorização das remessas funcionava como uma garantia inicial ao capital externo que, caso houvessem condições desfavoráveis ao investimento e pagamento no Brasil, a legislação assegurava algum retorno a estes capitais. Estas medidas visavam restaurar a confiança dos investidores internacionais no Brasil, inserindo o país novamente nos mecanismos globais de acumulação.

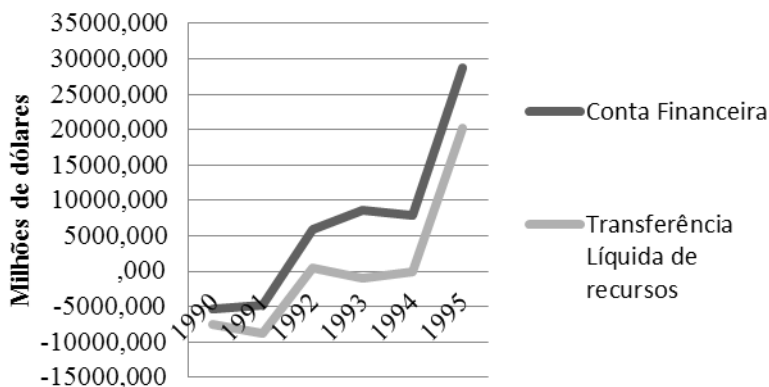
Entre as medidas normativas, enfatizamos algumas mais marcantes no que tange à liberalização de atividades financeiras e bancárias, entendendo a relação entre a liberalização e a acumulação de caráter financeiro. No ano de 1991, destacamos: a resolução n.º 1.809, que permite a captação de recursos externos por parte de bancos brasileiros de capital nacional, mediante a emissão de certificados de depósito, em moeda estrangeira, buscando capitalização de suas agências, filiais e/ou subsidiárias bancárias situadas no exterior; A resolução n.º 1.819 que autoriza a aplicação de recursos remanescentes em cotas ou fundos de aplicação financeira, títulos de emissão do Tesouro ou do Banco Central e outros valores mobiliários. Neste sentido, a autorização de atividades financeiras permitia mais um atrativo ao capital externo, considerando as altas taxas de juros do Brasil no período em questão. Com isso, a economia brasileira se inseria no circuito mundial de acumulação

financeira, liberalizando atividades para capitais de curto prazo. As normativas aprovadas no ano seguinte acabam mediando o caráter temporal destas atividades, na tentativa de atrair mais capitais para obtenção de reservas em dólar (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1991).

Assim, no ano de 1992 destacamos a resolução n.º 1.894, que altera disposições da Resolução nº1810, sobretudo em relação aos prazos para a permanência dos recursos no Brasil e para a alienação de investimentos. O prazo mínimo de permanência dos recursos convertidos passa de 12 para 6 anos contados a partir da data de emissão dos investimentos. Com isso, temos um incentivo à presença de capitais de curto prazo, o que avoluma atividades de caráter especulativo e rentista no Brasil. Nesta medida, argumentamos que a predominância de atividades financeiras está em consonância com as normativas referentes ao ajuste neoliberal na economia brasileira: é a institucionalização da ideologia da financeirização.

Assim, nos três anos seguintes, temos uma continuidade de aprovação de medidas de caráter liberalizante e regulatório, que visava mediar a presença dos capitais externos no Brasil, por meio de diversos instrumentos de atração destes investimentos. Um dos mecanismos que indicam a financeirização e a presença do capital estrangeiro no Brasil é o investimento na conta financeira. Por meio de uma análise do balanço de pagamentos brasileiro, verificamos uma tendência de aumento no investimento em conta financeira, acompanhado por um aumento também positivo na transferência líquida de recursos para o exterior. Com isso, por mais que a transferência de recursos não seja constituída apenas de remessas financeiras, estas impulsionaram em forte grau o volume destas transferências, como podemos observar abaixo:

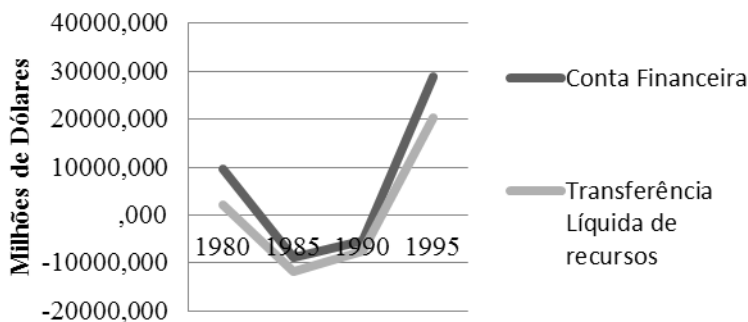
**Gráfico 1 – Conta Financeira e Transferência líquida de Recursos – 1990/1995 (US\$ milhões)**



Fonte: CEPALSTAT. Elaboração própria

Verifica-se que há um aumento nas aplicações de caráter financeiro, que se inicia em 1990, com a abertura das contas de capital no Brasil e a posterior adoção de uma legislação que liberaliza atividades e aplicações financeiras no país. Assim, para este período, temos um aumento gradual da transferência líquida de recursos na economia brasileira. Prosseguindo com o comparativo destas variáveis no que se refere ao período 1980 e 1985, temos o seguinte contraste:

**Gráfico 2 – Conta Financeira e Transferência líquida de recursos – 1980/1985 e 1990/1995 (US\$ milhões)**



Fonte: CEPALSTAT. Elaboração própria

Ao observar o gráfico dois é possível que verifiquemos uma grande lacuna entre as décadas de 1980 e 1990, o que está relacionado ao aumento das atividades e investimentos financeiros, característicos da etapa de financeirização do capitalismo global. Em se tratando da economia brasileira, podemos também argumentar que o aumento do investimento em conta financeira e da transferência de recursos está relacionada à adoção das normas apontadas anteriormente. No caso dos investimentos em conta financeira, a legislação que liberaliza e regulamenta as atividades financeiras possibilita o maior ingresso de capitais destinados a acumulação deste caráter. No que tange à transferência de recursos, a autorização de remessas ao exterior – somada a outras modalidades de transferência de excedentes citadas anteriormente – impacta positivamente neste indicador, fazendo com que este ascenda de maneira significativa, em comparação ao período anterior. Ademais, esta tendência de aumento nos dá elementos para afirmar que há um aumento na transferência do excedente, via liberalização das remessas de lucros, o que, como veremos na subseção 2.2.1, relaciona-se diretamente ao aumento na exploração da força de trabalho no Brasil.

Trouxemos indicadores econômicos e aspectos normativo-institucionais no intuito de mostrar como se concretiza o processo de disciplina neoliberal no Brasil, uma economia de capitalismo dependente e de industrialização tardia. Nesta caracterização está envolvida a relação entre a economia brasileira e o capital externo em suas modalidades dinâmicas e mutantes. Com isso, o intuito era caracterizar de forma geral, como as medidas neoliberais de fato se institucionalizam de forma normativa, o que possui mais força do que programas de governo e medidas liberalizantes de caráter conjuntural ou de curto-prazo. Assim, o neoliberalismo como ideologia da financeirização se estabelece de forma estrutural na economia brasileira, à medida que esta consente institucionalmente a reprodução do padrão de acumulação neoliberal.

Consideramos que os aspectos da disciplina neoliberal são muito amplos e dizem respeito à liberalização em distintas esferas de atividade, contudo, pretendemos a partir de agora, limitar nosso olhar ao objeto deste estudo: as alterações que esta disciplina engendra para a exploração da força de trabalho no Brasil, articulando este processo à categoria da superexploração. Como argumentado na subseção 2.1.1, a natureza do capital financeiro implica em uma necessidade adicional de exploração da força de trabalho, considerando suas condições de reprodução. Então, o neoliberalismo, enquanto ideologia da

financeirização também é composta por um padrão trabalhista específico, que será caracterizado com mais atenção no terceiro capítulo. Assim, com a institucionalização das atividades financeiras na economia brasileira por meio do ajuste estrutural neoliberal, temos a flexibilização normativa do mercado de trabalho, processo que será explicitado e articulado a partir da categoria da *superexploração da força de trabalho* (MARINI, 1973). Nesta medida, buscando compreender do que trata esta categoria, para finalmente articulá-la ao padrão de reprodução capitalista no Brasil pós 1990, a próxima seção se destina a traçar um histórico desta categoria, considerando o período histórico em que esta foi pensada e os debates em torno da mesma.

## **2.2 *Superexploração da Força de Trabalho: um histórico da categoria***

Na segunda seção deste trabalho, faremos um resgate teórico da *superexploração da força de trabalho*, em seu espaço e momento histórico originais, caracterizando-a em relação aos aspectos que a embasam. Para que sejam compreendidos os elementos particulares a que esta categoria se refere, a subseção 2.2.1 tratará de um aspecto central para os esforços da TMD e que esboçamos na seção anterior: a transferência do excedente produtivo e as trocas desiguais, que refletem a presença do elemento externo na economia brasileira desde o início de sua formação capitalista. Como argumentamos na seção anterior, a constituição da economia brasileira de forma atrelada e funcional ao capital externo, traz implicações internas a esta economia e é nesta seção que caracterizaremos melhor estas implicações.

Em seguida, na subseção 2.2.2, abordaremos os elementos aos quais se refere a categoria em questão, considerando o espaço e período histórico em que esta foi debatida, bem como as contra-argumentações e imprecisões em torno da mesma. Defendemos a hipótese de que esta categoria se refere a um conjunto particular de condições do capitalismo dependente, mas cujo sentido se dá em consonância com a Teoria do Valor-Trabalho em Marx (1996), em relação a origem e dinâmica de exploração da mais-valia. Desde já, salientamos que a apropriação da mais-valia por meio de mecanismos diversos – como forma de lucro por parte dos capitalistas - faz parte da natureza própria de expansão do capitalismo e com isso, esse aspecto se observa em toda e qualquer economia capitalista do mundo.

Por fim, na subseção 2.2.3, trataremos da *superexploração da força de trabalho* na economia brasileira no período de sua industrialização (1930-1960), no intuito de caracterizar os elementos que conformam sua

base naquele momento histórico, para que posteriormente possamos contrastar de forma dinâmica os elementos atuais (pós 1990) concretos que hipoteticamente figuram como novas formas de exploração da força de trabalho no Brasil. Isto é, ao compreendermos que o capitalismo global – como modo de produção que se concretiza de forma material – possui uma dinâmica mutante na história, assumimos que os elementos que compõem seu padrão de reprodução se transformam no tempo e espaço, de forma não estática. Esta dinâmica é proveniente da relação ativa entre os indivíduos e o curso histórico em que estes se encontram, criando as condições concretas e sendo influenciados por estas (MARX, 2001). Este é um dos principais pressupostos que motivam e justificam o presente esforço de pesquisa, considerando que buscamos uma interpretação da *superexploração da força de trabalho*, quarenta anos após esta ter sido pensada. Outro pressuposto que conforma a base desta pesquisa é a particularidade com que as economias de capitalismo dependente interagem com as condições – e relações – concretas do capitalismo global, e como estas se desdobram internamente nestas economias.

Neste sentido, iniciaremos a subseção 2.2.1 resgatando as categorias da troca desigual e da transferência do excedente, que juntas conformam uma das primeiras particularidades do capitalismo dependente em relação ao capitalismo global. Articularemos este mecanismo à *superexploração da força de trabalho*, argumentando que os aspectos que caracterizam a dependência trazem determinantes para a forma como as economias dependentes interagem com o capitalismo global e, por conseguinte, para as condições internas de trabalho.

### **2.2.1 Transferência de excedente produtivo e troca desigual**

A fim de caracterizar o processo de circulação e transferência do excedente produtivo, enfatizando novamente a relação umbilical entre a economia brasileira e o capital externo, destacaremos brevemente no que consiste o excedente produtivo sob a ótica da Teoria do Valor em Marx (1996). Ademais, ao compreendermos como se dá a transferência do excedente, chegaremos a algumas implicações sobre o processo produtivo na economia brasileira, e as formas de exploração da força de trabalho aqui vigentes. Inicialmente, para discorrer sobre o excedente produtivo, abstrairmos as especificidades econômicas da economia brasileira e suas distinções em relação às outras economias capitalistas, retornando posteriormente a elas. Partindo da noção de valor, Marx (Idem) identifica no processo produtivo empregado pela força de trabalho, uma medida de tempo necessária à equivalência do valor da

força de trabalho e do valor correspondente às mercadorias que esta produz. Contudo, ao destringir profundamente os aspectos do processo produtivo, Marx (Idem) verifica a possibilidade de que o tempo de trabalho socialmente necessário à produção do valor equivalente à força de trabalho, seja excedido, criando-se assim um “mais-valor”. A obtenção desse mais-valor pode se dar mediante mecanismos absolutos ou relativos, desde o prolongamento da jornada de trabalho, a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, até a introdução de tecnologias que aumentam a produtividade do trabalho em um determinado tempo do processo produtivo. A partir disso, Marx (Idem) desenvolve a noção de mais-valia, que diz respeito a um incremento ou excedente sobre o valor original, que no processo de circulação varia sua grandeza, se valorizando e, conseqüentemente, se transformando em capital. Assim, explica a formação do excedente produtivo:

Mediante a atividade da força de trabalho, reproduz-se, portanto, não só seu próprio valor, mas produz-se também **valor excedente**. Essa mais-valia forma o excedente do valor do produto sobre o valor dos constituintes consumidos do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho. (...) O excedente do valor total do produto sobre a soma dos valores de seus elementos constituintes é o excedente do capital valorizado sobre o valor do capital originalmente adiantado. (MARX, 1996, p.325, grifo nosso)

Neste sentido, o volume de excedente produtivo está diretamente ligado à massa total de mais-valia de um processo de produção, o que representa uma apropriação de parte do valor da força de trabalho por parte do capitalista. Transcendendo a perspectiva isolada que Marx (Idem) assume momentaneamente para compreender o processo produtivo, o autor passa a considerar os aspectos que se relacionam a este processo, mas que se situam na ‘esfera’ da circulação. Nesta esfera, os diferentes capitais interagem entre si, como um resultado natural da expansão do modo capitalista de produção, assim, esta dinâmica relacional faz com que o excedente produtivo não necessariamente equivalha ao lucro do capitalista, podendo este ser apropriado por outros capitais durante o processo de circulação, considerando a não-equivalência dos termos de troca entre os capitais mais ou menos produtivos.

É partindo desta noção relacional entre os distintos capitais envolvidos no processo que resulta no excedente, que o sistema capitalista de produção passa a ser observado em uma ótica global. Entendido o

processo de formação do excedente, é somente por meio de uma perspectiva relacional que poderemos caracterizar a transferência do excedente e nível global. Com isso, chegamos ao nível de análise necessário para compreender como o Brasil se insere na dinâmica capitalista mundial, considerando que o a relação com o capital externo se apresenta desde sua formação capitalista.

Como argumentamos anteriormente, em sua formação inicial, a economia brasileira se desenvolve em estreita consonância com o capital internacional. A princípio isto se observa com a oferta de bens primários na economia global, contribuindo para o aumento do fluxo de mercadorias e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento das formas bancárias e comerciais de capital na Europa. Assim, a participação das economias dependentes (leia-se economia brasileira) permitiu que o sistema industrial europeu se desenvolvesse também pelo aumento no fluxo de trocas, preenchendo os requerimentos das economias europeias como produtoras de bens primários e absorvendo a produção manufatureira de larga escala já existente na Europa (MARINI, 1973). Esta forma de inserção no capitalismo mundial, à medida que vai sendo reproduzida, consolida dinamicamente uma Divisão Internacional do Trabalho, na qual as economias latino-americanas desempenham a função principal de primário-exportadoras. Esta configuração possui implicações para a acumulação nas economias dependentes, no Brasil:

O aumento mundial da oferta de alimentos e matérias-primas foi acompanhado de um declínio nos preços destes produtos, relativamente ao preço alcançado pelas manufaturas. Como o preço dos produtos industriais se mantém relativamente estável, e em último caso declina lentamente, a deterioração dos termos de troca está refletindo de fato a depreciação dos bens primários (MARINI, 1973, manuscrito online, tradução própria).

Assim, o tema da deterioração dos termos de troca foi amplamente discutido no Brasil por distintas vertentes teóricas da economia<sup>25</sup>. Esta

<sup>25</sup>

Uma importante contribuição a este debate pode ser encontrada em: FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. Apesar de apresentar reflexões distintas da base teórica adotada no presente trabalho, consideramos que os estudos de Furtado muito acrescentam ao tema do subdesenvolvimento econômico na América Latina, por problematizar as interpretações etapistas (Rostow, 1960) e convencionais do



deterioração se refletiu ao longo do desenvolvimento capitalista no Brasil, tendo esta economia concentrado seus investimentos econômicos na produção para exportação e importando produtos manufaturados para atender ao consumo do mercado interno. Desta forma, o equilíbrio da balança de pagamentos se baseava nestas duas variáveis, estando a economia brasileira vulnerável à variação dos preços não somente dos produtos primários, mas dos produtos manufaturados:

(...) diferente do que ocorre nos países capitalistas centrais, onde a atividade econômica está sujeita à relação existente entre as taxas internas de mais-valia e investimento, nos países dependentes o mecanismo econômico básico deriva da relação importação-exportação: mesmo que obtida no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo mediante a atividade de exportação, e se traduz em rendimentos que se aplicam, em sua maior parte, em importações. A diferença entre o valor da exportação e das importações, ou seja, o excedente passível de ser investido sofre a ação direta de fatores externos na economia nacional (MARINI, 1975, tradução própria).

Neste sentido, o excedente produzido no Brasil tem sua aplicação interna comprometida não somente pelo mecanismo da troca desigual, mas pela especialização majoritariamente exportadora que, ao longo do processo de industrialização brasileira, vai colocando limites ao crescimento do mercado interno e submetendo este à vulnerabilidade da economia global. Durante este período, o excedente produtivo se transferia para as economias centrais mediante o mecanismo da troca desigual, o que já trazia implicações para a acumulação da economia brasileira. Vejamos a seguir outros mecanismos que passam a permitir a transferência de valor, subvertendo as leis de troca e que se expressam na maneira como se fixam os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias (MARINI, 1973).

Na medida em que prosseguem os esforços para uma maior autonomia do mercado interno brasileiro (de 1930 até 1950), estabeleceram-se os

programas econômicos de substituição de importações<sup>26</sup>, num esforço macroeconômico de desenvolvimento do mercado interno, feito com mecanismos de restrição e taxaço à entrada de produtos, de manipulação cambial e de incentivo ao investimento interno. Entendemos que por um considerável período, o processo de substituição de importações serviu para um desenvolvimento insuficiente da indústria interna baseado principalmente numa alta oferta de mão-de-obra barata<sup>27</sup>, em estreita integração ao mercado mundial, e voltado ao mercado de bens primários. Este período inicial é denominado por Marini (1975) como industrialização de primeiro grau. Nesta dinâmica de industrialização interna, há o incentivo externo para desenvolvimento de uma indústria de bens de capital no Brasil aos fins da década de 1950, motivado pelo processo de obsolescência tecnológica nas economias centrais:

A integração dos sistemas produtivos é dada pelo grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais, o qual foi acompanhado de um aceleração considerável do progresso tecnológico. Isto fez com que, por um lado, o tipo de equipamentos produzidos sempre mais sofisticados, devesse ser aplicado a atividades mais elaboradas de caráter industrial nos países periféricos, existindo o interesse por parte das economias centrais de impulsionar nestes o processo de industrialização. Por outro lado, à medida que o ritmo do progresso técnico reduzia nos países centrais e o prazo de reposição do capital fixo caiu em média de oito para quatro anos, surgiu a necessidade de exportar para a periferia equipamentos e maquinarias que se tornaram obsoletos em pouco tempo, mas que

---

<sup>26</sup> Para se aprofundar no tema da substituição de importações, ver: TAVARES, Maria da Conceição et al. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. Copublicaciones, 2000.

<sup>27</sup> Esta oferta de mão-de-obra barata constitui o exército industrial de reserva, e consiste em um mecanismo de manutenção de condições precárias de trabalho, em detrimento dos lucros do capital. Em uma escala mundial, as economias dependentes ofertam este contingente de trabalhadores desqualificados, tendo em vista a especialização produtiva para a exportação. Para uma escala interna, analisaremos em outras seções como o exército industrial de reserva se relaciona às condições de trabalho, tanto no âmbito da negociação contratual, quanto em relação ao salário e jornada.

ainda não estavam totalmente depreciados (MARINI, 1975, tradução própria).

Nesta medida, o processo de industrialização no Brasil se viu condicionado não somente pela importação de bens de capital, mas pela incorporação de técnicas de menor produtividade em comparação às utilizadas nas economias centrais. Ademais, o capital externo também se fazia presente por meio de empréstimos e financiamentos ao investimento em bens de capital, permitidos por mecanismos normativo-institucionais da economia brasileira<sup>28</sup>. Estas medidas econômicas trouxeram condicionantes à produtividade do trabalho no Brasil que, como veremos na próxima subseção, por estar em desvantagem produtiva em relação ao centro, encontrará outros mecanismos de barateamento de custos produtivos, como o aumento da exploração absoluta da força de trabalho.

Assim, esta constante presença do capital externo em todo o processo de industrialização brasileira trouxe implicações ao excedente produtivo desta economia que, por um lado aumentava sua concentração orgânica de capital e, por outro lado via seu excedente produtivo ser transferido às economias centrais por meio dos mais diversos mecanismos. Isto é, se diversificavam não apenas as modalidades de ingresso do capital externo no Brasil, mas as formas de transferência de excedente atreladas às formas de capital. Como destaca Marini (1975), uma considerável parte da mais-valia (que configura o excedente) produzida no Brasil foi drenada para as economias centrais, mediante os mecanismos de troca desigual, as práticas financeiras colocadas por estas economias e até mesmo pela ação direta de investidores externos na esfera produtiva. Neste sentido, a transferência do excedente da economia brasileira para as economias centrais se dá mediante diversas formas:

Parte do excedente gerado nestes países [dependentes] é enviada para o centro – na forma de lucros, juros, patentes, *royalties*, deterioração dos termos de troca, dentre outras –, não sendo, portanto, realizada internamente. Então, os mecanismos de

<sup>28</sup>

Neste caso me refiro à instrução normativa 113, aprovada em 1955 pela autoridade monetária brasileira, que permitiu a importação de bens de capital sem cobertura cambial para o Brasil, como forma de investimento direto, resultando em uma forte presença do capital externo nesta economia, já no período inicial de industrialização. Para referências, ver: CAPUTO, A.C.; MELO, H.P. A Industrialização Brasileira nos Anos de 1950: Uma Análise da Instrução 113 da SUMOC. Est. econ., São Paulo, 2009.

transferência de valor provocam, digamos assim, uma interrupção da acumulação interna de capital nos países dependentes que precisa ser completada e, para tanto, mais excedente precisa ser gerado. (AMARAL, M. CARCANHOLO, M. 2009, p. 217)

Com isso, argumentamos que o mecanismo de transferência de excedente implica em esforços industriais que possam compensar esta perda. A partir desta necessidade de compensação, se configuram outras particularidades econômicas no capitalismo brasileiro, forjadas por sua própria condição subordinada na economia mundial. Uma das principais particularidades que se dinamizam neste processo, é a forma e intensidade de exploração da mais-valia no capitalismo dependente, sintetizada na categoria teorizada por Marini (1973) e que será analisada em perspectiva histórica a seguir, na próxima subseção.

### **2.2.2 Formas de extração da mais-valia e a particularidade da *Superexploração da força de trabalho***

A mais-valia se refere aos aspectos mais essenciais para o processo de reprodução do capitalismo global, sendo desenvolvida por Marx (1996) para categorizar os mecanismos que, durante o processo produtivo, alteram a relação o tempo de trabalho necessário e de trabalho excedente. Neste sentido, explicaremos brevemente os fatores categorizados como formas de mais-valia, para depois possibilitar a compreensão sobre a *superexploração da força de trabalho*. Ressaltamos que tanto a mais-valia, quanto a *superexploração da força de trabalho* são categorias teóricas que se referem a processos (ou conjunto de) históricos dinâmicos, que se concretizam como elementos-base do modo capitalista de produção.

O trabalhador, ao empregar sua força de trabalho no processo produtivo, possui a capacidade de criar valor em um determinado tempo, durante sua jornada de trabalho. O valor que este produz deriva-se do valor de sua própria força de trabalho que, por sua vez, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção, em sua forma mais ampla. Isto é, o valor é determinado pelo tempo de produção das mercadorias e reprodução da própria força de trabalho, como salienta Marx (Idem, p.100): “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho”. A partir disso, a mais-valia

constitui uma apropriação do valor que resulta deste processo, por meio da criação de um valor que transcende o necessário, um valor excedente. A apropriação do mais-valor pode se dar sob diversas formas, que são categorizadas por Marx (1996) como relativas ou absolutas em relação à exploração da força de trabalho. Assim, define que a mais-valia absoluta é aquela que se dá com o prolongamento da jornada de trabalho, enquanto a mais-valia relativa decorre da redução do tempo de trabalho e da mudança na proporção entre o tempo de trabalho necessário e excedente. Os dois componentes aos quais se refere, são o tempo de trabalho necessário e o tempo excedente. Compreendemos que estas são duas formas derivadas da criação excedente de valor, por meio da exploração da força de trabalho. É importante ressaltar que, para Marx (Idem) a exploração da força de trabalho consiste na exploração de seu valor de uso, sendo que na dinâmica de acumulação capitalista é natural que em determinado estágio, o capital possa pagar um salário equivalente ao valor da força de trabalho, mas apropriando-se de valor excedente. Com isso o autor identifica, com base em seu espaço histórico, que o processo de consolidação do capitalismo passa pela produção de formas de mais-valia que estendam o valor excedente, sem que seja violada a equivalência entre o valor e a remuneração da força de trabalho.

Assim, durante a consolidação do modo de produção capitalista na Europa temos, inicialmente, uma predominância da forma absoluta, havendo posteriormente a criação de técnicas produtivas que prezassem pela forma relativa de produção de mais-valia. Para Marx (1996), seria natural do processo capitalista, que houvesse a predominância das formas relativas de mais-valia, como enfatiza Marx (Idem, p.41), na seção de apresentação da mesma obra:

A característica mais essencial do modo de produção capitalista não é a criação de mais-valia absoluta, porém de mais-valia relativa. Esta resulta do acúmulo de inovações técnicas, que elevam a produtividade social do trabalho e acabam por diminuir o valor dos bens de consumo nos quais se traduz o valor da força de trabalho, exigindo menor tempo de trabalho para a reprodução desta última. Por isso, sem que se alterem o tempo e a intensidade da jornada de trabalho, cuja grandeza permanece a mesma, altera-se a relação entre seus componentes: se diminui o tempo de trabalho necessário, deve

crescer, em contrapartida, o tempo de sobretrabalho.

Ao perceber na geração de mais-valia relativa uma tendência inerente do modo de produção capitalista, Marx (Idem) tem como espaço o capitalismo europeu, sob um nível de abstração considerável. Historicamente esta tendência se concretizou no capitalismo central em um curto período temporal, considerando que o excedente era empregado produtivamente, em técnicas de produção. Dado o nível de abstração e espaço utilizados pelo autor para constatação deste processo, poucas foram as considerações sobre a relação do capitalismo periférico com este excedente, que possibilitou o aumento da produtividade nas economias centrais.

Neste sentido, os esforços teóricos de Marini (1975), devido seu nível de abstração e espaço histórico, figuram como complementos que compreendem a relação entre o capitalismo central e periférico, e os elementos distintos e semelhantes destes dois tipos. Como mostramos na desde a subseção 2.1.4, Marini (1973) caracteriza o padrão de reprodução do capitalismo periférico a partir da relação com o capitalismo externo, derivando desta as condições de produção e exploração da força de trabalho nas economias dependentes. A nosso ver, o autor enxerga nas particularidades do capitalismo dependente, uma dinâmica que está em consonância com a natureza do capitalismo e as relações contidas nesta, e não as vê como partes isoladas ou subformações características de um capitalismo atrasado. Assim, ao analisar as formas de produção de mais-valia nas economias dependentes, Marini (Idem) tem como base a relação destas com o mesmo processo nas economias centrais:

O que importa considerar aqui é que as funções cumpridas pela América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requerimentos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Muito além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo de acumulação na economia industrial mude da produção de mais-valia absoluta para mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o

desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região contribuir para esta mudança qualitativa nos países centrais, se dará fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. Este é o caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista (MARINI, 1973)

Marini (Idem) utiliza as duas formas de mais-valia desenvolvidas por Marx (1996) para caracterizar aspectos próprios da formação do capitalismo dependente, argumentando que neste há a predominância – por um considerável período de tempo – das formas absolutas de criação de mais-valia. A partir disso, a exploração absoluta da força de trabalho é interpretada como um aspecto estruturante do processo de industrialização na periferia, sendo esta predominância um resultante dinâmico da relação entre três condicionantes principais.

O primeiro deles diz respeito ao fornecimento mundial de alimentos em grande escala por parte das economias latinas, assegurando nas economias centrais os meios de subsistência dos trabalhadores a um custo relativamente baixo. Inicialmente, a produção em larga escala nas economias periféricas (de baixa concentração orgânica de capital) se dá exclusivamente pelas formas absolutas de criação de mais-valor. A partir desta relação, a oferta destes alimentos proporciona uma redução no valor da força de trabalho nas economias centrais, possibilitando um aumento no excedente e permitindo o investimento em técnicas produtivas (MARINI, 1973).

O segundo deles provém da forma como se integram os sistemas produtivos centrais e periféricos, como explicitamos anteriormente. O desenvolvimento de técnicas produtivas nas economias centrais permitiu o avanço do setor de bens de capital e o aceleração do progresso tecnológico. Como já dito anteriormente, este ritmo de produtividade levou a uma rápida obsolescência dos bens de capital ali produzidos, sendo que o processo de integração produtiva passa a ser marcado pela exportação destes bens de baixa produtividade para as economias periféricas, o que aumenta a lacuna de produtividade existente entre estas economias. Neste sentido, a predominância da forma relativa de mais-valia nas economias centrais, está intimamente relacionada à predominância das formas absolutas nas economias dependentes. Ademais, com a adoção destas técnicas – mesmo de baixa produtividade – foi possível que a forma relativa de mais-valia também fosse

empregada nas economias periféricas, mas por meio de uma alternância ou combinação com as formas absolutas (MARINI, 1973).

Por fim, o último e mais importante condicionante da dinâmica constitutiva do capitalismo dependente é a própria transferência do excedente que se dá sob mecanismos diversos, como já argumentamos anteriormente. Este fluxo de transferência – que dinamicamente se liga aos dois últimos condicionantes – também se origina porque, ao se fazer presente nas economias latinas, o capital externo subtrai uma parte da mais-valia gerada nestas economias, o que incrementa a concentração de capital nas economias centrais. Esta transferência implica na necessidade de se gerar novo excedente produtivo além do que já fora criado e, para tanto, será buscada uma taxa adicional de mais-valia a partir das condições produtivas das economias dependentes (MARINI, 1975).

Na confluência entre estes três aspectos supracitados, estruturam-se as condições de exploração da força de trabalho nas economias de capitalismo dependente, sendo estas categorizadas por Marini (1973) como *superexploração da força de trabalho*. Antes de entrarmos nas definições e controvérsias em torno da categoria, enfatizamos que não entendemos a *superexploração da força de trabalho* como uma *forma* de exploração do trabalho praticada apenas nas economias dependentes, muito menos como um tipo específico ou distinto de mais-valia. As modalidades de exploração da força de trabalho no capitalismo dependente provêm das práticas já existentes no capitalismo global, e já teorizadas por Marx. O que se busca enfatizar com esta categoria é a forma específica como se formam e desenvolvem as condições de trabalho e produção no capitalismo dependente, de forma relacionada às economias já industrializadas. Por isso, o tratamento enquanto categoria se dá justamente porque esta se refere a um conjunto de aspectos históricos e dinâmicos em determinado espaço e tempo.

Tendo feitos estas considerações, passemos a caracterizar os elementos que permitem a Marini (1973) afirmar que, nas economias dependentes se estrutura um modo de produção em cuja base está a maior exploração da força de trabalho, em condições absolutas. As formas absolutas de produção de mais-valia, à medida que o processo de industrialização avança na América Latina, vão sendo acompanhadas por formas relativas – mesmo de baixa produtividade – o que pode resultar numa combinação de técnicas de produção de mais-valia, visto a necessidade de se criar excedente adicional. Inicialmente, Marini destaca a predominância de três tipos de exploração da força de trabalho, ambos de formas absolutas:



A intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do valor necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso está relacionado ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam (MARINI 1973, tradução própria).

Quando se refere à expropriação de parte do valor da força de trabalho, Marini (Idem) quer dizer, de forma geral, que o trabalhador é remunerado abaixo de seu valor, o que não permite que este reponha – por meio do consumo de bens essenciais – sua força de trabalho. Este mecanismo pode se observar tanto pelo rebaixamento salarial, quanto pelo aumento do valor dos bens-salário, sem que haja aumento salarial correspondente (AMARAL, M. CARCANHOLO, M., 2000). Desta maneira, partindo do conjunto destas formas absolutas de exploração da força de trabalho, são definidas as características condicionantes do processo produtivo nas economias dependentes:

A característica essencial está dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque o obriga a um dispêndio de força de trabalho superior ao proporcionado normalmente, provocando, assim, seu esgotamento precoce. No último, porque retira deste inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que podem se dar, e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalho se remunera abaixo de seu valor, e correspondem, pois, a uma superexploração da força de trabalho (MARINI, 1973, tradução própria).

Assim, na observância destas condições de trabalho, o autor identifica um processo de industrialização que, não necessariamente incorrerá na transição integral para as formas relativas de obtenção de mais-valia. Esta transição integral é vista como um processo natural na fórmula geral do capitalismo de Marx (1976) havendo, contudo, a possibilidade de que o trabalho se remunere abaixo de seu valor, o que figura como um mecanismo de contenção à lei tendencial da queda da taxa de lucro<sup>29</sup>. Neste sentido, Marx (Idem) interpreta que a remuneração inferior ao valor da força de trabalho é uma prática insustentável no longo prazo e que figura como um mecanismo conjuntural para fazer frente a possíveis crises no capitalismo. A partir disso, Marx (Idem) enxerga esta possibilidade apenas em momentos transitórios, sejam de formação primária do capitalismo, sejam de crises na capacidade de acumulação. Este é um dos principais aspectos que distinguem a análise de Marini (1973) acerca do capitalismo dependente: as condições de exploração da força de trabalho supracitadas não são apenas mecanismos praticados em momentos conjunturais. Mas se constituem em aspectos estruturantes do capitalismo dependente, que criam e são criadas pela própria dependência. Ademais, a *superexploração* não apenas cria e é criatura da condição de dependência, mas esta relação se recria dinamicamente com a reprodução de padrões do capitalismo global, argumento que será fundamental para o desenvolvimento dos capítulos 3 e 4.

A partir desta noção de exploração particular, outros autores também avançaram no debate sobre a *superexploração da força de trabalho*, ainda em contexto de formulação inicial (1950-1970). Um dos principais autores, cujo trabalho se deu em conjunto aos esforços de Marini, é Osorio (2012, 2013) que concentrou seus esforços em caracterizar o

---

<sup>29</sup> Marx (1976, tomo VI) esboça sua argumentação em torno do que ele chamou de lei tendencial da queda da taxa de lucro. A taxa de lucro consiste na relação entre o excedente produtivo e o capital total (formado por capital constante e capital variável), e Marx vê sua tendência de queda permeada por inúmeras variáveis. A principal variável é o fato de que, havendo limites à extração da taxa de mais-valia, observa-se uma tendência de redução da parte variável do capital e aumento da parte constante do capital, consequência da necessidade de elevação produtiva do capital (necessidade de aumento da composição orgânica do capital). Compreender a lei da queda da taxa de lucro, por mais controversa que esta seja, nos ajuda a considerar o que motiva as distintas maneiras de exploração da força de trabalho, como mecanismos de contra-tendência à queda da taxa de lucro.

padrão de reprodução do capital nas economias dependentes. Em consonância à interpretação de Marini, Osorio (2013) também enfatiza as condições de exploração do trabalho a partir da relação entre capitalismo central e dependente, sendo que este primeiro, por possuir maiores níveis de produtividade e conhecimento técnico de caráter monopólico, conseguiu violar os preços de produção e de mercadorias para o capitalismo dependente. A partir disso, foi possível que estas economias se apropriassem do valor (mais-valor) produzido na periferia, com mecanismos desiguais de troca, já analisados anteriormente. Estes aspectos permitem que se estructurem condições específicas – e não conjunturais – acerca da exploração da força de trabalho na América Latina, condições que são tratadas enquanto violações regulares no valor da força de trabalho. Osorio (Idem) categoriza este conjunto de aspectos, como superexploração da força de trabalho:

A superexploração é uma forma particular de exploração e esta particularidade consiste em que é uma exploração na qual o valor da força de trabalho é violado. Tal violação pode ocorrer por diversos mecanismos, seja no mercado – no momento de sua compra e venda –, seja no próprio processo de trabalho – por um desgaste “anormal”, extensivo ou intensivo. Em todo caso, o salário recebido já não é equivalente ao valor da força de trabalho, não cobre seu valor diário ou seu valor total (OSORIO, Idem, p. 49).

Ademais, o autor considera que o valor da força de trabalho depende das condições culturais e históricas de cada economia<sup>30</sup>, e leva isso em questão ao concluir que nas economias dependentes, há uma violação do valor da força de trabalho. Esta violação, não se observa de forma recorrente nas economias centrais, sendo que de acordo com a evolução dos salários nestas, observa-se uma tendência salarial que se mantém próxima do valor real da força de trabalho. Assim, de uma forma geral, esta é a tendência que Marx (1996) desenvolve para o modo capitalista de produção, que está diretamente ligada ao aumento da produtividade por meio de mecanismos relativos de produção de mais-valia.

---

30

Osorio (Idem) faz esta ponderação porque considera que distintos produtos constituem os bens-salário nas economias. Esta diferença é, além de tudo, dinâmica, e se transforma de acordo com o padrão de consumo de cada espaço, em perspectiva histórica. A partir disso, assume que o valor da força de trabalho não é estático.

Os elementos levantados por Marini (1973) e Osorio (2013) levam a uma diferenciação – em aspectos como motivação e persistência histórica – das condições em que Marx (1996) teoriza a exploração da força de trabalho, criando então, uma categoria que se refere à exploração característica da formação estrutural do capitalismo dependente. Isto é, apesar das duas categorias (exploração e *superexploração*) terem como base o mecanismo da mais-valia em suas variadas formas, dizem respeito a condições históricas e níveis de análise distintos.

Sendo assim, utilizamos como base a argumentação presente nestes autores, precisando que nossa interpretação geral sobre a *superexploração da força de trabalho*, se justifica pelas distintas condições históricas das economias latinas em sua relação com o capitalismo global, embasando-nos em dois pressupostos principais. O primeiro é que a *superexploração* não é uma forma de exploração, mas uma categoria teórica que relaciona os aspectos concretos sobre a exploração da força de trabalho no capitalismo dependente. Justamente por ser uma categoria, se refere a elementos estruturais e persistentes, não conjunturais. O segundo pressuposto (que será desenvolvido nos capítulos 3 e 4) é que, em consonância à dinâmica de acumulação do capitalismo global (expressa na relação com o capital externo), novos aspectos podem influenciar na estrutura e nas condições de exploração da força de trabalho nas economias dependentes. As considerações feitas nesta subseção, em torno da categoria estudada, são de caráter mais geral, situando os elementos estruturantes da categoria e como eles se relacionam à lei geral de acumulação no capitalismo.

Partindo deste olhar, são estabelecidas distinções gerais entre as economias dependentes e as economias centrais, em uma dinâmica de co-constituição capitalista em perspectiva histórica. Passando pelos aspectos gerais e históricos, na próxima subseção pretendemos trazer a interpretação desta categoria para o nosso recorte espacial: a economia brasileira, ainda em perspectiva histórica. Com isso, ainda trataremos do período histórico em que a categoria foi pensada (1950-1970), mas avançando na delimitação espacial, para especificar quais condições da economia brasileira permitiram que ali se estruturasse um modo de produção baseado na maior exploração da força de trabalho.

### **2.2.3 *Superexploração da força de trabalho no Brasil Industrial (1950-1970)***

O recorte histórico do presente trabalho faz referência ao auge da fase neoliberal na economia brasileira, porém, para que possamos apreender

os elementos referentes à superexploração da força de trabalho após a década de 1990, é necessário analisar o período histórico em que a categoria foi teorizada. Este período histórico coincide com o processo de industrialização brasileira e com a consolidação institucional do trabalho assalariado, este último clivado por distinções entre atividades urbanas e rurais. Por meio de uma articulação entre o capital externo e este processo, Marini (1966; 1972; 1977; 2012) destaca os elementos de formação econômica – e da força de trabalho – derivando-os da relação desigual entre as economias centrais e, neste caso, o Brasil. Partindo disso, enfatiza dois condicionantes principais na formação desta economia: A especialização primário-exportadora e sua contraditória relação com o processo de industrialização; A dependência do capital externo e suas limitações a um projeto econômico autônomo. Ambos condicionantes trouxeram implicações para a formação da força de trabalho no Brasil e, por isso, nos propusemos a analisar o período de 1950 a 1970, enfatizando como estas duas variáveis se dinamizam a consolidação do trabalho assalariado como uma forma social e institucional predominante.

Neste sentido, iniciaremos a análise do período em que a categoria foi pensada, partindo novamente da relação entre a industrialização brasileira e o capital externo, contrastando-a com as distintas frações de trabalhadores rurais e urbanos, registrados e informais, sob diferentes regimes de produtividade. Para Marini (1967), esta “inadequação” existente entre as demandas de acumulação do capitalismo central (capital externo) e as demandas da massa de trabalhadores, traz alguns condicionantes à relação capital-trabalho, que permitem ao autor classificar no Brasil uma estrutura específica de exploração da força de trabalho.

A título de ressalva histórica, o regime assalariado se estabelece oficialmente no Brasil ainda em 1930 e, por mais que este período tenha sido importante para a constituição de uma força de trabalho estável e disponível para o desenvolvimento industrial, apenas uma pequena parcela de trabalhadores estava sujeita ao regime assalariado. Assim, Theodoro (2005, p.110) constata que o regime de assalariamento somente se generaliza e se consolida 30 anos depois, estando antes restrito a uma fração da força de trabalho. Inicialmente, caracterizaremos os condicionantes citados no início da subseção, partindo destes para chegar aos elementos que pretendemos, por ora, destacar: os fatores internos de formação da força de trabalho – em relação dinâmica e constante com os condicionantes externos. Com isso, a forma como o Brasil se integra ao capitalismo global, desempenhando

a função de economia primário-exportadora, se choca com o processo interno de industrialização e traz a este algumas limitações e condicionantes. Sobre estes condicionantes, Marini os classifica de acordo com, as necessidades de acumulação (MARINI, 1966) e as necessidades da força de trabalho (MARINI, 2012). A especialização exportadora, que deveria prover a “acumulação primária” para o processo de industrialização, traz problemas de acumulação do excedente produtivo, como desenvolvido na primeira seção:

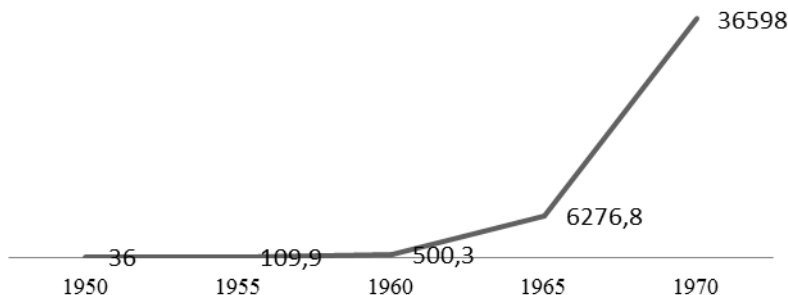
O processo de desenvolvimento tem criado necessidades crescentes de importar matérias-primas, equipamentos, combustíveis e produtos intermediários para se manter em marcha (60% das importações totais estão constituídas por estes bens), e tem por base em dois fatores principais: a queda no valor dos produtos primários para exportação e o déficit permanente no setor de serviços ao capital (frete, remessas de lucros do capital estrangeiro, *royalties*, etc.) (MARINI, 1966, P).

Como já argumentamos, a deterioração dos termos de troca, explicitada na citação acima, pode ser sumarizada na categoria de transferência do excedente, que compromete a capacidade de acumulação de recursos e a aplicação produtiva destes. Assim, a variável da especialização exportadora limita inicialmente a industrialização, estando esta restrita a um baixo grau de investimento interno. Neste sentido, o processo de Substituição de Importações foi uma tentativa de frear os mecanismos da troca desigual, se constituindo em um esforço inicial de industrialização, mas ainda insuficiente por si só e que corresponde a uma industrialização de primeiro grau, entre 1930 e 1950 (MARINI, 1975).

Avançando para a década de 1950, observamos que a industrialização brasileira entra em fase de consolidação, quando se conclui o período de substituição de importações e se inicia uma fase de desenvolvimento baseada no investimento na indústria pesada, como bens de capital e bens intermediários. Mesmo provenientes da indústria pesada, estes bens têm como característica geral a produção para o consumo individual, sendo a indústria automotriz o maior destes exemplos no Brasil. No gráfico abaixo, observamos, por meio do indicador, o aumento da

concentração orgânica de capital, própria do estágio de industrialização brasileira:

**Gráfico 3 – Formação Bruta de capital fixo no Brasil – 1950/1970**



Fonte: CEPALSTAT Database. Formulação Própria

É neste período, de aumento da composição orgânica do capital, que se destaca a segunda variável condicionante do processo de industrialização: a presença do capital externo sob diversas modalidades de ingresso. Esta fase caracteriza-se pela importação de bens de capital, que, como já argumentamos anteriormente, coincide com o aumento no ritmo do progresso técnico nas economias centrais, criando para estas a necessidade de exportar maquinário de tecnologia obsoleta, mas não totalmente depreciada. Além desta modalidade de financiamento, o capital externo assegura sua presença no processo de formação de capital sob distintas formas, sendo este um determinante no ciclo de expansão industrial brasileiro e assumindo majoritariamente a forma de empréstimos e financiamentos e não de investimento direto. Neste período, há um aumento considerável dos capitais europeus e japoneses, o que caracteriza um fluxo de circulação – de capitais e mercadorias – diversificado no Brasil (MARINI, 1972). Com isso, sintetizando a ideia de que o capital externo constitui um dos elementos-base da industrialização brasileira, observa-se a seguinte composição:

A participação do capital estrangeiro na formação de capital foi estabelecida, para o ano de 1965, em 28,1% do total, e em 29,4 no ano de 1966. Deduzindo da estimativa de crescimento anual de 17% esta porcentagem de recursos estrangeiros, chega-se à

conclusão que se prevê, para a economia interna, somente um percentual de 13%, taxa inferior à média do período de 1954-1960 (15,8%). Isto indica que é do capital estrangeiro que se espera o impulso capaz de manter um ritmo efetivo de crescimento econômico (MARINI, 1966)

Neste sentido, o capital externo não se apresenta apenas de maneira conjuntural, de acordo com os ciclos econômicos globais, mas acaba tendo suas ações internalizadas na constituição econômica do Brasil, estando os ciclos de acumulação desta economia fortemente influenciados pela acumulação internacional. Assim, os ciclos expansivos entre finais da década de 1950 até o início da década de 1960, e entre finais da década de 1960 até 1973, se encontram diretamente vinculados a mudanças significativas na esfera produtiva brasileira, considerando o aumento nos investimentos de capital e inovações produtivo-tecnológicas com a presença do capital externo (MARINI, 1972). À medida que o capital externo consolida sua presença na economia brasileira, importantes fatores acerca da força de trabalho (e seu valor) se dinamizam a esta presença, passando a constituir a estrutura produtiva do Brasil desde sua base:

É a própria natureza do desenvolvimento capitalista brasileiro, a qual tem conduzido a uma integração crescente à economia capitalista internacional e tem motivado uma completa inadequação da estrutura de produção às necessidades de emprego e salário das massas trabalhadoras, tudo isso não em caráter circunstancial, e como consequência da sobrevivência de reminiscências coloniais, mas sim pela própria dinâmica do crescimento econômico em uma economia capitalista periférica (MARINI, 2012, p. 105 e 106)

Assim, tendo em sua base produtiva a relação com o capital externo – e a transferência de excedente produzida por esta – a economia brasileira internaliza as atividades deste capital, ao mesmo tempo em que abdica das decisões de investimento e produção, para outorgá-las ao capital externo. Como supracitado, esta relação de dependência leva à construção de uma estrutura produtiva destoante das necessidades



internas e do processo natural de formação da força de trabalho na economia brasileira. Para Marini (1966) esta estrutura produtiva não somente destoa das necessidades de reprodução da força de trabalho, mas consolida um modo de produção baseado na *superexploração da força de trabalho*. Os condicionantes internos que permitem ao autor chegar a esta conclusão são desdobramentos da relação de dependência, que se consolidam na economia brasileira por meio da ação do institucional do Estado.

O primeiro destes condicionantes, que deprimem a capacidade de reprodução da força de trabalho, está relacionado ao nível de emprego e ao poder de compra salarial, e se deriva diretamente da desigualdade nos termos de troca (câmbio e mercadorias): a inflação. A inflação<sup>31</sup> foi um dos elementos mais persistentes na economia brasileira, tendo sido alvo de medidas econômicas e institucionais de caráter diverso. Aqui nos interessa explicitar como esta se liga à especialização exportadora e como suas medidas de contenção recaem sobre a massa salarial. Esta especialização comprometeu os investimentos produtivos para abastecimento interno e incentivou o Estado a depreciar o câmbio, medidas que, em conjunto, alimentaram o processo inflacionário, aumentando o valor na composição dos bens variáveis no processo produtivo. A principal tendência que se observa é que, com a inflação dos bens de consumo necessários ao trabalhador – provenientes de uma oferta interna de alimentos muito rígida e que não acompanha as necessidades da massa trabalhadora em formação e expansão – há uma elevação no valor da força de trabalho, não acompanhada pelo aumento salarial. Observamos, desta maneira, que a forma de inserção da economia brasileira traz desdobramentos à dinâmica do mercado interno, impactando na circulação e na realização das mercadorias (MARINI, 1966). Neste sentido, a inflação se torna um ciclo vicioso que

---

<sup>31</sup> Inserimos o condicionante inflacionário em nossa análise porque este foi um dos traços mais marcantes na história econômica do Brasil, e se relaciona ao valor de remuneração da força de trabalho. Contudo, este não é o principal aspecto de nossa argumentação, uma vez que o tema da inflação se relaciona a inúmeras variáveis e traz efeitos contraditórios para a formação econômica. Também são variados os receituários macroeconômicos para lidar com a aceleração inflacionária, muito bem sintetizados por Baer (1987). Para uma visão geral sobre este processo e as contradições a ele inerentes, ver também: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; NAKANO, Yoshiaki. **Inflação e recessão**. Brasiliense, 1984; e PAULANI, Leda Maria. **Teoria da inflação inercial: um episódio singular na história da ciência econômica no Brasil**. LOUREIRO, Maria Rita (Org.), v. 500, p. 159-179, 1997.

deprecia a capacidade de consumo e o poder de compra salarial, o que consiste em uma sub-remuneração da força de trabalho no período. Assim, esta condição específica de formação industrial no Brasil, que deriva do baixo ritmo de produtividade e da baixa capacidade de consumo dos trabalhadores em um cenário histórico de inflação é sintetizada da seguinte forma:

Dedicada à produção de bens que não entram, ou entram de forma escassa, na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições salariais próprias aos trabalhadores; isto em dois sentidos. Em primeiro lugar porque, ao não produzir elementos essenciais o consumo do trabalhador, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; não será, pois a desvalorização de manufaturas que influenciará na taxa de mais-valia. Isto dispensa o industrial de se preocupar em aumentar a produtividade do trabalho para, fazendo baixar o valor da unidade do produto, depreciar a força de trabalho, e o leva, inversamente, a buscar o aumento da mais-valia através de uma maior exploração – intensiva e extensiva – do trabalhador, assim como rebaixa os salários além de seu limite normal (MARINI, 1973).

Neste sentido, Marini (Idem) relaciona o desenvolvimento industrial do período à consolidação de práticas de exploração da força de trabalho, estando esta relação respaldada pelas políticas fiscais e monetárias de contenção inflacionária. Sendo assim, durante a consolidação do trabalho assalariado no Brasil, temos dois aspectos de destaque: o primeiro diz respeito à violação do valor da força de trabalho, que resulta da relação entre a baixa produtividade e a manutenção do EIR, em um cenário de depreciação do poder de compra salarial. O segundo diz respeito à combinação de técnicas de expropriação da mais-valia, considerando a necessidade crescente de gerar excedente, uma vez que a maior presença do capital externo no Brasil, sob distintas modalidades, leva a um aumento do fluxo de transferências de excedente para o exterior.

De uma forma geral, é estabelecida uma tendência de quebra entre a remuneração e o valor da força de trabalho, com a aplicação de técnicas combinadas de extração de mais-valia, sobretudo, técnicas absolutas.

Por mais que, neste período histórico de industrialização, as medidas para dinamizar a circulação interna tratavam a força de trabalho como um todo homogêneo (o trabalhador assalariado), é crucial que contrastemos as particularidades da força de trabalho no Brasil, considerando sua especialização na produção primária. Isto é, a composição da força de trabalho nesta economia, derivada de sua condição inicial de primário-exportadora, é marcada por dois aspectos principais: a heterogeneidade da força de trabalho, composta por trabalhadores rurais e industriais; e, também devido a esta heterogeneidade, um complexo processo de institucionalização do trabalho assalariado e do salário-base. Por ora, deixamos esta questão de lado, para retornar a ela no capítulo quatro deste trabalho.

No intuito de prosseguir com nossa articulação entre a reestruturação trabalhista, posta pela lógica de acumulação no neoliberalismo, bem como as nuances deste processo a nível global e na América Latina, iniciaremos o capítulo dois, que explicita o novo padrão trabalhista após 1990. Com a caracterização das principais variáveis do novo padrão trabalhista, que serão caracterizadas a seguir, será possível observar sua dinâmica no mercado de trabalho brasileiro, em articulação à categoria da superexploração da força de trabalho.

### **3 O mundo do trabalho em transformação na era neoliberal**

#### **3.1 Panorama mundial das transformações trabalhistas: padrões e contrastes**

Esta seção se destina a realizar um olhar geral sobre os padrões mundiais de transformação no mundo do trabalho, partindo das condições e tendências observadas neste a partir da consolidação de um capitalismo global de caráter neoliberal. Ao partir da noção de mundo do trabalho, estamos nos referindo a um conjunto de fatores, integrados pelos sujeitos assalariados, o mercado de trabalho, a força de trabalho, assim como suas condições de reprodução, sejam políticas, jurídicas ou institucionais (VALENCIA, 2009).

Assim, compreende-se a totalidade das circunstâncias que se referem às condições em que se encontra o trabalhador atualmente (pós 1990). Contudo, como estas condições são heterogêneas e de natureza complexa, delimitaremos algumas variáveis acerca deste processo de reestruturação global, delimitando-as nos seguintes eixos: modalidade contratual predominante, jornada de trabalho e horas extras, e condições salariais. Neste sentido, a primeira subseção se ocupará de um panorama global das tendências e principais mudanças no mundo do trabalho, nos limitando às variáveis indicadas acima. Com isso, buscamos mostrar que a reestruturação do trabalho não se restringe às economias dependentes, mas faz parte da dinâmica capitalista que, como ressaltamos na seção anterior, atinge, ainda em 1970, um padrão de acumulação de predominância financeira e de orientação neoliberal. Ao fim, o intuito é articular as transformações mundiais do trabalho ao disciplinamento neoliberal das economias dependentes, para que seja possível compreender como esta dinâmica se desdobra internamente no Brasil e com quais particularidades se apresenta. Por fim, a última subseção trará um recorte destas tendências no mundo do trabalho, aplicado às economias latino-americanas, enfatizando o impacto do disciplinamento neoliberal nestas economias dependentes e entendendo como este se dinamiza internamente ao padrão de reprodução capitalista existente nesta região. Neste sentido, pretendemos destacar nesta região as tendências e contrastes observados na particular formação econômica das economias dependentes e, atrelada a esta, a formação de uma força de trabalho específica.

Até aqui, conseguimos estabelecer uma relação entre o padrão de acumulação no capitalismo global e o disciplinamento neoliberal nas

economias capitalistas, estas últimas organizadas pelo Estado e seus arranjos institucionais. Como já argumentamos, a predominância do padrão financeiro, sobretudo a partir de 1970, leva a uma readaptação do mundo do trabalho, sob a necessidade de gerar um excedente adicional no processo produtivo. Assim, as transformações no mundo do trabalho são resultantes de uma combinação de fatores ideológicos, institucionais<sup>32</sup> e próprios da natureza de acumulação financeira. Neste sentido, observamos o processo de flexibilização da acumulação do capital e, conseqüentemente, a flexibilização geral do trabalho, para aspectos contratuais, e para aspectos como jornada e salário. Para a variável contratual, consideramos que esta diz respeito a formalização da compra e venda da força de trabalho, por isso está sujeita a uma flexibilização de caráter externo; Para o caso do salário e da jornada, estes são elementos internos ao processo de trabalho, que impactam mais diretamente nas condições de trabalho, e dinamizam-se a flexibilização interna (HARVEY, 2008; GILL, 2015; NETO, 1997).

A flexibilização do mundo do trabalho a partir de 1990 se observa, por meio dos relatórios da OIT, que destacam a emergência de um padrão de trabalho marcado por contratos informais, de curto prazo e com duração determinada, que são tidos como formas instáveis de contratação. Como nos aponta Foster, McChesney e Jonna (2011), há uma mudança global no padrão de empregos, que é resultante do processo de expansão e internacionalização do capitalismo monopolista. Temos com isso, a criação empregos de menor qualificação e com duração temporária, que colocam o trabalhador em uma condição de instabilidade no mercado de trabalho. Harvey (2008, p. 181) também reforça a ideia de flexibilização das formas de emprego após 1990, afirmando que “o trabalhador individualizado (...) vê-se assim diante de um mercado de trabalho em que só se oferecem contratos de curto prazo, personalizados. (...) Um sistema de 'responsabilidade pessoal' substitui as proteções sociais que foram antes responsabilidades dos empregadores e do Estado”. Neste sentido, o autor aponta para o aumento de contratos flexíveis, que trazem novas condições de trabalho e remuneração.

Sendo assim, a flexibilização pode ocorrer durante a celebração do contrato individual (forma de contratação), sendo que novas formas contratuais instáveis passam a reger a criação de empregos, embasando-

---

32 Por fatores institucionais, nos referimos a readaptação normativa das instituições que regem os direitos trabalhistas, que formalizam as mudanças necessárias a flexibilização da acumulação neoliberal, com relação a reestruturação produtiva no mundo do trabalho.

se em princípios legais específicos, que tornam menos rígida a relação contratual entre capital e trabalho. Esta flexibilização é possível a partir de uma modificação substancial da normatividade que regula a relação capital-trabalho, e esta se dá com a adaptação institucional e constitutiva ao novo padrão de emprego. Neste sentido, a pressão do neoliberalismo sobre as condições e direitos do trabalho se apresenta nos aspectos internos de organização do trabalho (salário e jornada), e na liberalização externa do mercado de trabalho (novas formas de contratação com menor rigidez). Assim, se mudam as condições normativas e institucionais do mundo do trabalho (LÓYZAGA DE LA CUEVA, 1994).

Com isso, falaremos em padrões gerais do trabalho na era neoliberal, e como o processo de flexibilização (que está atrelado a este padrão) se dinamiza por meio de alterações normativas nas instituições que regulam o mercado de trabalho nas distintas economias. No capítulo quatro do presente trabalho, trataremos desta dinâmica na economia brasileira, mas por ora, estabelecemos dois recortes de análise: um aspecto global e outro referente às economias latino-americanas. Desta maneira, poderemos adentrar nossa análise das condições trabalhistas e de exploração na economia brasileira, estabelecendo similaridades e contrastes com o processo no mundo e na América Latina.

Reforçamos que nos limitaremos às seguintes variáveis, que cabem a todos os níveis de análise: as novas modalidades de contrato (contrato temporário, part-time e terceirizado) que se tornam recorrentes após 1990; condições de salário, jornada e horas extras.

O panorama global sobre a mudança na natureza dos empregos foi um estudo realizado em 2015 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), e traz dados sobre o padrão de empregos e remuneração de 180 países. Sintetizamos o principal diagnóstico presente no relatório:

Empregos de tempo integral, e contratos estáveis representam menos de um a cada quatro empregos, e tal estatística não parece melhorar (...). Uma continuação das últimas tendências sugere que a incidência de relações de emprego estáveis irá representar uma parcela ainda menor do total de empregos, nos próximos anos. (...) O aumento do emprego informal, não-declarado e temporário, assim como o emprego de meio período contribuíram para o adensamento das desigualdades de renda, as quais marcaram a maioria dos países nas últimas duas décadas (OIT, 2015, p.5).

Assim, durante as décadas de 1990 e 2000, identifica-se um padrão diferente de empregos, que se segue a um período transicional de forte desemprego, com a criação de novos postos de emprego que exigem pouca qualificação. A OIT conclui que, nas economias avançadas, o antigo padrão de emprego, estável e rígido está perdendo sua predominância, o que permite dizer que os padrões de emprego se modificaram de uma forma substancial e a nível global. Ademais, a condição de instabilidade está atrelada à baixa qualificação exigida para os novos postos de trabalho, bem como ao aumento do trabalho temporário.

Segundo Foster, McChesney e Jonna (2011), esta mudança se explica devido à necessidade de acumulação do capitalismo monopolista – análogo ao capitalismo neoliberal – que se internacionaliza, por meio da expansão de novos postos de emprego, destinados a mediar este processo de acumulação. Para este mesmo contexto, a OIT identifica uma dinâmica de transformação nos postos de emprego, que se desenrola no período de predominância neoliberal, e leva a um aumento da instabilidade nas condições de emprego. Neste cenário, o processo de concentração do excedente produtivo em uma dinâmica monopolista e financeira, leva a criação de empregos de baixa produtividade e remuneração, como uma nova configuração de empregos de baixo custo. Neste sentido, temos um quadro de geração de empregos de baixa qualificação, que possui uma remuneração inferior e tem contribuído para o aumento da lacuna salarial entre trabalhadores qualificados e não-qualificados. Apesar da polarização de renda se dinamizar a nível global, existem contrastes quanto a intensidade desta lacuna nos países que ocupam diferentes postos na Divisão Internacional do Trabalho, como interpretamos a partir da relação entre as economias centrais e dependentes. Nos aprofundaremos nestas distinções mais a frente, mas por ora, indicamos que a criação de novos postos de trabalho, atrelados a contratos instáveis e vulneráveis, se dinamiza à manutenção de um exército industrial de reserva a nível global, necessário as necessidades de acumulação do capital em detrimento do trabalho. Como observamos no capítulo anterior, o exército industrial de reserva é um mecanismo que regula a relação capital-trabalho, em favor do primeiro (FOSTER, MCCHESENEY, JONNA, 2011).

Assim, um número considerável de trabalhadores passou a ocupar postos informais e de baixa qualidade, com contratos que refletem a falta de garantias ao trabalhador. Esta síntese se estende, de forma mais ou menos intensa nas distintas economias, a uma tendência global de

flexibilização das formas de emprego e contratação. Isto corresponde a uma manutenção do exército industrial de reserva, como forma de assegurar a acumulação de maiores níveis de excedente produtivo, sem incremento na produtividade do trabalho, por meio do aumento da exploração da força de trabalho. A manutenção do exército industrial de reserva se dá com a regulamentação de novas formas irregulares de emprego, tais como o trabalho temporário, part-time, terceirizado e informal. São estes aspectos que destacaremos agora ao tratar das modalidades de contrato vigentes no padrão neoliberal, após 1990.

### *Modalidades de contrato*

Destacamos inicialmente o pressuposto que orienta nossa análise: o processo de reestruturação trabalhista se distingue nas diversas economias do mundo, sendo que os efeitos flexibilizantes se concretizam em mecanismos que variam e são mais ou menos profundos nas distintas economias.

De maneira geral, identificamos que os contratos formais são mais predominantes nas economias centrais, ainda que estejam perdendo espaço nas décadas passadas, reflexo de um processo global de readaptação ao padrão de acumulação neoliberal (OIT, 2015). Neste sentido, e a partir das distintas posições econômicas na DIT, que já destacamos no capítulo segundo, consideramos que as economias dependentes – ou economias “do Sul”, como denomina Foster *et. al* (2011) – por possuírem um maior contingente de trabalhadores informais e contratos instáveis, possuem uma forte dinâmica de manutenção do Exército Industrial de Reserva, o que contribui para que a condição de instabilidade do trabalhador seja persistente (FOSTER, MCCHESENEY, JONNA, 2011).

Esta tendência global de instabilidade nos empregos, está relacionada ao processo de heterogeneização das modalidades contratuais, que, como demonstra a OIT (2015), se observa em termos mundiais, mas que também apresenta distinções no grau de adesão aos novos contratos, entre as economias do mundo. A partir deste complexo de formas de emprego, a OIT adota uma diferenciação entre os postos assalariados, diferenciando-os entre empregos formais/tempo integral/permanentes, que figuram como formas estáveis, e os postos informais/meio período/temporários, que são formas instáveis de trabalho. Por informalidade, compreendemos a relação entre empregados e trabalhadores que participam da produção em unidades produtivas, nas quais a relação entre capital e trabalho não é formalmente regulada e



estabelecida, tanto quanto à organização do trabalho, como na aplicação de normas trabalhistas (OIT, 2015). Este processo de flexibilização das formas contratuais é destacado por Antunes, que enxerga este como uma característica da nova configuração do mundo do trabalho:

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural. Estas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal (ANTUNES, 2000, p.44)

Ao tratarmos do processo que flexibiliza o mundo do trabalho, com o aumento dos empregos instáveis, notamos que este se observa de forma geral, com a maior recorrência dos contratos temporários, part-time e terceirizados, que ganham espaço em algumas economias e, em outras, passando a predominar. O maior predomínio destas formas em algumas economias, se relaciona à manutenção de um exército industrial de reserva que, apesar de ser global, se concentra nas economias “do sul”, compreendidas aqui como economias dependentes. Isto é, relaciona-se a prática recorrente da superexploração nestas economias, que permite a continuidade de um contingente de trabalhadores em condições vulneráveis e informais<sup>33</sup>, por consolidar contratos que garantem custos

---

33 Como trouxemos no segundo capítulo, Marx (1976) desenvolve a Lei tendencial da queda da taxa de lucro, como um processo natural de desaceleramento da acumulação do excedente, tendo em vista as barreiras existentes a produção de mais-valia no que tange os limites físicos de exploração da força de trabalho. Ao analisar as distintas formas de contornar esta tendência de queda nos lucros, já salientamos que a violação da força de trabalho figura como um mecanismo válido, praticado com intensidade nas economias dependentes. A partir disso, destacamos aqui, que o Exército Industrial de Reserva constitui um dos principais mecanismos de manutenção das taxas de lucro, por meio do rebaixamento

mínimos ao capital em detrimento do trabalho (FOSTER, MCCHESENEY, JONNA, 2011).

No intuito de caracterizar melhor a relação entre as novas formas de contrato e o aumento da instabilidade ao trabalhador, analisaremos cada uma das modalidades contratuais já citadas, para o recorte mundial e para a América Latina. Assim, trataremos de três principais modalidades de contrato que figuram como “informais” e tem se tornado recorrentes no mundo do trabalho, a nível global: o emprego part-time ou de meio período, o contrato de duração determinada (CDD) e a terceirização ou subcontratação. Apesar de analisarmos estas formas contratuais de maneira distinta, estas modalidades de contratação podem, por vezes, se combinar na jornada de trabalho, como destaca Pedroso (2015, p.95):

Essas modalidades de ocupações flexíveis reforçam, ainda, o trabalho informal e autônomo que segue muitas vezes sendo realizado conjuntamente com a subcontratação e a terceirização da mão de obra como uma forma de complemento de renda. Ou para aqueles que não encontram tipo nenhum de emprego, mesmo em condições precárias e mal remuneradas, o que resta é o trabalho informal e autônomo.

Neste sentido, há uma heterogeneidade das formas de contrato, que se traduzem em um mercado de trabalho complexo, por meio de flexibilização contratual e das relações trabalhistas. Esta situação coloca o trabalhador em uma potencial condição de instabilidade e falta de garantias. Seguindo com distinção e combinação das formas de contratação, um tipo que tem ganhado espaço no mundo do trabalho consiste no emprego de meio período, que geralmente preenche-se por trabalhadores pouco qualificados ou sem qualificação alguma. Neste tipo de posto, o trabalhador assume atividades flexíveis e diversas, que podem se combinar em vários postos de meio período. Ademais, como a remuneração do emprego é proporcional às horas trabalhadas, obviamente os empregos part-time implicam em uma menor remuneração do que a praticada para postos integrais (DAL ROSSO, 2008).

---

das condições de trabalho, considerando o grande contingente de mão-de-obra disponível, que compõe este exército. O que enfatizamos por meio de Foster, McChesney e Jonna (2011) é que, com a criação de novos postos de emprego vulneráveis e instáveis, há a expansão do Exército Industrial de Reserva.

Ainda segundo a OIT (2015), menos de 45% dos trabalhadores assalariados do mundo ocupam postos de período integral – e esta porcentagem se encontra em declínio – o que significa que quase seis entre dez trabalhadores assalariados no mundo se encontram em postos de meio período (part-time). Nos 86 países em que a pesquisa se realizou (que englobam 65% de todos os postos de emprego no mundo), mais de 17% dos empregos figuram como part-time<sup>34</sup>, configurando uma jornada de menos de 30 horas semanais. Na maior parte dos países, durante o período de 2009 a 2013, os empregos part-time aumentaram em relação aos postos integrais, como ocorreu na Europa, que, em linhas gerais, perdeu quase 3.3 milhões de postos integrais, ao mesmo tempo em que contou com um aumento de 2.1 milhões de postos part-time, no mesmo período assinalado. De acordo com a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, entre os anos de 2000 e 2015, o emprego part-time passa de 13,9% para 16,9% entre os países-membros da organização<sup>35</sup>. Em termos absolutos, a OCDE demonstra que, para o mesmo período, o número de trabalhadores que involuntariamente possuem contratos part-time subiu de 8,7 milhões para 19,2 milhões, o que faz deste tipo de contrato uma forma recorrente nos últimos quinze anos.

Consideramos que esta condição de trabalho part-time, pode acarretar num aumento voluntário da jornada de trabalho, com o trabalhador ocupando dois ou mais postos part-time, num impulso de compensação de renda e benefícios. Este tipo de “dupla jornada” é bastante recorrente,

---

34 Destacamos que a incidência deste tipo de emprego é maior entre as mulheres (8.2% entre homens e 15.9% entre mulheres), o que nos leva a apontar o processo de inserção da mão-de-obra feminina nos novos postos de trabalho. Por mais que não pretendamos aprofundar este aspecto, esta inserção e, em alguns casos, predominância no mercado de trabalho, vem acompanhada de uma remuneração inferior e maiores jornadas, o que, para nós, implica no fato de que a mão de obra feminina é submetida a uma exploração de maior grau. Voltaremos a este argumento quando tratarmos dos salários (OIT, 2015). Para aprofundamento do tema da exploração do trabalho feminino, com um recorte voltado para a América Latina ver: AGUIAR, N (org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

35 A organização engloba 35 países, sendo todos classificados como economias de renda alta, e possui em sua constituição, princípios sobre a liberdade do mercado e o respeito a democracia, o que interpretamos estar em consonância com o modelo neoliberal e, conseqüentemente com o novo padrão de trabalho.

sobretudo em países que permitem jornadas semanais de até 40 ou 44 horas, como é o caso de muitos países da América Latina (RUIZ, 2005). Esta compensação também se observa com o aumento da recorrência de horas extras para além da jornada, que constituem práticas recorrentes no setor de serviços e que, apesar de serem limitadas por lei, existem distinções quanto à legislação dos países.

O que pretendemos destacar aqui é que o processo global de flexibilização dos empregos se dá com uma intensidade diferenciada nas economias dependentes latino-americanas, o que adentraremos mais a frente. Por ora, identificamos que a recente readaptação do mundo do trabalho traz diminuição do emprego estável e um crescimento das modalidades de trabalho por tempo determinado e parcial, subcontratado ou terceirizado, o que resulta numa expansão do trabalho informal e, postos de baixa remuneração (PEDROSO, 2015).

Neste ínterim, com o aumento de postos informais e seu consequente impacto sobre a renda, é possível falar em precarização das condições de trabalho, o que Antunes denomina enquanto trabalho precarizado, ou seja, trabalhadores terceirizados, subcontratados, part-time, entre outras formas que se encontram em expansão (ANTUNES, 2000, p.42). Como aponta o autor, o posto de emprego part-time é uma das principais formas de trabalho precarizado, seguido pela terceirização.

Trataremos desta última a seguir, para depois nos aprofundarmos na forma de contratação temporária, ou contrato de duração determinada. Articulamos a forma de contratação terceirizada – ou subcontratação – como um processo concomitante a expansão dos postos no setor de serviços, que sofre um inchamento nas últimas décadas do século XX, incorporando parcelas da força de trabalho que foram desempregadas pelo desaceleramento industrial e reestruturação produtiva no neoliberalismo. Nos Estados Unidos, o setor de serviços corresponde a 70% dos postos de trabalho, e este quadro se assemelha em economias como a França, Alemanha e Reino Unido (ANTUNES, 2004).

Acerca da terceirização, entendemos esta modalidade de contrato como um reflexo do citado inchamento do setor de serviços. Quando nos referimos a estas duas modalidades, estamos aplicando um recorte atual, não desconsiderando a existência desta forma em um período histórico mais antigo, mas apenas destacando a maior recorrência desta após a década de 1990. Esta modalidade permite a flexibilização do processo produtivo por meio de uma reorganização das atividades da empresa, dividindo-as entre atividades fins e serviços complementares e, por fim, externalizando a contratação de serviços que não figuram como atividade final da empresa. Há, neste sentido, uma desconcentração das

atividades das empresas e uma flexibilização da contratação de trabalhadores para as atividades complementares (LIMA, 2010).

A “nova” subcontratação, chamada de terceirização, resulta da desverticalização das atividades no interior da empresa, como estratégia de competitividade e permanência no mercado. A tendência anterior era a empresa agrupar a maioria das atividades sob seu controle, do produto principal ao restaurante, passando pela limpeza e segurança. Agora, a terceirização parte do princípio da focalização no produto principal, que possibilitaria redução de custos fixos e ganhos de eficiência. (LIMA, 2010, p.18).

Este processo possibilita o aumento das contratações instáveis e por tempo determinado, porque o tempo de duração do trabalho fica a critério da contratante e, além disso, estas se concentram em postos que exigem baixa qualificação – menor custo por trabalhador e maior rotatividade nos postos. Neste sentido, cria-se uma legislação que regulamenta a situação do trabalhador terceirizado, entendendo esta institucionalização como positiva para a flexibilização produtiva e do mercado de trabalho (LIMA, 2010). Tal processualidade atinge, também, ainda que de modo diferenciado, os países subordinados de industrialização intermediária, como Brasil, México, Argentina, entre tantos outros da América Latina que, depois de uma enorme expansão de seu proletariado industrial nas décadas passadas, passaram a presenciar significativos processos de desindustrialização, tendo como resultante a expansão do trabalho precarizado e terceirizado (ANTUNES, 2000). Assim, a terceirização resulta do inchamento do setor de serviços e da própria diversificação de atividades empresariais, considerando que existem diferentes intensidades deste processo nas distintas economias, frente as diferentes composições da força de trabalho e condições produtivas.

Como estamos, nesta seção, partindo de uma perspectiva global deste processo, os dados acerca da terceirização no setor de serviços não possuem parâmetro cabível, contudo, pretendemos nos aprofundar nos indicadores econômicos para o caso brasileiro. Neste sentido, salientamos que a terceirização também faz parte do processo de informalidade do mundo do trabalho e, assim como os demais postos de trabalho informais/temporários/part-time, podem resultar em um menor rendimento do trabalhador e menos garantias de estabilidade. De toda forma, a OIT (2015) destaca a terceirização como uma prática contratual

recorrente no mundo para os últimos vinte anos, e acrescentamos que ela está associada a expansão das empresas multinacionais, bem como à criação de empresas associadas prestadoras de serviços terceirizados. Para, Harrisson e McMillan (2006) a prática do “outsourcing” se dissemina após a década de 1990, sobretudo nos Estados Unidos, envolvendo a contratação de mão-de-obra externa para prestação de serviços e segmentação produtiva. Interpretamos, a partir disso, que o aumento da subcontratação e das modalidades de contrato similares, para o caso das economias centrais, visam inicialmente desconcentrar o processo de trabalho nos grandes conglomerados, segmentando atividades intermediárias e de manutenção às finalidades produtivas. Para o caso da terceirização, acrescentamos por fim que, esta modalidade se dinamiza de forma muito distinta entre as economias, se concentrando em determinados setores e para atividades que variam, mas que em geral estão associadas a contratos mais flexíveis, que envolvem uma remuneração inferior e uma baixa produtividade (RUIZ, 2005).

Por fim, destacamos a contratação temporária ou o contrato por tempo determinado (CDD), uma modalidade que sempre existiu, mas que antes era restrita a trabalhos considerados de natureza temporária. Na Europa, o CDD não era muito recorrente antes de 1970, havendo a preeminência do contrato de duração indeterminada (CDI), que garante legalmente a estabilidade no emprego e concessão de benefícios em caso de dispensa do trabalhador. O CDI representa, a seu tempo, uma relação de trabalho mais rígida e estável, o que contrasta com a era do trabalho flexível, característica de período neoliberal. Assim, desde 1970, os CDIs tem se tornado menor nas economias como um todo, perdendo espaço para os CDDs e ate mesmo o regime de trabalho sem contrato, este último com maior recorrência. A OIT registra que no ano de 2015, apenas 26,4% dos trabalhadores do mundo possuem contrato permanente – com duração indeterminada – enquanto 13% possuem contrato tipo CDD. Ademais, Pedroso (2015) salienta que o CDD tem se tornado mais recorrente nas economias europeias, sobretudo na França, o que está atrelado a flexibilização dos contratos que, nesta região estruturam-se de forma rígida e com altos custos em caso de quebra contratual.

Estes números também apontam para o fato de que, para o mesmo ano, 60,7% dos trabalhadores da amostra mundial não possuem nenhum vínculo contratual formal, o que indica um alto grau de informalidade contratual a nível mundial. Com isso, a organização conclui que o mercado de trabalho global está clivado atualmente por relações de trabalho instáveis e inseguras, que em parte se explica pela grande

parcela de trabalhadores que ocupam postos assalariados informais, e por outra, se refere a significativa proporção de trabalhadores que estão vinculados a formas contratuais instáveis. As tendências apontam para um declínio gradual na seguridade de emprego para toda a força de trabalho nas economias centrais, sobretudo, nos períodos anteriores e posteriores a crise de 2008. Esta tendência reforça a característica da instabilidade contratual, mesmo nas economias europeias, e para nós está atrelada ao processo geral de flexibilização trabalhista (OIT, 2015). Seguindo esta tendência de flexibilização, a Europa primava – antes de 1970 – pelo CDI, e para isso se fundamentava legalmente em um direito do trabalho que protegia o contrato de trabalho, embasando-se no princípio da estabilidade do trabalho se embasava no princípio de que todo trabalho possui natureza indeterminada, até que se prove o contrário. Como argumentamos, anteriormente, os CDD se restringiam apenas a trabalhos de natureza temporal, sendo esta restrição justificada pelo princípio da estabilidade nas condições de trabalho. Mesmo com esta flexibilização, se levarmos em consideração os dados de 2000 a 2015, verificamos que o CDI ainda predomina nas economias de alta renda, mas vem perdendo espaço nos últimos anos, principalmente em economias como a França e Espanha. Ademais, como acrescenta Pedroso (2015), nos Estados Unidos, entre os anos de 1982 e 1997, o número de trabalhadores em condição contratual temporária saltou de 417 mil para 2,6 milhões.

Em suma, nas economias de alta renda, no ano de 2004, o percentual de trabalhadores com contrato permanente era de 74%, caindo para 73.2% no ano de 2012. O número de trabalhadores sem contrato saltou de um percentual inexpressivo para 1.1% no mesmo período<sup>36</sup>. Outro relatório feito pela OIT, afirma que:

A multiplicação e a sucessão ininterrupta de tais contratos até os dias atuais, tem fundado o parecer político e doutrinário de que os contratos temporais constituem em si uma nova categoria, e que questionam e modificam definitivamente o

---

36 A base metodológica utilizada pela OIT no relatório de 2015 contrasta apenas os anos de 2004 e 2012. Ao pesquisar o estudo referenciado para a construção do relatório, o Key Indicators of Labour Market, não se consegue acessar dados sobre os indicadores de outros anos. Tem-se acesso apenas a metodologia do modelo utilizado para a pesquisa, mas não aos resultados. Por isso, não trouxemos um contraste de mais longo prazo nestes indicadores, o que acreditamos que seria mais consistente e nos permitiria identificar padrões.

princípio, ate agora indiscutido, da estabilidade do emprego. (...) O CDD tende a limitar os direitos dos trabalhadores em matéria de seguridade social, de indenizações por dispensa, inclusive de licença maternidade, o que não só torna o emprego mais precário, mas pode incidir no crescimento dos índices de pobreza (RUIZ, 2005, p. 28)

Sendo assim, a mesma relação que se estabelece entre o emprego informal e o menor grau de remuneração, pode ser utilizada para compreender a relação entre o CDD e o impacto na remuneração do trabalhador. Ademais, esta precarização não se restringe a questões de renda, mas esbarra em direitos adquiridos, seguridade e outros benefícios que são flexibilizados com essa modalidade de contrato.

Anteriormente, destacamos três modalidades de contrato que tem se expandido no padrão trabalhista neoliberal, mostrando que em termos gerais, a proporção destes contratos tem aumentado. Neste mesmo recorte, em relação aos contratos formais, permanentes e integrais, as três modalidades destacadas ainda são minoria para uma média mundial. Contudo, não buscamos caracterizar de forma aprofundada o processo de adesão dos contratos instáveis em cada uma das economias, mas por ora apenas indicar que estas modalidades se tornam mais recorrentes. Exploraremos a distinção deste processo na próxima seção, nos aprofundando em alguns aspectos referentes às economias latino-americanas, cuja reprodução do capitalismo e do padrão trabalhista neoliberal determina e é determinada pela condição de dependência, o que se assemelha à dinâmica existente na economia brasileira.

Assim, para concluir com este breve panorama geral do atual padrão trabalhista, sintetizamos abaixo a proporção entre os tipos de contratação predominantes no mundo, considerando as distinções entre as economias de alta e média renda, esta última classificação na qual se insere a economia brasileira:

## **Quadro 1 – tipos de contratação como percentual do emprego total – 2012**



TIPO DE CONTRATO	MÉDIA GLOBAL	PAÍSES DE RENDA MÉDIA	PAÍSES DE RENDA ALTA
Contrato Permanente	26.4	13.7	76.7
Contrato Temporário	12.9	14.4	9.3
Sem contrato	12.3	16.5	1.1
Conta própria	34.9	40.1	9.0
Sem remuneração	11.1	13.1	1.3

Fonte: Relatório da Organização Internacional do Trabalho “World Employment Social Outlook” (2015). Elaboração própria.

O quadro acima reflete a potencial inconsistência de dados, quando se calcula uma média a partir de grandezas distintas para as economias de faixas de renda variadas. Ainda assim, a primeira observação que se destaca para a média global é uma recorrência considerável dos contratos temporários e dos empregos sem nenhum vínculo contratual, que somados aos trabalhadores autônomos, ultrapassam o total de contratos permanentes. Contudo, o que estamos argumentando é a grande diferença entre as economias de alta e média renda<sup>37</sup>: enquanto nas primeiras apenas 9,3% dos trabalhadores possuem contrato temporário, e 11,4% não possuem vínculo contratual, nas economias de renda média os contratos temporários representam uma parcela maior do que os contratos permanentes. O contraste de maior destaque é que, nas economias de renda média 40, 1% dos trabalhadores realizam atividades autônomas, sendo que 69,7% não estão vinculados a nenhum contrato. A partir destes contratos, explicita-se a necessidade de diferenciar os processos de reprodução do atual padrão trabalhista entre as economias dependentes e as economias centrais.

Ainda assim, realizar um panorama global acerca das tendências no mundo do trabalho é fundamental para captar a totalidade deste processo de reestruturação trabalhista. Desta maneira, verificamos que, em geral, tem crescido a modalidade de contratação temporária e o emprego part-time, bem como as relações de trabalho que não envolvem contrato. Contudo, como se pode perceber a partir das nuances entre as diferentes economias do mundo, é necessário se aprofundar nos contrastes existentes neste processo nas economias centrais e nas economias dependentes. Não apenas caracterizar estes contrastes, mas identificar porque eles se dinamizam. Neste sentido, podemos verificar que a

---

37 Esta classificação das economias de renda média é concedida pelo banco mundial e, para o recorte latino-americano, engloba as seguintes economias: Argentina, Belize, Brasil, Colômbia, Cuba, Dominica, República Dominicana, Equador, Granada, Guiana, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lucia, São Vicente e Granadinas, Suriname e Venezuela.

composição da força de trabalho nas economias dependentes reflete as distinções no que tange às modalidades de contratação, havendo uma maior incidência de relações de trabalho com contratos temporários ou sem contrato.

### *Jornada*

Estamos trazendo um panorama global para a variável da jornada, porque a estabelecemos como um parâmetro para analisar o nosso objeto de estudo, circunscrito na economia brasileira. Contudo, temos algumas ressalvas a destacar para o recorte em relação a jornada. A primeira delas é que o relatório da OIT (2015) não traz considerações diretas sobre a jornada de trabalho, e há uma escassez de relatórios que tratam da jornada de trabalho em termos gerais para as economias do mundo. Existem uma série de estudos setoriais sobre a jornada de trabalho no mundo, mas análises sobre uma média de horas trabalhadas no mundo são menos recorrentes e de difícil acesso. Assim, para obter uma média geral para as economias do mundo, seria necessário nos aprofundar em cada setor de trabalho, o que não constitui um objetivo deste trabalho. Isto é, como pretendemos destacar as mudanças jurídico-institucionais em relação à jornada, é inviável realizar aqui um panorama geral destas alterações para um recorte global. Nos restringiremos a trazer os indicadores disponíveis, para estabelecer ao menos uma referência mundial quanto a duração da jornada a partir de 1990. Ainda assim, há um documento central da OIT, elaborado por Lee et. al (2009), que estabelece alguns parâmetros mundiais quanto a jornada de trabalho.

Além disso, buscaremos outras fontes, como a base de dados da OCDE, que traz o indicador das horas trabalhadas anualmente, para algumas economias do mundo. Desde já, destacamos que há distinções, mesmo entre as economias de renda alta, o que faz da média geral uma grandeza inconsistente e inconclusiva. Assim, traremos os dados agregados, mas apontando as principais distinções entre as economias do capitalismo central.

Lee et. al (2009) indica que a jornada média mundial, para entre 1995 e 2002, situa-se entre 35 e 45 horas, contudo, uma parte considerável de países periféricos possuem jornadas semanais mais longas, podendo ultrapassar 48 horas semanais (é o caso da Costa Rica, El Salvador, Peru, Tailândia e Turquia). Para os países de alta renda, observam-se jornadas de trabalho relativamente mais curtas, com exceção de alguns países da Ásia, como Cingapura e a Coreia do sul, onde o trabalhador médio de setores como o manufatureiro trabalha mais de 48 horas semanais. Em termos mais objetivos, os autores destacam que:

Diversos países adotam 48 horas como limite mínimo para caracterizar as jornadas longas. (...) Em primeiro lugar, no que diz respeito ao emprego total, as variações entre países são consideráveis. Entre os países em que a incidência de longas jornadas é pequena estão a Rússia (3,2%, usando-se o mínimo de 50 horas), a Moldávia (4,9%), a Noruega (5,3%) e a Holanda (7,0%), ao passo que se registra que mais de 40% de todos os empregados trabalham mais de 48 horas por semana em localidades como a Etiópia (41,2%), a Indonésia (51,2%: considerando-se o mínimo de 45 horas), a República da Coreia (49,5%), o Paquistão (44,4% em 2003) e a Tailândia (46,6% em 2000).

Assim, temos um quadro geral que aponta para um grande contraste entre as diferentes economias do mundo, o que justifica um recorte entre as economias centrais e dependentes na América Latina, para que seja possível um maior aprofundamento desta variável para o caso brasileiro. Ainda assim, para uma média global, os autores indicam que para uma amostra de 54 países, no ano de 2009, cerca de um a cada cinco trabalhadores (22%) do mundo trabalham mais do que 48 horas semanais.

Seguindo na definição de uma média geral, para os membros da OCDE, temos que entre 1990 e 2014, a jornada anual é reduzida de 1882,7 para 1763,4 horas, uma queda substancial para o caso das economias de renda alta. Destacando os contrastes entre a jornada nos países da Europa e América do Norte, o país que possui a menor jornada é a Holanda, que no mesmo período contou com uma jornada de 1451 horas, que declinaram para 1420 em 2014. As economias destas regiões, que possuem maiores jornadas são Grécia e Portugal, que apresentam uma variação de jornada entre 2084 e 2026 horas, e entre 1959 e 1865 horas, respectivamente. Se tratarmos de economias como Japão e Coreia do Sul, que recentemente têm se destacado na economia mundial, temos a prática de altas jornadas, que variaram entre 2031 e 1729, e entre 2677 e 2124, respectivamente (OCDE, 2016). A partir disso, concluímos que há profundas distinções entre as jornadas praticadas mundialmente, mas que de forma agregada, observa-se uma diminuição da jornada para os países pesquisados pela OCDE. Lee et al (2009) também associa esta diminuição à maior recorrência do trabalho part-time, o que torna ainda mais complexa a análise geral da jornada de trabalho no mundo. Como

acrescenta “tal situação se combina com inexistência de trabalho suficiente, vê-se então um grupo de trabalhadores sobrecarregado de trabalho ao lado de outro grupo de trabalhadores fazendo jornadas muito curtas e, por isso, impossibilitado de obter uma renda decente” (LEE et, al, 2009, p. 36).

Ademais esta tendência de diminuição não se aplica para todas as economias, e esta contradição é enfatizada por Dal Rosso (2013, p. 5):

O papel desempenhado pela tecnologia no trabalho contemporâneo, assim como os projetos de modernidade societária e de globalização, apontam na direção de horas de trabalho cada vez menores. Por outro lado, este artigo também argumentará a respeito de uma tendência inversa em direção ao aumento da jornada. (...) Os valores nacionais médios podem esconder setores de atividade ou agrupamentos de trabalhadores cujas jornadas estão em processo de majoração. Em segundo lugar, a tendência predominante em um Estado-Nação não se aplica automaticamente em outro.

Dal Rosso (2013) destaca ainda que existem tendências divergentes quanto a jornada no âmbito mundial, havendo uma tendência de diminuição para algumas economias, e de aumento para outras, isso reflete a complexidade do atual padrão produtivo. A partir disso, consideramos ser necessário compreender a complexidade das jornadas praticadas em economias que possuem níveis de produtividade distintos, uma vez que o aumento da jornada redunde em uma forma absoluta de exploração da força de trabalho, uma prática que não é tão recorrente em economias centrais. Assim, o estudo desta variável para um recorte mundial esconde a real complexidade nela contida, bem como as distinções de produtividade entre as economias centrais e dependentes (MARINI, 1973).

### *Salários*

Salientamos novamente que, por ora, ao adotarmos uma visão mais geral do processo de reestruturação trabalhista, não nos aprofundaremos em aspectos salariais de todas as economias do mundo. Neste sentido, tentaremos apenas apontar as tendências mais relevantes que se apresentam nos últimos dez anos, como é o caso do aumento da brecha salarial entre os diferentes postos de trabalho, formais ou informais. Observa-se que os postos que exigem maior qualificação têm

concentrado, gradualmente, as mais altas faixas de rendimento, em detrimento da compressão salarial dos postos de menor qualificação. Este quadro é preocupante, justamente porque, os postos de emprego que mais têm crescido, são os postos de baixa qualificação. É importante salientar a brecha salarial existente entre as modalidades formais e informais de contratação, que podem ser maiores ou menores de acordo com as regiões do mundo. Este aspecto constitui um dos pontos centrais do relatório e, destacamos que a heterogeneidade da contratação nas economias varia em grau de recorrência e remuneração.

Segundo dados agregados no relatório, em economias centrais como a França, Noruega, Bélgica, Irlanda o percentual salarial dos postos de trabalho informais corresponde a pouco menos de 60% da média salarial em postos formais. Em economias como o Reino Unido, este percentual sobe para 67% (No Brasil, corresponde a 41%). Como podemos observar, os postos de trabalho informais possuem em totalidade, uma remuneração inferior aos postos formais, por mais que essa diferença seja maior ou menor de acordo com as economias. O relatório alega que trabalhadores permanentes ganham significativamente mais do que os não permanentes e, nas economias avançadas, esta diferença varia entre 15% e 55%. Nas economias dependentes – classificadas pelo relatório como emergentes ou em desenvolvimento – esta diferença oscila entre 43% e 65%. Ainda segundo o relatório, esta brecha de renda, em sua maioria não é compensada por outras fontes de renda. Nas economias da Europa, o rendimento proveniente do trabalho representa entre 85% e 95% da renda total de um chefe de família empregado em um cargo permanente, já no cargo informal, este percentual varia entre 70% e 95%. Nas economias dependentes, há também uma forte necessidade da renda do trabalho, que atinge 85% do total da renda familiar. Ou seja, podemos concluir que a brecha salarial entre o trabalho formal e informal impacta de forma significativa e negativa no rendimento familiar, o que leva a um processo de concentração de renda nas faixas de trabalhadores com maior qualificação e com contratos permanentes (OIT, 2015).

Outro importante aspecto da brecha salarial que tem se aprofundado nos últimos anos é a presença das mulheres nos postos de menor qualificação, com o adicional de serem remuneradas de forma inferior a força de trabalho masculina. Esta constitui uma das tendências centrais apontadas pelo relatório, que mostra uma predominância das mulheres em contratos part-time e informais. Enquanto 24% das mulheres empregadas, trabalham em regime de part-time, apenas 12% dos homens se encontram na mesma situação. Sendo a remuneração destes

cargos, em média 11,6% menor, essa grandeza se divide em 8,2% entre os homens, e 15,9% entre as mulheres. Apesar de não intentarmos nos aprofundar neste aspecto, a crescente presença das mulheres na força de trabalho mundial, em condições de menor remuneração e garantias contratuais, nos mostra que a atual relação entre capital e trabalho está clivada por relações sociais de subordinação que se impõem de maneira objetiva e subjetiva as mulheres (OIT, 2015).

Com isso, compreendemos que os aspectos salariais que mais se sobressaem em perspectiva global, dizem respeito a lacuna existente entre os contratos formais e informais, um processo que concentra a renda nos trabalhadores com cargos formais e de maior qualificação, e a comprime para os trabalhadores informais, que gradualmente tem ganhado mais espaço nas formas de contratação atuais. Adotar esta perspectiva global nos ajuda a compreender o processo de reestruturação trabalhista em sua totalidade, mas nos limita a visualizar as dinâmicas particulares em cada economia, para o caso, a economia brasileira. Nestas condições concretas mais gerais, argumentamos que não é possível tratar da generalização da superexploração da força de trabalho, porque esta categoria está, teoricamente, atrelada a dois aspectos particulares: a dependência e a transferência do excedente. Ademais, esta categoria se formula a partir das condições particulares de formação da força de trabalho nas economias sujeitas a dependência e a transferência de mais valor. Com isso, e compreendendo a superexploração como uma categoria teórica, entendemos que esta trata apenas da estrutura observada no capitalismo dependente, mesmo que estejam se generalizando piores condições aos trabalhadores do mundo, sob formas contratuais informais. Estes processos gerais se dinamizam diferentemente nas economias, como já argumentamos e, neste sentido, seguiremos afinilando nossa perspectiva para as economias latino-americanas, que se destacam das tendências gerais, mas que ainda assim estão conectadas a elas.

Neste recorte, consideramos adequado se tratar de superexploração da força de trabalho, porque se trata de economias que possuem semelhanças em sua formação econômica e relação com as economias centrais, mesmo que possuam profundas distinções internas. Essas semelhanças podem ser categorizadas como aspectos do padrão de reprodução do capitalismo dependente, e nos ajudarão a contrastar o processo de reestruturação trabalhista em suas nuances espaciais, periférica e central.

### 3.2 Panorama Latino-americano do mundo do trabalho pós 1990<sup>38</sup>

O contexto de transição global do modo de acumulação neoliberal, clivado por pressões institucionais e das economias centrais, levou a uma reorganização a nível institucional e de mercado na América Latina, sendo que a maioria destes países passa por uma série de reformas trabalhistas, que se dão a cada década desde 1980. Estas reformas se orientam pela criação de postos de trabalho destinados a intermediar e facilitar as novas e diversas atividades de capital que se consolidavam com a civilização orientada para o mercado (GILL, 2015). A partir do recorte voltado para as economias latino-americanas – e dependentes – será possível que nos aprofundemos nos processos de reforma trabalhista e nos aspectos concretos que se dinamizam a estas mudanças, porque trataremos de economias que possuem um padrão trabalhista semelhante ao observado no Brasil, recorte espacial deste trabalho. Isto é, a partir do momento em que saímos do nível global de análise, temos um exercício de menor abstração, considerando que a região latino-americana passa por processos similares na consolidação do modo de produção capitalista. Este procedimento vai tornar nossa análise mais coerente em relação ao mercado de trabalho no Brasil, bem como em relação às reformas jurídico-institucionais que ocorrem após 1990 na América Latina.

A partir destas reformas, argumentamos que as estruturas institucionais, necessárias à acumulação do capitalismo financeiro de roupagem neoliberal, reformulam sua base normativa, a fim de promover um processo geral de flexibilização na América Latina. Estamos tentando argumentar que esta flexibilização, atinge aspectos contratuais, salariais, de seguridade, de jornada e horas extras, e, se dá com o sentido de tornar o mercado de trabalho elástico às necessidades do mercado neoliberal. Acerca desta flexibilização total, poderemos ver mais adiante como esta se dá em cada aspecto apontado por nós. Destacamos que, sobretudo as variáveis que se referem ao salário e a jornada, dialogam diretamente com a categoria da superexploração, e pretendemos tratar desta relação em cada ponto.

---

38 Estabelecemos a base de cálculo para os indicadores apresentados em forma de quinquênio. Dessa maneira, conseguiremos visualizar as tendências que se agregam desde 1990 até atualmente. Salientamos que para o gráfico 4 não conta com os valores em quinquênio por falta de dados referentes a 1995 e 2000, dessa forma, utilizamos os dados disponíveis dos anos mais próximos a estes.

Assim, retomando o período inicial, no qual se consolidam<sup>39</sup> as reformas trabalhistas na América Latina observamos um cenário de aumento no desemprego, seguida de uma recuperação gradual, caracterizada pela maior incidência de postos de trabalho informais e vinculados ao crescente setor de serviços (RUIZ, 2005). A dinâmica crescente no setor de serviços também coloca a necessidade – identificada pela OIT – de reorganização do mundo do trabalho, sob a premissa de adequação do trabalho às novas atividades que se expandiam no capitalismo neoliberal. Sendo assim, observamos na década de 1990 um quadro inicial de alto desemprego, seguido por uma queda gradual, na década seguinte:

**Gráfico 4 – Taxa de desemprego na América Latina – média simples**



Fonte: CEPALSTAT database. Elaboração própria.

Em termos de parâmetros, destacamos que nos Estados Unidos, a principal economia do período, para o ano de 1990, a taxa de desemprego era de 5,3%, o que de fato indica que, na América Latina havia uma forte taxa de desemprego no período. Este quadro sinaliza uma transição entre o alto desemprego e a criação de novos empregos vinculados ao novo padrão de trabalho, conforme salienta Ruiz (2005). Este processo de transição também pode ser sinalizado por meio do indicador referente a população economicamente ativa (PEA), que apresenta um aumento em proporções graduais, sinalizando a dinâmica

39 Destacamos que, como aponta Toussaint (2002), a primeira onda de reformas trabalhistas na América Latina ainda ocorre em 1980, mas consideramos aqui o momento em que ocorre uma nova onda de reformas, em 1990, quando se legitima as práticas anteriores e se consolidam as mudanças necessárias para reprodução do novo padrão trabalhista.



entre o forte desemprego da década anterior, e a criação de novos empregos:

**Gráfico 5 – População economicamente ativa na América Latina**



Fonte: CEPALSTAT database. Elaboração própria.

Este quadro, que sinaliza um considerável aumento na PEA, nos indicando que na virada do século, a América Latina conta com uma grande disponibilidade de mão de obra, o que seria mais do que suficiente para ocupar os novos postos de trabalho, e suas distintas modalidades de contratação. Esta alta proporção da PEA, mostra que de fato a ocupação destes novos cargos se consolida, contudo, como destaca Bensusán (2007), os novos postos de emprego não necessariamente significaram uma melhoria nas condições de trabalho, sendo que a maior parte dos cargos criados são de baixa qualificação. Esta condição geral de trabalho instável e desqualificado, que a OIT destaca em relação aos novos empregos, a nosso ver, agrava as condições de rotatividade no emprego, o que conforme os preceitos da Teoria do Valor, também pressiona negativamente outros aspectos do trabalho, como os salários<sup>40</sup>.

40 Acerca desse contingente de desempregados na PEA, Marx (1966) desenvolve a categoria do exército industrial de reserva, que se traduz na manutenção de mão de obra disponível e desempregada, como um artifício para pressionar os trabalhadores em negociações por direitos e salário. Isto é, o empregador utiliza-se da grande oferta de mão de obra como uma forma de colocar em questão a estabilidade do empregado contratado, restringindo ações reivindicatórias em matéria de direitos ou remuneração. Se partirmos desta base categórica e a interpretamos à luz do

Assim, o aumento do trabalho desqualificado e informal, clivado pelas novas modalidades de contratação que já destacamos para o nível global e que também se observam no caso latino-americano. Ademais, por estar vinculada à economia mundial e a suas transformações trabalhistas, a América Latina se encontra sujeita a tendência de flexibilização trabalhista, passando por um processo de crescimento do trabalho instável, com condições complexas e variadas. Com isso, desde os trabalhos de meio período (part-time) até tipos de emprego clandestinos são praticados na região, o que está relacionado a uma força de trabalho fortemente heterogênea que existe ali. A complexidade desta força de trabalho – que, conforme aponta Marini (1975), apresenta aspectos urbanos e rurais – se soma ao processo global de diversificação de atividades no mundo do trabalho, bem como de formas contratuais, estas últimas já destacadas anteriormente.

Esta heterogeneidade de aspectos trabalhistas também se observa nas transformações normativas e legislativas, que sofrem profundas alterações em alguns aspectos e setores, e em outros, não há tanto impacto. No caso latino-americano, Ruiz (2005) indica que as principais mudanças normativas, observadas na maioria dos países, se referem à diminuição de garantias e indenizações em caso de dispensa injustificada (consolidada em oito países), e adesão a novas formas de contrato temporal (consolidada em cinco países). A autora ainda acrescenta um aspecto de heterogeneidade nas mudanças:

A maior parte das reformas registradas na região, desde 1999, respondem a ajustes dirigidos a flexibilizar a legislação em algum de seus aspectos (salário, trâmites administrativos, jornadas). Isto indica uma variação interessante na tendência flexibilizadora, que agora se concentra de modo mais forte em um único setor (...) que representa entre 30% e 40% do total da ocupação urbana, por isso, qualquer reforma legal neste âmbito tem um especial impacto (RUIZ, 2005, p.13).

Assim, a autora assume que o processo de flexibilização trabalhista na América Latina se dá a partir de várias frentes, sendo que as mudanças

---

atual mundo do trabalho, seu efeito é ainda mais cabal. Com o alto número de contratos informais, terceirizados e part-time, que juntos conformam cargos de baixa qualificação, a situação de instabilidade do empregado é ainda maior, tal como o grau de rotatividade dos cargos.

normativas estão atreladas a este processo maior. Ademais, destaca a expansão de um setor em toda a região, que corresponde às atividades terciárias no geral, mas com ênfase nas atividades relacionadas a serviços. Lee et. al (2009) também identifica na expansão do setor de serviços, uma das mudanças de maior ênfase da economia mundial nos últimos trinta anos.

Assim, este setor conta com um substantivo crescimento após a década de 1990, e é justamente no setor de serviços onde se concentra a maioria dos contratos part-time e terceirizados. O setor envolve uma grande diferença de remuneração entre cargos, dispondo de um alto número de cargos de baixa qualificação ou produtividade, e poucos postos qualificados. Esta dinâmica envolve a concentração dos rendimentos nos poucos postos de trabalho mais produtivos e qualificados, deixando as menores faixas de remuneração para os cargos informais. Pedroso (2015) também enfatiza a relação entre o inchamento do setor de serviços e a nova forma de organização produtiva no capitalismo neoliberal:

O significativo deslocamento do emprego industrial para o setor de serviços, resulta, em grande medida, da nova organização industrial que passa a realizar parte da produção utilizando-se de uma **rede de subcontratação** de empresas menores (...). A força de trabalho passa a se subdividir entre trabalhadores internos e externos (PEDROSO, 2015, p.89, grifo nosso).

Neste sentido, o setor de serviços engloba grande parte das formas de contratação destacadas por nós (terceirização, CDD e part-time), o que está relacionado às fortes mudanças normativas que se passam nesse setor, no intuito de regulamentar essas formas contratuais, criando bases institucionais para o novo padrão de trabalho. A existência de diversificadas formas de contratação também ocasiona na dispersão dos trabalhadores, que passam a ocupar instáveis e distintos postos de trabalho, com garantias trabalhistas definidas para cada caso. Para Lee et. al (2009), a expansão do setor de serviços exerce uma pressão nos padrões de duração do emprego geral, e envolve uma diversificação na jornada e na intensidade do trabalho, o que para nós, revela uma relação entre a expansão deste setor e os aspectos gerais do mercado de trabalho.

Este quadro reflete uma profunda flexibilização das relações de trabalho, seja de caráter normativo ou no âmbito concreto do processo trabalhista

(PEDROSO, 2015). Como já salientamos, a flexibilidade destes tipos de ocupação reforçam a combinação entre diferentes formas de trabalho, levando o trabalhador a recorrer a dupla jornada, ou ao trabalho autônomo como forma de complementar sua renda.

Em síntese, nos últimos quinze anos, a América Latina se encontrou inserida no debate entre estabilidade e flexibilidade do trabalho, passando por uma série de reformas orientadas tanto pela modificação e rebaixamento de alguns direitos reconhecidos historicamente na legislação trabalhista, quanto pela redução de custos trabalhistas, sob a justificativa institucional de busca por um mercado mais competitivo e com maior geração de empregos. Em se tratando das reformas, elas abarcam desde as relações trabalhistas individuais e coletivas, até reformas nos âmbitos da seguridade (saúde e pensões), formação profissional, processo e gestão do trabalho e, em menor medida, de saúde e segurança no ambiente de trabalho (RUIZ, 2005).

Tendo destacado os aspectos mais gerais do processo de reestruturação trabalhista na América Latina, vamos analisar mais objetivamente as variáveis destacadas na seção 1.2.2, interpretando-as a partir da realidade latino-americana. Para iniciar, atentemo-nos à variedade nas modalidades contratuais que destacamos acima.

### *Modalidades de Contrato*

Estima-se que em 11 dos 17 países latino-americanos pesquisados (70% de todo a mão de obra assalariada da região), se observou uma reforma trabalhista com distintas intensidades, mas que no geral se orientam pela flexibilização do trabalho e dos contratos. O aumento generalizado do emprego informal, não declarado ou temporário, tal como o trabalho part-time, tem contribuído para o aumento da desigualdade de renda, que tem se observado na maioria dos países nos últimos anos. Como ainda acrescenta Bensusan (2007), no ano de 2006, o setor informal na Colômbia, Equador e Paraguai, representava em torno de 60% do emprego total.

Este cenário nos leva a interpretar que há uma flexibilização das formas contratuais, que se distinguem e se referem a múltiplas naturezas de trabalho. Salama (2002), acrescenta que este processo de flexibilização no mundo do trabalho, engloba o âmbito salarial e gera uma pressão suplementar no processo de valorização, implicando uma criação adicional de mais-valia, como sinalizamos nas seções passadas. Nesta linha de argumentação, subdivide a flexibilidade em dois aspectos: o aspecto funcional e outro numérico.

Acerca da flexibilidade numérica, Salama define este aspecto como um aumento das formas de contratação internas ou externas (subcontratação), o que leva a uma expansão quantitativa – e não qualitativa – de postos de trabalho e modalidades empregatícias, trazendo um caráter heterogêneo ao mercado de trabalho. Salientamos que, no caso latino-americano, esta heterogeneidade já era observada antes mesmo de 1980, por haverem frações urbanas e agrárias da mão de obra<sup>41</sup>, bem como um alto índice de trabalho clandestino e não registrado. Sobre a flexibilidade funcional do trabalho, no capitalismo financeiro, se refere a pressão por adaptabilidade da mão de obra, seja para se adequar a uma jornada de trabalho mais extensa, ou a uma modalidade contratual diferente. Neste sentido, o trabalhador se vê diante de uma flexibilização das condições nas quais este realiza seu trabalho, sendo a polivalência do trabalhador um aspecto aclamado pelo livre mercado neoliberal. Ou seja, o trabalhador que se submete a qualquer modalidade contratual ou jornada é um produto da flexibilização funcional no neoliberalismo. Este processo de explosão de novas formas contratuais, descentralizadas e heterogêneas, submete o trabalhador a postos de trabalho que são instáveis e que, geralmente, exigem baixa qualificação e possuem baixa remuneração (SALAMA, 2002).

A heterogeneidade das formas de contratação levanta questionamentos acerca da coesão social e da capacidade de organização do trabalhador: os trabalhadores possuem diferentes tipos de emprego e empregadores, o que estratifica a condição social dos mesmos. Neste contexto heterogêneo, a organização dos trabalhadores têm se tornado um desafio (OIT, 2015). Pretendemos destacar aqui, as principais modalidades de contrato que caracterizam o atual padrão trabalhista na América Latina, classificado como heterogêneo e predominantemente informal. Para além das tendências globais, mostraremos a intensidade dessas formas nas economias latinas, respaldadas pela base institucional e normativa após as reformas trabalhistas na região.

---

41 Este aspecto majoritariamente dual da força de trabalho, entre matizes urbanas e agrárias, constitui um traço da formação econômica latino-americana. Esta estrutura acerca das formas do trabalho, está em consonância com a argumentação de Fernandes (2008), que vê na América Latina uma força de trabalho que é marcada por formas arcaicas e modernas de exploração. Esta composição será desenvolvida e exemplificada na próxima seção, na qual trataremos especificamente da força de trabalho no Brasil.

Acerca da contratação part-time, ou de meio período, esta figura como uma modalidade recorrente no setor de serviços, sendo coberta por uma legislação que flexibiliza este tipo de contrato, permitindo que este seja combinado a mecanismos como o banco de horas<sup>42</sup> e horas extras. Em termos gerais, temos entre 1990 e 2014, um aumento dos contratos part-time em economias como o Chile (aumento de 4,7% para 16,8%), México (13,5% para 18,2%) e Brasil (16,8% para 17,1%, tendo chegado a 19,2% em 2006) (OCDE, 2016). Ainda acrescentamos o esforço de Lee et. al (2009), que segmenta a ocorrência do contrato part-time entre faixas de idade, separando-as entre 15 a 24 anos, 25 a 34, 35 a 44, e mais de 65 anos, para o Chile e o México, respectivamente. Para a primeira faixa, temos uma recorrência de 17,5% e 22%; para a segunda faixa, 15% e 19%; para a terceira faixa etária, 16,2% e 20,9%; por fim, para os trabalhadores idosos, esta recorrência é bem maior, chegando a 31,3% e 30,8%.

Voltando a tratar das mudanças jurídicas, tomemos como referência a reforma do código trabalhista no Equador, no ano 2000, que estabeleceu um novo inciso no que se refere ao contrato por horas – de meio período. O direito do trabalho passa a contemplar o contrato por tempo parcial, dando enfoque no pagamento mínimo por horas trabalhadas – mínimo de 0.50 dólares a hora – e eximindo o empregador do pagamento de todos os outros benefícios econômicos que são devidos ao trabalhador em uma relação contratual estável (RUIZ, 2005).

Outro tratamento possível com a reforma trabalhista, que se relaciona aos contratos part-time, é o trabalho por turnos, que concede ao empregador a capacidade de estabelecer turnos e equipes de trabalho de acordo com as necessidades da empresa, como se deu no Peru, Venezuela e República Dominicana. O caso venezuelano é ainda mais flexibilizante, por permitir que o trabalhador exceda as horas trabalhadas no dia ou na semana, estabelecendo um período de oito semanas para que seja formulado o máximo de horas trabalhadas, negociadas entre empregador e trabalhador. No Paraguai, também se observa um retrocesso quanto ao trabalho por turno: a legislação que limitava um máximo de oito horas de trabalho por dia, deixa de vigorar. Em outros países, como Equador, Brasil, Uruguai, México e Guatemala, não há legislação que regule o trabalho por turno, ou se menciona apenas o

---

42 O banco de horas consiste em uma prática que permite ao trabalhador acumular e compensar horas trabalhadas, flexibilizando a jornada diária, e por vezes a jornada semanal.

trabalho noturno como uma modalidade de contratação, mas sem regulação específica (RUIZ, 2005).

Interpretamos, a partir disso, que existem brechas normativas que permitem ao trabalhador combinar dois ou mais empregos de meio período. Para Salama (2002), esta condição constitui em uma forma direta de exploração do trabalhador, identificando na dupla jornada dessa modalidade, não somente uma nova condição de exploração da força de trabalho, mas um aspecto que contribui para o rebaixamento salarial. No subtítulo que tratará das questões salariais, poderemos verificar a relação entre a modalidade de contrato *part-time* e o menor nível de salários, considerando que a remuneração se dá com base nas horas trabalhadas. Ademais, o contrato *part-time* privilegia a remuneração por horas trabalhadas, em detrimento dos benefícios ao trabalhador, como seguro-desemprego, indenização por dispensa, participação nos lucros, dentre outros. Este enfoque deixa o trabalhador em uma condição instável e sem garantias caso haja a quebra do contrato, o que pode levá-lo a combinar em sua jornada dois contratos *part-time*, no intuito de compensar essa condição. Mais adiante poderemos visualizar a relação entre a baixa remuneração e os contratos *part-time*.

Um outro tipo de contratação recorrente após a reforma trabalhista, já destacada anteriormente é a subcontratação ou terceirização. A grande tendência que se observa na região e a inclusão de atividades que podem ser cobertas por contratos terceirizados, sobretudo, ligadas a serviços de manutenção e atividades-meio<sup>43</sup>. Neste sentido, algumas reformas passam a admitir novas atividades celebradas a partir da subcontratação de terceiros, o que pode incentivar a contratação precária e a subalternização da condição dos trabalhadores subcontratados, que não são contabilizados como contratados da empresa que subcontrata. Isto é, o vínculo contratual deixa de pertencer à empresa e passa para a tutela de cooperativas ou sociedades, responsáveis por contratar funcionários para realizar atividades intermediárias à empresa contratante.

O caso peruano é o mais controverso de todos, no qual os membros das sociedades e cooperativas de subcontratação não possuem vínculo empregatício nem com a empresa que subcontrata, nem com a própria cooperativa. Este tipo de intermediação de atividades gerou um

---

43 São consideradas atividades-meio aquelas que não constituem na atividade principal da empresa. Geralmente se referem a serviços de manutenção, administração, limpeza, atividades intermediárias.

considerável aumento nas contratações com condições e garantias inferiores às da empresa subcontratante (RUIZ, 2005).

De acordo com Ruiz (Idem), no ano de 1999, 65% das denúncias de violação dos direitos trabalhistas, correspondia a trabalhadores de empresas de serviços ou de cooperativas de serviços terceirizados. Com a maior recorrência deste tipo de contratação, interpretamos que além de um mercado de trabalho heterogêneo na América Latina, há também uma descentralização da tutela dos direitos dos trabalhadores, que passa a ser regulada por empresas de distintas naturezas, com processos de negociação que não são padronizados. Neste cenário, o trabalhador se vê sem referências normativas, em uma condição contratual instável. Na América Latina, o Chile foi o primeiro país a inaugurar esta modalidade de contrato, ainda no período da ditadura, e já no ano de 2005, somava o maior índice de trabalhadores subcontratados ou com contratos temporais, representando quase 40% do número total de assalariados, sendo que mais de 50% das empresas possuem funcionários externos, enquanto 20% realiza subcontratação de natureza correspondente a atividade-fim (RUIZ, 2005). Neste sentido, o contrato terceirizado figura como uma modalidade recorrente na América Latina após 1990, sendo que esta representa um tipo de emprego instável e precarizado.

Acerca da modalidade de contratação com duração determinada (CDD), este é um tipo recorrente na região, consolidando-se institucionalmente uma legislação que legitima e especifica os termos desta forma de contrato. Ainda na década de 1970, este tipo de contratação temporal surge e começa a se proliferar na América Latina. Esta modalidade está atrelada ao processo de reorganização do processo produtivo no capitalismo neoliberal, e culmina na abertura à contratação de trabalhadores por tempo limitado, sem que se leve em consideração a natureza do trabalho desempenhado (RUIZ, 2005). Isto é, para que se proliferasse este tipo de cargo, a primeira mudança institucional necessária se deu no âmbito legislativo – constituinte normativo. Esta adesão e expansão do CDD na América Latina está relacionada à flexibilização do trabalho no neoliberalismo, sob a justificativa de que esta modalidade se adapta melhor às necessidades da empresa, permitindo a mobilidade da mão-de-obra e reduzindo consideravelmente os custos trabalhistas.

A consolidação desta modalidade se dá primeiro no Chile, país que se adequou aos preceitos do neoliberalismo ainda na década de 1970 e que modificou a regulamentação do CDD, em 1978. Em seguida, aderem a esta mudança normativa o Equador em 1980 e o Peru em 1986. Primeiramente no Equador, manteve-se a duração mínima do CDD em



um ano, mas há tipos de CDD eventuais ou ocasionais, que podem ter uma duração inferior, de acordo com a natureza do trabalho. No caso peruano, desde 1991 existem nove modalidades de CDD, os quais podem ter uma duração bem extensa, prorrogável até cinco anos em alguns casos. No ano de 2005, acrescenta-se mais quatro novas modalidades de contratação, que descentralizam a forma contratual e contribuem para uma força de trabalho heterogênea e com garantias difusas (RUIZ, 2005).

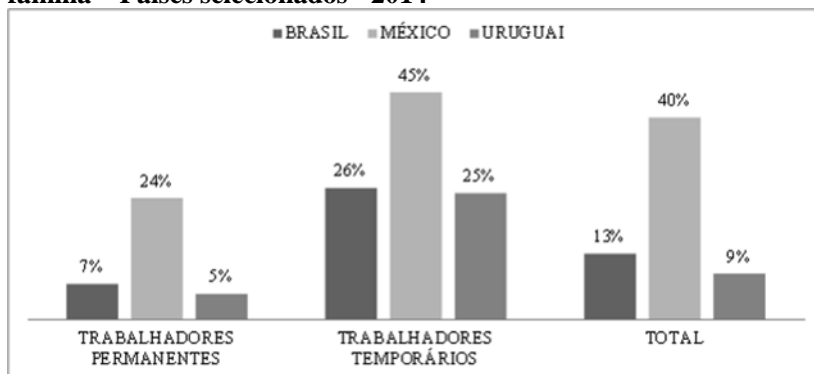
Retornando a 1990, a Colômbia modifica a legislação de forma a eliminar qualquer restrição a este tipo de contratação, dando primazia ao acordo entre contratante e contratado. A reforma colombiana suprimiu a duração mínima do CDD, que antes era de um ano, permitindo a renovação indefinida do contrato. Ademais, há um tipo específico de contrato temporal para zonas francas de comércio, o que reflete a forte heterogeneidade contratual que se consolida com as reformas. A Argentina, em 1991 e por influência espanhola, realiza sua primeira regulação do CDD, incentivando esta modalidade por meio de subsídios estatais a empresas que utilizam o CDD para lançar novos postos e qualificar os trabalhadores. Neste processo, esta modalidade se estende em 1995 para diversos setores, passando a ser incentivada institucionalmente pelo estado, principalmente para pequenas empresas, que envolvem processos de trabalho com naturezas distintas. Neste ano, as reformas eliminaram requisitos de registro ao início da contratação para pequenas empresas. Por fim, em 1998, o Brasil passa a permitir novas possibilidades de CDD, como a autorização deste tipo de contrato por negociação coletiva. Em síntese, os países que mais possuem contratos de duração determinada são Peru e Argentina. (RUIZ, 2005).

O caso peruano se destaca dos demais, devido o uso de CDD de forma crescente e maior do que em todos os países. Ainda em 1989, 20,4% do total de assalariados na capital do país, possuíam contrato de trabalho temporário ou instável (part-time), sendo que 30,5% não tinham contrato. Depois de 1993, após a reforma, este percentual se eleva, respectivamente, para 24,5% e 35,1%, ainda em 1997, para 32,5% e 41,2%. Cerca de dez anos depois da primeira estatística, no ano de 2000, o percentual de trabalhadores com CDD atingiu 55%, sendo que, em 2003, 77% dos trabalhadores de Lima Metropolitana se encontrava em condição de instabilidade (RUIZ, 2005, p.31 e 32).

Este quadro sinaliza que a expansão descontrolada dos contratos temporais causa alterações no mercado de trabalho e nos níveis de desemprego. Segundo o próprio relatório da OIT (RUIZ, 2005), o CDD tende a limitar os direitos trabalhistas em diversos aspectos, tanto no

âmbito da seguridade social e indenizações por fechamento de contrato, quanto na extensão do período de contrato provisório ou probatório. Ademais, estas mudanças precarizam a condição do emprego e da remuneração, podendo incidir no crescimento dos índices de pobreza entre os trabalhadores, como sugere o relatório da OIT (2015):

**Gráfico 6 – Taxa de pobreza por tipo de emprego do(a) chefe de família – Países selecionados - 2014**



Fonte: Relatório da Organização Internacional do Trabalho “World Employment Social Outlook” (2015). Elaboração própria.

Estimamos que a baixa qualificação exigida por este tipo de contrato, somada à diminuição de garantias e indenizações ao trabalhador, fazem com que haja mais trabalhadores temporários em condições de pobreza. Esta situação de instabilidade, precariza tanto as condições do empregado, quanto do desempregado, uma vez que este último se vê sem qualquer garantia de seguridade pós dispensa, comprometendo sua capacidade de se engajar em um novo emprego. O uso do CDD e dos demais contratos temporais, em suas diferentes variáveis, são extremamente atrativos para a empresa contratante, devido à facilidade de término da relação contratual, sem necessidade de pagar grandes indenizações, reduzindo-as ao máximo possível. Ainda segundo Ruiz (Idem), o uso demasiado do CDD pode levar a complicações na gestão interna da empresa e desestimular o investimento na formação dos empregados.

Em síntese, as modalidades informais de contratação acima destacadas, figuram como as principais no heterogêneo mercado de trabalho latino-americano. A estas formas, somam-se o trabalho clandestino e autônomo, que engrossam os indicadores acerca do trabalho sem

contrato na região: 56% (16% sem contrato e 40,1% autônomos) do total de trabalhadores em países de renda média não possuem nenhum vínculo contratual.

### *Jornada*

Acerca da jornada de trabalho, não acontecem grandes modificações jurídico-institucionais, mas a maioria delas aponta para a flexibilização das horas diárias da jornada, com um teto de horas semanais. A maior parte dos países – Argentina, Brasil, Paraguai, Peru, Bolívia, Costa Rica, Nicarágua, Guatemala, Panamá – possuem uma legislação que limita a jornada diária em oito horas, e semanal entre 44 e 48 horas. Acrescenta-se que este limite de 48 horas é muito superior ao praticado nas economias centrais, além disso, tem crescido a prática de negociações coletivas, no que se refere à flexibilização dessa jornada. Com esta possibilidade de se flexibilizar a jornada diária por meio de negociações, nestes países acima – incluindo Chile e México – observa-se uma tendência de aumento nas horas efetivamente trabalhadas, sendo que em alguns setores, se supera os limites previstos em lei. Esta violação se dá porque cresce a prática de horas extras, bem como não há a devida fiscalização sobre o cumprimento da legislação (RUIZ, 2005). Assim, sintetizamos o seguinte quadro para a América Latina após a onda de reformas em 1990 e 2000:

**Quadro 2 – Jornada diária e semanal na América Latina**

Jornada diária máxima: 8 horas Jornada semanal máxima: 48 horas	Costa Rica, Guatemala, Nicarágua, Panamá, Argentina, Brasil, Paraguai, Bolívia, Peru
Jornada diária máxima: 10 horas Jornada semanal máxima: 48 horas Trabalhador rural: 9 horas – 54 horas	Colômbia
Jornada diária máxima: 8 horas Jornada semanal máxima: 40 horas	Equador

<p>Jornada diária máxima indústria, comércio e serviços: 8 horas</p> <p>Jornada semanal máxima indústria: 48 horas / 44 horas comércio e serviços</p>	Uruguai, Venezuela
<p>Jornada diária máxima: 12 horas</p> <p>Jornada semanal máxima: 45 horas</p>	Chile

Fonte: Relatório da OIT “La Reforma Laboral em América Latina 15 años después: un análisis comparado”. Elaboração própria.

Acrescenta-se que, no caso do Peru e da República Dominicana, é possível que se estenda a jornada diária para além das oito horas, com mecanismos compensatórios de jornada, como, por exemplo, o banco de horas. A tendência geral é a flexibilização da jornada diária com o teto semanal fixo. Ainda assim, no Peru se permite reduzir ou ampliar o número de dias trabalhados, compensando horas dentro dos dias restantes de folga e assim, nesse caso é possível que se exceda o limite semanal de horas. O caso de Honduras é um dos mais emblemáticos, o qual prevê, em caso de falta ao trabalho e não cumprimento da jornada semanal de 48 horas, a flexibilização salarial de acordo com o tempo trabalhado (RUIZ, 2005).

Quanto às horas extras, inclusive acima dos limites legais, estas têm se tornado uma prática recorrente, principalmente no setor de serviços. Isso ocorre porque a prestação das horas extras possui um baixo custo, considerando que esta é calculada com base no salário mínimo, o qual se encontra abaixo do salário real. Além disso, como já argumentamos, o baixo rendimento do trabalhador o incentiva a realizar mais serviços e horas extras, para além da jornada normal, no intuito de complementar a renda. Apesar disso, a maioria dos países estabelece um limite diário ou semanal para a prestação de horas extras. Ainda assim, há o caso do Peru, que não estabelece nenhum limite para prestação de horas extras, e o caso Argentino que, após 2001, estabeleceu um limite maior para realização de horas extras. Após este mesmo período, Brasil, Peru e Chile contemplam uma regulação que amplia os motivos para a realização de horas extras (RUIZ, 2005).

Em síntese, verificamos que, apesar da jornada de trabalho não ter sofrido muitas modificações após 1990, modalidades para ampliar as horas diárias trabalhadas – como as horas extras, compensação e banco de horas – passam a ser previstas por legislação, sendo sua aplicação limitada em alguns casos e países, mas em outros não. Neste sentido, entendemos que, no geral, há uma flexibilização da jornada diária, por mais que semanalmente haja um teto máximo para horas trabalhadas. O ponto central é que o desgaste diário do trabalhador não é levado em consideração, e a remuneração das horas trabalhadas a mais é de baixo custo para as empresas contratantes. A nosso ver, estas modificações normativas recaem como formas de exploração absoluta da mais-valia, pois prolongam o tempo trabalhado na jornada diária, e estes é um dos principais aspectos do novo padrão trabalhista na América Latina, que possui um padrão de capitalismo dependente. Como destaca Salama (2002), as condições do mercado de trabalho latino-americano no capitalismo financeiro fazem persistir as formas arcaicas – absolutas – de extração da mais-valia, sendo que estas se combinam com formas recentes de exploração da força de trabalho. Esta condição, assinala o autor, não traz ganhos de produtividade aos trabalhadores e pode contribuir para o empobrecimento destes. Neste sentido, acrescentamos que as reformas trabalhistas, contidas no disciplinamento neoliberal, tendem a agravar as condições de exploração no que se refere à jornada de trabalho, por meio da flexibilização, esta que é a tendência observada também nas outras variáveis analisadas. Estas condições de exploração, se somam à estrutura de formação trabalhista na América Latina, o que trataremos como superexploração da força de trabalho.

Esta estrutura de trabalho, anterior às reformas de 1990, já possui um caráter diferenciado do observado nas economias centrais, considerando os distintos papéis destas economias na dinâmica global de acumulação, bem como a relação destes com as estruturas econômicas internas. Neste sentido, o padrão trabalhista neoliberal se dinamiza a esta estrutura já existente, trazendo agravantes para a exploração real do trabalho, que categorizamos enquanto superexploração da força de trabalho. No intuito de dar continuidade ao argumento acima, que relaciona o aumento da exploração absoluta – por meio da jornada – a uma remuneração que nem sempre corresponde ao valor real da força de trabalho, trataremos a seguir os aspectos salariais do período neoliberal.

### *Salário*

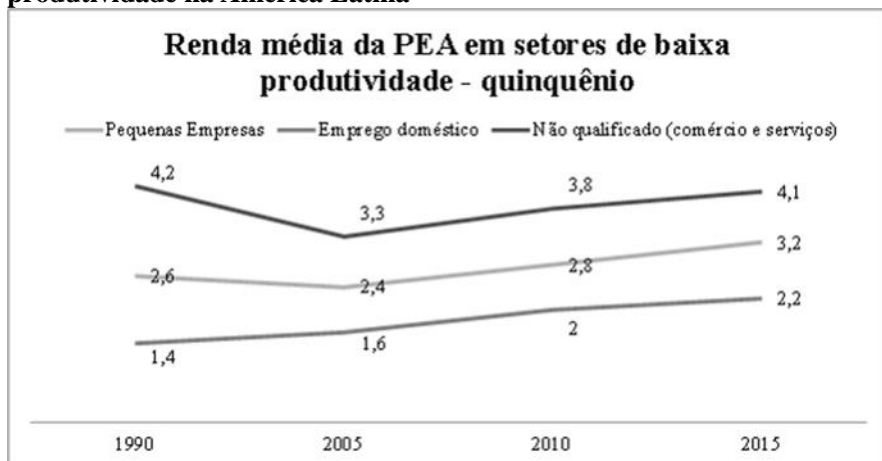
Como já levantamos, o aspecto salarial, em termos normativos, não sofre tantas modificações após as reformas de 1990, sendo que as

escassas reformas legais acerca do salário mínimo, se restringem a pontos objetivos. Isto é, questões sobre o valor salarial fixo não foram muito afetadas, de maneira que destacaremos aqui, a flexibilidade das estruturas salariais. Algumas reformas optaram por esclarecer o conceito legal de salário, retirando desta conceituação outros benefícios, como uma forma de enxugar as variáveis que compõem a base de cálculo de benefícios previdenciários, indenizações por demissão e outros benefícios.

Esta flexibilidade, também a nível salarial, se relaciona a existência de muitas modalidades de contratação, e também pela primazia que a normativa dá para as negociações individuais e coletivas, como é o caso de Brasil, Uruguai e Argentina. Assim, observa-se um processo de descentralização do salário, que pode tanto ser negociado setorialmente, quanto regido por distintas normatividades, de acordo com o contrato de trabalho. Esta descentralização da base de remuneração atinge um grau alto em alguns países, como o Chile, que possui um salário mínimo diferente para menores de 21 anos e maiores de 65 anos. Mesmo após as reformas de 1990, se mantém a diferenciação para os menores de 21, tanto em aspectos salariais quanto de benefícios (RUIZ, 2005).

Ademais, acrescentamos nesta dinâmica de descentralização, a lacuna salarial existente no mundo e na América Latina, entre uma força de trabalho qualificada e relativamente bem remunerada, e uma maioria sem qualificação e com menores níveis de remuneração. Salientamos que, segundo a OIT (2015), há uma considerável diferença salarial, tanto entre trabalhadores permanentes quanto instáveis, mas esta diferença é maior para o último caso. Para alguns países, essa diferença atinge altas proporções, como é o caso do México. Esta diferença salarial, varia também entre setores cuja incidência do contrato instável é maior, como se observa para o setor de serviços, que possuem padrões de jornada e remuneração distintos de outros setores. A menor remuneração se observa principalmente nas pequenas empresas prestadoras de serviços, no setor comercial e no trabalho doméstico, este que em alguns países não possui regulamentação, ou adotou recentemente uma legislação que regulamenta a condição destes trabalhadores. O gráfico abaixo traz uma síntese dos rendimentos em setores de baixa produtividade, nos últimos vinte e cinco anos:

**Gráfico 7 – Renda média da PEA para setores de baixa produtividade na América Latina**



Fonte: CEPALSTAT database. Elaboração própria.

Acerca do rendimento do trabalho doméstico, este apresenta um crescimento gradual no período, mas ainda muito insignificante, considerando a razoável quantidade de trabalhadores latino-americanos vinculados a este setor. Esta baixa remuneração se relaciona a falta de regulamentação e fiscalização do setor que, dentro das atividades informais legais, é o que possui pior remuneração.

A remuneração relativa às pequenas empresas também apresenta um crescimento tímido, se seguindo após uma queda, que se dá nos primeiros quinze anos após as reformas neoliberais. Alguns países (Argentina, Colômbia, Peru, Brasil) possuem legislação trabalhista específica para pequenas e médias empresas, que geralmente possuem maiores custos fixos e variáveis, o que pode se combinar com uma legislação que incentiva a simplificação administrativa destas empresas, como uma forma de diminuir custos que, não necessariamente, se traduzem em maior produtividade. A diminuição dos custos, sem que haja considerável aumento produtivo, também pode se dar com os baixos níveis de remuneração, que se observam no gráfico (BENSUSÁN, 2007). Nesta mesma linha, o setor de comércio e serviços, que engloba a maior parte da força de trabalho sem qualificação, apresenta uma queda considerável de rendimentos nos primeiros quinze anos, período em que este setor expande empregos

fortemente. A tímida recuperação dos rendimentos ainda é muito recente para este setor.

Reunimos os setores de baixa produtividade, porque estes englobam grande parte da força de trabalho na América Latina e, como possuem baixa produtividade, a compensação dos custos por parte das empresas, se dá com a redução salarial e das garantias contratuais, ou até mesmo com a intensificação do trabalho durante a jornada. Neste sentido, a forma de exploração absoluta da mais-valia ainda possui vigência nestes setores, e se observa nos novos postos de trabalho que foram criados no setor de serviços e comércio, nos últimos vinte e cinco anos.

Estes traços correspondem a processos mais recentes, o que nos permite destacá-los como vinculados a reestruturação trabalhista no neoliberalismo. Em síntese, no ano de 1995, os salários mínimos reais na maioria dos países, encontravam-se claramente abaixo do nível alcançado na década de 1980, o que ampliou a brecha existente entre salários mínimos e salários médios, agravando a desigualdade de renda entre os distintos trabalhadores. Também se considera que, na América Latina, o nível salarial médio – em valores constantes – entre 1990 e 2000 foram inferiores aos da década anterior, sendo que apenas no Chile e na Colômbia há um aumento real do poder de compra do trabalhador (RUIZ, 2005).

Abaixo podemos visualizar a relação do salário mínimo real, calculado com base no salário nominal, deflacionado o índice de preços, para as cinco maiores economias da América Latina a partir do Produto Interno Bruto:

**Quadro 3 – Salário Real para as cinco maiores economias da América Latina (2000=100)\***

<b>País</b>	<b>Média 1980-1989</b>	<b>Média 1990-2000</b>
Argentina	146,6	93,1
Chile	58,1	84,12
Colômbia	100,7	107,8
México	234,1	129,2
Venezuela	124,2	96,4

Fonte: CEPALSTAT. Elaboração Própria.

\* Média da década calculada com base na média anual. O Brasil não está incluso porque trataremos dessa variável em separado, especificamente no capítulo quatro.



Assim, em comparação a década de 1980, a década de 1990 significou uma perda no poder de compra dos trabalhadores para três das cinco maiores economias, latinas, inclusive para o Brasil, recorte que analisaremos no capítulo quatro. Entre as cinco economias, o caso que mais se destaca é o mexicano, com um recuo de 104,9 no poder de compra dos trabalhadores. Para o caso do Peru, país que passa pelo processo de reformas mais intenso, esta média passa de 205,2 na década de 1980, para 66,48 na década de 1990, uma diferença bastante considerável (CEPALSTAT, 2016). Em síntese, a perda do poder de compra reflete uma correção salarial que é insuficiente para atender as necessidades básicas de subsistência do trabalhador, e neste sentido, constitui uma remuneração que viola o valor da força de trabalho na América Latina.

Apos a caracterização deste quadro, entendemos que a variável salarial sofre uma flexibilização em sua base estrutural, passando a ser referenciada de forma distinta entre setores, contratos e natureza de atividades. Segundo Ruiz (Idem), a flexibilização salarial é uma prática crescente na América Latina, sendo que as reformas não parecem abarcar a necessidade de estabelecer um salário mínimo padronizado e unificado, contribuindo para a descentralização da determinação salarial. Esta dinâmica se soma a uma tendência de manutenção de baixos níveis salariais na região. O fomento a negociação coletiva, presente nas reformas de alguns países, também se relaciona a descentralização das referências salariais e de benefícios (RUIZ, 2005).

Esta breve caracterização da atual condição salarial na América Latina, a nosso ver, não pode estar desconectada dos aspectos anteriores a readaptação neoliberal no mundo do trabalho. Assim, temos a manutenção de um nível salarial ainda baixo, que acompanha o nível de produtividade da região. O que se observa, em muitos casos, é a recorrência de contratos que possuem remuneração inferior ao valor real da força de trabalho, se considerada a necessidade de equivalência entre o salário e os bens que conforma a cesta básica de consumo, para que os trabalhadores possam reproduzir sua força de trabalho. A difusão de postos de trabalho que envolvem baixa remuneração figura como um elemento adicional a exploração da força de trabalho na América Latina, processo que não está desconectado dos aspectos particulares de formação desta força de trabalho (OSORIO, 2013). Nesta linha interpretativa, e entendendo o conjunto das condições de exploração na América Latina como superexploração da força de trabalho, compreendemos que a incidência de postos de baixa remuneração leva a manutenção e expansão do exército industrial de reserva, que permite o

rebaixamento das condições de trabalho, bem como a continuidade ao processo de superexploração nas economias dependentes.

No caso dos salários, a superexploração se dá por uma renumeração inferior ao real valor da força de trabalho, que passa a ser praticada legalmente por meio das novas modalidades de contrato, que envolvem baixa qualificação produtiva. Como estamos falando em nível de América Latina, entende-se este aspecto – baixos salários e maior incidência de postos informais – em contraste ao observado nas economias centrais, percebendo a intensidade com que as reformas trabalhistas neoliberais se dão no capitalismo dependente. Já destacamos anteriormente, que o grau de informalidade e de incidência de formas contratuais instáveis se observa com mais vigor para as economias de renda média, classificadas pela OIT como menos desenvolvidas.

É por estas diferenças concretas, que aqui escolhemos utilizar a categoria da superexploração, sendo que estas se observam a partir das estruturas distintas de formação trabalhista de cada economia, e enfatizamos esta relação ao escolher tratar da superexploração. Assim, não é por reivindicar um exclusivismo em matéria de exploração, que chamamos a estrutura de exploração na América Latina de superexploração, mas por acreditar que nesta categoria está contida a relação desigual entre as economias centrais e dependentes, e nos dá base para compreender como as formações internas do mercado de trabalho também se diferenciam. Ademais, esta relação entre o baixo salário e as formas de exploração do trabalho – arcaicas e recentes – no capitalismo dependente, será melhor aprofundada quando tratarmos do caso brasileiro.

#### *Efetividade de legislação*

Um aspecto que merece ser destacado neste processo, é o nível de eficácia na aplicação das leis trabalhistas, bem como a fiscalização acerca deste cumprimento normativo. Na teoria, as reformas deveriam servir de suporte ao novo e instável mercado de trabalho que se caracteriza no capitalismo neoliberal, contudo, na prática, temos na América Latina aparatos jurídicos de difícil alcance ao trabalhador, e que possui uma eficiência bastante limitada.

Os mecanismos de acesso ao trabalhador são escassos, o que torna difícil a aplicabilidade normativa de maneira progressiva, e acabam se concentrando em aparatos de solução de controvérsias. Quanto ao mecanismo de solução de controvérsias, segundo Bensusán (2007), este possui um desenvolvimento insuficiente, e é desprovido de uma efetividade em matéria de negociação coletiva, o que traz um caráter regulador pouco progressista e de trâmites longos. Ademais, alguns

métodos de negociação coletiva por meio da solução de controvérsias passam a ser mediados ou arbitrados por arranjos que não possuem vínculo deliberativo com a justiça laboral clássica. Na prática, temos que a solução de controvérsias possui uma difusão ainda muito escassa e que, em alguns casos, se mostra totalmente sem eficácia (BENSUSÁN, 2007).

Mais uma vez, a flexibilização figura como um traço comum para a América Latina, no que se refere às ações normativas. O que se observa é uma maior arbitragem por parte dos patrões, no âmbito das negociações, o que está acompanhada de baixos níveis de proteção prévia e fiscalização estatal, em caso de quebra de contrato ou demissão. Em países como El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, República Dominicana, Brasil e México, já se notava uma insuficiência de fiscalização por parte do Estado, o que trazia implicações para a eficiência e rapidez de aplicação das normas de trabalho. Em outros países, como a Argentina, após a década de 1990, houve uma forte deterioração do aparato de fiscalização estatal em matéria de direito trabalhista (BENSUSÁN, 2007).

A eficácia de aplicação normativa e da fiscalização também é insuficiente, porque eles não cobrem a totalidade dos trabalhadores na região, tampouco aqueles que possuem contratos permanentes, de total subordinação. Esta inadequação das leis, às necessidades do mercado de trabalho no capitalismo dependente, acaba afetando mais os trabalhadores que possuem menor rendimento, geralmente vinculados a pequenas empresas e trabalhos domésticos. Em alguns países, os trabalhadores pertencentes a estes setores estão excluídos de aspectos particulares da legislação e, a eles se somam os trabalhadores do campo e da construção civil. Esta exclusão se estende às questões de seguridade e proteção ao trabalhador, que também possuem mecanismos escassos de proteção, sendo ineficazes principalmente para os trabalhadores em situação mais vulnerável (BENSUSÁN, 2007).

Algumas investigações verificaram importantes debilidades no desempenho dos Ministérios Trabalhistas e outros sistemas de justiça do trabalho na região – sobretudo, em serviços de inspeção ao trabalho. Aponta-se que o desenho estrutural destes aparatos, bem como suas competências e faculdades, possuem problemas profundos, sendo que em caso de não cumprimento da legislação, são poucos os custos e consequências envolvidas, o que impacta sobre o nível de proteção aos trabalhadores. Assim, na América Latina se combinam um Estado intervencionista, porém com um serviço administrativo ineficiente (BENSUSÁN, Idem).

O argumento da ineficiência administrativa do Estado pode ser interpretado de distintas maneiras, podendo motivar desde a necessidade de reformar e pensar em outro modelo administrativo, até a condução das obrigações do Estado para o âmbito privado. Este último argumento embasa o desmonte do aparelho estatal, e constitui uma das tendências do disciplinamento neoliberal, que muitas vezes está contido em políticas que restrinjam a ação do estado. Como aponta Bensusán (Idem) em alguns países o debilitamento do aparelho estatal de fiscalização e inspeção do trabalho, se deu sob a intenção de corrigir lacunas e a corrupção existente nestes aparelhos. Com isso houve, em termos gerais, um desmonte destes aparelhos de fiscalização, sendo que em alguns países este processo abriu caminho para a privatização dos sistemas de inspeção trabalhista, como é o caso de alguns setores no México. Como o nosso recorte espacial não nos permite aprofundar nos trâmites normativos da justiça trabalhista de cada país, vamos nos restringir a uma síntese geral, aprofundando este aspecto para o caso brasileiro, na próxima seção. Ademais, compreendemos que o aparato jurídico que rege os direitos trabalhistas possui uma formação estrutural que está relacionada à composição da força de trabalho na América Latina, por isso a importância de se verificar este aspecto, que é crucial para compreender quais as reais condições em que o trabalhador se encontra, para além da legislação formalmente estabelecida. Para além de aspectos trabalhistas que se restringem ao processo de produção, mas que constituem a base principal de valorização do capital, os aspectos institucionais e normativos em muito influenciam as condições do mercado de trabalho, tal como as condições de exploração da força de trabalho. Por isso, consideramos que a ineficácia destes aparelhos ao proporcionar estabilidade ao trabalhador, impacta concretamente em seus direitos e rendimentos, de forma direta ou indireta, podendo degradar as condições de reprodução de sua força de trabalho.

Trouxemos estas variáveis para o recorte latino-americano porque, consideramos que nesta região, existe uma formação do mercado de trabalho que está em condições distintas das economias centrais, apesar desta também estar sujeita à reestruturação trabalhista neoliberal que ocorre a nível global. A questão é: como as pressões institucionais para readaptação neoliberal, cujo modelo foi idealizado com base nas sociedades 'desenvolvidas', recaem sobre as economias da América Latina? Como o neoliberalismo impacta as estruturas trabalhistas internas destes países, que se encontram ligadas à sua forma de inserção na história de expansão do capitalismo? Estes foram os questionamentos que guiaram o esforço presente neste capítulo, e que buscamos ensaiar

uma articulação teórica com a TMD, mostrando como a realidade atual do mercado de trabalho latino-americano tem muito que impulsionar novos questionamentos e análises teóricas acerca da categoria de superexploração da força de trabalho.

Os atuais questionamentos em torno desta categoria, em muito se deram com Valencia (2009), que também estabelece uma relação entre os padrões atuais de exploração no mundo e na América Latina, como já explicitamos anteriormente. Em termos de padrões, após a década de 1990, a reprodução do capital leva a uma precarização dos novos postos de emprego e também dos antigos, por meio de recontração. Esta tendência se dá mesmo nos períodos de maior crescimento global, e geralmente se agrava em conjunturas de crise capitalista (VALENCIA, 2009). A precarização dos postos antigos também se observa por meio da reestruturação trabalhista, que supera uma estrutura integral, que centraliza e articula emprego, salário e qualificação do trabalhador, e adota outra que descentraliza e autonomiza estas variáveis. Esta estrutura que se consolida no disciplinamento neoliberal, separa institucionalmente estes âmbitos – contratos, salário e formação – no sentido de flexibilizar os custos por trabalhador, considerando a baixa ou média taxa de produtividade praticada nos setores que mais empregam na América Latina. Em síntese, as políticas trabalhistas reformaram condições e termos de contratação, bem como flexibilizaram o uso e a dispensa da força de trabalho, desmontando garantias e serviços aos trabalhadores (VALENCIA, 2009). Em suma, destacamos a flexibilização e a descentralização das formas contratuais, salariais, de jornada e de seguridade, em distintos graus nos países latino-americanos, mas que no geral, se observa para todos. Também se enfatiza que os contratos informais e de baixa qualificação são mais recorrentes nestes países do que nas economias centrais, sendo que o alto grau de postos informais está relacionado às condições de remuneração e seguridade.

Por fim, compreendemos a reestruturação trabalhista como um processo que flexibiliza vários aspectos do mercado de trabalho, considerando as tantas variáveis que estão envolvidas neste, algumas que foram trabalhadas nesta seção. Este processo traz novos elementos que se relacionam à exploração absoluta ou relativa da força de trabalho, o que dialogamos teoricamente como novas características, categorizáveis como superexploração da força de trabalho. De forma ainda geral, buscamos apresentar algumas variáveis das reformas trabalhistas neoliberais, bem como do novo padrão de emprego que passa a ser observado em todo o mundo, mas que se dá de forma particular na

América Latina. Superaremos este último nível geral de análise, para chegar em nosso recorte principal: a readaptação trabalhista neoliberal na economia brasileira e suas implicações para a superexploração da força de trabalho.

#### **4 A força de trabalho no Brasil pós 1990: novas condições de superexploração?**

No segundo capítulo caracterizamos a lógica de acumulação neoliberal no mundo e no Brasil, articulando esta lógica a essência de valorização do capital financeiro, que ganha proeminência após 1990. Em seguida, partimos desta base e voltamos nosso olhar ao padrão trabalhista neoliberal no mundo, mostrando como este se apresenta nas economias centrais e latino-americanas, concluindo que existem diferenças entre os dois níveis, mas que ambos estão inseridos na dinâmica de transformação do mundo trabalhista após 1990. Assim, no segundo capítulo analisamos a dinâmica de acumulação do capitalismo dependente em relação à reprodução do capitalismo global, e como esta articulação impacta o mercado de trabalho nas economias dependentes. Em seguida, caracterizamos o novo padrão global de trabalho conforme as variáveis estabelecidas, estabelecendo um recorte global e outro latino-americano, compreendendo que este padrão se reproduz conforme a estrutura de trabalho de cada espaço, mas apresenta tendências gerais para o nível global e regional.

Assim, para dar prosseguimento ao recorte proposto, analisaremos agora a consolidação do novo padrão de trabalho no Brasil, em consonância às condições internas de formação do mercado de trabalho, que se articulam ao capitalismo neoliberal de forma a assegurar a reprodução ampliada do capitalismo. Nesta medida, o presente capítulo se encontra dividido em duas seções que buscarão articular aspectos histórico-institucionais (concretos) e teóricos do padrão trabalhista no Brasil, após as reformas neoliberais de 1990. A primeira delas se ocupa da formação e reestruturação neoliberal do trabalho assalariado no Brasil, com enfoque para o segundo processo. No ponto 4.1, trataremos alguns aspectos de formação da força de trabalho assalariada, uma vez que a reestruturação trabalhista se dá a partir da estrutura já existente, esta que já argumentamos ser distinta para economias dependentes como o Brasil. Em seguida, passamos para o ponto 4.2, cerne deste trabalho: a análise da reestruturação trabalhista neoliberal no Brasil – para as variáveis anteriormente estabelecidas – com indicadores mais aprofundados agora que atingimos o recorte último de nosso objeto. Dividimos o ponto 4.2 em duas subseções, sendo o ponto 4.2.1 destinado a analisar as variáveis contratuais do mercado de trabalho no Brasil, enquanto o ponto 4.2.2 tratará das variáveis salário e jornada. Analisaremos o quadro legal e concreto destes aspectos, que após as reformas de 1990, sofrem uma flexibilização de caráter externo e

interno. Neste conjunto, articularemos o processo de flexibilização concreta no Brasil, com a relação que já estabelecemos entre as condições trabalhistas internas e a superexploração da força de trabalho, que agora interpretaremos a partir do recorte histórico posterior a 1990.

#### **4.1 Formação trabalhista: *Superexploração*, força de trabalho e assalariamento no Brasil**

Antes de adentrar na principal análise do presente trabalho, daremos ênfase às particularidades de formação do mercado de trabalho<sup>44</sup> no Brasil, espaço antes colonial que se consolida como economia primário-exportadora. Esta discussão é importante para compreender como se estrutura o trabalho assalariado no Brasil, bem como os mecanismos de *superexploração* envolvidos neste processo. Por meio desta caracterização podemos alegar que, na economia brasileira, existe uma força de trabalho marcadamente distinta da observada nas economias centrais mesmo que esteja ligada a estas e também sujeita ao modo de acumulação capitalista. Na verdade, esta ligação – antes colonial e posteriormente dependente – aprofunda e consolida estas distinções, como já argumentamos no capítulo três, quando analisamos o padrão de acumulação no Brasil. Agora, destacaremos com mais clareza a relação entre a dependência e os aspectos que marcam a consolidação da força de trabalho brasileira. Ademais, se analisarmos os elementos característicos desta força de trabalho, poderemos categorizá-los teoricamente e entender o atual padrão de trabalho neoliberal que se consolida após 1990.

Primeiramente, o processo de industrialização no Brasil é marcado por algumas características que trazem impactos às condições da força de trabalho no campo e na indústria. Destacaremos inicialmente alguns traços gerais do trabalho assalariado no Brasil, como a institucionalização tardia do trabalho rural, a persistência do trabalho informal, a baixa qualificação e alta rotatividade dos empregos. Como

---

<sup>44</sup> Ao nos referirmos a estes aspectos, temos consciência de que as particularidades de formação do “mundo do trabalho” no Brasil, não se restringem ao espaço produtivo, econômico ou até mesmo do que aqui estamos chamando de mercado de trabalho. Neste sentido, consideramos que a consolidação do trabalho assalariado no Brasil atravessa não somente o mercado de trabalho, mas as formações urbanas, coletivas e sociais, consequentemente influenciando a consciência subjetiva dos indivíduos e classes. Contudo, como o enfoque objetivo deste trabalho são os aspectos institucionais do mundo do trabalho, não nos aprofundaremos muito nesta questão.



destaca Marini (1975), estas condições indicam um baixo nível de produtividade do trabalho que é compensado pela exploração absoluta da força de trabalho.

Para o primeiro aspecto, consideramos que a postura estatal de primazia pela institucionalização do trabalho industrial, está associada às piores condições de trabalho e rendimento praticadas no âmbito rural, que no período de industrialização, ainda corresponde a uma fração significativa da força de trabalho no Brasil. Para este caso, a desregulamentação do trabalho rural permite a continuidade do trabalho em regimes precários, como o sub-assalariado e o escravo (FERNANDES, 2008).

De acordo com Ianni (2012), esta primazia institucional dada ao trabalhador industrial, reflete a regulamentação tardia do trabalho assalariado no campo (somente em 1963), com a criação do Estatuto do trabalhador Rural somente vinte anos após a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Estes dois âmbitos da força de trabalho no Brasil – rural e industrial – devem ser analisados, considerando-se contradições do capitalismo dependente, o que envolve uma consolidação do trabalho clivada não apenas pela dependência externa, mas pela dependência interna da esfera industrial em relação à esfera rural. Destacamos a distinção entre as duas esferas da força de trabalho porque estas passam por processos de institucionalização diferentes, o que consolida uma força de trabalho heterogênea e sujeita a múltiplas condições de exploração. Neste sentido, para compreender a distinta realidade institucional do trabalhador rural no Brasil, faz-se necessário considerar a relação deste setor com o setor externo e industrial, tarefa que Fernandes (1976) se propõe a realizar ao longo de sua obra (FERNANDES, Idem).

Para Fernandes, (Idem), a persistente articulação da economia brasileira com o modelo de desenvolvimento capitalista central, estrutura um mercado interno flexível, que absorve os impactos tanto da lógica de acumulação mundial, quanto de uma descompressão interna do setor urbano-comercial em consolidação. Neste sentido, a consolidação do mercado de trabalho urbano no Brasil passa pela compressão do setor rural, concentrando neste, formas arcaicas de produção e exploração do trabalho que se combinam a uma modernização incipiente, baseada na produção em larga escala. Como salienta Fernandes (1976, p.242):

Aceita-se como “natural”, que o setor agrário em modernização continuasse vastamente arcaico, onde e como isso se mostrasse funcional à acumulação originária de capital. Doutro lado,

também se aceita como “natural” que a articulação às economias centrais, além de persistir, se aprofundasse, sob a presunção de que aí estaria ou a “melhor” ou a “única” saída para a industrialização e a concomitante aceleração do desenvolvimento econômico interno.

Neste sentido, por mais que estejam sujeitos aos mesmos condicionantes externos, os setores urbano e rural operam seguindo dinâmicas de produção – e superexploração do trabalho – que divergem em técnicas e intensidade de trabalho. A partir disso, argumenta-se que a consolidação do mercado interno no Brasil passa pela espoliação sistemática do trabalhador rural, isto é, pela geração de mais-valia (e excedente) a um ritmo intenso. O excedente gerado no setor agrário conforma a base primária de capital para a consolidação do mercado urbano, mesmo que esta acumulação seja comprometida com a transferência do excedente para as economias centrais.

Para Fernandes (2008), a geração do excedente no setor agrário constitui um aspecto fundamental para o estabelecimento do mercado urbano-comercial, isto é, para que o capital se reproduza no mercado urbano e consolide o trabalho assalariado, foi necessário que no setor agrário existisse o capital que reproduz o trabalho semi-livre e precário. Neste processo, temos que o trabalhador rural – despossuído de rendimento mínimo e propriedade – é desvinculado da proletarianização no ambiente agrário, o que coloca este como contingente potencial de trabalho urbano.

Esta complementaridade dependente entre o trabalho agrário e urbano implicaria uma readequação do setor agrário, tanto em sua estrutura de propriedade, quanto na institucionalização do trabalho rural, mas o que ocorre é uma manutenção da compressão no setor rural. Esta dinâmica se dá não somente pela fraca institucionalização produtiva e trabalhista, mas pela inexistência de uma reforma agrária no Brasil. A resistência em realizar uma Reforma Agrária, bem como a relutância de universalizar as relações de mercado no campo, explica a conformação de uma força de trabalho heterogênea, que está sujeita a distintas modalidades de trabalho e geração de mais-valia (FERNANDES, Idem). Assim, a estrutura produtiva do trabalhador rural, a especialização para o mercado externo – e a consequente produção em larga escala, já explicitada anteriormente – consolidam uma estrutura de propriedade desigual e que, estando acompanhada de um aumento na formação bruta de capital fixo no setor industrial, aumenta a produção em larga escala

com o uso de técnicas intensivas. Esta concentração produtiva da terra para exportação em larga escala, está associada à baixa oferta interna de alimentos e a uma desregulamentação da situação do pequeno trabalhador rural (MARINI, 1973).

Relacionando a estrutura de propriedade rural à institucionalização do trabalho no campo, consideramos que uma das questões mais importantes – a reforma por regulamentação da terra – é deixada de lado no processo de consolidação do mercado interno brasileiro. A Reforma Agrária deveria ter o objetivo de regulamentar a estrutura de produção e propriedade rural, visando uma maior dinâmica à consolidação do trabalho assalariado, considerando a estreita relação entre os setores industrial e agrário. Assim, o impulso pela regulamentação da produção rural surge como um complemento interdependente em relação à produção industrial, tanto em aspectos tecnológicos quanto referentes à força de trabalho (IANNI, 2012). No entanto, a forma como a questão da Reforma Agrária é tratada institucionalmente, nos permite dizer que o trabalho rural não passa pela regulamentação necessária para consolidar um mercado de trabalho que possibilite condições dignas de trabalho e remuneração.

Desta maneira, alegamos que a institucionalização do trabalho assalariado no Brasil, trata o trabalhador rural de forma tangencial. Observando a principal política institucional do período referente ao trabalho assalariado, o Plano Trienal de 1962, verificamos que este faz considerações de caráter aberto sobre a questão agrária, apresentando apenas “objetivos mínimos” para dirimir as “inconveniências da estrutura agrária” brasileira, que comprometiam o desenvolvimento interno no país. Dentre as medidas, destacamos as seguintes:

- e) nenhum trabalhador que obtiver da terra em que trabalha - ao nível da técnica que lhe é acessível - rendimento **igual ou inferior** ao salário mínimo familiar, **a ser fixado regionalmente**, deverá pagar renda sobre a terra, qualquer que seja a forma que esta assuma;
- d) todas as terras, consideradas necessárias à produção de alimentos, que não estejam sendo utilizadas ou o estejam para outros fins, com **rendimentos inferiores a médias estabelecidas regionalmente**, deverão ser desapropriadas para pagamento a longo prazo (PLANO TRIENAL, p.195, 1962, grifo nosso).

A partir destas diretrizes para a Reforma Agrária, contidas no Plano

Trienal, que constituíam uma resposta institucional ao problema inflacionário e à dinâmica de um mercado de trabalho em consolidação, importantes considerações podem ser feitas sobre as condições de trabalho e remuneração da força de trabalho rural. A primeira delas é desregulamentação quanto ao rendimento médio do trabalhador rural, que tanto pode variar regionalmente, quanto há a ressalva legal de que o rendimento deste trabalhador seja inferior ao salário mínimo. A segunda é o estabelecimento de níveis de produtividade distintos regionalmente, mas que fixam metas produtivas ao trabalhador, sem o estabelecimento de uma remuneração-base e, inicialmente, sem fornecer condições de financiamento produtivo ao produtor rural<sup>45</sup>.

A insuficiência da Reforma Agrária é um problema que se estende e permanece mesmo após a consolidação industrial no Brasil, o que faz persistir, mesmo após 1990, uma estrutura que pressiona as condições de trabalho no campo, como destaca Mattei (2012, p.304):

A partir de 1990, com a eleição do “governo Collor”, esse quadro se agravou ainda mais. (...) o Ministério da Reforma Agrária foi extinto logo após a sua posse e (...) os compromissos com a agenda política neoliberal deixavam claro que a reforma agrária não seria priorizada por sua gestão.

Estas condições configuram um cenário de intensa concentração de renda e propriedade no Brasil, que, para Mattei (Idem), persiste até os dias atuais. Neste cenário de desregulamentação das condições de trabalho rural, Ianni (2012), conclui que o trabalhador do campo é submetido a uma estrutura de trabalho que viola o valor da força de trabalho rural:

Na prática, o proletário rural trabalha num maior número de horas que o operário, para conseguir o mesmo produto do seu trabalho: igualmente necessita de uma maior quantidade de força de trabalho. Ainda que os processos de mercado tendam a igualar os trabalhos sociais particulares, é inegável que o trabalhador rural conserve uma parte menor (em comparação com o operário) do produto do seu trabalho. Assim (...) o proletariado rural se encontra numa situação especial, quanto às possibilidades de apropriação de parte do

---

<sup>45</sup>

De acordo com Delgado (2005), é apenas em 1967 que o Sistema Nacional de Crédito Rural é implementado no Brasil.

produto do seu trabalho (IANNI, 2012, p.131).

Com isso, argumenta-se que o trabalhador rural possuía uma condição de assalariamento ainda informal e desregulamentada frente a uma jornada de produção mais longa e desgastante<sup>46</sup>. Assim, o processo de consolidação do trabalho assalariado no campo demora mais para se institucionalizar, não havendo inicialmente a fixação de um salário-base e, como veremos a seguir, nem o estabelecimento normativo dos direitos do trabalhador rural. Com a falta de regulamentação da força de trabalho rural, era comum que se observasse distintas faixas salariais e durações de jornada sem a devida fiscalização institucional (IANNI, 2012). Neste momento, compreende-se a estrutura trabalhista a partir da qual Marini (1973) desenvolve a categoria teórica da *superexploração da força de trabalho*, alegando que as condições analisadas acima – com enfoque para o aspecto da dependência externa – sistematizam um mercado de trabalho no qual existem recorrentes e combinadas formas de exploração, considerando a dinâmica concentradora de renda e propriedade que embasa essas condições<sup>47</sup>.

Este era o cenário da estrutura agrária ao qual se direcionava o Plano Trienal, porém, dando ênfase em medidas que não eram direcionadas à regulamentação e amparo ao trabalhador rural. Sob um olhar mais geral acerca do plano, a sua formulação econômica tratou a questão agrária de

---

<sup>46</sup> Ianni (2012) vê na relação desigual entre o trabalhador rural e industrial, mais um aspecto que agrava a exploração da força de trabalho no campo: a transferência de excedente produzido neste setor para outras esferas do sistema econômico nacional. Segundo o autor (2012, p.130): “A produção de excedentes econômicos, nos setores secundário e terciário (tipicamente urbanos), têm se apoiado também na capacidade de tais setores para se apropriar de uma parte do excedente econômico produzido pelo setor agrário. São vários os meios e as técnicas utilizados para se realizar a transferência de uma parte do excedente agrícola para a cidade e para o exterior, e para determinar a direção e o grau de tal transferência”.

<sup>47</sup> De acordo com Mattei (2012, p. 309), a insuficiência da Reforma Agrária consolida uma estrutura de renda e propriedade extremamente desigual e que persiste no tempo. Afirma: “De acordo com os dados estatísticos oficiais, o índice de Gini atingiu seu valor máximo em 1975, quando chegou ao patamar de 0,87. No início de 1980, esse valor recuou para 0,86 e, em 1995, se situava ao redor de 0,82. Já o Censo Agropecuário de 2006 revelou que a concentração de terra permanece praticamente inalterada em relação à década anterior, porém retornando a 0,850. Esses patamares do índice situam o Brasil entre os países com os maiores índices de concentração de terra do mundo.”

maneira funcional à industrialização, sem que a regulamentação da força de trabalho no campo fosse encarada como necessária à consolidação do trabalho assalariado. Para Delgado (2005, p.56), os objetivos da Reforma Agrária no Brasil se restringiam aos seguintes eixos:

A imaginação dos economistas conservadores da época, e também de alguns críticos do sistema, está impregnada das chamadas cinco funções da agricultura: *i)* liberar mão-de-obra para a indústria; *ii)* gerar oferta adequada de alimentos; *iii)* suprir matérias-primas para indústrias; *iv)* elevar as exportações agrícolas; e *v)* transferir renda real para o setor urbano. Assim, somente se reconheceria problemas ali onde algumas dessas funções não estivessem sendo sistemática e adequadamente atendidas.

Nesse sentido, a intervenção institucional no período de consolidação do assalariamento no Brasil, respondeu com menor prioridade à formação e estabilização do mercado de trabalho (controle do nível de emprego e desemprego), o que requeria a regulamentação da força de trabalho rural. As medidas se restringiam a corrigir o problema da oferta interna de produtos e mão-de-obra, o que poderia manter o processo inflacionário sob estabilização de curto prazo (PLANO TRIENAL). Identifica-se, também, uma concentração de medidas políticas sobre o emprego que se restringiam à qualificação profissional, estando ausentes quaisquer medidas de proteção contra a situação de desemprego.

A falta de regulamentação do trabalhador rural, e a ausência de fixação salarial se refletem também na institucionalização tardia de uma legislação destinada ao trabalhador do campo. É somente após 1963, por meio da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, que se consolidam as condições contratuais de trabalho e associação sindical no campo. Na legislação trabalhista vigente desde 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), não havia nenhuma menção específica ao trabalhador rural e esta visava regulamentar apenas as condições de oferta e procura de trabalho no espaço urbano – setores secundário e terciário. Assim, somente após vinte anos, marcados pelo enfrentamento dos movimentos camponeses ao Estado<sup>48</sup>, os poderes Legislativo e Executivo iniciaram a

<sup>48</sup>

O histórico de lutas e enfrentamento no campo não se inicia com o processo de sindicalização do trabalhador rural. É importante considerar que, neste contexto de concentração produtiva para a exportação, existiam movimentos articulados não-institucionalizados de trabalhadores camponeses,

formalizar as condições contratuais no campo (IANNI, 2012).

A desregulamentação da força de trabalho rural, somada ao maior incentivo estatal para a consolidação do trabalho assalariado e direitos trabalhistas no espaço urbano, levaram a uma deterioração das condições do trabalhador no campo. Estas condições persistem após 1990, como indica o DIEESE (2014), constatando que, no ano de 2013, a média de informalidade<sup>49</sup> no campo era de 59,4%, e para a região Nordeste (que possui 34% do total força de trabalho rural) o índice era de 77,1%.

Assim, como nos acrescenta Ianni (2012), as péssimas condições de trabalho no campo fizeram com que os trabalhadores buscassem outro espaço: a indústria urbana. A disponibilização deste contingente de mão-de-obra rural expressa clara relação entre a *superexploração* do trabalhador camponês e a continuidade de exploração do trabalhador urbano. Isto é, a massa de trabalhadores rurais em busca de emprego na indústria, reflete a criação de um exército industrial de reserva, que inicialmente implica no rebaixamento das condições gerais do mercado de trabalho assalariado. Em termos mais concretos, segundo Schwarcz e Starling (2015), entre 1950 e 1970 o processo de migração para as cidades levou a um rápido crescimento das zonas periféricas ao espaço urbano-comercial, o que implicou uma concentração populacional nos entornos das cidades, afetando substancialmente o padrão de ocupação do território brasileiro, bem como as condições sociais deste contingente de trabalhadores.

Este fenômeno de concentração demográfica nas áreas urbanas não se restringe à economia brasileira, sendo a formação das grandes cidades um traço histórico da industrialização nas economias do mundo. Contudo, buscamos destacar aqui dois principais elementos: o alto contingente de trabalhadores rurais não-regulamentados que passa a compor a força de trabalho urbana; e a falta de institucionalização geral do trabalho assalariado no espaço urbano. Este quadro permite, mesmo com a concentração do capital na esfera urbana, a manutenção de consideráveis frações de trabalhadores vinculados a formas extremamente precárias de trabalho, o que conduz a uma formação de

---

como o banditismo. Para um aprofundamento ao tema, ver: ROSA, M. A. R. **O banditismo social em regiões periféricas do Brasil e do México na segunda metade do século XIX: Antônio Silvino e Pancho Villa**. 2008. Dissertação (mestrado). PROLAM – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

<sup>49</sup> O índice de informalidade se calcula pelo DIEESE, a partir do número de empregados sem carteira, em relação ao total de empregados.

um complexo de relações trabalhistas caracterizadas por um constante excedente de mão de obra e uma alta rotatividade de emprego (DUARTE, 2015, p.123).

Como destacamos anteriormente, as péssimas condições de trabalho e remuneração no campo também contribuíram para que o trabalhador rural se deslocasse para o espaço urbano, passando a uma situação de desemprego e falta de qualificação. A crescente massa de trabalhadores do campo que ocupavam as cidades industriais criava um contingente de mão-de-obra necessário ao processo de industrialização nos moldes do capitalismo dependente, contudo:

O grau de preparação da mão-de-obra, formada em sua maior parte por contingentes de origem campesina, não atende aos requisitos das funções criadas pelo desenvolvimento industrial. Normalmente, a empresa recorre à utilização da mão-de-obra não qualificada para suprir suas necessidades de pessoal especializado, oferecendo a esta, o treinamento indispensável no espaço de trabalho. Isto representa, na perspectiva do empresário, a vantagem de que se paga ao trabalhador um salário inferior ao que seria compatível com a função que desempenha (MARINI, 1966,P.)

Neste sentido, persiste a sub-remuneração do trabalhador no espaço urbano, à medida que existe uma massa de mão-de-obra desempregada e desqualificada em distintos setores, correspondente ao exército industrial de reserva. A partir disso, podemos argumentar que no Brasil se estabelece um mercado de trabalho com fortes traços de informalidade e desregulamentação institucional. Estes são aspectos que se consolidam mediante a relação de dependência entre o Brasil e as economias centrais, sendo que a partir da transferência do excedente do primeiro para as segundas, há uma pressão para que se gere excedente adicional por meio da *superexploração da força de trabalho*. A relação de dependência é um dos aspectos que permeiam a formação e institucionalização do mercado de trabalho no Brasil e, por isso, dinamiza-se um mercado de trabalho desregulamentado (informal), em parte porque este possibilita a extração adicional do excedente sob formas diretas e indiretas. Nesta medida, a informalidade do mercado de trabalho no Brasil é um traço que antecede a readaptação neoliberal, e é sobre estas condições que as reformas trabalhistas de 1990 operam, impactando na dinâmica de trabalho já existente.



Esta estrutura informal é o que, precisamente, cria as condições em que o capital pode operar, para impor à classe trabalhadora brasileira um regime de exploração muito mais violento (MARINI, 1973). Em consonância ao argumento de que no Brasil há uma combinação das formas de exploração da mais-valia, com modalidades arcaicas e modernas de produção do excedente, Duarte (2015) desenvolve um importante trabalho de caracterização da força de trabalho brasileira, e afirma:

Apesar de sua estrutura relativamente incipiente, a grande indústria no Brasil já era um laboratório de extração de mais-valia, combinando de modo agudo a produção da mais-valia absoluta via prolongamento máximo das jornadas de trabalho e aumento direto do valor excedente criado pelos operários, e de mais-valia relativa, via utilização generalizada de métodos de redução do tempo de trabalho necessário à produção do valor da força de trabalho e consequente aumento proporcional do tempo de trabalho excedente (DUARTE, 2015, p. 212)

Esta combinação de formas de produção do excedente conforma a estrutura trabalhista que Marini (1973) descreve como característica do padrão de reprodução no capitalismo dependente, categorizando-as enquanto *superexploração* da força de trabalho. Esta estrutura de mercado que se conforma no Brasil é distinta da formação existente nas economias centrais, de capitalismo avançado. Com isso, compreendemos que a relação entre o trabalhador rural e o trabalhador urbano está permeada pela *superexploração da força de trabalho*, sendo recorrente a remuneração que viola o valor da força de trabalho, por um considerável período do processo de industrialização. As formas de exploração da força de trabalho não se restringem apenas à baixa remuneração, mas se estendem à persistência do trabalho informal e do subemprego, o que configura um mercado de trabalho com distintas e combinadas formas de exploração. Este cenário permanece até o final da década de 1980, o que, mesmo com a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943, reflete as especificidades de consolidação do mercado de trabalho no Brasil.

Isto é, as formações econômicas que permitem a Marini (1973) categorizar a *superexploração da força de trabalho* não se apresentam de maneira conjuntural, mas constituem a base da consolidação industrial no Brasil. De uma forma geral, o quadro que se observa entre

1950 e 1970 – se estendendo até fins de 1980 – é de um mercado de trabalho irregular, como salienta Pochmann (1998, p. 120, grifo nosso):

Duas distintas dimensões de problemas atingiam o mercado de trabalho até o final da década de 80. A primeira estava associada à permanência de problemas de mercado de trabalho tradicionais em economias periféricas, como: (a) taxas **ainda comprimidas de assalariamento**, (b) **baixos salários**, (c) **alta informalidade** e (d) **elevado subemprego**. Essa situação decorria fundamentalmente de um processo incompleto de estruturação do mercado de trabalho, que, embora estivesse se desenvolvendo desde o início da industrialização nacional, não chegou a se completar ainda nos anos 80. Em 1940, por exemplo, apenas um terço da População Economicamente Ativa (PEA) era assalariado, e, em 1980, a taxa de assalariamento alcançava dois terços da PEA ocupada.

Assim, observamos a persistência desse cenário, mesmo com o aumento da concentração orgânica de capital e a Consolidação das Leis Trabalhistas para regulamentar e fiscalizar a força de trabalho. Nota-se que ainda em 1940 as instituições do Estado manifestavam uma preocupação com a formulação de normas de trabalho, num esforço de padronização e de distribuição de rendimentos para dinamismo do mercado interno. Esta padronização é de caráter institucional – considerando a heterogeneidade das condições trabalhistas reais até finais de 1980 – e se dá com a Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943 e a lei de sindicalização, que visam padronizar não somente os direitos trabalhistas, mas a forma de manifestação do trabalhador, por vias institucionais. Neste período, a estrutura sindical impedia a organização dos trabalhadores no local de trabalho, e como a fiscalização das leis trabalhistas era precária e praticamente inexpressiva, uma parte considerável dos trabalhadores continuava a vender sua força de trabalho num mercado pouco regulado na prática. Assim, os empregadores agiam na margem e na brecha da lei, sendo que o Estado dava prioridade ao direito sindical, ao mesmo tempo que não tomava as medidas necessárias para fazer cumprir os demais direitos trabalhistas, ambos contidos na CLT (CARDOSO; LAGE, 2007).

Neste sentido, a existência da legislação *per se* não necessariamente garante condições dignas ao trabalhador, e este é um aspecto que

destacaremos no processo histórico de formação do mercado de trabalho no Brasil, persistente até o recorte temporal deste trabalho, o que enfatizaremos a partir do contraste entre a legislação e alguns indicadores em relação ao salário e jornada.

Em suma, estas foram as condições de formação da força de trabalho no Brasil durante 1950 e 1970, e que permitiram a Marini (1973) alegar que, assim como toda economia latina dependente, a economia brasileira teve em sua formação econômica a persistência de aspectos que figuram como *superexploração da força de trabalho*. Este resgate histórico é de suma importância para que possamos apreender a consolidação e as transições nas condições de trabalho no Brasil. Isto é, a dinâmica de acumulação no modo capitalista de produção passam a ser permeadas por novos mecanismos, novos elementos que impactam no mercado de trabalho e merecem nossa atenção. Assim, tendo como base a relação dependente do Brasil com a economia mundial, buscaremos, a seguir, mostrar como a mudança no padrão trabalhista global – neoliberal – se concretiza na economia brasileira, e suas implicações para a estrutura de trabalho consolidada anteriormente.

#### **4.2 Reestruturação trabalhista: Aspectos gerais do mercado de trabalho no Brasil pós 1990**

Como acabamos de argumentar, entre 1930 e 1970, temos a consolidação do mercado de trabalho no Brasil, mesmo que tardiamente e por meio de uma institucionalização fraca. Neste sentido, observamos que a concentração industrial aos moldes da institucionalização tardia, estrutura um mercado de trabalho heterogêneo, o que reflete uma concentração de capital dependente. Isto é, a consolidação deste mercado de trabalho perpassa a vigência de um processo de *superexploração*, que permite a produção adicional de excedente, necessário para que se alcançasse no Brasil o patamar industrial que hoje se observa (ANTUNES, 2012).

É a partir deste cenário que acontece a reestruturação trabalhista no Brasil, considerando o que o estabelecimento institucional do mercado de trabalho é consideravelmente recente, ocorrendo apenas trinta anos antes da reestruturação de 1990. Desta maneira, temos um mercado de trabalho ainda recém consolidado e embasado em processos combinados de exploração da força de trabalho, sendo que este se vê diante de uma readaptação no período neoliberal.

Nesta abordagem, compreendemos a reestruturação trabalhista em suas manifestações institucionais, salientando o processo de disciplinamento neoliberal que ocorre, por vias constitucionais e normativas. O

disciplinamento trabalhista neoliberal no Brasil se dá por meio dos ajustes fiscais, que se iniciam ainda na década de 1980, se aprofundando na década seguinte. Neste sentido, o cenário econômico de 1980, serviu como justificativa para aplicação das medidas institucionais de ajuste, considerando a crise da dívida latino-americana (GILL, 2003). Frente a este cenário regional de crise, o panorama trabalhista no Brasil no início dos pacotes de ajuste e reformas, era tido como justificativa para a aplicação de medidas de flexibilização trabalhista.

Foi ainda em 1980 que as primeiras medidas de reestruturação produtiva ocorrem no Brasil, o que levou a uma readaptação das empresas aos padrões de organização do trabalho, processo que se deu concomitante a uma adequação institucional e normativa do mercado de trabalho. Assim, já em 1990, temos uma intensificação desta reestruturação, que se efetiva por formas diferenciadas, trazendo uma conjuntura que mescla elementos de continuidade e descontinuidade em relação ao período anterior (ANTUNES, 2012). Desta maneira, é somente após a efetivação institucional destas reformas que podemos visualizar os impactos sobre o mercado de trabalho, no que tange as modalidades de contratação, condições de gerais de jornada e remuneração. Por este mesmo motivo, estendemos nosso recorte temporal em 25 anos após a onda de reformas trabalhistas.

Destaca-se, para além das variáveis estabelecidas, os principais eixos de reformas referentes à legislação trabalhista, enfatizando a esfera jurídico-institucional das reformas. Para enfatizar os principais aspectos da reestruturação trabalhista no Brasil, apontamos primeiramente, em síntese, a conjuntura do mercado de trabalho interno observada na década anterior, uma vez que esta foi utilizada como justificativa para aplicação institucional das reformas. Em 1980, os aspectos mais expressivos do mercado de trabalho, formavam um conjunto de indicadores que sinalizavam uma menor participação do trabalho assalariado formal na renda total nacional. De acordo com Cerdote Pedroso (2015), há uma tendência de queda da renda do trabalho assalariado no PIB brasileiro, sendo que em 1970, esta representava 40,7%, caindo para 37,9% na década seguinte e, por fim, chegando a 29% em 1990. Estes números refletem no Brasil não apenas a tendência global de informalização do mercado de trabalho, mas a intensidade e persistência deste processo, considerando a estrutura de trabalho anterior, marcada pela informalidade.

Neste sentido, o atual processo de informalização não se restringe apenas a postos desvinculados da CLT, mas ocorre também em postos celetistas e assalariados, sendo que em 1980 o número de celetistas que

também realizam atividades informais alcança 21,5%, subindo para 27% em 1990 (PEDROSO, 2015). Ou seja, podemos identificar que as modalidades informais aumentam sua recorrência mesmo para trabalhadores registrados na CLT, como os autônomos, trabalhadores domésticos e clandestinos.

Assim, o mercado de trabalho no Brasil – que já possuía um alto grau de informalidade antes das reformas de 1990 – se vê marcado pela reestruturação produtiva e, somado à desaceleração de importantes setores da indústria, sofre um choque na manutenção e geração de empregos formais, geralmente vinculados ao setor industrial. Este processo de transição, entre a recuperação econômica e a readaptação neoliberal, leva a uma compressão de postos de trabalho de qualidade, com a criação de novos postos de menor qualificação, vinculados em grande parte ao setor informal e de serviços. Pedroso (2015) destaca este processo de informalização na reestruturação trabalhista do fim do século XX:

A redução do trabalho formal ocasionou o crescimento do segmento informal da economia, uma tendência que já se verificava nos anos de 1980, mas que ganhou maior intensidade nos anos 1990. O declínio do emprego levou um enorme contingente da população a buscar ocupações alternativas, entre elas o trabalho informal (trabalho assalariado sem carteira de trabalho assinada e trabalho por conta própria), o trabalho temporário e o trabalho parcial (PEDROSO, 2015, p. 169).

No seio da informalização do mercado de trabalho no Brasil, institucionalizam-se diversas modalidades de contratação e subcontratação, que exploraremos com mais afinco na seção que segue. Assim, em síntese, temos um aumento das modalidades de contrato no setor informal, que se expande com as reformas trabalhistas de 1990. Nos seis primeiros anos da década de 1990, a porcentagem de trabalhadores informais em relação ao total de trabalhadores passa de 40% para 47%, alcançando 50% ao fim da década (PEDROSO, 2015). Este quadro reflete uma situação de degradação das condições de trabalho que compromete aspectos salariais e de jornada, sendo que pretendemos desenvolver melhor esta relação na seção 4.2.1.

Esta tendência de informalização do trabalho assalariado que a menos de trinta anos se regulamentara no Brasil, é possível com a readaptação normativa e institucional, uma vez que a legislação passa a legitimar

novas modalidades de trabalho que já existiam, mas que se expandem mediante a dinâmica de reestruturação institucional. Neste sentido, as instituições representam um alicerce do novo padrão de trabalho que se impõe, internalizando as medidas de reestruturação produtiva, e passando a englobar as normativas neoliberais na legislação trabalhista brasileira. A regulamentação das novas normativas trabalhistas pelas instituições é interpretada por Antunes (2012) como de caráter desregulamentado, e contribui para o aprofundamento de um mercado informal, com condições precárias de trabalho. A partir disso, acrescenta:

Este breve retrato aqui oferecido nos permite observar um nítido crescimento de relações de trabalho mais desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira para a de trabalhadores sem carteira assinada, especialmente durante a década de 1990. Se nos anos 80 era relativamente pequeno o número de empresas de terceirização, locadoras de força de trabalho de perfil temporário, na década seguinte esse número aumentou significativamente para atender à grande demanda por trabalhadores temporários, sem vínculo empregatício, sem registro formalizado. Essas mutações, portanto, inseridas na lógica da racionalidade instrumental do mundo empresarial, estão intimamente relacionadas ao processo de reestruturação produtiva do capital, no qual as grandes empresas, por meio da flexibilização dos regimes de trabalho, da subcontratação e da terceirização, procuram aumentar sua competitividade fraturando e fragmentando ainda mais a *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2012, p.58).

Assim, o autor enxerga o processo de informalização do trabalho no Brasil dentro de um prisma maior, de flexibilização normativa das formas de contrato, jornada e rendimentos. Assim, a flexibilização dos direitos trabalhistas e dos novos contratos – com destaque para a terceirização dos contratos, que nos aprofundaremos a seguir – se encontra em um estágio avançado, e corresponde a readaptação neoliberal do capital no Brasil. Destacamos a informalidade, como um traço estrutural do mercado de trabalho no Brasil, que se aprofunda com

a reconfiguração produtiva. Passemos a apontar outros dois elementos que, juntamente com a informalidade, caracterizam o mercado de trabalho no Brasil após 1990.

Nesta nova configuração informal dos postos de trabalho, criados e recriados após as reformas trabalhistas de 1990, destacaremos dois principais aspectos, considerando o fato de que estes se baseiam em atividades destinadas a servir e intermediar o padrão neoliberal de acumulação capitalista. De um lado temos o inchamento do setor de comércio e serviços, e somado a este fator, uma menor qualificação exigida para as novas modalidades de emprego. Ambos os fatores estão em consonância com o observado a nível global, como apontam OIT (2015), Ruiz (2015). Contudo, o mercado de trabalho no Brasil – que se conforma mediante a reprodução de um padrão capitalista dependente – possui particularidades que resultam na maior intensidade destes dois aspectos apontados anteriormente: a proliferação de empregos no setor terciário e a baixa qualificação da força de trabalho.

Acerca da expansão de atividades vinculadas ao setor de comércio e serviços (terciário), este processo se observa com a desconcentração do setor industrial e realocação de postos de trabalho, com o objetivo de mediar as novas atividades de circulação de capital, que se expandem com a reestruturação produtiva. Nesta medida, Pedroso (2015) identifica no Brasil profundas mudanças na estrutura ocupacional, desde o recuo no setor industrial, até o inchamento do setor terciário, sendo que “esse comportamento se deve, por um lado, pela própria estratégia de terceirização das atividades da indústria com vistas a enxugar sua estrutura de pessoal e, por outro lado, pelo grande contingente de trabalhadores (...) à procura de emprego” (PEDROSO, 2015, p.170).

Assim, observamos abaixo a proporção do setor de serviços no total de assalariados das principais regiões metropolitanas no Brasil, que englobam mais da metade dos trabalhadores celetistas, conforme se vê no quadro abaixo elaborado a partir de algumas regiões metropolitanas relevantes.

**Quadro 4 – Número de ocupados assalariados (CLT) no setor de serviços, por região metropolitana (2015, milhões)**

Regiões	Distrito	Porto Alegre	Salvador	São Paulo
---------	----------	--------------	----------	-----------

	<b>Federal</b>			
Total	1.314	1.769	1.500	9.621
Serviços	926 (70,4%)	1.003 (56,5%)	938 (62,5%)	5.580 (57,9%)

Fonte: PED DIEESE. Elaboração própria.

De acordo com a última Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada pelo DIEESE (2015), nos últimos cinco anos há um aumento gradual de empregados no setor de serviços, sendo o setor de comércio o segundo mais concentrado, em se tratando de trabalhadores celetistas. É importante frisar que estes números se referem apenas aos trabalhadores vinculados a CLT, sendo que o setor terciário é atravessado por inúmeras modalidades de contrato e regimes de trabalho que não necessariamente são formais. Sobre a heterogeneidade contratual existente neste setor, trataremos de maneira mais detalhada esta variável na subseção seguinte.

Dito isto, mesmo dentro da formalidade contratual – expressada aqui pelo vínculo à CLT – temos inegavelmente, uma expansão do setor terciário, com destaque para o surgimento de novas empresas prestadoras de serviços. Isto é, passa a existir um alto número de pequenas empresas e cooperativas de serviços destinadas a atender as necessidades de acumulação no período neoliberal. Nesta linha, Cacciamali (1999), aponta para uma menor absorção de mão de obra no setor da indústria de transformação, que em 1985 contava com 22% da força de trabalho total e, em 1995 passa a absorver apenas 16,6% . Em contraste a este movimento, há uma recomposição do setor terciário, que em 1995 passa a representar 76,5% do emprego urbano, sendo que esta parcela se encontra em crescimento gradual. Cacciamali (Idem) identifica esta tendência de crescimento não apenas porque há uma retração do setor produtivo e do perfil de produtividade da indústria de transformação, mas porque existe um processo de desverticalização e terceirização, que transfere a realização de determinadas atividades do interior das empresas para outras terceiras e cooperativas de serviços. A expansão deste tipo de empresa dinamiza a criação de uma legislação específica para pequenas empresas, uma das principais mudanças normativas que ocorrem nas reformas de 1990 no Brasil.

Assim, podemos dizer que o inchamento do setor de serviços no Brasil, acompanha um movimento de desverticalização produtiva, bem como o surgimento de empresas de diversas naturezas, vinculadas a modalidades contratuais distintas. Ou seja, o setor terciário é aquele que sofre mais modificações e reconfigurações após as reformas de 1990,



sendo que o crescimento deste se dá concomitante a expansão dos contratos terceirizados, part-time e de duração determinada. Salientamos a partir disso, que não apenas a informalidade trabalhista, mas a concentração do emprego no setor de serviços, compõem a base da diversificação contratual que destacaremos em breve.

No processo de inchamento do setor terciário há uma série de aspectos que estão atrelados aos novos postos de emprego, por isso, resolvemos trata-los um a um, por mais que estejam relacionados. Já destacamos aqui dois traços principais do mercado de trabalho no Brasil pós 1990: o aumento da informalidade e a concentração do setor de serviços, e agora destacaremos um último aspecto, antes de entrar na síntese de mudanças legislativas, encerrando esta subseção. Este elemento corresponde à baixa qualificação dos postos de trabalho em relação a um aumento na rotatividade para este tipo de emprego. Como destaca Cacciamali (1999, p.2 e 3):

Essa reconfiguração de parte da estrutura produtiva vem, por um lado, ratificar operações nos mercados de bens e de trabalho realizadas à margem parcial ou total das regulamentações do Estado e, por outro, acaba gerando um número expressivo de ocupações de baixa qualidade quando comparadas com os empregos oferecidos pelas firmas maiores. O diferencial de qualidade expressa-se não apenas com relação aos níveis de renda propiciados por aquelas ocupações, como também pela sua elevada rotatividade de mão-de-obra, jornada de trabalho maior, baixa perspectiva profissional.

Desta maneira, estabelecemos a relação entre a baixa qualificação exigida para os postos de trabalho e a taxa de rotatividade dos mesmos, sendo que esta última varia de acordo com o nível de qualificação do trabalhador, como mostra o Quadro 4. Salienta-se que a recuperação do nível de atividade econômica no Brasil, após 1990, não se deu com geração de empregos no setor mais dinâmico e forte, mas com a criação e recriação de empregos de caráter heterogêneo, referentes a atividades de baixa produtividade e com menores níveis de remuneração (CACCIAMALI, 1999). Este quadro está em consonância com a existência de um denso exército industrial de reserva, que intensifica a rotatividade do trabalho e nivela por baixo as condições de trabalho e remuneração, contribuindo para a consolidação de contratos instáveis (FOSTER, MCCHESENEY, JONNA, 2011). De acordo com a PED, a

relação entre a qualificação do trabalhador e a rotatividade do emprego se explicita nos últimos anos, conforme aponta o quadro:

**Quadro 5 – Taxa de rotatividade no mercado de trabalho (CLT), segundo nível de escolaridade (em %)**

<b>Qualificação</b>	<b>2009</b>	<b>2014</b>
Sem escolaridade	58,50%	59,65%
Fundamental	45,60%	46,10%
Médio	42,75%	44,35%
Superior	20,60%	22,65%

Fonte: PED DIEESE. Elaboração própria.

A partir destes dados, percebemos duas tendências: a primeira se refere à relação dinamicamente inversa entre a qualificação e a rotatividade, e a segunda é que, entre 2010 e 2015, há um aumento na taxa de rotatividade para todas as distintas faixas de qualificação. Por ora, consideramos que a segunda tendência é a que mais importa para a reflexão que nos propusemos a fazer. Ela embasa a linha argumentativa de Antunes (2012), Cacciamali (1999) e Pedroso (2015), e reflete a desregulamentação e informalização do mercado, que flexibiliza as condições de contratação e dispensa. Este processo de facilitação da dispensa dos trabalhadores também se respalda nas reformas legislativas, como explicitamos no capítulo dois ao tratar das economias latino-americanas. Ou seja, com a expansão de formas desregulamentadas e pouco qualificadas de emprego, as instituições focalizam grande parte das reformas na flexibilização das condições de demissão, o que em conjunto, contribui para o aumento da rotatividade do emprego no Brasil.

Quando observamos este processo de desregulamentação, que se amplia por meio da expansão de formas contratuais instáveis e empregos de baixa qualificação, nota-se uma sobreposição desta dinâmica a um traço estrutural do mercado de trabalho no Brasil: a rotatividade. Isto é, há uma intensificação da rotatividade, que se dá de forma voluntária e involuntária, e se observa principalmente entre trabalhadores menos qualificados e jovens. No caso da rotatividade involuntária, o ajustamento produtivo das empresas às flutuações do mercado neoliberal, leva a um ciclo de contratações e dispensas, principalmente entre as pequenas empresas. Já a rotatividade voluntária se dá como consequência da baixa remuneração e falta de perspectivas que alguns

postos de trabalho oferecem, também em maior recorrência nas empresas de menor porte (CACCIAMALI, 1999).

Neste sentido, não se pretende afirmar que a rotatividade da mão-de-obra é um traço recente no Brasil, ou que se observa apenas nos últimos vinte anos, mas corresponde a uma característica estrutural do mercado de trabalho no Brasil. Assim, o que temos é uma intensificação deste aspecto, frente ao processo de expansão de empregos no setor terciário, sob novas e instáveis modalidades de contratação. Nesta mesma linha, Pedroso (2015, p.174), destaca a flexibilização como um processo que se dinamiza à estrutura preexistente:

A flexibilização veio acentuar as características estruturais do mercado de trabalho brasileiro como o seu caráter de exclusão, exploração e precariedade do trabalhador. (...) com relação a maior rotatividade das ocupações, o DIEESE registra que ao longo dos anos de 1990 eram demitidos no Brasil em torno de 8,5 milhões de trabalhadores por ano, o que representa cerca de 40% dos 23 milhões de assalariados com carteira assinada. Outro dado revela que 66% dos assalariados brasileiros estavam a menos de três anos na empresa.

Pedroso (Idem) ainda acrescenta que a readaptação tecnológica ao novo padrão produtivo, se dá por meio de políticas institucionais que contribuem para novos mecanismos de *superexploração* da mão de obra, sendo que a rotatividade figura como um instrumento intermediário a estes, servindo como condição de rebaixamento da qualificação do trabalhador e, conseqüentemente, da remuneração. Também é importante destacar que o aumento da rotatividade, enquanto um aspecto que rebaixa as condições do trabalhador, não se restringe apenas aos empregos informais, mas também interfere na manutenção de contratos formais e embasados na CLT, principalmente para pequenas empresas, como aponta Cacciamali (1999, p.17):

No setor formal, do total de registros de trabalho realizados em 1993, apenas 72% se mantém até o final do ano, esse percentual reduz-se para 51,5 e 60.9% para os estabelecimentos com até 4 empregados e até 19 empregados, respectivamente. Esse indicador, denominado de taxa de rotatividade do emprego formal, embora apresente um comportamento ligeiramente associado ao ciclo econômico, permanece em

patamar elevado ao longo do período 1986-1993. Dessa maneira, pode-se afirmar, que o uso flexível e arbitrário da força de trabalho no Brasil é uma prática usual, independente da legislação, sendo intensificada nos últimos anos, pelas novas características introduzidas na estrutura produtiva, na aplicação da legislação e no mercado laboral.

Desta forma, a autora interpreta a rotatividade a partir de três variáveis: uma de aspecto estrutural, que seria próprio do mercado laboral no Brasil; outra que surge com a reestruturação trabalhista e produtiva após a década de 1990; e, por fim, a variável normativa, que institucionaliza o processo de readaptação contratual. A partir disso, identificamos que a rotatividade constitui um aspecto estrutural do mercado de trabalho no Brasil, que se intensifica e se expande para outros setores com as reformas de 1990. Por fim, a readaptação da legislação trabalhista, impacta as tendências de rotatividade do emprego, no que tange a institucionalização de contratos de emprego com baixa qualificação, como poderemos analisar na próxima subseção.

Interpretamos que estes três aspectos estão interligados e, juntos caracterizam a rotatividade no mercado de trabalho brasileiro. Seguindo esta articulação entre as diferentes variáveis, prosseguiremos com uma síntese da CLT e das reformas na legislação laboral, estabelecendo um recorte em relação às variáveis já delimitadas, a fim de caracterizar as condições contratuais e institucionais do mercado de trabalho após 1990. Por fim, é necessário compreender como a alteração jurídica permeia a consolidação das formas contratuais, de salário e jornada, que analisaremos para o caso brasileiro na seção seguinte. Para tanto, já nos ocupamos brevemente da análise da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) no segundo capítulo, mostrando como a regulamentação jurídica se dinamiza ao período da industrialização no Brasil. Agora, buscaremos destacar como as reformas de 1990 constituíram as alterações mais substanciais no direito do trabalho desde o estabelecimento da CLT, o que reflete a alteração no padrão trabalhista que destacamos ao longo deste trabalho. Não pretendemos estabelecer uma ordem de causalidade temporal entre a alteração produtiva e a normativa, mas destacar como elas estão atreladas dialeticamente, dentro de uma lógica que responde às necessidades de acumulação do modo de produção capitalista no Brasil e no mundo.

Por fim, a análise das mudanças normativas se coloca nesta seção, em forma de síntese geral, para que seja possível analisar as variáveis

escolhidas (modalidades contratuais, jornada e salário), tendo como pressuposto que a reforma no âmbito das instituições jurídicas compõe um dos pilares da reestruturação trabalhista no Brasil. Como já destacado no segundo capítulo, o estabelecimento da CLT se dá somente na década de 1940, com especial atenção para o trabalhador urbano que, no período, representava menos da metade da população economicamente ativa. No seio desta consolidação, está a primazia pelos princípios corporativos do Estado e por sua capacidade de mediar os conflitos entre capital e trabalho, com ênfase para o caráter individual das negociações e direitos (CACCIAMALI, 1999). Podemos argumentar que, a partir disso, consolida-se uma estrutura normativa que contribui para o caráter heterogêneo da força de trabalho no Brasil, isto é, por mais que haja a centralização normativa no corpo da CLT, e esta preveja o direito de livre associação coletiva, abre-se uma brecha que permite a sobreposição da negociação individual sobre a coletiva, o que descentraliza as decisões no cumprimento dos direitos e deveres.

Nesta mesma linha, ocorre – depois de quarenta anos – o reforço da legislação vigente, com a Constituição de 1988, que não traz grandes mudanças na estrutura da CLT, mas afirma a importância da negociação entre empregados e contratantes. Ademais, identifica-se pouco avanço na definição clara de mecanismos institucionais de fiscalização e ação prática em caso de descumprimento da legislação<sup>50</sup>. Pedroso (2015, p.147) também salienta que:

A constituição de 1988, ao destacar uma significativa ênfase nas negociações coletivas, sem que as regras fossem colocadas com a devida clareza, abriu espaços para que os direitos trabalhistas passassem a ser definidos pela lógica

---

<sup>50</sup> É importante destacar que, no período em que se estabelece a Constituição de 1988, os sindicatos trabalhistas constituem uma variável chave no cumprimento dos direitos, mediante a negociação coletiva. Nesta época, os sindicatos possuíam forte articulação, sobretudo no setor industrial, o que pressionou as instituições do Estado para fazer valer os acordos coletivos e os direitos previstos na CLT. O aspecto sindical constitui uma das bases do mercado de trabalho no Brasil, contudo, não podemos aprofundar nesta variável devido o recorte proposto neste trabalho. Para uma análise mais aprofundada sobre esta temática, ver: JÚNIOR, Armando Boito. **O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Editora Hucitec, 1991; JÚNIOR, Armando Boito. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Xamã, 1999.

de correlação de forças entre patrões e empregados.

Assim, a existência de brechas na legislação de 1988, somada a primazia dada pelas negociações descentralizadas, dificulta a observância da lei, bem como desregulamenta os tramites para cumprimento dos direitos trabalhistas. A partir desta estrutura prévia, temos, em 1990, uma desregulamentação da negociação coletiva, que tende a se fragmentar por empresa – principalmente no caso das pequenas e médias empresas. A fragmentação dos direitos coletivos se observa, sobretudo, nos setores que concentram mão-de-obra pouco qualificada, e nas pequenas empresas, o que contribui para o aumento da rotatividade, como apontamos acima (CACCIAMALI, 1999). Com a desregulamentação das negociações e descentralização das decisões das empresas, destaca-se que:

A contratação ilegal de mão-de-obra passa a ser uma prática mais frequente em todos os setores da economia e muitos acordos pactuados diretamente entre a direção e os trabalhadores das grandes corporações encontram-se à margem da legislação trabalhista, pois foram pactuados sem a presença dos sindicatos dos respectivos setores, conforme previsto por lei. Engendra-se, portanto, um processo de privatização de regras, que antes eram públicas, sociais, no uso da força de trabalho, com a conivência do governo na burla da legislação trabalhista vigente e ao largo de mecanismos políticos que convencionassem outras regras (CACCIAMALI, 1999, p.17 e 18).

Neste sentido, as reformas na legislação trabalhista trazem uma tendência geral de retirar da tutela do Estado, a capacidade última de decisão acerca do cumprimento dos direitos previstos na CLT. Este fator pode comprometer a eficácia de aplicação dos direitos, bem como a padronização das decisões judiciais em matéria de direito laboral. Para além da estrutura geral, que rege os direitos trabalhistas no Brasil, destacaremos objetivamente as principais alterações na legislação após 1990.

Por fim, apontamos que, na década de 1990, foram realizadas consideráveis alterações nas normas trabalhistas, por meio de mecanismos judiciais distintos, sejam emendas constitucionais, leis, medidas provisórias, decretos e portarias. Esta readequação, ao invés de

instituir mecanismos de proteção ao trabalhador, frente às instáveis formas contratuais do novo padrão de emprego, flexibilizam os direitos do trabalhador e prejudicam a fiscalização de seu cumprimento. Isto é, a fiscalização se torna mais difícil porque há a primazia pela negociação entre patrões e empregados, em detrimento do trâmite no Judiciário (MORAES, 2014).

Em síntese, Moraes (2014) identifica que as alterações normativas se deram substancialmente em cinco âmbitos: um primeiro que corresponde à flexibilização da jornada de trabalho diária, com a manutenção do teto semanal; um segundo eixo, que diz respeito a profundas mudanças nas leis previdenciárias, e por corresponder a uma das reformas mais significativas e complexas, deveria ser um objeto de análise por si só; o de alteração nos trâmites e meios processuais da justiça do trabalho, com o estabelecimento de comissões de conciliação prévia, por meio da lei 9958/2000 que delibera as comissões, poderes para conciliar e quitar os direitos devidos ao trabalhador, além de condicionar o acesso da justiça mediante o fornecimento de certidão de negociação frustrada; o âmbito contratual, que passa a prever novos meios de contratação como uma forma de contornar e burlar os direitos previstos na CLT, e estes constituem o centro de nossa análise na próxima subseção; e, por fim, o âmbito salarial, no qual fica vedada a correção automática do salário, e se modifica os benefícios compreendidos como salário, o que altera a base de cálculo salarial que sustenta outros benefícios trabalhistas (PEDROSO, 2015).

Em síntese todas estas mudanças se deram em detrimento dos direitos trabalhistas, e representam demandas correspondentes aos empresários. As principais medidas substanciais que se deram em favor dos interesses dos trabalhadores, foram: a regulamentação da licença-maternidade (já prevista na Constituição de 1988, mas que se reforça por meio da lei n10.421/2002, e o impedimento de que os trabalhadores tenham descontados em seu salário os materiais necessários à realização do trabalho, por meio da lei n10.243/2001 (MORAES, 2014). Com essa breve caracterização das condições gerais do mercado de trabalho no Brasil, após 1990, sintetizamos, para fins de análise teórica posterior, os aspectos que pretendemos destacar ao longo desta seção. Primeiramente, compreendemos que estes se relacionam e se dinamizam, desde sua formação, consolidação e reestruturação mediante as reformas de 1990. Ademais, temos que a readaptação brasileira ao novo padrão de trabalho, se sobrepõe as características estruturais do mercado de trabalho anteriormente consolidadas, o que, para os aspectos que destacamos, se traduz em uma intensificação destas condições

estruturantes, as quais: a alta informalidade e rotatividade, a baixa qualificação para os setores mais concentrados e, por fim, uma legislação trabalhista descentralizada, que não consegue abranger a heterogeneidade do mercado de trabalho no Brasil. Nesta medida, temos uma institucionalização incipiente e inadequada, em relação ao mercado de trabalho no Brasil.

Ademais, estas condições que se consolidam anteriormente a 1990 correspondem ao que Marini (1973) categoriza enquanto um mercado de trabalho no qual o trabalhador tem o valor da sua força de trabalho violada. Estes traços não se reduzem a momentos conjunturais, nos quais o capital visa aumentar a exploração da força de trabalho, como forma de amenizar a tendência de queda da taxa de lucro, mas fazem parte da consolidação do trabalho assalariado no Brasil, constituindo-se em parte estruturada e estruturante de sua condição de dependência.

Tendo caracterizado os principais eixos, nos quais se deram as reformas da legislação trabalhista, nos ocuparemos da análise das variáveis escolhidas para caracterizar o processo de reestruturação trabalhista no Brasil. Como já enfatizamos, daremos destaque à institucionalização de novas formas contratuais como uma adaptação direta ao novo padrão de emprego global. Além disso, analisaremos as reformas jurídicas em matéria de salários, e jornada, entendendo como estas variáveis impactam diretamente as condições de exploração do trabalhador, buscando, posteriormente, articular estas mudanças à categoria da *superexploração da força de trabalho*.

#### **4.2.1 Flexibilização externa das condições de trabalho: novas modalidades de contratação**

Como discorreremos nas seções anteriores, o processo de reestruturação trabalhista no Brasil é permeado por inúmeros aspectos. Com isso, pretendemos destacar objetivamente três variáveis, também escolhidas para o recorte mundial e latino-americano: as três modalidades contratuais de maior crescimento após 1990, salário, e jornada. Salientamos que a escolha destas variáveis foi feita com base nos principais indicadores acerca da exploração da força de trabalho, sendo que os contratos negociam os termos de compra e venda do trabalho, e o salário e jornada determinam o nível de exploração da força de trabalho. Neste sentido, atribuímos a intensidade com que estas variáveis se apresentam no Brasil à maneira que se forma o mercado de trabalho em um padrão capitalista dependente: este é marcado por uma composição heterogênea, de traços arcaicos e modernos, com uma regulamentação institucional ineficiente e inadequada. Esta combinação persistente entre



o arcaico e o moderno, que não se aplica ao mercado de trabalho das economias centrais, embasa a combinação de formas relativas e absolutas de produção de mais-valia, e isso constitui um dos traços fundamentais da *superexploração da força de trabalho* (MARINI, 1973; FERNANDES, 1976).

Nesta dinâmica, entendemos que as instituições contribuem para a manutenção de alguns aspectos arcaicos, ao adotar, de maneira descontextualizada, políticas “modernizantes”, no sentido de flexibilizar as normativas e contratos trabalhistas. É por nos embasar no processo de disciplinamento institucional no neoliberalismo que nos focamos na reestruturação institucional do mercado de trabalho, analisando também seus efeitos concretos para as condições de exploração do trabalhador (GILL, 2003). Para o caso brasileiro, poderemos verificar com mais precisão as mudanças institucionais que permitem novos mecanismos de exploração do trabalhador, estes que articulamos teoricamente como *superexploração da força de trabalho*.

Sendo assim, compreendemos que a reforma trabalhista de 1990 engloba muitos aspectos, mas destacaremos objetivamente, a partir das variáveis já estabelecidas, a readaptação institucional e normativa trazendo indicadores para verificar os processos concretos que se dinamizam a estas mudanças. A partir disso, para cada variável escolhida, traremos uma análise das normas da CLT que concernem a cada uma, articulando isso aos indicadores socioeconômicos, tendo como recorte temporal o período pós 1990. Para o caso da legislação, pretendemos destacar o que foi mudado com as reformas, e para isso levantaremos brevemente o que embasa legalmente cada uma das variáveis, tendo no recorte temporal um marco de reformas em todos estes âmbitos.

Em síntese, os principais aspectos da reforma trabalhista no Brasil foram: a regulamentação de novas formas contratuais – com destaque para a terceirização de contratos – que interpretaremos como flexibilização externa; e a flexibilização interna, que diz respeito a mudança normativa quanto a horas extras e jornada diária. Temos também a criação de ressalvas normativas e extensões da lei laboral em relação às pequenas e médias empresas, contudo, não nos aprofundaremos neste aspecto. Assim, insistimos novamente que há um processo de flexibilização generalizado do mercado de trabalho brasileiro, de caráter interno e externo. Quando identificamos a dinâmica de flexibilização interna, temos a mudança nos termos de uma relação de trabalho preexistente, que altera salários, jornada e condições trabalhistas internas ao contrato. Para a flexibilização externa, temos a modificação normativa das condições de entrada e saída do mercado de

trabalho, ou seja, de termos contratuais para admissão e demissão (RUIZ, 2015; NETO, 1997).

Inicialmente trataremos da flexibilização externa em relação à entrada no mercado de trabalho, destacando três formatos contratuais: o contrato temporário, *part-time*, e a terceirização. Este tipo de flexibilização se dá por meio da readaptação institucional e normativa, como destacam:

A flexibilidade na entrada do mercado de trabalho manifesta-se pelas medidas legislativas que incentivam o trabalho *part-time*, pelos ingressos diferenciados ao trabalho para os jovens, pela multiplicação de possibilidades de emprego precário e temporário, pela redução de tutela do direito do trabalho das categorias sociais subprotegidas e pela deliberação das lógicas privatistas na oferta e na demanda de trabalho (NETO, 1997, p. 37 apud ROMAGNOLI, 1992, p18).

A partir disso, salientamos que a flexibilização das condições de admissão está diretamente atrelada à diminuição dos custos de manutenção e dispensa do empregado, e este aspecto caracteriza, em geral, os postos de trabalho criados e embasados nas novas normativas contratuais. É no âmbito da negociação contratual que o contingente de mão-de-obra desempregada – exército industrial de reserva – é submetido a contratos instáveis que envolvem baixa qualificação e alta rotatividade, condições que apenas contribuem para a manutenção e expansão do exército industrial (FOSTER, MCCHESENEY, JONNA, 2011).

Observa-se com isso, uma geração de empregos de baixo custo como já apontamos durante o processo de transição entre um alto desemprego (1980) e a criação de novos empregos de baixa qualificação e de condição precária (RUIZ, 2015). Assim, adentraremos nas modalidades contratuais já definidas, compreendendo-as dentro de um processo de flexibilização externa.

\*\*\*

O Contrato de Duração Determinada (CDD), tratado pela legislação brasileira como Contrato a Prazo Determinado, é uma modalidade que se tornou mais recorrente no Brasil após a década de 1980, se expandindo ainda mais após 1990. A maior incidência do CDD constitui uma tendência global, como já argumentamos nos capítulos anteriores, e este processo se observa praticamente em toda a América Latina, dinamizando-se às reformas trabalhistas de 1990. Compreendemos que,

a partir das reformas trabalhistas no Brasil, há uma recorrência ainda maior desta modalidade contratual, contudo, o contrato temporário já era regulamentado pela Lei 6.019 da CLT, desde 1974 (RUIZ, 2015; OIT, 2005). Entre os princípios que regiam este tipo de contrato de trabalho, na época ainda tratado legalmente como emprego temporário, estavam celebrados na legislação de 1974:

Lei 6019, de 3 de janeiro de 1974

Art.2 – Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços.

Art.4 – Compreende-se como empresa de trabalho temporário a pessoa física ou jurídica urbana, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores, devidamente qualificados, por elas remunerados e assistidos.

Art. 10 – O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, não poderá exceder de três meses, salvo autorização conferida pelo órgão local do Ministério do Trabalho e Previdência Social, segundo instruções a serem baixadas pelo Departamento Nacional de Mão-de-Obra. (BRASIL. Consolidação das Leis Trabalhistas, 1974).

Neste mesmo ano, houve uma reforma institucional no Brasil que modificou a competência do órgão regulador desta legislação e extinguiu o Departamento Nacional de mão-de-obra, separando também o Ministério do Trabalho do Ministério da Previdência social, havendo uma reorganização interna do primeiro com a criação de novas secretarias. Destacamos que a legislação vigente em 1974 determinava uma restrição máxima de três meses nos contratos temporários, bem como uma limitação desta modalidade a trabalhos de natureza transitória. Esta é a configuração que marca a consolidação legal do contrato de trabalho temporário, que no período se restringia a uma natureza limitada de atividades, geralmente relacionada à prestação de serviços em cenários de transição ou aceleração produtiva. Sob a nomenclatura institucional de trabalho temporário, a legislação anterior apresentava uma maior especificidade, restringindo o tipo de atividade que poderia se dar por meio do contrato temporário. A própria

categorização de temporário fazia relação à natureza passageira do serviço prestado e esta persiste mesmo após a aprovação da lei 8745 de 1993, que trazia modificações na legislação vigente (BRASIL, Casa Civil, 1974; BRASIL, Casa Civil, 1993).

Com a aprovação da lei 8745, de 1993, temos a alteração do prazo máximo de duração do contrato temporário, que segundo o artigo quarto, pode ser de seis, doze, ou até vinte e quatro meses, sendo esta duração dependente da natureza da atividade. Fora esta alteração de prazos, a normativa traz apenas alterações de natureza técnica.

É somente no ano de 1998 que o contrato com duração determinada (CDD), passa a ser embasado em uma legislação própria, sendo que esta modalidade era prevista na CLT desde 1967, com o decreto-lei 229 que traz especificações de caráter ainda amplo, como explicitamos abaixo<sup>51</sup>:

Art. 443 - O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.

§ 1º - Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.

§ 2º - O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando:

- a) de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo;
- b) de atividades empresariais de caráter transitório;
- c) de contrato de experiência.

Art 471, § 2º - Nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento, se assim acordarem as partes interessadas, não será

<sup>51</sup>

Os parágrafos 1 e 2 do artigo 471 passam a fazer parte da CLT no ano de 1967 por meio do decreto-lei 229.

computado na contagem do prazo para a respectiva terminação.

Art. 502 - Ocorrendo motivo de força maior que determine a extinção da empresa, ou de um dos estabelecimentos em que trabalhe o empregado, é assegurada a este, quando despedido, uma indenização na forma seguinte:

III - havendo contrato por prazo determinado, aquela a que se refere o art. 479 desta Lei, reduzida igualmente à metade (BRASIL, Casa Civil, 1967).

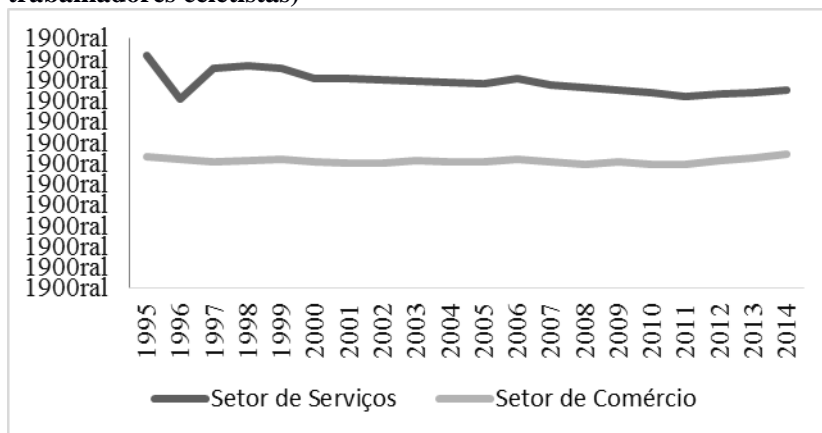
Estes são os únicos termos da CLT que tratam do contrato de duração determinada e trazem especificações quanto aos prazos ou até mesmo quanto ao tipo de atividade que pode ser enquadrada nesta modalidade. Também se nota que em caso de quebra de contrato por parte da empresa, a indenização devida ao trabalhador representa a metade do que receberia um trabalhador de contrato indeterminado. A partir desta legislação, podemos interpretar que o desligamento do trabalhador temporário envolve um menor custo ao empregador em caso de quebra de contrato, o que faz dessa uma modalidade atrativa principalmente para empresas de menor capital. Neste sentido, afirmamos que o contrato temporário envolve menores garantias ao trabalhador em caso de dispensa, o que nos permite dizer que o trabalhador temporário, já na legislação de 1967, goza de condições menos estáveis do que o trabalhador permanente. Sendo assim, observamos que a recorrência do CDD antecede as reformas de 1990, sendo que a alteração de 1993 visa apenas estender o prazo de duração do contrato. Com isso, afirmamos que a reforma institucional visa apenas legitimar processos que já se encontram em curso, e esta dinâmica traz uma nova configuração em relação a esta modalidade contratual. A partir de então, pretendemos destacar, por meio dos indicadores, o aumento da recorrência do CDD após 1990, enfatizando a flexibilização jurídica desta modalidade.

Com a maior recorrência deste tipo de contrato - tendência global apontada pela OIT (Ruiz, 2015) - argumentamos que há uma adaptação institucional para especificação dos termos que regem o CDD. A expansão do CDD e dos contratos temporários no Brasil acompanha a tendência latino-americana ainda nos anos 1980, e se deu sob a justificativa de favorecer a criação de empregos para grupos desfavorecidos (de menor qualificação) no mercado de trabalho. Assim, o forte desemprego da década de 1980 dinamiza-se a um processo de criação de novos empregos, e neste íterim temos a generalização do

CDD e dos contratos temporários, de forma que esse tipo de contrato passa a absorver a mão-de-obra desempregada e em sua maioria desqualificada (RUIZ, 2015).

Nos últimos vinte e cinco anos, os contratos de pequena duração se tornaram mais recorrentes no Brasil, com destaque para os setores rural e do comércio, tendo em vista a sazonalidade produtiva que marca estes setores de atividade. Além disso, entre 1995 e 2014, o tempo médio de emprego para o setor de serviços é maior do que para o setor de comércio, mas também apresenta uma maior oscilação, indo de 56,1 para 47,6 ao fim do período (em meses). Abaixo podemos visualizar o tempo médio de trabalho para estes setores, sendo os empregos correspondentes ao setor terciário os mais recorrentes no Brasil:

**Gráfico 8 – Tempo médio do emprego por setor (em meses/ trabalhadores celetistas)**



Fonte: PED DIEESE. Elaboração própria.

Para o setor de serviços, temos empregos com uma duração média de quatro a cinco anos, o que, em comparação ao setor de comércio, é um período razoável que não necessariamente reflete a incidência de contratos temporários<sup>52</sup>. Assim, no setor de comércio, os empregos possuem uma duração média de dois a três anos, o que pode tanto caracterizar uma alta rotatividade, quanto uma maior incidência de

<sup>52</sup>

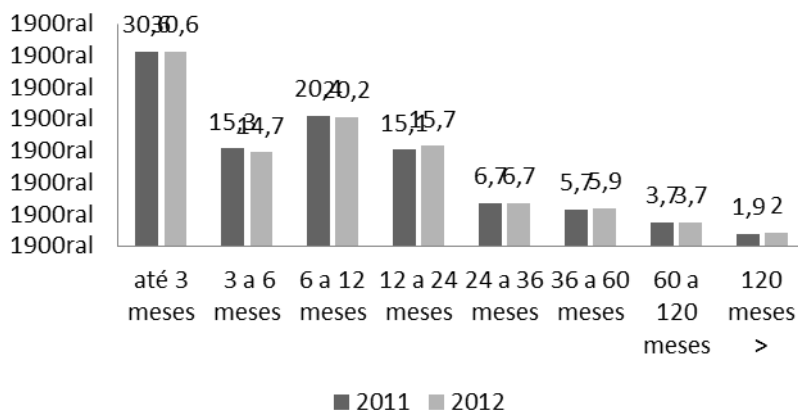
No portal do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), que registra os empregos formais na CLT, não existem registros específicos sobre contratos a prazo determinado ou temporários. A aba que corresponde ao emprego temporário está fora do ar no portal de dados do Ministério do Trabalho (MTE).

contratos temporários e a prazo determinado. Entendemos esta menor duração porque o setor de comércio está mais sujeito a desacelerações produtivas e sazonalidades mesmo para os empregos formais, o que justifica o estabelecimento de contratos temporários nas normativas trabalhistas da CLT. Assim, a curta duração e alta rotatividade, antes quase restrita aos trabalhos informais ou de natureza temporária, passa a ser recorrente nos contratos formais via CDD, sendo que, a partir de 1998, estes podem ser celebrados para atividades de qualquer natureza (PEDROSO, 2015).

Isto é, a readaptação normativa e institucional expande o tipo de atividades que podem se sustentar em contratos de prazo determinado, contribuindo para a formalização de práticas antes relegadas aos empregos informais. Tais práticas se formalizam enquanto lei, impactando a jornada e o salário e, neste sentido, relacionam-se as condições gerais de exploração do trabalhador. Argumentamos mais uma vez que a flexibilização externa – concernente as formas de contratação e dispensa – está atrelada aos aspectos internos de qualquer contrato de trabalho, e por isso dinamiza-se a flexibilização interna do trabalho, que trataremos posteriormente por meio das variáveis salário e jornada.

Neste processo de formalização do trabalho a tempo determinado, observamos concretamente a média de duração dos empregos formais. Assim, para visualizarmos melhor a temporalidade do emprego brasileiro em termos gerais, incluímos os indicadores agregados para todos os setores da CLT:

**Gráfico 9 – Percentual de trabalhadores formais de acordo com o tempo de trabalho (2011 e 2012)**



Fonte: PED DIEESE. Elaboração própria.

A partir destes dados, observamos que o mercado de trabalho brasileiro é marcado por contratos formais de curta duração e, segundo o DIEESE, esta é uma característica persistente que possui uma dinâmica pouco mutável, recorrente nos últimos vinte anos. Assim, o tempo médio do emprego formal se concentra majoritariamente entre 3 e 24 meses, considerando os diferentes setores de atividade, o que demonstra uma forte rotatividade de emprego mesmo no setor formal, e esta soma-se a curta duração dos contratos. Concentramos nossa análise no setor formal, porque os indicadores referentes ao emprego informal são descentralizados e destoantes para as diferentes bases de dados no Brasil. Ademais, argumentamos que há uma flexibilização trabalhista que não se circunscreve às atividades marginais do emprego, mas que ocorre nos marcos formais, por meio do disciplinamento e da reforma institucional de 1990. Apesar deste enfoque, trazemos dados mais dispersos e relação ao trabalho temporário nos setores informal e formal, sendo que esta precisão se observa nos dados oficiais apenas para o trabalho rural, considerando a maior facilidade de mapear este tipo de atividade no setor agrário. Assim, já trabalhando com os indicadores que se referem especificamente aos contratos temporários, temos para o trabalhador rural, a seguinte proporção:

**Quadro 6 – Recorrência dos tipos de contrato para trabalhadores rurais com e sem carteira assinada (percentual/ 2014)**



<b>Tipo de vínculo</b>	<b>Permanente</b>	<b>Temporário</b>
Com carteira	90,5%	47,2%
Sem carteira	9,5%	52,8%
Média	68,1%	31,9%

Fonte: DIEESE, Estudos e Pesquisas, 2014. Elaboração Própria.

Em relação ao total de contratos, nas atividades rurais ainda predomina o vínculo permanente, mesmo que o contrato temporário atinja uma proporção de 31,9%. A relação que pretendemos destacar no quadro 6, é grande ocorrência de contratos temporários desvinculados da CLT, o que reflete a presença desta modalidade também no setor informal, à margem das normas institucionais que se estabelecem em 1998. Isto é, para o trabalhador rural, o trabalho temporário se consolida de maneira informal, sendo que a legislação de 1998 passa a englobar este tipo de contrato, flexibilizando as atividades e especificando ressalvas do CDD em relação à CLT. Este processo, se explica pela sazonalidade da produção rural:

Um aspecto singular do mercado de trabalho assalariado no meio rural é dado pela sazonalidade da produção. O fato de as culturas terem seus períodos de plantio, tratos e colheita diferenciados faz com que grande parte dos trabalhadores sejam contratados para etapas diferentes desse processo, o que torna as contratações temporárias ou de curta duração algo comum ao mercado de trabalho rural. (...) (DIEESE, 2014, p.23).

No caso do emprego rural, a sazonalidade produtiva justifica a flexibilização desta modalidade de contrato, assim como para o setor comercial, que juntos são os setores com maior recorrência de contratos temporários. Desta maneira, o CDD, como forma de flexibilização externa do emprego, se observa no espaço urbano e rural, considerando a articulação interna entre estes dois setores, relação que constitui um traço do mercado de trabalho no Brasil, como já destacamos anteriormente (DIEESE, 2014; FERNANDES, 1976, 2008).

Neste sentido, argumentamos que o estabelecimento de uma legislação específica para o trabalho temporário e a prazo determinado, vem no

sentido de regulamentar os contratos existentes no setor informal – e isto não se restringe ao emprego urbano. Além disso, a regulamentação do CDD dinamiza a celebração de novos contratos, para além dos que ocupavam a informalidade, o que contribui para a persistência do CDD no mercado de trabalho, regulamentando esta tendência no mercado de trabalho brasileiro. Ademais, o CDD, que consideramos ser um tipo de contratação instável, constitui uma forma de flexibilização externa, não apenas no setor informal, mas também no formal, como argumentamos acima. Para o caso dos empregos formais em setores agregados, há uma escassez de dados nas bases de pesquisa do Ministério do Trabalho (CAGED, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD).

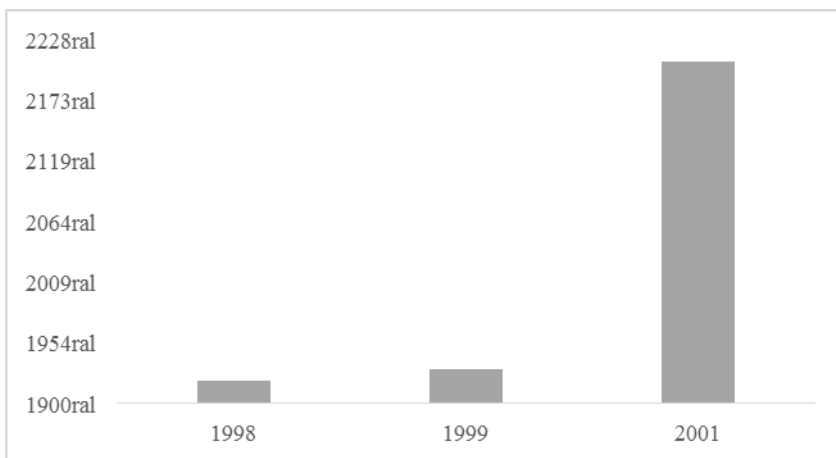
Contudo, alguns dados de relatórios anuais podem ser encontrados no RAIS<sup>53</sup>, e estes indicam que o CDD tem crescido, fato que compreendemos a partir de uma flexibilização contratual que ultrapassa a esfera informal, com a seguinte configuração para o emprego formal (CLT):

### **Gráfico 10 – Trabalhadores celetistas com contrato de trabalho a prazo determinado**

---

<sup>53</sup>

Os relatórios anuais trabalham com variáveis que não são fixas para todos os anos, segundo uma metodologia própria. Neste sentido, a relação de trabalhadores contratados via CDD, está disponível para alguns anos, e destacamos aqui os dados referentes aos anos após 1990, que é nosso recorte temporal.



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaboração própria.

Como podemos verificar, há um grande salto nos empregos a prazo determinado em um período de apenas dois anos. Atribuímos este aumento ao processo de consolidação institucional do CDD por meio da legislação de 1998, que formaliza os contratos anteriormente existentes, sendo que a partir de então, estes passam a ser registrados nas estatísticas oficiais. Isto é, interpretamos o salto entre 1999 e 2001, não como um processo de criação de novos empregos via CDD, mas de regulamentação dos empregos já existentes. Neste sentido, a disparidade<sup>54</sup> e escassez de dados em relação ao CDD se explica por sua recente institucionalização, na qual há um esforço de registro oficial destes contratos.

Assim, o processo de expansão do CDD no Brasil, se dá sem qualquer alteração na legislação vigente até 1998, sendo a reforma institucional uma resposta a flexibilização concreta das atividades, que eram irregularmente celebradas por contratos a prazo determinado. Isto é, a expansão do CDD não depende da flexibilização normativa, mas a consolidação desta última envolve a legitimação de contratos já existentes de forma irregular, passando a englobá-los formalmente com a nova legislação de 1998. Não pretendemos medir aqui o grau de impacto que a alteração normativa de 1998 causa na expansão do CDD, mas destacar a articulação entre a flexibilização real dos contratos de

<sup>54</sup>

Segundo dados da Confederação Internacional de Empresas de Trabalho Temporário (CIETT), no ano de 2010, havia no Brasil mais de 850 mil trabalhadores temporários formais (CIETT, 2010).

trabalho e as mudanças institucionais que consolidam esta flexibilização.

A partir disso, destacaremos as mudanças que a Lei 9601/1998 traz para os contratos de prazo determinado, a qual representa a primeira legislação específica para esta modalidade contratual. Com a aprovação desta lei, temos um processo de institucionalização de contratos que saem da informalidade e que não se enquadram nos requerimentos anteriores do CDD, passando a ser contemplados por essa nova regulamentação. Enfatizamos os principais pontos de mudança que a nova legislação traz, como a revogação do artigo 451 da CLT, que assegura: “O contrato de trabalho por prazo determinado que, tácita ou expressamente, for prorrogado mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de prazo”. Neste sentido, retira-se uma limitação à possibilidade de prorrogar o CDD, passando a ter livre renovação, ainda que dentro dos prazos máximos de prorrogação. Como já argumentamos, o CDD envolve menores custos ao empregador, e isso torna a prorrogação um mecanismo atrativo para a manutenção de contratos de baixo custo. Além de flexibilizar a prorrogação, a nova legislação traz novidades quanto a tipos de atividade e indenizações:

Art. 1º As convenções e os acordos coletivos de trabalho poderão instituir contrato de trabalho por prazo determinado, de que trata o art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, independentemente das condições estabelecidas em seu § 2º, **em qualquer atividade** desenvolvida pela empresa ou estabelecimento, para admissões que representem acréscimo no número de empregados.

§ 1º As partes estabelecerão, na convenção ou acordo coletivo referido neste artigo:

I - a indenização para as hipóteses de rescisão antecipada do contrato de que trata este artigo, por iniciativa do empregador ou do empregado, não se aplicando o disposto nos arts. 479 e 480 da CLT<sup>55</sup>;  
§ 2º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário

<sup>55</sup>

Estes princípios se referem a forma como se calcula a indenização em caso de rescisão contratual. A CLT previa que “o cálculo da parte variável ou incerta dos salários será feito de acordo com o prescrito para o cálculo da indenização referente à rescisão dos contratos por prazo indeterminado”, sendo que esta normativa de 1998 revoga o cálculo padrão da indenização, atribuindo-o a um acordo entre as partes do contrato. Desta forma, a rescisão do CDD envolve custos diferenciados do contrato permanente.

se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de cento e vinte dias, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o **limite máximo de dez horas diárias** (BRASIL, Casa Civil, 1998, grifo nosso).

A grande novidade trazida pela reforma na legislação, diz respeito ao tipo de atividades que podem ser celebradas pelo CDD, que antes eram restritas à natureza temporária ou conjuntural das atividades, e a partir de então, podendo constituir quaisquer atividades. Esta alteração se justifica pela suposta promoção de aumento no quadro de empregados da empresa, como uma forma de gerar empregos e dinamizar as atividades desta. Desta forma, a flexibilização das atividades embasadas no CDD faz com que esta modalidade consista em uma forma heterogênea de contratação, e esta é vista pela legislação como benéfica para o dinamismo econômico interno da empresa e para a geração de empregos. Esta política de geração de empregos via CDD, é incentivada institucionalmente, não apenas por meio da legislação, mas por meio de incentivos fiscais, como prevê o artigo 5º da mesma legislação:

As empresas que, a partir da data de publicação desta Lei, aumentarem seu quadro de pessoal em relação à média mensal do número de empregos no período de referência mencionado no artigo anterior terão preferência na obtenção de recursos no âmbito dos programas executados pelos estabelecimentos federais de crédito, especialmente junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (BRASIL, Casa Civil, 1998)

Ademais, a empresa que contrata nesta modalidade possui sua contribuição reduzida em 50% para o sistema S<sup>56</sup>, e em 2% para o

---

<sup>56</sup> O sistema S consiste no conjunto de organizações corporativas de treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica. Compõem o sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o que representa um incentivo fiscal às empresas que contratam via CDD. Nesta medida, a expansão do CDD, articulada à readaptação normativa-institucional, nos dá elementos para afirmar que estes seguem uma dinâmica mútua, sendo que a primeira incentiva a segunda, e a segunda contribui para a consolidação da primeira. Em outras palavras, a readaptação institucional incentiva as empresas a contratar empregados via CDD, por meio da primazia na obtenção de benefícios públicos e desonerações fiscais (BRASIL, Casa Civil, 1998).

Prosseguindo com as mudanças trazidas pela legislação, temos um reforço das negociações individuais e coletivas sobre a legislação, sendo que os termos referentes à celebração e rescisão do contrato ficam submetidos aos acordos em cada empresa. A nosso ver, isso torna os processos de admissão e demissão ainda mais flexíveis, distinguindo-se da rigidez contratual dos empregos permanentes, inclusive porque o CDD, dá direito a indenizações que correspondem à metade da praticada nos contratos permanentes. Assim, a legislação de 1998 prossegue enfatizando a negociação entre as partes como um processo legítimo e tangente à lei, de forma padronizada para diferentes tipos de setores.

Analisando o parágrafo segundo do (Art. 1, Lei 9601/1998), temos uma importante diferença em relação à modalidade formal de contratação, que diz respeito à jornada de trabalho e remuneração de horas extras. A normativa tem um caráter fortemente flexibilizante: permite que a jornada diária seja de dez horas, podendo as horas extras serem compensadas em um prazo de até 120 dias, sem que haja qualquer pagamento adicional pelas horas trabalhadas a mais. Isto é, a norma pratica o aumento da jornada diária – que para os contratos na CLT, possui um limite de oito horas – sem aplicar os princípios de remuneração referentes a horas extras, flexibilizando a jornada de trabalho sem oferecer nenhuma compensação ao trabalhador. Voltaremos a tratar esta questão mais a frente, quando trabalharmos a variável da jornada e horas extras.

Em síntese, a legislação de 1998 estabelece um prazo de duração máximo de dois anos para o CDD, podendo este ser prorrogado por até três anos. Durante a vigência do contrato, existem algumas restrições que a lei busca estabelecer, como limitar desde 20% até 50% do total de empregados contratados por CDD, de acordo com o número de funcionários da empresa. Em caso de quebra do contrato antes do período previsto, o trabalhador não possui direito a multa de 40% sobre

o saldo do FGTS, nem a aviso prévio. Assim, se há rescisão contratual, o empregador pagará ao trabalhador, metade da remuneração que o empregado teria direito até o final do contrato (RUIZ, 2015; BRASIL, Casa Civil, 1998).

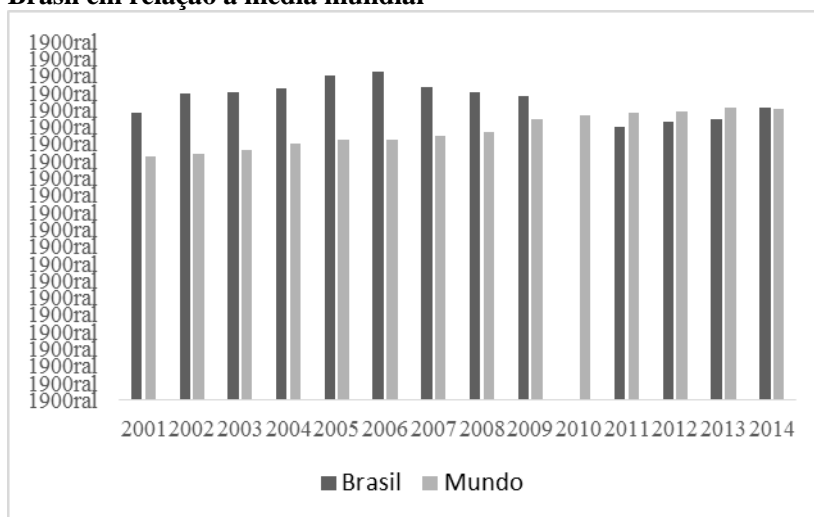
Neste sentido, compreendemos que o CDD representa uma modalidade de emprego que coloca o trabalhador em condição de instabilidade em caso de quebra do contrato, porque dá menos garantias e indenizações no processo de demissão. Como já argumentamos, isso torna o CDD uma modalidade flexível, tanto em caso de contratação – porque institui facilidades normativas e incentivos institucionais à contratante – quanto de demissão – porque reduz indenizações e garantias ao trabalhador.

\*\*\*

Prosseguiremos com as modalidades contratuais que ganham readaptações institucionais após 1990, as quais compreendemos enquanto formas de flexibilização externa no mercado de trabalho. Temos a modalidade de contrato a tempo parcial (part-time), que aparece regulamentada na CLT somente no ano de 2001, sinalizando que, diferentemente do CDD, o contrato a tempo parcial é uma tendência mais recente no mercado de trabalho brasileiro. Apesar disso, interpretamos que esta regulamentação não inaugura uma nova modalidade de contrato, mas também visa enquadrar práticas contratuais que já existiam no âmbito do emprego informal, formalizando-as, assim como no caso do CDD. Este argumento é consonante ao fato de que as mudanças nos empregos antecedem as mudanças institucionais, porque estes se atrelam as mudanças no padrão de acumulação neoliberal, como já destacamos no segundo capítulo. Assim, o disciplinamento neoliberal, que concerne a este padrão, se dá por meio da reorganização institucional, no sentido de flexibilizar aspectos contratuais perante a legislação. A partir deste processo de flexibilização geral, identificamos aspectos externos e internos, sendo os primeiros referentes aos contratos, os quais estamos tratando agora (GILL, 2003; NETO, 1997). Desta forma, identificamos o emprego a tempo parcial como uma modalidade que recentemente ganha especificação na CLT, enquadrando-se na legislação que rege o trabalho formal. O trabalho a tempo parcial consiste numa forma de contrato que possui uma jornada de trabalho reduzida, sendo o emprego restrito a turnos da jornada. Sua formalização recente faz com que os registros dessa forma de emprego estejam disponíveis apenas a partir de 2001, com um número de contratos já relevante, o que pode indicar a preexistência do trabalho a tempo parcial em relação a institucionalização deste contrato. Abaixo

podemos visualizar a taxa de recorrência do contrato part-time no Brasil em relação ao mundo, calculada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE):

**Gráfico 11 – Evolução do percentual de empregos part-time no Brasil em relação à média mundial\***



Fonte: OCDE database. Elaboração própria.

\*Os dados para o Brasil, para os anos de 1990 até 2000, e para o ano de 2010, não estão disponíveis na base de dados da OCDE, porque a pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD) não foi realizada neste ano. Para a média mundial, foram utilizados dados de todos os países-membro da OCDE.

Como aponta o gráfico, no ano de 2001 – quando o contrato a tempo parcial é incorporado na legislação brasileira – o Brasil apresenta uma recorrência de 16,8% desta modalidade, número que ultrapassa em 2,6% a média praticada no mundo. Destaca-se que, entre 2001 e 2014, o Brasil apresentou média inferior a mundial apenas em três anos<sup>57</sup>, o que indica uma manutenção do nível deste tipo de emprego em uma proporção razoável em relação ao mundo. Neste sentido, o part-time aparece como uma forma contratual persistente nos últimos quinze anos, e a readaptação institucional media este processo, legitimando-o

<sup>57</sup>

Salientamos que estamos excluindo o ano de 2010 desta análise, por não haver possibilidades de comparar, devido à inexistência desta variável para o Brasil, ano em questão.



formalmente.

Outra readaptação institucional que ocorre no mesmo ano da inclusão do contrato parcial na CLT, é a adoção de um novo indicador na metodologia de pesquisa mensal de emprego do IBGE, que se consolida com recomendações da OIT. Este indicador é a taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, e compreende os trabalhadores que gostariam de trabalhar mais horas em sua jornada. Interpretamos que o contrato part-time, que possui um limite de jornada inferior ao de 40 semanais, relaciona-se a este indicador, e por isso o consideraremos para nossa análise, contudo, primeiro se faz necessário destacar a legislação que rege o contrato part-time (BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002).

Compreendemos, como o processo de readaptação neoliberal das instituições, que formaliza os contratos a tempo parcial, segmenta a centralidade dos contratos de acordo com as normas gerais da CLT. Isto é, o neoliberalismo disciplinar altera a constituição normativa da CLT, incluindo e alterando formas de contrato temporário e part-time. Para as normas referentes ao trabalho a tempo parcial, que passam a incorporar a CLT a partir de 2001, por meio da Medida Provisória 2.164-41 em vigor atualmente, temos as seguintes especificações:

Art. 58 A. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais.

§ 1 O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será **proporcional à sua jornada**, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.

§ 2 Para os atuais empregados, a adoção do regime de tempo parcial será feita mediante opção manifestada perante a empresa, na forma prevista em instrumento decorrente de negociação coletiva.

Art. 59

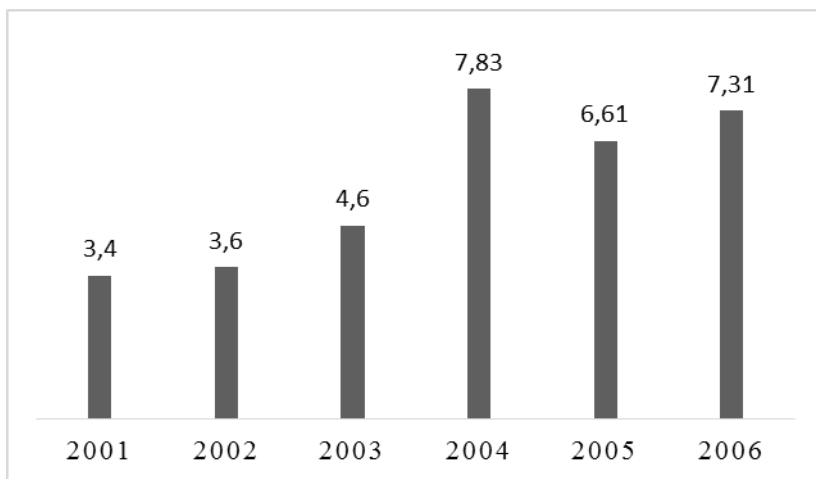
§ 4 Os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras. (BRASIL, Casa Civil, 1943).

A partir desta normativa, destacamos que a flexibilização externa, via contrato parcial, está ligada à flexibilização da jornada e do salário, e esta relação aparece explícita no artigo acima. Este vínculo que também se aplica ao CDD, é mais determinante no caso do contrato part-time, porque envolve remunerações e jornadas específicas que podem variar de acordo com a negociação entre as partes do contrato. Esta legislação

se ocupa de dois aspectos principais, sendo o primeiro deles referente ao estabelecimento de uma jornada particular, com duração máxima de 25 horas semanais. O segundo diz respeito a uma extensão desta modalidade para os trabalhadores já vinculados à empresa: ou seja, os termos e condições do contrato parcial não se restringem apenas aos novos contratos celebrados após 2001, mas podem reformular os contratos anteriores conforme a nova normativa, em caso de acordo entre as partes.

Voltemos ao primeiro aspecto, que traz maiores implicações para as condições de trabalho. Aparentemente, a diminuição da jornada poderia significar uma diminuição da exploração do trabalhador em termos absolutos, contudo, se consideramos outros aspectos do contrato part-time, como a remuneração, verificamos a complexidade da relação entre a jornada parcial e a exploração do trabalhador. Isto é, com a normativa que atribui uma remuneração proporcional às horas trabalhadas, além de não poder realizar horas extras, o trabalhador não consegue atingir um rendimento mínimo em relação ao valor diário de sua força de trabalho. Esta condição pode fazer com que o trabalhador busque preencher sua jornada com outro posto, no intuito de conseguir rendimento adicional. A remuneração insuficiente é um dos principais motivos que levam o trabalhador, em regime de tempo parcial, a querer estender suas jornadas de trabalho. Neste sentido, a taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas reflete o desejo de alguns trabalhadores em aumentar sua jornada porque trabalham menos de 40 horas semanais:

**Gráfico 12 – Taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (%)\***



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego IBGE. Elaboração própria.

\*Os dados disponíveis para este indicador estão apresentados aqui até 2006, porque após este ano, muda-se a metodologia de cálculo, sendo que seu registro passa para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Interpretamos que a necessidade dos trabalhadores em trabalhar mais horas, está ligada diretamente à remuneração inferior que contém os contratos parciais. A Pesquisa Mensal de Emprego também reúne as médias de remuneração para os trabalhadores que desejam trabalhar mais horas, e para todos os anos que destacamos aqui, estes trabalhadores estão entre as menores faixas de remuneração. Neste quadro, em que o trabalhador está formalmente impossibilitado prestar horas extras e sujeito a uma remuneração inferior, argumentamos que este não pode contar com a renda mínima para garantir seu sustento. Assim, se o trabalhador possui um contrato de trabalho que não garante a cesta de bens necessários a reprodução de sua força de trabalho, consideramos que a remuneração vigente no contrato parcial viola o valor diário da força de trabalho (MARX, 1996).

Isto porque não se concede ao trabalhador um salário equivalente ao tempo de trabalho socialmente necessário, mas a um tempo inferior, impossibilitando uma remuneração equivalente ao valor da força de trabalho. Frente a esta condição, o trabalhador se vê compelido a buscar outras atividades com o intuito de incrementar sua renda, visto a impossibilidade de aumento da jornada no contrato parcial, e assim conseguir atingir a remuneração equivalente ao tempo socialmente necessário para garantir seu sustento.

Para os ambos os casos – com a jornada reduzida no contrato parcial, ou com a busca por uma jornada dupla – temos um agravamento das condições de exploração do trabalhador, sob uma nova modalidade de contrato, que se soma às condições anteriores de exploração do trabalho no Brasil. Com isso, compreendemos que novos elementos contratuais e formais compõem a estrutura de trabalho no Brasil, o que nos permite alguns adendos em relação à *superexploração da força de trabalho* atualmente. Desenvolveremos melhor a confluência deste argumento quando apresentarmos a última modalidade de contrato que entendemos enquanto uma flexibilização externa. Por ora, apenas explicitamos a relação existente entre as mudanças na estrutura contratual do mercado de trabalho brasileiro e a manutenção da *superexploração* sob novas modalidades.

\*\*\*

Para finalizarmos a análise das modalidades contratuais, que a partir de Neto (1997), enquadramos como formas de flexibilização externa, traremos brevemente a normativa que rege as práticas de terceirização e subcontratação, analisando-as em articulação ao panorama da terceirização no Brasil atualmente. Sobre esta temática, há uma vasta conceituação teórica, de maneira que adotaremos a definição dada pelo DIEESE, que enxerga a terceirização dentro de um processo de mudança nas relações entre o capital e o trabalho, no âmbito empresarial. Assim, compreendemos que a terceirização é um mecanismo pelo qual uma empresa deixa de executar uma ou mais atividades realizadas por trabalhadores diretamente contratados, passando a tutela do contrato para uma outra empresa. Nesta prática, a empresa que terceiriza é classificada como contratante, e a empresa que executa a atividade terceirizada é a empresa contratada, ou empresa terceira (DIEESE; CUT, 2013).

No Brasil, a expansão das atividades terceirizadas corresponde a uma estratégia de redução de custos, por meio do enxugamento do quadro funcional das empresas, ou de uma focalização de esforços produtivos na atividade principal da empresa (atividade-fim), terceirizando as atividades intermediárias (atividades-meio) que embasam o processo de produção e serviços que constituem a razão de ser da empresa. Algumas empresas realizam uma combinação destas duas estratégias, enxugando o quadro funcional, e segmentando as atividades-meio, o que resulta numa precarização das condições de trabalho e remuneração. A maioria dos contratos terceirizados no Brasil, envolve a prestação de serviços de manutenção e técnicos que mediam as atividades principais da empresa (DIEESE, 2014).

No Brasil, esta é a modalidade que mais carece de registros oficiais, tendo em vista que este é um dos poucos países da América Latina que não possui uma legislação específica para regular a terceirização, e por isso não possui normas claras quanto ao registro destes contratos. Isto é, a normativa que rege os contratos terceirizados, surge de um vácuo da lei, quando o Tribunal Superior do Trabalho formaliza esta modalidade de contrato por meio do Enunciado 256, que figura como uma referência normativa para as decisões jurídicas, sem caráter de Lei. A seguir, o conteúdo primeiro do enunciado, que versa sobre a legalidade dos contratos de prestação de serviços: “salvo os casos de trabalho temporário e de serviço de vigilância, previstos nas Leis nºs 6.019, de 03.01.1974, e 7.102, de 20.06.1983, é ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços” (BRASIL, Casa Civil, 1986).

Por empresa interposta, o enunciado se refere às empresas que são especializadas em subcontratar serviços com um quadro de funcionários terceirizados. Estabelecida em 1986, esta normativa possui um caráter mais restritivo, limitando os contratos terceirizados a serviços de vigilância e de natureza temporária. Mesmo com um caráter mais limitado, esta normativa traz uma complexidade para as modalidades de contrato já existentes, no caso, o contrato temporário. Isto porque estende ao contrato temporário a prática da terceirização, o que permite a combinação de modalidades contratuais sem, necessariamente, especificar os termos do contrato de prestação de serviços terceirizados, para além da flexibilidade normativa do contrato temporário. Neste sentido, o enunciado, que aparentemente, possui um caráter restritivo traz uma complexidade aos contratos já existentes, além de permitir uma nova modalidade de prestação de serviços para o setor de segurança. É importante destacar que esse esforço de regulamentação do trabalho terceirizado ainda é muito incipiente, porque tangencia a lei, construindo-se apenas como um referencial no âmbito da jurisprudência (BIAVASCHI, DROPPA, 2011).

Ao longo do tempo essa legislação foi adaptada, sendo reformulada como Súmula 331 em 1993, e novamente readaptada em 2000. Estas mudanças legitimaram a terceirização em relação às atividades não essenciais para a empresa, definindo esta enquanto subsidiária na responsabilidade de contratação. Além desta mudança, a última alteração normativa estende esta responsabilidade subsidiária em caso de contratação por parte de entes públicos. Abaixo, a reformulação da Súmula 331 (o grifo corresponde a alteração feita no ano 2000):

I – A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário.

II – A contratação irregular de trabalhador, através de empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional.

III. Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV – O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, **inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista**, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial.

VI. A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral. (BRASIL, Casa Civil, 1993, grifo nosso).

Em relação às mudanças trazidas pela normativa em 1993, temos três aspectos principais: a flexibilização do tipo de atividade a ser terceirizada; a redução da responsabilidade direta da contratante e atribuição de responsabilidade subsidiária; e a legitimação institucional das empresas interpostas, ou cooperativas prestadoras de serviços. Anteriormente, o contrato terceirizado se restringia às atividades temporárias ou de segurança, e com a consolidação da súmula 331, o contrato se estende às atividades de limpeza, conservação, e quaisquer outros serviços que não constituam a atividade-fim da empresa subsidiária. Em suma, uma empresa pode contratar funcionários terceirizados para todas as atividades que não constituam razão de ser da empresa, e soma-se a isto a responsabilidade apenas subsidiária em relação a estes contratos. Ou seja, a normativa não traz apenas uma

expansão das atividades que podem ser terceirizadas, mas desvincula da empresa tomadora a responsabilidade direta quanto ao cumprimento dos direitos e indenizações ao trabalhador.

Observamos que neste processo, há uma flexibilização dos contratos e responsabilidades da empresa como uma estratégia de redução de custos. Com isso, temos uma readaptação normativa que se dinamiza à prática da terceirização, legitimando-a para um maior escopo de atividades e promovendo uma expansão desta forma de contrato. Ademais, a formalização do contrato terceirizado legitima também a criação de empresas interpostas, ou cooperativas de serviços, proporcionando o surgimento de novos espaços de geração de mais-valia, desvinculados de responsabilidade direta em relação a empresa contratante. Antunes (2001, p 54), destaca essa relação entre a expansão da terceirização e a criação das cooperativas especializadas em serviços terceirizados:

A terceirização tornou-se um elemento estratégico central implementado pelas empresas para reduzir os custos e aumentar a produtividade (...). Esse processo originou a ampliação do trabalho em domicílio e as chamadas cooperativas de trabalho, responsáveis por formas acentuadas de subcontratação e precarização da força de trabalho, pela redução significativa da remuneração da força de trabalho e pelo descumprimento dos direitos trabalhistas.

Assim, o processo de expansão da terceirização, por meio da Súmula 331, se dinamiza à criação das cooperativas de serviços, que se consolidam como espaços de empreendimentos lucrativos e descompromissados com o cumprimento dos direitos trabalhistas. Nesta medida, a administração dos contratos temporários por parte das cooperativas consolida uma forma descentralizada de trabalho assalariado, permitindo a prática mecanismos que flexibilizam os salários e a jornada, bem como o funcionamento das estruturas funcionais e de gestão da empresa. Em suma, caracteriza-se um processo tendencial de precarização do trabalho via terceirização, que está relacionado ao desmonte da legislação destinada à proteção do trabalho (ANTUNES, 2001).

Desta forma, a expansão dos contratos terceirizados é marcada por mudanças normativas que incentivam a criação de novas empresas privadas, passando a tutela dos contratos a estas por meio da subcontratação. Esta adaptação institucional da legislação trabalhista,

corresponde a uma dinâmica característica das reformas neoliberais, e, para este aspecto destacado anteriormente, incentiva a criação de espaços de acumulação e produção de mais valia, no caso, as cooperativas prestadoras de serviços. O processo conjunto de expansão dos contratos terceirizados e das empresas que os administram, leva à disponibilização de uma força de trabalho vulnerável, permitindo produção de mais valia em novos espaços e a baixos custos (ANTUNES, 2001).

Nesta mesma dinâmica neoliberal, se embasa a segunda mudança da Súmula 331, que ocorre na virada do século com um sutil reajuste, enfatizando a possibilidade de contratação terceirizada por parte dos órgãos e autarquias públicas. Assim, a nova formulação da normativa, que antes possuía uma lacuna em relação à esfera pública, estende a responsabilidade subsidiária dos contratos terceirizados aos órgãos de administração pública, modificando o inciso IV da Súmula. A partir de então, a terceirização do setor público passa a constituir uma ressalva legal e de natureza jurídica, considerando a responsabilidade subsidiária como um princípio desta modalidade de contrato. Isto é, transfere-se do Estado a responsabilidade de determinados serviços – limpeza, segurança, manutenção e demais atividades-meio – para empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, cooperativas de trabalho e Organizações da Sociedade Civil (DIEESE, 2014, p.25). Neste sentido, as atividades que anteriormente eram de responsabilidade de empresas estatais, ofertantes de serviços na esfera pública, passam à tutela de empresas privadas, o que contribui para a disseminação deste tipo de empresa, permitindo o aprofundamento da terceirização. Ademais, neste processo também se aprofunda a circulação de capital, com a difusão de atividades das empresas prestadoras de serviços, o que, em suma, sinaliza um conjunto de mudanças atreladas ao padrão neoliberal de acumulação capitalista. Para melhor visualizarmos a proporção que este processo atinge, cerca de vinte anos após o estabelecimento da Súmula 331, e dez anos após sua última reforma, temos o seguinte quadro de trabalhadores terceirizados no Brasil:



**Quadro 7 – Relação de trabalhadores terceirizados urbanos (com registro formal)**

<b>Relação</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Número de terceirizados	12.7 milhões	14.3 milhões
% em relação à PEA	26,80%	32,50%
Jornada média	43h semanais	43h semanais

Fonte: RAIS 2014. Elaboração própria

Nos últimos anos, os trabalhadores terceirizados representam uma parcela expressiva do trabalho assalariado urbano, chegando a 32,5% para o último ano disponível. Em uma síntese geral, de 1996 até 2010, observa-se uma expansão de 13,1% no número de trabalhadores terceirizados formais e um aumento de 12,4% para o crescimento médio anual das empresas prestadoras de serviços terceirizados (PORCHMAN, 1998). Sendo assim, o crescimento das cooperativas de serviços e dos contratos terceirizados são aspectos que se destacam nos últimos anos, o que respalda a importância da readequação normativa neste processo como forma de dinamizar a tendência de terceirização.

Como já argumentamos, o contrato terceirizado – forma de flexibilização externa – traz algumas implicações internas nas condições de trabalho, o que enfatizamos com a articulação entre flexibilização externa e interna. Neste caso, destacamos que, para o trabalho terceirizado, a média da jornada de trabalho quase atinge o teto previsto na CLT, o que consoa com o argumento de Antunes (2000), de que o trabalhador terceirizado está entre os setores que possuem maiores jornadas. Ademais, a terceirização contribui para o aumento da heterogeneidade da força de trabalho, no sentido de fragmentar os trabalhadores, diferenciando-os por meio do contrato, e contribuindo para a manutenção de uma fração de trabalhadores pouco qualificados e terceirizados. Isto é, compreendemos que a terceirização aprofunda a lacuna existente entre trabalhadores qualificados e com menores níveis de qualificação, o que se relaciona à lacuna de remuneração observada após 1990, que apontamos no capítulo três. Para além disso, a terceirização possibilita a intensificação do trabalho, contribui para uma maior rotatividade do emprego e geralmente induz a menores níveis de remuneração (DIEESE, 2007).

Com isso, retornamos à dinâmica que embasa o processo de terceirização e, para um sentido mais amplo, sustenta as formas

contratuais que destacamos como formas de flexibilização externa. Tal dinâmica se expressa na síntese desenvolvida por Alves (2011, p.410):

A terceirização visa racionalizar, sob as novas condições da concorrência e acumulação capitalista, a exploração da força de trabalho assalariado. É importante salientar que a terceirização, no sentido categórico expresso acima, surgiu numa temporalidade histórica específica: o tempo histórico do capitalismo global, caracterizado pela vigência do regime de acumulação flexível e pela crise estrutural do capital. A terceirização adotada pelas organizações capitalistas ocorre no bojo do complexo de reestruturação produtiva do capital.

Sendo assim, o contrato terceirizado traz implicações para a exploração da força de trabalho, uma vez que corresponde à flexibilização do processo de acumulação do capitalismo neoliberal, funcionando como um mecanismo que pressiona as condições de trabalho e contribui para a manutenção de empregos de baixa qualificação, impactando o mercado de trabalho como um todo. Como pudemos articular, para as três variáveis contratuais, existem processos de racionalização (ou legitimação) de modalidades de exploração da força de trabalho assalariada, e destacamos que estes ocorrem via reforma normativa e institucional.

Junto ao contrato temporário e part-time, o contrato terceirizado faz parte do processo de flexibilização externa, que de um lado simplifica o processo de admissão e demissão, e de outro, torna complexas as relações de trabalho, uma vez que estas são atravessadas por novas condições de emprego que diferenciam-se do vínculo e das normativas celebrados na CLT (DIEESE, 2007). Sendo assim, a heterogeneidade da força de trabalho – que já era um traço do mercado de trabalho no Brasil – ganha nova intensidade com a expansão de contratos instáveis que contribuem para a vulnerabilidade do trabalhador. A partir deste quadro, sintetizamos dois argumentos em relação às novas modalidades de contrato que destacamos anteriormente:

- Os novos tipos de contrato, que figuram como formas externas de flexibilização, permitem a institucionalização de práticas de exploração da força de trabalho, que anteriormente eram restritas à esfera da informalidade. Neste sentido, permite a continuidade da exploração e incentiva a extensão destas configurações contratuais para distintos ramos de atividade. A

partir disso, compreende-se que os contratos destacados anteriormente não inauguram novas modalidades de extração da mais valia, mas regulamentam formas precárias de trabalho, o que permite a institucionalização da *superexploração da força de trabalho*.

- A regulamentação destas modalidades contratuais, que envolvem baixa qualificação e alta rotatividade, contribui para a expansão do exército industrial de reserva, um contingente de mão de obra pouco qualificada que funciona como um mecanismo de manutenção da taxa de lucro, em detrimento das condições de trabalho.

A *superexploração*, como a reunião das condições estruturais de exploração no Brasil, se refere a formas combinadas (arcaicas e modernas) de produção de mais-valia, ao longo da consolidação e transformações do trabalho assalariado no Brasil. Assim, a partir das transformações trabalhistas do padrão neoliberal, entendemos que a flexibilização contratual – que se dá via reforma normativa e institucional – permite a regulamentação das práticas de exploração combinadas, bem como a disseminação destas, atrelada à expansão dos contratos analisados após 1990. Neste sentido, mudam-se as condições contratuais formais do mercado de trabalho, institucionalizando práticas de exploração da mais-valia e, com isso, legitima e leva a *superexploração da força de trabalho* a um nível institucional.

Em suma, a flexibilização externa via contratos, se dinamiza à estrutura que caracteriza a *superexploração da força de trabalho* no Brasil, formalizando práticas e modalidades contratuais que flexibilizam também as condições internas, no caso o salário e a jornada. Isto é, os aspectos contratuais que, a um primeiro olhar parecem não estar diretamente ligados à exploração da mais-valia, impactam negativamente as condições gerais de remuneração e jornada, o que nos permite estabelecer a relação entre a flexibilização externa e a *superexploração*. Após explorarmos as variáveis contratuais que ganham destaque no mundo e se dinamizam com profundidade no Brasil após 1990, passaremos a uma breve análise das mudanças salariais e de jornada, identificando de forma objetiva as mudanças normativas, articuladas aos indicadores concretos.

#### **4.2.2 Flexibilização interna das condições de trabalho: Salário e Jornada**

##### *Salário*

Destacaremos a seguir as mudanças normativas da CLT, no que tange as questões salariais, para que depois exploremos os indicadores que também versam sobre este aspecto. Não é nossa intenção nos aprofundar no histórico e nos aspectos que determinam o salário mínimo no Brasil, mas indicar as readaptações normativas específicas para o salário mínimo, trazendo alguns indicadores que se referem aos rendimentos salariais após 1990. Isto é, compreendemos que muitos fatores influenciam na demarcação do salário mínimo<sup>58</sup>, mas nos embasaremos na relação entre o valor da força de trabalho, determinado pelo valor dos meios de vida necessários à subsistência do trabalhador e o salário mínimo. A este último, referimo-nos à base de remuneração dos trabalhadores brasileiros, prevista pela CLT desde sua regulamentação em 1943 e definido nos seguintes termos:

Art. 76 - Salário mínimo é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer, em determinada época e região do País, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Art. 78 - Quando o salário for ajustado por empreitada, ou convencionado por tarefa ou peça, será garantida ao trabalhador uma remuneração diária nunca inferior à do salário mínimo por dia normal da região, zona ou subzona (BRASIL, Casa Civil, 1943).

Assim, a CLT dá primazia ao valor dos bens necessários para fixar o salário-base, mas atualmente não estabelece muitas diretrizes para este cálculo. Inicialmente, competia às Comissões de Salário Mínimo a autoridade para fixar o salário. No quadro destas comissões, participavam representantes de empregadores e empregados que estabeleciam a base salarial, contudo esta estrutura das comissões foi suspensa por meio da Lei nº 4.589 de 1964. Esta mudança de tutela – que passa a responsabilizar a União pela fixação salarial – revogou os

<sup>58</sup>

Segundo Baltar e Souza (1979), o salário-base se obtém mediante o cálculo da taxa salarial, e esta, por estar vinculada ao padrão de acumulação da estrutura produtiva, dinamiza-se aos preços praticados na circulação capitalista. Além do fator primeiro - o valor dos bens necessários à sobrevivência do trabalhador - impactam na taxa salarial: aspectos de produtividade, negociações de classe, estrutura de financiamento do Estado.

princípios que embasavam a fixação do salário mínimo (seções III, IV e V do capítulo III da CLT) e os procedimentos das comissões, sendo que, a partir desta mudança, resta somente um princípio geral na CLT sobre a fixação do salário:

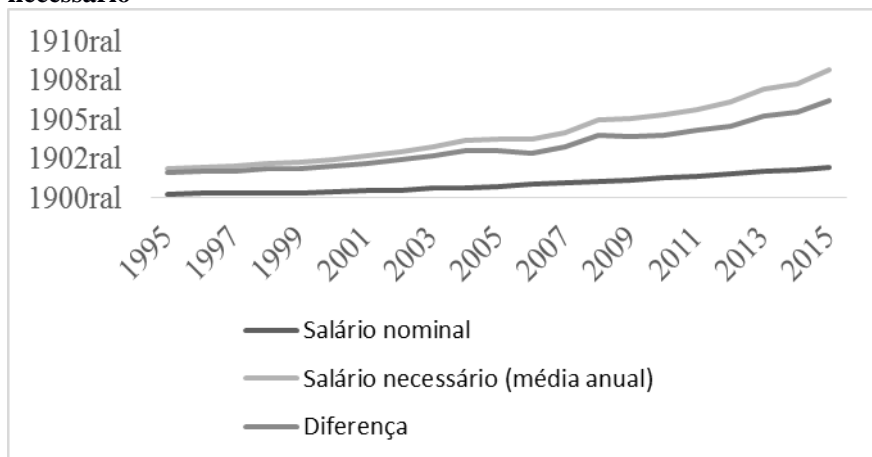
Art. 81 - O salário mínimo será determinado pela fórmula  $S_m = a + b + c + d + e$ , em que "a", "b", "c", "d" e "e" representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto (BRASIL, Casa Civil, 1943).

Dentro desta especificação, fica outorgado à União a capacidade de fixar o salário-base, na observância do artigo 81, sem estabelecer critérios quanto a metodologia utilizada para elencar o valor das despesas necessárias ao trabalhador. A partir das mudanças ocorridas em 1964, que revoga trechos específicos sobre os mecanismos de fixação salarial, interpretamos que os princípios sobre a fixação e reajuste salarial na CLT são pouco objetivos e não correspondem à heterogeneidade que atribuímos ao mercado de trabalho no Brasil. Isto é, por ser ampla, não apresenta normas claras para regular a remuneração nos diferentes regimes de trabalho praticados no Brasil, e, por este motivo, alguns contratos que destacamos anteriormente possuem diretrizes particulares de remuneração. Retomaremos esta relação entre a norma prevista na CLT e heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro em breve, mas, por ora, destacaremos a última reforma da CLT em matéria de salário mínimo.

Operacionalizada por meio da Lei 10.097 de 2000, a legislação traz mudanças apenas quanto à condição de menor aprendiz, aumentando de 12 para 14 anos a condição de menor assalariado e estabelecendo diretrizes mais claras de jornada e remuneração para esta modalidade de contrato. Ademais, excluem-se os artigos 79 e 80 da CLT, contidos na seção sobre o conceito salarial, e esta é a única mudança da CLT na seção dos salários após 1990. Assim, diferentemente das reformas contratuais, o aspecto salarial não sofre grandes alterações na legislação brasileira, o que poderia comprometer a afirmação de que há uma flexibilização de caráter interno no Brasil após 1990. Ao invés de negar a flexibilização salarial, afirmamos apenas que a instituição jurídica referente ao salário mínimo não passa por grandes mudanças que poderiam caracterizar uma flexibilização interna, diferente do que observamos para a flexibilização externa, a qual compreende uma série

de mudanças normativas. Com esta relativa estabilidade normativa da CLT em relação ao salário mínimo, procuraremos identificar a flexibilização salarial caracterizada por Neto (1997), por meio dos indicadores concretos sobre os rendimentos do trabalho, considerando que as mudanças normativas respondem às mudanças reais do mercado de trabalho. Neste sentido, destacaremos os indicadores que melhor expressam as condições concretas de rendimento dos trabalhadores, a iniciar pela diferença entre o valor do salário mínimo (fixado nos termos da CLT) e o salário necessário (correspondente ao valor dos bens-salário e calculado pelo DIEESE). Como a CLT não especifica o procedimento de cálculo do valor dos bens-salário, tampouco os bens que devem ser incluídos na chamada cesta básica, observa-se uma forte discrepância entre o salário necessário e o salário mínimo, como apontamos a seguir:

**Gráfico 13 – Razão entre salário mínimo nominal e salário necessário**



Fonte: DIEESE. Elaboração própria.

A partir dos dados, nota-se uma diferença significativa entre o salário-base e o salário necessário<sup>59</sup>, que apresenta crescimento gradual desde

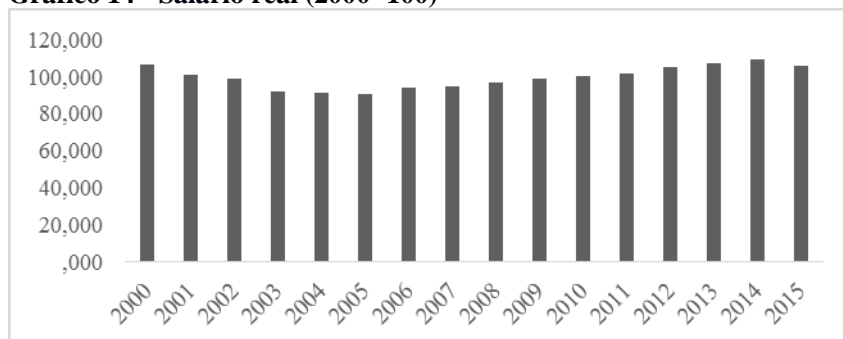
<sup>59</sup>

A metodologia de cálculo da cesta básica é feita com base na média entre três regiões, que englobam todos os estados do Brasil. Para os alimentos incluídos no cálculo, se estabelece a natureza, quantidade e marca do produto. Para informações mais detalhadas, ver: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>.

2008, permitindo a afirmação de que os trabalhadores que ganham até um salário mínimo – considerando uma jornada de oito horas – não possuem condições de se sustentar e reproduzir sua força de trabalho de forma íntegra. Este cenário já indica que existem trabalhadores que são remunerados abaixo do valor de sua força de trabalho, sendo este um dos aspectos que caracterizam a *superexploração* no Brasil. Contudo, a força de trabalho no Brasil é composta por várias faixas de remuneração, sendo que o salário mínimo representa apenas a base de referência para outros regimes salariais. Isto é, apenas a diferença entre o mínimo e o necessário não é suficiente para afirmar que a força de trabalho brasileira é sub-remunerada, uma vez que existem várias faixas de rendimento que variam conforme o tipo de contrato (DIEESE, 2015).

Neste sentido, pretendemos avançar a partir desta base de referência formulada pelo DIEESE, articulando outros indicadores que se relacionam aos rendimentos reais da força de trabalho no Brasil. Um destes indicadores é o salário real, que equivale ao salário mínimo deflacionado da taxa corrente de inflação (índice de preços ao consumidor amplo – IPCA). Utilizaremos este indicador para mensurar o poder de compra do salário, o que se relaciona à capacidade do trabalhador em adquirir os bens necessários a sua subsistência. Para tanto, consideramos a oscilação deste indicador para os últimos quinze anos:

**Gráfico 14 - Salário real (2000=100)**



Fonte: CEPALSTAT. Elaboração própria.

Como não estamos apresentando este indicador a partir de valores de referência, nos restringiremos a analisar a variação desta grandeza ao longo do período. Nos primeiros cinco anos do período analisado, temos uma queda gradual no poder de compra do trabalhador assalariado, que é seguido por cinco anos de tímido crescimento, mas de maneira

estabilizada. Nos últimos cinco anos, observa-se um crescimento mais significativo que volta a declinar em 2015. Em suma, temos um quadro de estabilidade no poder de compra do salário, o que atribuímos a uma política inflacionária controlada, distinta da observada no Brasil nos primeiros anos de industrialização. Como destacamos no segundo capítulo, a inflação é um dos elementos que influem nas condições de remuneração do mercado de trabalho, contudo, esta é uma variável que se relaciona de forma complexa ao emprego e ao salário<sup>60</sup>, uma vez que esta relação é permeada por uma série de fatores. Assim, por não termos analisado afundo todos os aspectos que envolvem a relação entre a inflação e o salário, utilizaremos esta medida apenas para verificar a oscilação do poder de compra do trabalhador.

Destacamos a partir disso, que as condições de estabilidade inflacionária após 1990 são mais favoráveis do que as observadas durante a consolidação do trabalho assalariado no Brasil, o que, em certa medida, traz uma estabilidade de remuneração para os empregos com carteira assinada. Este cenário reflete as políticas econômicas anti-inflacionárias adotadas no Brasil após 1990, que figuram como medidas de adaptação neoliberal, sob a justificativa de garantir a estabilidade do mercado. Como já afirmamos, os efeitos do controle inflacionário são complexos e controversos, de maneira que nos limitaremos a afirmar que o poder de compra do trabalhador se mantém mais estável nos últimos quinze anos (CEPAL, 2015).

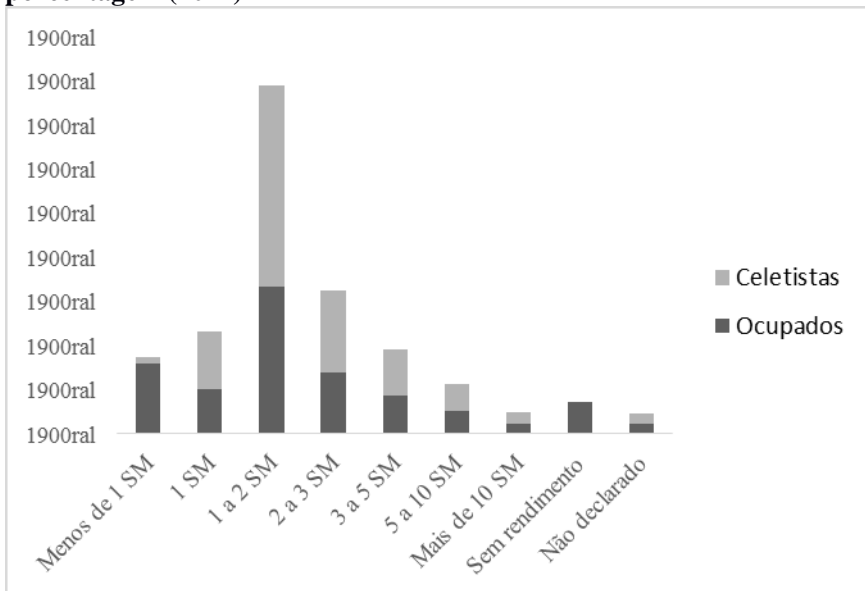
Para avançarmos na reflexão sobre as condições de renda, verifiquemos de forma concreta o rendimento médio real dos trabalhadores brasileiros, o que nos permitirá mensurar as diferentes faixas de remuneração e a proporção de trabalhadores em cada uma delas. Assim, para além da estabilidade salarial, acreditamos que a média de remuneração retrata, de forma mais direta, as condições de salário do trabalhador brasileiro. Observemos esta grandeza para o último ano disponível, em relação ao número de salários-mínimos recebidos (SM):

<sup>60</sup>

Para uma análise sobre os aspectos microeconômicos que se relacionam à produtividade, inflação e salário, ver: KALECKI, M. "Observations on labour productivity". In: J. Osiatynsky, ed., *Collected Works of Michal Kalecki*, Vol. IV Oxford: Oxford University Press, 1993; KALECKI, M. The difference between crucial economic problems of developed and underdeveloped non-socialist economies. In: J. Osiatynsky, ed., *Collected Works of Michal Kalecki*, Vol. V Oxford: Oxford University Press, 1993. KALECKI, M. Class struggle and the distribution of national income. In: J. Osiatynsky, ed., *Collected Works of Michal Kalecki*, Vol. II. Oxford: Oxford University Press, 1991.



**Gráfico 15 – Rendimento médio do total de ocupados, em porcentagem (2014)**



Fonte: Pnad IBGE. Elaboração própria.

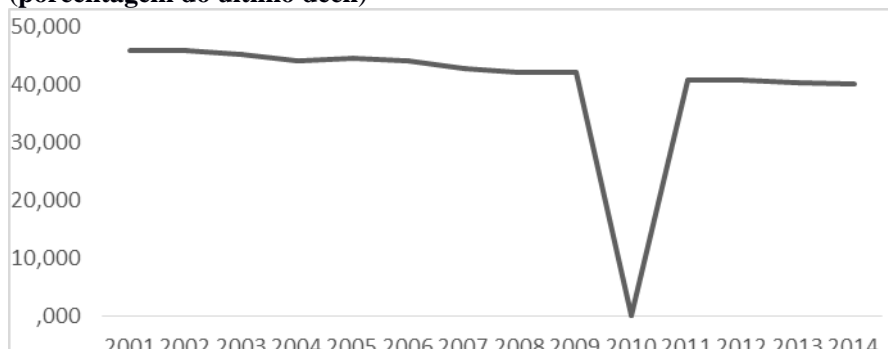
Analizando a faixa salarial que possui mais trabalhadores (45,5% dos celetistas e 33,4% do total de ocupados), temos a predominância de um rendimento que varia entre R\$ 724,00 e R\$1448,00, para o ano de 2014. A segunda faixa que mais predomina (14% dos ocupados e 18,6% dos celetistas) corresponde a um rendimento de R\$1448,00 até R\$ 2172,00, e, em seguida, temos os trabalhadores que ganham um salário-mínimo (10,1% dos ocupados e 13,1% dos celetistas). Para o total de ocupados no ano de 2014, temos que 73,3% dos trabalhadores vivem com um rendimento de até R\$2172,00, e para o caso dos celetistas, esse percentual é de 78,7% (DIEESE, 2015).

Ao articularmos esse referencial com o valor do salário necessário no ano de 2014, ainda persiste uma diferença entre o salário médio – que pode alcançar até R\$2172,00 – e o salário necessário, que para o ano de 2014, corresponde a R\$2924,00. A partir disso, para o último ano em que este indicador está disponível, interpretamos que 73,3% do total de ocupados e 78,7% dos celetistas são remunerados abaixo do valor de sua

força de trabalho, um número bastante significativo. Como argumentamos no segundo capítulo, a violação do valor da força de trabalho não constitui um traço constante e geral da reprodução capitalista global, mas se apresenta como um mecanismo que compensa a tendência de queda na taxa de lucro. Explicitamos também que, nas economias de capitalismo dependente, esta constitui uma prática mais recorrente, e se observa no cenário de consolidação do trabalho assalariado na economia brasileira (MARINI, 1973). Nesta medida, insistimos que para os últimos dez anos, há um aumento da diferença entre o salário-base e o salário necessário, sendo que a maior parte dos ocupados no Brasil se encontra na condição de sub-remunerados. Esta condição se dinamiza à existência de um contingente de mão-de-obra pouco qualificada e sujeita a um grau de rotatividade considerável – que compõe o exército industrial de reserva – como apontamos no início do capítulo. Em suma, temos um quadro de crescente quebra da equivalência entre o valor da força de trabalho no Brasil e os salários recebidos, sinalizando uma persistência da *superexploração da força de trabalho* atualmente.

Por fim, pretendemos destacar as distintas faixas de remuneração do mercado de trabalho brasileiro que contribuem para a heterogeneidade de renda entre os trabalhadores. Para melhor analisar este aspecto, analisaremos a distribuição da renda do trabalho entre as dez faixas de remuneração, considerando a faixa de maior remuneração como referência:

**Gráfico 16 – Índice de distribuição da renda do trabalho (porcentagem do último decil)\***



Fonte: CEPALSTAT. Elaboração própria.

\*Para o ano de 2010, os dados não estão disponíveis porque não foi realizada a PNAD.

Os valores explicitados no gráfico correspondem aos 10% do total de ocupados que possuem a maior remuneração em relação as outras nove faixas de rendimento. No ano de 2001, 10% dos trabalhadores ganhavam 45,8% do total de rendimentos do trabalho no Brasil, sendo que este número apresenta queda ao longo dos últimos quinze anos, chegando a 40,2%. Por mais que essa grandeza tenha diminuído no período analisado, esta permanece num patamar bastante elevado, confirmando a existência da lacuna salarial entre os trabalhadores destacada pela OIT como uma característica do novo panorama trabalhista global após 1990.

Em síntese, enfatizamos duas características relacionadas ao salário mínimo e demais rendimentos do trabalho: a primeira corresponde à sub-remuneração de grande parte dos trabalhadores, e a segunda consiste na forte desigualdade de rendimento entre os trabalhadores. Neste sentido, uma pequena parcela dos trabalhadores concentra a maior parte da renda, enquanto a maioria deles é remunerada abaixo do valor de sua força de trabalho. Como destacamos no capítulo segundo, a violação do valor da força de trabalho constitui uma prática característica e constante da força de trabalho em economias dependentes como o Brasil, o que difere da tendência observada nas economias centrais. Conforme defendem Marini (1975) e Osório (2013), a violação do valor da força de trabalho pode ocorrer sob diversos aspectos, tanto no momento de compra e venda da força de trabalho – e aqui se encerram as formas contratuais analisadas – quanto no processo interno de trabalho, no qual o trabalhador se vê sujeito a um salário que não equivale ao valor de sua força. Neste sentido, buscamos articular estes aspectos, classificando-os como externos ou internos ao processo produtivo, no intuito de explicitar o processo de flexibilização das condições trabalhistas nestas duas frentes. Anteriormente, discorremos sobre as variáveis contratuais que referem-se ao processo de compra e venda da força de trabalho, concluindo que a consolidação normativa destas formas contribui para a flexibilização das condições trabalhistas e legitima a violação do valor da força de trabalho. Posteriormente, analisamos a variável salarial, que está contida no processo de realização do trabalho, verificando que, no Brasil, a média de salário não equivale ao valor da força de trabalho, o que implica em uma violação do mesmo.

### *Jornada*

Para finalizarmos o conjunto desta análise, trataremos da última variável que corresponde ao processo interno de trabalho: a jornada de trabalho

no Brasil. Nos termos da CLT, a jornada de trabalho legal corresponde a oito horas diárias e 44 horas semanais, sendo prevista a extensão de duas horas por dia, desde que mediante remuneração 50% maior do que a hora normal de trabalho. Esta é a configuração atual da jornada em termos jurídicos, sendo que, desde 1990, esta sofre poucas modificações, mas estas possuem caráter substancial. A primeira mudança a se destacar ocorre em 1994 com a Lei 8996, que inclui ressalvas em relação a jornada de determinados grupos de trabalhadores:

Art. 62 - Não são abrangidos pelo regime previsto neste capítulo:

I - os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, devendo tal condição ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no registro de empregados;

II - os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, aos quais se equiparam, para efeito do disposto neste artigo, os diretores e chefes de departamento ou filial (BRASIL, Casa Civil, 1943).

Esta alteração cria exceções à jornada regular de trabalho, o que consoa com a heterogeneidade das condições do mercado de trabalho no Brasil. Esta mudança permite que contratos como o parcial sejam legítimos, bem como outros regimes de trabalho que possuem uma jornada específica. Neste sentido, flexibiliza-se a jornada para determinados tipos de emprego, sem que se estabeleçam especificações de caráter restrito. No contexto desta mudança, já previa-se a flexibilização diária da jornada por meio da realização de horas extras – desde que abatidas da jornada em outros dias – não ultrapassando o teto semanal de 44 horas. Esta tendência de flexibilização diária se confirma com as mudanças posteriores, como ocorre em 1998, por meio da Lei 9601 que estabelece legalmente a prática conhecida como banco de horas, permitindo que as empresas alterem a jornada diária de trabalho, aumentando ou diminuindo-a durante um determinado período (DIEESE, 2005).

A Lei 9601 aumenta para 120 dias o prazo de compensação das horas extras, sendo que, neste período o trabalhador pode flexibilizar sua jornada de trabalho acumulando horas extras de trabalho no banco de horas. O banco de horas constitui uma prática recente que, conforme aponta o DIEESE, dificulta a fiscalização acerca do cumprimento da jornada de trabalho, uma vez que a gestão do banco de horas fica a cargo da empresa contratante. Ainda neste mesmo ano, a Medida provisória 1709-1 estende novamente o prazo de compensação do banco de horas para um ano, sendo esta reformulada até o ano de 2001, quando passa a substituir definitivamente a normativa anteriormente prevista na CLT (DIEESE, 2005). Em síntese, o banco de horas permite a flexibilização diária da jornada, o que pode significar o aumento da intensidade do trabalho, e figura como uma forma absoluta de extensão do tempo de trabalho excedente. Por fim, destacamos a última mudança consistente em relação a jornada de trabalho ocorre em 2001, por meio da Lei 10.243 e da Medida Provisória 2164-41, que trazem algumas especificações em relação as horas extras e o que pode ser considerado como tal. Neste ano, passa a compor a CLT a seguinte normativa:

#### Art. 58

§ 1º Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

§ 2º O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.

#### Art. 59

§ 2º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais

de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias (BRASIL, Casa Civil, 1943).

Estas mudanças trazem uma configuração que flexibiliza a jornada de trabalho diariamente, o que, a nosso ver, permite a intensificação do trabalho em determinados dias, criando novas condições de exploração e comprometendo a capacidade do trabalhador em repor sua força de trabalho diariamente. Assim, a prática do banco de horas consiste em um mecanismo atual que representa uma modalidade de flexibilização da jornada, inaugurando uma nova forma de prolongar a jornada de maneira absoluta.

Apesar de ter sofrido poucas mudanças no último quarto de século, a jornada de trabalho passa por alterações substanciais, permitindo a afirmação de que o processo de flexibilização da jornada se consolida legalmente, com a institucionalização das horas extras como forma de prolongar a jornada diária (DIEESE, 2015). Como fizemos com as demais variáveis analisadas, articularemos as mudanças normativas aos indicadores concretos, sinalizando as reais condições da jornada de trabalho que se dinamizam ao processo de alteração normativa. Ademais, o DIEESE destaca uma escassez de dados em relação à jornada de trabalho, sendo que os indicadores são segmentados por setores e a base de dados do IBGE e do RAIS apresentam dados que não são constantes anualmente, o que dificulta a análise do período de 1990 a 2014. Assim, articularemos os dados disponíveis mais atuais, explicitando o atual panorama da jornada real de trabalho no Brasil. Iniciamos com um olhar geral sobre a jornada média de trabalho, para todos os trabalhadores assalariados, com ou sem carteira, o que nos permitirá abarcar não somente os trabalhadores celetistas, mas a grande parcela de trabalhadores informais no Brasil. Abaixo visualizamos a relação de trabalhadores, conforme as horas trabalhadas, para o ano de 2005:

**Quadro 8 – Jornada semanal dos assalariados (em milhões e %)**

<b>Jornada</b>	<b>Com carteira</b>	<b>Sem carteira</b>
Até 39 horas	2.138.273 (8,5%)	3.290.071 (24,5%)
40 horas	6.776.753 (26,9%)	3.285.846 (24,5%)
De 41 a 43 horas	516.900 (2%)	190.438 (1,4%)
44 horas	5.349.860 (21,2%)	1.234.650 (9,2%)
De 45 a 48 horas	6.260.983 (24,8%)	2.589.415 (19,3%)
49 horas ou mais	4.108.680 (16,3%)	2.786.260 (20,8%)
<b>TOTAL</b>	<b>25.151.449 (100%)</b>	<b>13.376.725 (100%)</b>

Fonte: Pnad IBGE. Elaboração Própria

Para os trabalhadores não registrados em carteira, a 49% trabalha até 40 horas semanais, o que confirma a regularidade da jornada para a maioria dos não celetistas. Contudo, 40,1% trabalha entre 45 e 49 horas, sendo que quase a metade dos trabalhadores não celetistas praticam jornadas maiores do que o limite previsto na CLT. Para os trabalhadores registrados em carteira, 35,4% destes trabalham até 40 horas, mas assim como para os trabalhadores não celetistas, uma grande quantidade também trabalha entre 44 e 49 horas. No caso dos celetistas, este percentual é de 49,3%, o que indica uma maior recorrência de jornadas acima do limite previsto em lei, para trabalhadores celetistas. Assim, no ano de 2005, estrutura-se um cenário no qual, tanto para os trabalhadores não registrados, quanto para os celetistas, são recorrentes jornadas que ultrapassam o limite semanal de 44 horas. Sob um aspecto geral, uma significativa parcela dos trabalhadores brasileiros trabalha mais do que o previsto em lei, o que também reflete a legitimação e adesão de práticas como as horas extras. Esta análise representa, em termos absolutos, uma aproximação mais concreta das diferentes condições de jornada e a proporção de trabalhadores em cada uma delas. Verifica-se que a maior parte dos indicadores disponíveis apresentam uma análise referente ao cálculo médio da jornada, o que dificulta a percepção das distintas jornadas praticadas no mercado de trabalho

brasileiro. Porém, o cálculo da média permite que sejam estimados os valores de jornada para cada setor produtivo, por isso articulamos estes dois conjuntos de dados. Assim, abaixo podemos verificar a média de horas trabalhadas por semana, com distinção entre os setores, para os anos de 2009 e 2014:

### **Quadro 9 - Média de horas trabalhados para celetistas por setor**

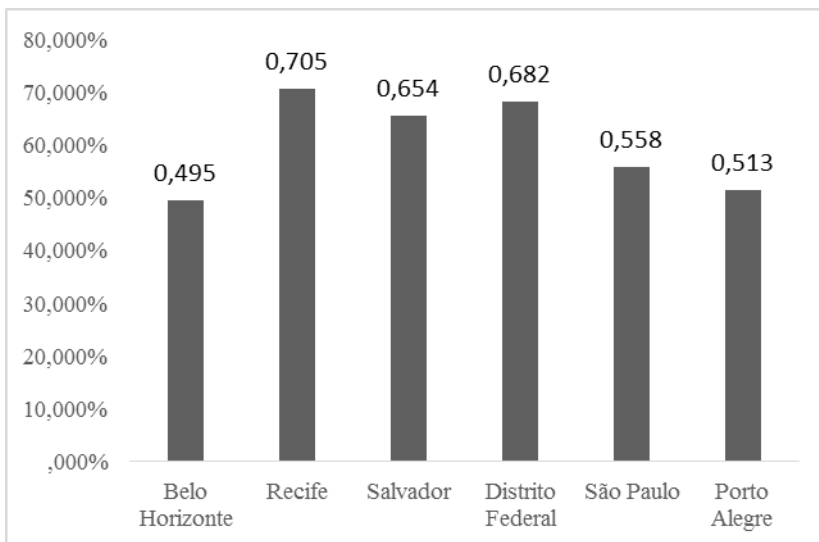
<b>Setor</b>	<b>2009</b>	<b>2014</b>
Comércio	43,2	42,6
Indústria	41,6	41,3
Construção	43,4	41,5

Fonte: Pnad IBGE. Elaboração Própria

Temos, no período de quinze anos, uma pequena redução da média em todos os setores, sendo que para o setor da construção civil, esta redução é mais significativa. Para o setor de comércio, destacamos que este abarca a maior jornada de trabalho, o que é bastante significativo, considerando que este é um dos setores que mais emprega trabalhadores no Brasil. Segundo o DIEESE (2008), é no setor de comércio e serviços onde a prática do banco de horas é mais recorrente, o que explica a jornada média mais longa. O destaque vai para o setor de comércio, que conta com uma alta proporção de trabalhadores que cumprem jornadas semanais superiores a 44 horas, ou seja, que prestam horas extras ou trabalham para além do tempo previsto em contrato. Esta separação média, explicitada no quadro anterior, nos leva a buscar uma proporção mais aproximada da jornada de trabalho no setor de comércio, visto que este é aquele que possui a maior média entre os principais setores de produção. Assim, abaixo podemos verificar a porcentagem de ocupados no setor de comércio, que trabalham mais do que 44 horas semanais, para o ano de 2007:



**Gráfico 17 - Proporção de Ocupados no setor do comércio que trabalham mais de 44 horas**



Fonte: PED DIEESE. Elaboração própria.

Entre as regiões metropolitanas que concentram quase a totalidade dos empregos urbanos, Recife é que apresenta a maior recorrência de jornadas superiores a 44 horas no setor de comércio, correspondendo a 71% dos trabalhadores. As regiões metropolitanas de Salvador e do Distrito federal também contam com uma alta proporção de trabalhadores que trabalham jornadas superiores à prevista em lei, com 65% e 68%, respectivamente. Para todas as regiões, mais da metade dos trabalhadores do comércio se encontram nessa condição, e a média geral desta proporção para todas as regiões metropolitanas, indica que 60,1% dos trabalhadores realizam jornadas semanais que ultrapassam 44 horas.

A partir desta análise, verificamos dois aspectos sobre a jornada de trabalho no Brasil após 1990: um que concerne a legislação e outra o processo de trabalho *per se*. A primeira delas é que há a inclusão de uma normativa que flexibiliza a jornada diária e semanal prevista por lei, o que legitima a prática de jornadas que superam o limite estabelecido pela mesma lei, de 8 horas diárias e 44 semanais. A segunda é que, de

forma concreta, uma grande parcela de trabalhadores assalariados realizam jornadas superiores ao limite estabelecido em lei, o que pode comprometer a capacidade de reprodução da força de trabalho, e pode levar a uma intensificação diária do trabalho. Em suma, estes dois aspectos estão interligados, dinamizando o processo de flexibilização da jornada de trabalho, que figura como um tipo interno de flexibilização, e resulta no aumento da exploração da mais-valia, de forma absoluta.

\*\*\*

Ao longo desta seção, discorremos sobre as formas internas e externas de flexibilização do mercado de trabalho no Brasil após 1990. Também destacamos que as variáveis definidas para essas duas formas de flexibilização estão relacionadas a um processo maior de reorganização do padrão trabalhista em todo o mundo, sob a dinâmica de acumulação neoliberal. Assim, compreendemos que, durante a readaptação do mercado de trabalho, são implementadas políticas de flexibilização que atuam em duas frentes. A primeira facilita o processo de contratação e demissão, conforme defendemos anteriormente, e se baseia na diminuição do custo esperado de demissão, estimulando a contratação temporária e outros tipos que envolvem uma diminuição de encargos ao patrão. A segunda se refere à flexibilização interna do processo de trabalho que altera a o salário e a jornada, passando a incluir nesta última as horas extras de trabalho, que tendem a ser remuneradas abaixo de seu valor real, seguindo a mesma tendência de sub-remuneração observada para o salário real nos últimos 25 anos (VALENCIA, 2009).

Neste sentido, para os três tipos de contratos que analisamos anteriormente, verifica-se uma reforma das condições de contratação, uso e dispensa da força de trabalho, no intuito de facilitar o processo de negociação do contrato de trabalho. Como articulamos anteriormente, no momento da negociação contratual, temos a consolidação de formas instáveis de emprego que legitimam-se inicialmente em relação ao contingente de mão de obra disponível. Isto é, como assumimos que as condições concretas do mercado de trabalho antecedem as mudanças normativas, destacamos a relação entre o exército industrial de reserva brasileiro e a configuração de empregos instáveis de baixa qualificação e alta rotatividade. À medida que ocorre uma readaptação normativa e estes contratos se institucionalizam, interpretamos que há a manutenção do exército industrial de reserva, que nivela as condições de trabalho e

remuneração abaixo das condições normais de reprodução da força de trabalho. Assim, a legitimação dos contratos analisados relaciona-se às questões internas de trabalho, pressionando condições de remuneração e jornada e contribuindo para a manutenção e até expansão do exército industrial de reserva (FOSTER, MCCHESENEY, JONNA, 2011). Em suma, a dinâmica entre os aspectos concretos de trabalho e a adaptação normativa, sinalizam a manutenção das condições de *superexploração* já existentes, com a adesão de novos mecanismos que pressionam ainda mais estas condições. A partir disso, podemos dizer que atualmente a *superexploração* no Brasil é permeada por novos agravantes, que não necessariamente se restringem aos aspectos internos do processo produtivo, mas estendem-se ao momento de compra e venda da mão de obra, no qual o contrato é celebrado. Isto se dá porque os aspectos internos e externos da flexibilização trabalhista estão relacionados, sendo que as mudanças normativas referentes aos contratos promovem mudanças concretas em relação ao salário e jornada.

Para a variável salarial, persiste a violação do valor da força de trabalho, que constitui um dos pilares da *superexploração*, conforme aponta Osório (2013). Esta violação se dá tanto em caráter normativo, com o estabelecimento de um salário-mínimo bem abaixo do necessário, quanto em caráter concreto, sendo que grande parte dos trabalhadores – mesmo os que ganham acima de dois salários-mínimos – é de fato remunerada abaixo do valor de sua força de trabalho. Ademais, os contratos terceirizados e de tempo parcial possuem implicações que pressionam os salários para baixo, o que buscamos explicitar quando analisamos estas formas contratuais.

Por fim, verificamos que a jornada de trabalho sofre poucas modificações normativas, exceto para o caso do contrato parcial. Contudo, sofre alterações substanciais, como o mecanismo das horas extras e do banco de horas, consolidando novas práticas que permitem o aumento da *superexploração* sob extensão da jornada diária e potencial aumento da intensidade do trabalho. Nesta síntese, observamos que a *superexploração* no Brasil, atualmente se pratica por meio de mecanismos absolutos como o aumento da jornada por meio de horas extras e a consolidação de um salário não equivalente ao valor da força de trabalho. Esta também é praticada por meio de mecanismos contratuais, que mantém empregos de baixa qualificação e produtividade, contribuindo para a instabilidade do emprego e para a

manutenção do exército industrial de reserva. Este quadro constitui uma dinâmica entre as condições anteriores e atuais da superexploração da força de trabalho no Brasil, o que reflete a combinação de mecanismos arcaicos e modernos de exploração da mais-valia. Como salienta Luce (2013, p.186):

A superexploração pode ocorrer seja em atividades como a dos cortadores manuais de cana, como na indústria automobilística, não sendo sinônimo da persistência de formas antediluvianas do capital. A superexploração pode ocorrer inclusive no caso de trabalhadores que recebam remuneração acima do salário mínimo necessário, mediante a prolongação da jornada e da intensidade além do limite normal. A superexploração também pode ter lugar entre trabalhadores que cumpram jornadas de meio turno, como no telemarketing. O exame das relações de produção no Brasil na última década revela que o fato mais determinante é a persistência de longas jornadas e o seu incremento em alguns setores, assim como o incremento dos níveis de intensidade do trabalho (...).

Neste sentido, compreendemos que o conjunto de alterações, destacados nesta seção, versam como mecanismos que pressionam as condições de exploração no Brasil, e assim, articulam-se teoricamente enquanto novas práticas de superexploração. Como apontado acima, estes mecanismos combinam-se às condições de exploração e estruturas normativas anteriores, por isso dinamizam-se da forma que apresentamos, promovendo uma flexibilização geral da relação capital-trabalho. Por fim, destacamos que a flexibilização jurídico-institucional dos contratos, jornada e salário implicam na manutenção e legitimação da *superexploração da força de trabalho* no Brasil.

## 5 Considerações finais

Neste trabalho, partimos de um procedimento que se inicia na caracterização da etapa financeira do capitalismo, cuja consolidação institucional pode ser observada por meio do Neoliberalismo Disciplinar. Isto é, partimos de um recorte inicial que visa relacionar o nosso objeto – o mercado de trabalho no Brasil após 1990 – ao processo maior no qual este se insere: a lógica de acumulação capitalista e o padrão trabalhista atrelado a esta, considerando o recorte histórico pós 1990. Enfatizamos inicialmente esta relação, por dois motivos: o primeiro diz respeito à dinâmica entre a totalidade e a particularidade dos processos referentes ao padrão trabalhista atual, o que nos permite estabelecer não apenas tendências regulares, mas contrastes entre o nosso objeto particular e o processo global de mudança trabalhista. Isto é, consideramos que o mercado de trabalho brasileiro está sujeito à readaptação trabalhista global de forma geral, mas consolida estas mudanças a partir da estrutura interna de seu mercado de trabalho. Ademais, esta estrutura é caracterizada pela alta rotatividade e baixa qualificação do emprego formal, contando também com uma grande parcela de empregos informais e não vinculados a contratos.

Em segundo lugar, a caracterização do processo global nos permite destacar a relação de dependência entre a economia brasileira e o capitalismo central, condição que traz implicações diretas para a formação e mudanças na força de trabalho interna, como vimos nos capítulos segundo e quarto. Um dos aspectos que embasam esta relação é um denso exército industrial de reserva na economia brasileira, que dinamiza-se à manutenção do emprego instável e dos contratos flexíveis e permite a continuidade da *superexploração* no recorte histórico proposto.

Neste momento inicial, partimos de um maior nível de abstração, que visa relacionar a lógica financeira do capitalismo e o aumento da pressão sobre o trabalho, sob a necessidade intrínseca de criação de mais-valor adicional, considerando a maior velocidade no ciclo de reprodução do capital financeiro. Esta é a dinâmica essencial que motiva o processo de readaptação trabalhista após 1990, sendo que este se dá sob inúmeras frentes: políticas, econômicas ou institucionais. A partir disso, escolhemos tratar da readaptação trabalhista em sua frente institucional, considerando as reformas jurídico-normativas flexibilizantes após 1990 como mecanismos de legitimação do novo padrão trabalhista. No primeiro capítulo, destacamos a flexibilização

normativa de caráter geral, que reflete a adaptação da economia brasileira à lógica de acumulação financeira, bem como a liberalização da entrada e saída de capitais externos. Este processo leva ao aumento da transferência do excedente produtivo para as economias centrais, o que coloca uma pressão adicional sobre a geração da mais-valia, e sobre a *superexploração da força de trabalho* no Brasil. Este primeiro aspecto geral já indica que o padrão trabalhista no Brasil após 1990 é clivado por uma pressão adicional do capital sobre o trabalho, o que traz uma potencial intensificação da *superexploração da força de trabalho* nesta economia. Ainda assim, avançamos na reflexão sobre os aspectos que embasam esta categoria, buscando estabelecer relações mais consistentes entre o novo padrão trabalhista e a *superexploração*. Em síntese, destacamos a relação entre a etapa financeira do capitalismo e o processo de disciplinamento neoliberal via reformas trabalhistas, que se dá no intuito de flexibilizar as estruturas jurídicas de proteção ao trabalho, permitindo a aplicação de mecanismos que visam criar de mais-valor adicional, o que pressupõe o atual padrão de acumulação capitalista. Ademais, destacamos no nosso recorte que a flexibilização trabalhista se concretiza no Brasil por meio da legitimação institucional de práticas concretas – já em curso antes das reformas – que coadunam com a exploração da mais-valia relativa e absoluta.

A partir disso, buscamos caracterizar, em linhas gerais, o padrão trabalhista global após 1990, por meio dos relatórios oficiais da OIT, que representam a análise institucional do processo concreto de readaptação trabalhista. Com esse panorama, recortamos algumas variáveis significativas deste processo, destacando as principais formas contratuais que ganham recorrência após 1990: os contratos part-time, temporário e terceirizado, caracterizados como formas instáveis de emprego pela própria OIT. Assim, buscamos articular estas novas formas com as variáveis que conformam o pilar de toda a relação de trabalho: o salário e a jornada. Desta maneira, conseguimos chegar a um recorte preciso das variáveis a serem observadas no novo padrão de trabalho global. Em geral, nota-se um padrão trabalhista flexível, que traz uma tendência de enxugamento de custos por contrato, com o desmonte dos esquemas de seguridade e indenizações em caso de demissão. Ademais, identifica-se o aumento da lacuna salarial entre os contratos instáveis e os permanentes, o que reflete as precárias condições de remuneração e jornada atreladas a estas formas contratuais em expansão.

Neste recorte global, objetivamos evidenciar que as novas formas contratuais se generalizam em todo o mundo, e como estas formas

flexíveis impactam sobre os aspectos internos do trabalho, trazendo uma análise sobre a jornada e salário globais pós 1990. Neste momento, já estabelecemos a hipótese de que o Neoliberalismo Disciplinar se concretiza também nas mudanças institucionais e constituintes da lei, que dizem respeito ao mundo do trabalho. Em relação às mudanças contratuais, observamos uma flexibilização legal das formas de contrato, que legitima e incentiva a realização de contratos heterogêneos e instáveis. Ademais, salientamos que a alteração institucional se dinamiza aos processos concretos de mudança no padrão trabalhista, que são anteriores às reformas institucionais, mas que a estas se dinamizam de forma mútua.

Após articularmos esta relação, destacando os contrastes entre as economias, chegamos a um recorte mais aproximado de nosso objeto: o processo de readaptação trabalhista na América Latina, que ocorre de forma similar entre as economias, uma vez que estas reproduzem internamente um padrão de capitalismo dependente e passaram por uma onda de reformas em 1990, mesmo que este processo tenha particularidades para cada economia. Com este nível de abstração mediano, foi possível tratar das reformas institucionais de maneira mais concisa, estabelecendo padrões para a região e trazendo contrastes concretos das variáveis em relação às economias de capitalismo central. Nota-se que há uma maior recorrência dos contratos instáveis nas economias latino-americanas, e isto também se aplica aos empregos informais. Em relação às jornadas praticadas nesta região, temos jornadas mais longas em relação às economias centrais, chegando a níveis extremos como no caso colombiano, onde o trabalhador rural pode trabalhar legalmente até 54 horas por semana. Esta característica, que constitui uma das particularidades do capitalismo dependente, se agrava com as reformas trabalhistas de 1990.

Ademais, como estamos tratando de uma categoria teórica que diz respeito às economias dependentes, foi possível traçar uma relação mais clara entre as variáveis do novo padrão trabalhista e a *superexploração da força de trabalho*, o que facilitou a síntese para o caso brasileiro. As relações gerais que buscamos destacar com este recorte nos levam às seguintes hipóteses: a institucionalização das três formas de contrato flexíveis na América Latina consolida e legitima empregos de baixa qualificação e de curta duração, o que contribui para a manutenção do exército industrial de reserva (EIR) e, consequentemente, para o rebaixamento das condições de salário e jornada (FOSTER, et, al., 2011). Em segundo lugar, a partir das alterações jurídicas em jornada e salário em algumas economias da América Latina (com destaque para

Chile e México), verifica-se um quadro concreto de jornadas de longa duração, com um índice considerável de trabalhadores que praticam jornadas de mais de 48 horas. Esta duração de jornada, conforme aponta a OIT (LEE et.al, 2009), consiste na realização excessiva de trabalho, o que traz implicações para a integridade física e mental do trabalhador. Para o aspecto salarial, não foi possível estabelecer com clareza uma tendência correspondente ao novo padrão de trabalho, mas o quadro geral que se observa após 1990, é de menores salários reais em relação à década anterior, o que sinaliza uma perda do poder de compra salarial na América Latina.

Interpretamos a combinação destas variáveis a partir do argumento de Osorio (2013), de que se verifica na América Latina um processo de violação do valor da força de trabalho, operando a partir de alguns mecanismos. Estes podem ser de caráter contratual, na prática da compra e venda da força de trabalho, e por meio das condições internas do processo produtivo, aqui destacadas como salário e jornada. Assim, para os contratos com duração determinada (CDD), part-time e terceirizado, consolida-se uma relação capital-trabalho que legitima a prática de jornadas e salários que permitem a violação do valor da força de trabalho, o que redundará na manutenção da superexploração da força de trabalho na América Latina. A partir disso, estabelecemos uma relação entre as reformas jurídico-institucionais e a legitimação de práticas que superexploram a força de trabalho.

No plano latino-americano, estabelecemos estas relações para podermos aprofundá-las no caso brasileiro, a partir do qual sintetizamos as hipóteses e o objetivo central deste trabalho: salientar como a adesão ao padrão trabalhista neoliberal traz implicações para a relação capital-trabalho e para o aumento da *superexploração* na economia brasileira. O destaque concedido à esfera institucional se deu no intuito específico de mostrar como as instituições possuem um papel central para legitimar a nova configuração da relação capital-trabalho, consolidando um padrão trabalhista flexível e que traz efeitos concretos para a exploração da força de trabalho no Brasil.

A partir de então, realizamos uma análise mais aprofundada das reformas jurídico-institucionais no Brasil em articulação aos indicadores sócioeconômicos concretos, ambos delimitados nas variáveis que estabelecemos para o novo padrão de trabalho. Inicialmente, argumentamos, a partir da condição de dependência brasileira, que há uma pressão externa para readaptação (em relação às normas e formas de contrato) do aparato legal-institucional que regula a relação capital-trabalho no Brasil. Esta readaptação visa legitimar práticas contratuais,



de jornada e salário que envolvem mecanismos combinados de exploração do trabalhador, de forma relativa ou absoluta. Isto é, a reforma das instituições jurídicas possibilita o processo de flexibilização do mercado de trabalho em aspectos externos (contratuais) e internos (jornada e salário).

A partir da definição do processo de flexibilização, temos a distinção entre mecanismos externos e internos, conforme distingue Neto (1997). Estabelecemos esta distinção no intuito de mostrar que os mecanismos de *superexploração* não necessariamente se encerram no processo produtivo, mas podem atuar de forma indireta, neste caso com os contratos flexíveis. Ao longo desta análise, notamos que a flexibilização externa, via reforma contratual legal, se observa de forma mais intensa do que a flexibilização interna para o caso brasileiro. Contudo, como estes processos estão relacionados, as condições internas (jornada e salário) também apresentam mudanças com a expansão dos contratos instáveis, como buscamos explicitar a partir dos indicadores que sinalizam maiores jornadas e menores níveis de remuneração para os contratos terceirizados e CDD. Compreendemos que há uma relação dialética entre as novas modalidades de contratação e a reforma no aparato legal-institucional, sendo que as primeiras incentivam a segunda, e a segunda legitima as primeiras. Neste sentido, as instituições figuram como pilares de manutenção do novo padrão trabalhista, legitimando novas práticas que permitem uma intensificação da *superexploração da força de trabalho* no Brasil.

Em síntese, pudemos verificar que as novas formas de contratação, recorrentes no padrão trabalhista neoliberal, implicam em um aumento da instabilidade do trabalhador em relação ao capital, e com isso, contribuem para a persistência e manutenção do EIR. No mercado de trabalho brasileiro, que possui um alto grau de rotatividade e uma forte recorrência de cargos de baixa qualificação, a consolidação dos novos contratos resulta em um rebaixamento das condições de remuneração, o que implica na quebra da equivalência entre o valor do trabalho e a remuneração real. Este aspecto da violação do valor da força de trabalho constitui um dos traços centrais da *superexploração*, que se ampliam e se legitimam com as reformas trabalhistas após 1990.

Assim, ao longo do quarto capítulo, cumprimos o objetivo de explicitar como as novas formas contratuais, bem como as jornadas e salários que se dinamizam a estas, implicam em uma legitimação da violação do valor da força de trabalho no Brasil, o que contribui para a manutenção da *superexploração* sob novos mecanismos. Esta legitimação se dá por um disciplinamento do interno ao externo, por meio de um discurso que

subordina as alterações institucionais às necessidades de acumulação do capitalismo neoliberal.

Por fim, confirmamos a hipótese de que a superexploração é uma categoria teórica que não apenas apresenta validade para o contexto brasileiro pós 1990, mas que neste período tem seus mecanismos intensificados e legitimados por lei. Em relação a um dos mecanismos que embasam esta categoria, concluímos, inicialmente, que o disciplinamento neoliberal no Brasil leva a um aumento da transferência do excedente, por meio da liberalização da entrada e saída dos fluxos de capital, que, como vimos, implica em uma maior transferência líquida de recursos. Assim, temos no Brasil, após 1990, uma intensificação do principal mecanismo que configura a superexploração da força de trabalho (a transferência do excedente), o que já indica novas condições ao processo de exploração da força de trabalho neste contexto. Em relação aos outros mecanismos que estruturam a superexploração da força de trabalho no Brasil, destacamos no capítulo primeiro a prática combinada da extração de mais-valia, sendo que esta pode se dar por formas absolutas ou relativas. A partir disso, verifica-se que os contratos instáveis permitem, indiretamente, a combinação de formas absolutas (prolongamento da jornada e subremuneração) e relativas (apropriação de direitos e indenizações; subcontratação). No terceiro capítulo, verificamos a intensificação da jornada via banco de horas e flexibilização da jornada diária e semanal, o que interpretamos como um novo mecanismo que resulta no aumento da mais-valia absoluta, porque se dá sob intensificação do trabalho e aumento do tempo excedente. Verificamos também a falta de equivalência entre o salário mínimo nominal (bem como o salário médio) e o salário socialmente necessário para que o trabalhador reponha sua força de trabalho, assim como está previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Esta variável enfatiza a prática da sub-remuneração, que consiste em uma violação do valor da força de trabalho, característica essencial da *superexploração da força de trabalho*, conforme destacam Marini (1973) e Osorio (2013). Em suma, temos que todas as variáveis observadas na economia brasileira levam à manutenção da superexploração, que pode acontecer por meio de novos mecanismos, sendo que as reformas jurídico-institucionais legitimam e incentivam esta prática.

Por fim, apresentaremos algumas questões específicas quanto aos capítulos, no intuito de justificar e reafirmar alguns argumentos. Em relação ao capítulo segundo, sintetizamos que a adesão brasileira às políticas neoliberais relaciona-se às pressões do capital externo, que desde a constituição do capitalismo no Brasil, figura como um elemento

que norteia a consolidação das forças produtivas. Assim, esta relação tem impactos sobre a criação do valor e a exploração da força de trabalho, o que se dá com a internalização do novo padrão trabalhista após 1990. Estabelecer esta conexão entre a economia brasileira e o capital externo foi fundamental, tanto para caracterizar a *superexploração da força de trabalho*, quanto para mostrar a forma específica com que o Brasil está sujeito às mudanças no padrão global de acumulação capitalista. Isto é, a pressão externa pela readaptação trabalhista institucional está clivada pela condição de dependência do Brasil, e esta traz implicações internas, como destacamos. Assim, observamos, de forma geral após 1990, a institucionalização de leis que liberalizam a entrada e saída do capital externo sob novas formas, o que intensifica o processo de transferência do excedente produtivo para os capitais externos, aumentando a pressão do capital sobre o trabalho.

Em relação ao capítulo três, trazemos ressalvas quanto aos dados mundiais, considerando a baixa precisão de alguns indicadores para o nível de análise e a complexidade de tratar de variáveis específicas em relação ao mundo. Assim, norteamos-nos pelos dados trazidos pela OIT, considerando que partimos deste panorama para analisar o atual padrão de trabalho. Não constitui nosso intuito aprofundar nos dados mundiais, porque são dispersos e gerais, e podem levar a conclusões contraditórias. Nesta medida, interessou-nos apenas caracterizar os processos em destaque no atual padrão de trabalho, com o recorte para a flexibilização de formas contratuais, jornada e salário. Em relação aos tipos de contrato, verificamos que há uma escassez de trabalhos teóricos que diferenciam os tipos de contrato levantados por nós, como destaca Pedroso (2015), isso pode estar relacionado ao fato destes contratos se combinarem na prática, o que traz a recorrência de contratos mesclados, cuja complexidade não esclarece os termos e condições do emprego.

Enfatizamos também a dificuldade de se trabalhar com variáveis complexas como jornada e salário, no nível global e, em menor grau, para a América Latina. Voltamos a afirmar que, para estes dois níveis de análise, os dados são inconsistentes e variam conforme setores de atividade trabalhista, raça, gênero e idade. Neste sentido, envolvem inúmeros aspectos e tendências que podem ser contraditórias, como a diminuição média da jornada nas economias de alta renda, mas que para alguns setores e grupos de gênero observa-se um aumento relativo<sup>61</sup>.

---

<sup>61</sup>

Conforme aponta Lee et.al. (2009), nos Estados Unidos há o aumento da jornada para o setor têxtil e de telecomunicações, e na Nova Zelândia temos

Assim, a partir deste recorte, o nosso intuito foi destacar tendências e contrastes gerais, justificando a necessidade de aprofundar nas especificidades do caso brasileiro. Por fim, afirmamos a dificuldade em tratar dos indicadores referentes às mudanças jurídicas para o âmbito global, considerando que as reformas trabalhistas ocorrem em momentos distintos nas economias do mundo, e isso requer uma pesquisa mais aprofundada sobre cada economia. Para o recorte latino-americano, a pesquisa conseguiu maior consistência, visto que as reformas normativas seguem um padrão geral para a região, o que acreditamos estar relacionado às pressões para readaptação do padrão trabalhista, por parte das instituições como o FMI e o Banco Mundial. Ademais, por possuírem uma formação capitalista similar, os indicadores referentes à América Latina são mais concisos e apresentam tendências mais claras, que nos auxiliaram a analisar as variáveis para o caso brasileiro.

Em relação ao último capítulo, apontamos apenas que as novas condições do mercado de trabalho se sobrepõem às estruturas de formação do mercado de trabalho interno, e, a partir disso, verificamos que o novo padrão trabalhista se dinamiza aos aspectos que embasam o mercado de trabalho no Brasil. Isto é, ao articular as variáveis do novo padrão à categoria da *superexploração*, buscamos argumentar que estas primeiras trazem novas condições à última, dinamizando-se em uma relação dialética. Ademais, a tendência de manutenção da superexploração sob novos mecanismos se confirma por meio das reformas jurídico-institucionais já consolidadas, o que não encerra a existência de novas práticas institucionais que podem amenizar ou agravar esta tendência aqui apontada. As investidas do capital financeiro, que se refletem nas mudanças institucionais, dinamizam-se a processos já em curso, sendo que a consolidação das reformas representa apenas um marco destes. Neste trabalho, nos propusemos a analisar os marcos jurídicos já concretizados, contudo, novas iniciativas para alteração das normas trabalhistas estão em curso nos últimos dez anos, o que se coloca em uma dinâmica de disputa de interesses entre grupos – empregadores e trabalhadores – no aparato estatal. Isto é, o processo de consolidação das reformas trabalhistas - e de flexibilização, de uma forma geral – envolve disputas e negociações, sendo a alteração da lei o marco jurídico destas disputas. Com isso, nos limitamos ao marco jurídico, mas

---

uma intensificação da jornada para as mulheres, o que parece ser uma tendência entre as economias de alta renda.

consideramos a dinâmica das alterações trabalhistas como uma constante no modo de produção capitalista, sobretudo em um cenário global de desaceleração produtiva. Medidas jurídicas em curso – como o projeto de lei 4330/2004, que visa expandir a terceirização para as atividades-fim das empresas, ou projeto de lei 6787/2016, que desonera o empregador em caso de demissão e flexibiliza a jornada diária para até 12 horas – são aspectos que visam concretizar novas reformas para flexibilização trabalhista e, caso sejam consolidadas, colocarão os trabalhadores brasileiros em novas condições de exploração, ainda mais intensas. É justamente na dinâmica dos fatos históricos ainda em disputa, que o trabalhador deve se inserir de forma combativa, lutando pelos seus direitos ainda restantes. O curto espaço de tempo entre a disputa e a consolidação das mudanças trabalhistas, recorte não abordado nesta pesquisa, pode ser o elemento histórico fundamental para que a classe trabalhadora enfrente esta investida persistente do capital neoliberal, cuja lógica de reprodução se embasa na exploração da força de trabalho e, no caso do Brasil, na *superexploração* da mesma.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. Terceirização e acumulação flexível do capital: notas teórico-críticas sobre as mutações orgânicas da produção capitalista. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 16, n. 31, p. 409-420, 2011.

AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 216-225, 2009.

\_\_\_\_\_. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 34, n. 4, p. 163-181, 2008.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTO, G. *A Cidadania negada*. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. A nova morfologia do trabalho no Brasil. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n 232, v3-4, p 103-118, 2011.

BAER, W. A retomada da inflação no Brasil 1974-1986. *Revista de economia política*, São Paulo, v.7, n.1, p. 29-72, 1987.

BALTAR, P.; SOUZA, P. Salário mínimo e taxa de salários no Brasil. *Pesquisa e planejamento econômico*, Rio de Janeiro, v. 9, n.3, p.629-650, 1979.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Legislações e normas do Sistema financeiro nacional. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/LEGISLACAO>>. Acesso em 8 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. Séries Temporais: Fluxos de Investimento Direto Externo. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SeriehistFluxoInvDir.asp>>.

Acesso em 24 de julho de 2016.

BENSUSÁN, G. Organização Internacional do Trabalho: Instituto Internacional de Estudos Laborais (IIEL). *La efectividad de la legislación laboral en America Latina*. Genebra, 2007. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/inst/download/dp18107.pdf>>

. Acesso em 15 de outubro de 2016.

BIAVASCHI, Magda Barros; DROPPA, Alisson. A história da súmula 331 do tribunal superior do trabalho: a alteração na forma de compreender a terceirização. *Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 1, p. 124-141, 2011.

BRASIL. Biblioteca digital do desenvolvimento. *Plano Trienal*, 1962. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/495>>.

Acesso em 13 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais>>.

Acesso em 15 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. Tribunal superior do trabalho. *Súmula 331*. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/guest/sumulas>> . Acesso em 15 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Lei n 6019 de 1974. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6019.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6019.htm)>. Acesso em 20 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. Lei 9601 de 1998. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9601.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9601.htm)>. Acesso em 20 de outubro e 2016.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), 1943.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De15452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm)> Acesso em 20 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Lei 10.243 de 2001. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10243.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10243.htm)> Acessado em 20 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Medida Provisória 2164-41 de 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/2164-41.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2164-41.htm)> Acesso em 20 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Lei 8996 de 1994. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8966.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8966.htm)> Acesso em 20 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Lei 9958 de 2000. Disponível em:<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9958.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9958.htm)>. Acesso em 20 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. Casa Civil. Lei 10.097 de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Leis/L10097.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L10097.htm)>. Acesso em 20 de outubro.

CACCIAMALI, M. C. Desgaste na legislação laboral e ajustamento do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. In: POSTHUMA, A. C., *Brasil. Abertura comercial e ajuste no mercado de trabalho no Brasil*, São Paulo: Ed.34, 1999.

CARCANHOLO, M. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). *Desenvolvimento e Dependência: Cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.

CARDOSO, A. M.; LAGE, T. G. L. *Desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho*. FGV: Rio de Janeiro, 2007.

CEPALSTAT. Conta Financeira e Transferência líquida de Recursos. Disponível em: <[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/web\\_cepalstat/estadisticasindicadores.asp](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/web_cepalstat/estadisticasindicadores.asp)>. Acesso em 24 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_. Formação Bruta de Capital Fixo. Disponível em: <[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/web\\_cepalstat/estadisticasindicadores.asp](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/web_cepalstat/estadisticasindicadores.asp)>. Acesso em 24 de julho de 2016.



\_\_\_\_\_. Média de rendimento para setores de baixa produtividade. Disponível em:

<[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/web\\_cepalstat/estadisticasindicadores.asp](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/web_cepalstat/estadisticasindicadores.asp)>. Acesso em 15 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. Salário mínimo real. Disponível em:

<<http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=340&idioma=e>>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Distribuição da renda do trabalho por decis de renda. Disponível em:

<<http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=2269&idioma=e>>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. *Finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

COELHO, J. C. Economia, Poder e influência externa: O Banco Mundial e os anos de ajuste da América Latina. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012. v. 1. 296p.

Confederação Internacional de Empresas de Trabalho Temporário (CIETT). Relatório econômico anual. Disponível em:

<<http://www.wecglobal.org/economicreport2016/>> Acessado em 12 de novembro de 2016.

CORAZZA, G. O dinheiro como forma do valor. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 11, v p. 28-32, 2002.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE); Central única dos trabalhadores (CUT). *Dossiê terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha*. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2013.

DIEESE. *Salário mínimo nominal e salário necessário*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>>. Acesso em 15 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_. A jornada de trabalho nas negociações coletivas 1996 a 2004. *Estudos e Pesquisas* Ano II- n.16. 2005.

\_\_\_\_\_. *Boletim trabalho no comércio*. Ano 1, n.1, setembro 2008.

\_\_\_\_\_. O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro. *Estudos e pesquisas*, n.34, out. 2014.

\_\_\_\_\_. *Anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda: Mercado de Trabalho*. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2015.

DUARTE, P. H. E. *Superpopulação relativa, dependência e marginalidade: ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil*. 2015. 293f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FERNANDES, F. *Natureza e etapas do desenvolvimento capitalista. In: A Revolução burguesa no Brasil, ensaio de interpretação sociológica*. Zahar: Rio de Janeiro, 1976.

\_\_\_\_\_. Anotações sobre capitalismo agrário e mudança social no Brasil. In: *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5ed. Global: São Paulo, 2008.

FOSTER, J. B.; MCCHESENEY, R.W.; JONNA, R. J. The global reserve army of labor and the new imperialism. *Monthly Review*, New York, v.63., n.6, 2011. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2011/11/01/the-global-reserve-army-of-labor-and-the-new-imperialism/>>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

GERMER, C. M. O sistema de crédito e o capital fictício em Marx. *Ensaios FEE*, v. 15, n. 1, p. 179-201, 1994.

GILL, S. *Power and resistance in the new world order*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003.

GILL, S. et al. *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2007.

\_\_\_\_\_. The geopolitic of global organic crisis. *Utopia: A Review of Theory and Culture*, n. 111, p. 25-36, 2015.

HARRISON, A. E.; MCMILLAN, M. S. *Outsourcing jobs? Multinationals and US employment*. National Bureau of Economic Research, 2006. Disponível em: [http://people.umass.edu/econ721/harrison\\_outsourcing\\_mncs.pdf](http://people.umass.edu/econ721/harrison_outsourcing_mncs.pdf). Acesso em 10 de agosto de 2016.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. Loyola, 2008.

HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 2008.

IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego*. Disponível em : [ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Mensal\\_de\\_Emprego/fasciculo\\_indicadores\\_ibge/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/). Acesso em 15 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios*. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=40](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40). Acesso em 15 de outubro de 2016.

IANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil – 1971. In: STEDILE, J. P. (org.). *A questão Agrária no Brasil*. Expressão popular: São Paulo, 2012.

LEE, S.; MCCANN, D.; MESSENGER, J. C. *Duração do trabalho em todo o mundo*. Brasília: OIT, 2009. Disponível em: [http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/work\\_hours/pub/duracao\\_trabalho\\_284.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/work_hours/pub/duracao_trabalho_284.pdf). Acesso em 20 de dezembro de 2016.

LIMA, J. C. A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões. *Cadernos de psicologia social do trabalho*, São Paulo, v.13, pp 17-26, 2010.

LÓYZAGA DE LA CUEVA, O. El cambio y la flexibilidad de la legislación laboral en la recomposición del capitalismo. *Revista Alegatos*, Cidade do México, n. 27, p. 1994.

LUCE, M. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *Trabalho, Educação e Saúde*: Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169-190, 2013.

MARINI, R. M. La política económica del Brasil. *Desarrollo Indoamericano*, Año I, No. 4, Barranquilla, Colombia, 1966. Disponível em: [http://www.marini-escritos.unam.mx/348\\_politica\\_economica\\_brasil.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/348_politica_economica_brasil.html). Acesso em 10 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. *La acumulación capitalista dependiente y La superexplotación del trabajo*. Roma, 1972. Disponível em: <[http://www.marini-escritos.unam.mx/043\\_acumulacion\\_superexplotacion.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/043_acumulacion_superexplotacion.html)>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. *Dialética da Dependência*. México D.F: Ediciones Era, 1973.

\_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e revolução*. Iniciativas Editoriais, 1975.

\_\_\_\_\_. Estado y crisis em Brasil. *Cuadernos Políticos*, Cidade do México, n.13, p. 76-84, 1977. Disponível em: <[http://www.marini-escritos.unam.mx/054\\_estado\\_crisis\\_brasil.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/054_estado_crisis_brasil.html)>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. El ciclo del capital em la economía dependente. In: OSWALD, U. (org.). *Mercado y dependencia*. Nueva Imagen: Cidade do México, 1979. Disponível em: <[http://www.marini-escritos.unam.mx/058\\_ciclo\\_capital\\_dependiente.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/058_ciclo_capital_dependiente.html)>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. Crítica à “A revolução brasileira” de Caio Prado Júnior. In: STEDILE, J. P. (org.) *A questão Agrária no Brasil*. Expressão popular: São Paulo, 2012.

MARX, K. *A ideologia alemã*. Martins Fontes: São Paulo, 2001.

Disponível em:

[http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/aideologiaalema\\_karlmarx\\_e\\_engels.pdf](http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/aideologiaalema_karlmarx_e_engels.pdf). Acesso em 03 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. *O Capital*, Tomo I. Nova Cultural Ltda: São Paulo, 1996.

Disponível em:

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_fontes/acer\\_marx/ocapital-1.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf). Acesso em 03 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. *O Capital*, Tomo III. Siglo veintiuno:

México, 1976. Disponível em: [http://www.socialismo-chileno.org/febrero/Biblioteca/Marx/marx\\_3\\_6.pdf](http://www.socialismo-chileno.org/febrero/Biblioteca/Marx/marx_3_6.pdf). Acesso em 03 de agosto de 2016.

MATTEI, L. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. *Estudos sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.20 v. 1, p.301-325, 2012.

MORAES, W. S. Petismo e Chavismo: variedades de capitalismo e de regulação trabalhista no Brasil e na Venezuela. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 57, v.2, p.362-397, 2014.

NETO, J. F. S. Direito do trabalho e flexibilização no Brasil. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, n 11, v1, p. 33-41, 1997.

OCDE. Statistics. *Full-time and part-time employment*. Disponível em: <<http://stats.oecd.org/#>>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. *Hours worked*. Disponível em:

<<https://data.oecd.org/emp/hours-worked.htm>>. Acessado em 14 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_. *Unemployment Rate/ United States*. Disponível em:

<<https://data.oecd.org/unemp/unemployment-rate.htm>>. Acessado em 23 de dezembro de 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *World employment social Outlook: the changing nature of jobs*. ILO Research Department: Geneva, 2015. Disponível em:

<[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_368640.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_368640.pdf)>. Acesso em 12 de abril de 2016.

OSORIO, J. Padrão de Reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; LUCE, M.; OSORIO, J. (orgs). *Padrão de reprodução do capital*. Boitempo: São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer. *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA, 2013.

PEDROSO, M. N. C. *O trabalho e suas transformações: um olhar sobre o Brasil no final do século XX*. Bauru: Projeto Editorial Práxis, 2015.

POCHMANN, Marcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 26, n. 2, p. 119-139, 1998.

RIFKIN, J. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROSSO, S. D. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. Excessive Working Hours. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 34, n. 124, p. 73-91, 2013.

RUIZ, M. L. V. Organização Internacional do Trabalho. *La reforma laboral en América Latina: 15 años después*. Oficina regional para America Latina y el Caribe. Lima, 2005. Disponível em: <[http://www.oit.org/wcmstp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-buenos\\_aires/documents/publication/wcms\\_bai\\_pub\\_2.pdf](http://www.oit.org/wcmstp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-buenos_aires/documents/publication/wcms_bai_pub_2.pdf)>. Acesso em 10 de agosto de 2016.

SALAMA, Pierre. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2002.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2015.

THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens do trabalho informal no Brasil. In: JACCOUD, L. (org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

TOUSSAINT, E. *A Bolsa ou a vida – A dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VALENCIA, A. S. *La reestructuración del mundo del trabajo, superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo*. Uberlândia: Edufu, 2000.





